



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LEANDRO DE SOUSA CRUZ

**UTOPIA E PRAGMATISMO EM CINCO PROPOSTAS DE HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL NO BRASIL (1992-2012)**

Salvador
2013

LEANDRO DE SOUSA CRUZ

**UTOPIA E PRAGMATISMO EM CINCO PROPOSTAS DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL (1992-2012)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Fernandes.

Salvador

2013

Faculdade de Arquitetura da UFBA - Biblioteca

C957 Cruz, Leandro de Sousa.

Utopia e pragmatismo em cinco propostas de habitação de interesse social no Brasil (1992-2012) / Leandro de Sousa Cruz. 2013.
220 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Fernandes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2013.

1. Habitação popular - Estudos de caso - Brasil. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. II. Fernandes, Ana. III. Título.

CDU: 728.1(81)

LEANDRO DE SOUSA CRUZ

**UTOPIA E PRAGMATISMO EM CINCO PROPOSTAS DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL (1992-2012)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Fernandes.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Maria Fernandes – Orientadora

Doutora em Aménagement et Environnement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne)
Faculdade de Arquitetura da UFBA

Profa. Dra. Ana Carolina de Souza Bierrenbach

Doutora em Teoría e Historia de la Arquitectura pela Universitat Politècnica de Catalunya
Faculdade de Arquitetura da UFBA

Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes

Doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências pela Universidade Federal de São Carlos
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP-São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO DO
MESTRANDO
LEANDRO DE SOUSA CRUZ

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e treze, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a comissão composta pelos Professores Doutores Ana Maria Fernandes, Ana Carolina de Souza Bierrenbach e João Marcos de Almeida Lopes, sob a presidência do primeiro, na qualidade de orientador da dissertação, para proceder ao exame do trabalho apresentado pelo mestrando Leandro de Sousa Cruz, intitulado "Utopia e Pragmatismo em Cinco Propostas de Habitação de Interesse Social no Brasil (1992-2012)".

O ato teve início às 09:00 horas, tendo sido concedido ao mestrando cinquenta (50) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pelo candidato.

Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:

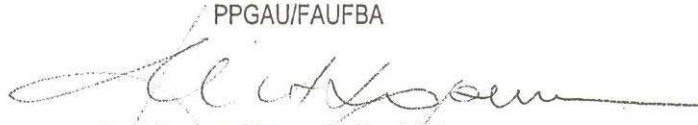
Profa. Dra. Ana Maria Fernandes	APROVADO COM DISTINÇÃO
Profa. Dra. Ana Carolina de Souza Bierrenbach	APROVADO COM DISTINÇÃO
Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes	APROVADO COM DISTINÇÃO

Com o que se julgou o mestrando APROVADO COM DISTINÇÃO, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós-Graduação que seja concedido para LEANDRO DE SOUSA CRUZ o grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, 29 de novembro de 2013


Profa. Dra. Ana Maria Fernandes
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora
PPGAU/FAUFBA


Profa. Dra. Ana Carolina de Souza Bierrenbach
Membro da Banca Examinadora
PPGAU/FAUFBA


Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes
Membro da Banca Examinadora
PPG/IAU-USP

para Maria e Lica;
e para Juliano, pela certeza das manhãs.

AGRADECIMENTOS

Elas e eles são muitos:

a Ana Fernandes, orientadora e amiga, *antes de tudo* pela grande confiança depositada; e *depois de tudo*, destes primeiros dez anos, pela formação;

aos membros da banca, Carol Bierrenbach e João Marcos Lopes, pelo envolvimento e dedicação nas correções e pelas grandes contribuições à pesquisa;

à professora Anete Araújo, que se fez presente em todas as etapas;

aos Comuns. Correndo o risco deliberado de esquecer alguém, lembro aqui dos companheiros de mestrado – Sanane (Xaizinha), Marina, Fran e Waguinho – e também de Dinho e Gaia, Adriana Lôra, Glória, Thais, Liana, Adriana Yahara e os queridos Laila e Nelsinho (nosso Comum honorário);

aos colegas do mestrado e vizinhos de gabinete: Ozito, João, Luisinho, Jurema e Amine; e também aos amigos Ícaro, Diego, Dan e Pati, pelo riso frouxo e pelas inquietações compartilhadas;

a Ida Pela, amiga e madrinha, grande parceira para todas as conversas; e a outros amigos da FAUFBA, em Salvador ou alhures, sempre muito parceiros e interessados na pesquisa: Ju Nery, Thai Portela, Daniel, Nivaldo e Baeta; a Macarrão e Neusa, pelo cordão que me ajudou a percorrer São Paulo, Guarulhos e Suzano; e em Brasília, neste tabuleiro icariano onde pousa o mito, aos vizinhos Zé e Sandra, Nadinha, Anna Finger e Eduardo;

aos outros tantos amigos de Aracaju e Brasília, que fizeram duas mudanças parecerem tão mais simples: Pablo, Anderson, Lívia, Venícia e Lauzanne; Rafaella e Thullius, Carla, Gil e Ana Clara; e a Hana Augusta, pela grande ajuda na preparação dos desenhos;

aos professores do PPG-AU, deixando aqui minha especial admiração por Paola B. Jacques, Heliodório Sampaio, Angela Gordilho e Nelson Baltrusis;

ao professor Xico Costa, coordenador do PPG-AU e timoneiro por vocação;

a Silvandira e Maria Henriques, secretárias do PPG-AU e apagadoras de incêndio por vocação; e a Luis Acácio, novo membro da brigada de incêndio;

às equipes dos escritórios, que tão calorosamente me receberam para conversar sobre as propostas;

aos moradores e lideranças comunitárias por quem também fui muito bem recebido e que certamente ajudaram a moldar a leitura sobre as obras;

à CAPES, pela bolsa concedida e pela manutenção do Portal Periódicos;

à família que cresceu neste meio tempo, por todas as – muitas – palavras de incentivo: Maria, Lica, Pedro e Joãozinho; a Morais, Luiza e Ana;

e ao amado Juli, que caminha ao lado, por *tudo e tanto*.

CRUZ, Leandro de Sousa. *Utopia e pragmatismo em cinco propostas de Habitação de Interesse Social no Brasil (1992-2012)*. 220f. il. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, Salvador, 2013.

RESUMO

Nesta dissertação são analisadas as complexas relações entre utopia e pragmatismo no desenvolvimento de cinco propostas de Habitação de Interesse Social no Brasil, realizadas ou em andamento entre 1992 e a presente data. Interessa à pesquisa desdobrar como estes dois conceitos atuam no desenvolvimento do projeto de arquitetura e da cidade, escolhendo, como recorte empírico de estudo, os seguintes casos: COPROMO (Osasco-SP, 1992; 1996-99); Projeto “Tá Rebocado” no Candeal Pequeno (Salvador-BA, 1998-2004); Sussuarana III e Baixa da Paz (Salvador-BA, 2009-); Mutirão Tânia Maria / Vila Monte Sion (Suzano-SP, 2010-) e Vila Nova Esperança / Rocinha (Salvador-BA, 2007-). No primeiro capítulo da dissertação faz-se um levantamento de debates realizados a partir dos anos 1960-70, dentro de um domínio mais teórico, sobre as (im)possibilidades apresentadas para a arquitetura a partir de um reconhecimento de crise na arquitetura moderna. No segundo capítulo faz-se uma aproximação maior entre as formulações utópicas e a arquitetura, destacando-se casos exemplares onde a habitação teve um papel fundamental em sua elaboração, ao final do qual se destacam três “dilemas” para as obras de habitação social: dilemas da tipologia, da autoria, e da forma urbana. No terceiro e último capítulo são apresentados os cinco estudos de caso, junto às suas respectivas análises. A compreensão das obras permite entender, de forma mais direta, como as pulsões de utopia e pragmatismo estão presentes na concepção e na realização da arquitetura. Considerando-se as fortes restrições a que estão submetidas estas propostas, as propostas de habitação de interesse social elucidam os enfrentamentos a que está submetida toda produção de arquitetura e urbanismo, e permitem discutir de forma mais clara como é possível propor espaços outros onde se descortinem novas relações entre arquitetura e o conjunto da sociedade.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Utopia; Pragmatismo; Crítica de Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo no Brasil (sécs. XX e XXI).

CRUZ, Leandro de Sousa. *Utopia and pragmatism in five Public Housing proposals in Brazil (1992-2012)*. 220f. il. 2013. Master Dissertation (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura/UFBA, Salvador, 2013.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the complex relationships between utopia and pragmatism in the development of five proposals for Public Housing in Brazil, completed or in progress between 1992 and the present date. It is of interest to unfold how these two concepts work in the design of architecture design and the city, choosing the following cases as empirical objects of study: *COPROMO* (Osasco-SP, 1992; 1996-99); the “*Tá Rebocado*” Project in Candéas Pequeno (Salvador-BA, 1998-2004); *Sussuarana III* and *Barra da Paz* (Salvador-BA, 2009-); *Mutirão Tania Maria / Vila Monte Sion* (Suzano-SP, 2010-); and *Vila Nova Esperança / Rocinha* (Salvador-BA, 2007-). The first chapter of the dissertation is a overview of the architectural debate in the years 1960-70, in a more theoretical domain, searching for the (im)possibilities that remained to architecture from a recognition of the crisis in Modern Architecture. In the second chapter we make a closer approximation between the formulations and utopian architecture, highlighting exemplary cases where housing had a key role in its development, the end of which three stand out “dilemmas” to the works of social housing: dilemmas the typology of authorship, and urban form. In the third and final chapter presents five case studies, along with their respective analyzes. The understanding of the work allows understanding, more directly, as the drives of utopia and pragmatism are present in the design and implementation of the architecture. Considering the severe restrictions that are submitted these proposals, proposals for social housing elucidate the confrontations that are submitted every production of architecture and urbanism, and allow discuss more clearly how it is possible to propose other spaces where descortinem new relationships between architecture and society as a whole.

Keywords: Public Housing; Utopia; Pragmatism; Architectural Criticism; Architecture and Urbanism in Brazil (20th and 21st centuries).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação da “Ideia de um Falanstério”, realizada por Victor Considérant, a partir da proposta de Charles Fourier, publicada no frontispício de uma edição do jornal <i>La Phalange</i> , em 1841.....	63
Figura 2: Litografia ilustrando o Familistério em Guise (1871).....	65
Figura 3: Planta do Familistério em Guise (1871).....	65
Figura 4: Vista da região de Salt Market.....	67
Figura 5: Localização de New Lanark, na Escócia	68
Figura 6: Panorâmica a partir do acesso Noroeste a New Lanark.....	69
Figura 7: Vista a partir do acesso Sudeste a New Lanark.	69
Figura 8: Vista da Rosedale Street.....	69
Figura 9: Proposta desenvolvida por Stedman Whitwell para a comunidade de New Harmony, nos Estados Unidos, a partir das indicações de Robert Owen (1830).....	70
Figura 10: Mapa elaborado por Oswald Mathias Ungers no seu estudo sobre os conjuntos habitacionais vienenses [1969].....	71
Figura 11: Implantação do <i>Conjunto Karl-Marx-Hof</i> em Viena, na região de Heilingenstadt.	72
Figura 12: Escritório da administração do bairro-jardim.....	73
Figura 13: Creche pública.....	73
Figura 14: Perspectiva do arquiteto Karl Ehn para o <i>Karl-Marx-Hof</i>	73
Figura 15: Um dos acessos controlados aos pátios internos, na Heiligenstädter Strasse.....	74
Figura 16: Uma das passagens arqueadas que atravessam lateralmente o conjunto.....	74
Figura 17: Acesso principal ao conjunto, visto a partir da 12 Februarer Platz.	75
Figura 18: Acesso a um dos blocos residenciais, a partir da 12 Februar Platz.....	75
Figura 19: Vista do pátio interno no <i>Karl-Marx Hofe</i> . Ao centro, o pavilhão mostrado na Figura 12.....	75
Figura 20: Face interna do pátio no Karl-Marx-Hof.....	75
Figura 21: Face interna do pátio no Karl-Marx-Hof.....	75
Figura 22: Sequência de imagens mostrando o acesso pelo canto dos blocos residenciais, na face interna do pátio.....	76
Figura 23: Implantação do Conjunto Pedregulho no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.	78
Figura 24: Plano geral da proposta.....	79
Figura 25: Foto da maquete da proposta original.	79
Figura 26: Brasília, Plano Piloto original. Prova de fotolito da planta do conjunto com as duas assinaturas (1957 e 1985).....	81
Figura 27: Brasília, Plano Piloto original: Croquis para memória descritiva, superquadras, estudo (s. d.).	82
Figura 28: Estudos apresentados no Relatório final do PPB.	82
Figura 29: Fotos da maquete do <i>Setor de Habitação Intensiva e Centro Urbano</i> . Proposta de Rino Levi e equipe pra o concurso de Brasília.	83
Figura 30: Ilustração destacando as alterações no Plano Piloto.....	84
Figura 31: Brasília, Quadras Econômicas: localização (ca. 1985).....	85
Figura 32: Perspectiva da proposta para o <i>Marcus Gavey Park</i>	90
Figura 33: Foto da obra em construção, por volta de 1975	90
Figura 34: <i>COHAB-Riachuelo</i> , no centro de São Paulo.....	92
Figura 35: O <i>Conjunto Jardim Edith</i> (foto de Nelson Kon).	92
Figura 36: Panorâmica a partir de um dos acessos principais ao conjunto.	96

Figura 37: Vista a partir da circulação em nível, no limite do conjunto.	97
Figura 38: Acesso secundário ao conjunto.	97
Figura 39: Relação entre o COPROMO e o Centro de Osasco-SP.....	103
Figura 40: O COPROMO e sua vizinhança imediata.....	104
Figura 41: Panorâmica a partir da Av. Graciela Flores de Piteri.	104
Figura 42: Panorâmica a partir da Av. Bandeirantes.	105
Figura 43: Ocupação de terra em Jardim Piratininga, coordenada pela Associação “Terra É Nossa”, em 1988.	106
Figura 44: Vista a partir do cruzamento entre a Av. Graciela Flores de Piteri e a Avenida Bandeirantes.....	107
Figura 45: Implantação proposta.	108
Figura 46: Acesso à Av. Graciela Flores de Piteri, pela Av. Getúlio Vargas	108
Figura 47: Vista aérea da região, após a finalização das obras de todos os blocos residenciais.....	109
Figura 48: Panorama a partir da praça central do COPROMO.....	109
Figura 49: Planta esquemática do andar térreo.	110
Figura 50: Vistas dos acessos às comuns entre os prédios do COPROMO	110
Figura 51: Vista a partir do último andar de um dos blocos do COPROMO	111
Figura 52: Detalhe da junção de dois blocos geminados, a partir da adaptação ao terreno.....	111
Figura 53: Vista a partir dos térreos de dois blocos distintos nos COPROMO	111
Figura 54: Vista a partir área central para um dos acessos às unidades de vizinhança.).....	112
Figura 55: Diagrama ilustrando a implantação proposta.....	113
Figura 56: Diagrama ilustrando a implantação atual.....	114
Figura 57: Diagrama mostrando a sequência da elaboração da unidade padrão do bloco residencial.	114
Figura 58: Vista da rua interna entre os blocos.....	115
Figura 59: Vista da Fachada dos blocos.....	115
Figura 60: Planta do bloco padrão dos apartamentos tipo 1 do <i>Conjunto Zezinho Magalhães Prado</i>	115
Figura 61: Planta do andar tipo (esq.) e a célula básica da unidade habitacional (dir.).....	116
Figura 62: Fachada esquemática do bloco residencial.	117
Figura 63: Vista dos primeiros blocos construídos no COPROMO, a partir do terreno da unidade da FITO.....	118
Figura 64: Corte esquemático do bloco residencial	118
Figura 65: Relação entre o Candeal Pequeno e a cidade de Salvador.	120
Figura 66: O Candeal Pequeno e sua vizinha imediata.	121
Figura 67: Projetos de Habitação no “Tá Rebocado”.....	122
Figura 68: Imagens da Vila Zé Botinha veiculadas pela CONDER após a finalização das obras da primeira etapa.....	124
Figura 69: Imagens do Jardim Candeal, a partir do acesso principal.	125
Figura 70: Imagens do Jardim Candeal	126
Figura 71: Panorâmica a partir do cruzamento entre a Rua Nove de Outubro e a 2ª Tv. Paulo Afonso.....	126
Figura 72: Panorâmica a partir do final da Rua Nove de Outubro.	127
Figura 73: Acesso a um dos trechos das unidades isoladas do Conj. Sapucaia pela Rua Nove de Outubro.....	127
Figura 74: Acesso a dois trechos das unidades isoladas do Conj. Sapucaia pelo nível inferior, acessado através de escada.	127
Figura 75: Sequência de imagens no percurso que dá acesso a boa parte das unidades isoladas do Conj. Sapucaia.....	128
Figura 76: Situação anterior do local onde foi construída a Vila Zé Botinha.....	128

Figura 77: Acesso à Vila Zé Botinha.....	128
Figura 78: Infiltrações e rachaduras numa das unidades da Vila Zé Botinha.	129
Figura 79: Acesso ao andar superior.	129
Figura 80: Área nos fundos do terreno na Vila do Jair.....	129
Figura 81: Relação entre a Poligonal de Intervenção em Sussuarana e o chamado “Miolo” da cidade de Salvador	132
Figura 82: Relação entre a Poligonal de Intervenção em Sussuarana e os bairros vizinhos.....	133
Figura 83: Apresentação da Implantação geral da proposta de urbanização (detalhe).	134
Figura 84: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando o acesso principal ao Terminal de Ônibus de Sussuarana.....	135
Figura 85: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando a ligação proposta, entre a Baixa da Paz e a Av. Pituaçu.....	135
Figura 86: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando a relação entre a área de Sussuarana III e a Av. Pituaçu.....	136
Figura 87: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando o acesso principal à área conhecida como Sussuarana III e à via de acesso pré-existe que liga o bairro de Sussuarana à Av. Pituaçu.....	136
Figura 88: As três variações de blocos de apartamentos, partindo de um tipo básico (A), que dão forma ao bloco habitacional.....	137
Figura 89: Simulação da proposta de urbanização com destaque para área destinada para a construção das novas unidades habitacionais.....	137
Figura 90: Simulação da proposta de urbanização com destaque para área destinada para a construção das novas unidades habitacionais (detalhe).....	138
Figura 91: Simulação da proposta de urbanização com destaque para o trecho central da Baixa da Paz.....	139
Figura 92: Trechos da Rua Baixa da Paz, no momento da realização do diagnóstico da proposta (2009).....	139
Figura 93: Corte transversal passando pelo Bloco Tipo 1.	142
Figura 94: Planta do pavimento térreo do Bloco Tipo 1.....	143
Figura 95: Planta do pavimento térreo do Bloco Tipo 2.....	144
Figura 96: Planta do pavimento térreo do Bloco Tipo 3.....	144
Figura 97: Localização do terreno onde será implantado o Mutirão Tânia Maria e sua relação com a cidade de Suzano.....	146
Figura 98: Localização do terreno onde será implantado o Mutirão Tânia Maria e o Jardim Nazareth e a vizinhança imediata.	147
Figura 99: Planta do térreo do Conjunto Mutirão Tânia Maria.	153
Figura 100: Panorâmica do terreno onde será construído o Mutirão Tânia Maria. À direita, a Rua Neyde Mathias, que dá acesso ao terreno	153
Figura 101: Panorâmica a partir do limite nos fundos do terreno.....	154
Figura 102: Simulações em maquete virtual da proposta	155
Figura 103: Tipologia 1, com sala/cozinha, lavanderia, sanitário, dois dormitórios e varanda.....	155
Figura 104: Tipologia 2, com sala/cozinha, lavanderia, sanitário, dois dormitórios e varanda.....	156
Figura 105: Tipologia 3, com sala/cozinha, lavanderia, sanitário, e três dormitórios.....	156
Figura 106: A localização da área onde está sendo construída a Vila Nova Esperança e sua relação com o Centro de Salvador.....	159
Figura 107: A localização da área onde está sendo construída a Vila Nova Esperança e vizinhança imediata.	160
Figura 108: A demarcação da ZEIS Vila Nova Esperança, conforme indicado pela CONDER e pelo Grupo Técnico responsável.....	161
Figura 109: Croquis ilustrando a relação entre a proposta e a Falha Geológica de Salvador (desenho de F. Fanucci, aquarela de M. Ferraz).	162

Figura 110: Foto da maquete da proposta. Notem-se os casarões a Escola de Medicina, em primeiro plano, e os diversos patamares criados no terreno, propondo a ligação entre as cidades Alta e Baixa..	163
Figura 111: Croquis ilustrando a implantação da proposta (desenho de F. Fanucci, aquarela de M. Ferraz)	163
Figura 112: Fotos da maquete, destacando o sobrado proposto para as unidades habitacionais.	164
Figura 113: Foto da maquete, destacando-se o conjunto de sobrados, alinhados, em relação a sua vizinhança imediata – os fundos dos casarões da Rua das Portas do Carmo e os fundos da Escola de Medicina.	164
Figura 114: Croquis ilustrando a solução inicial para as unidades habitacionais.	165
Figura 115: Plantas baixas com a solução dos sobrados geminados.....	165
Figura 116: Panorâmica no terreno da Vila Nova Esperança, no trecho onde será implantando um dos blocos com unidades residenciais.....	166
Figura 117: Panorâmica no terreno da Vila Nova Esperança, na interseção entre os níveis do terreno. No canto superior direito, os fundos da Escola de Medicina.....	166
Figura 118: Panorâmica no terreno da Vila Nova Esperança, com vista para a Cidade Baixa e a Baía de Todos os Santos	167

Obs.: Todas as imagens sem indicação de fonte são de autoria do mestrando.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Architectural Association School of Architecture
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CCA	Canadian Centre for Architecture
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CHS	Centro Histórico de Salvador
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CONDER	Companhia Baiana de Desenvolvimento Urbano
COPROMO	Associação Pró-Moradia de Osasco
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador
ERCAS	Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador
FABS	Federação das Associações de Bairro de Salvador
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da UFBA
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FITO	Fundação Instituto Tecnológico de Osasco
FFA	Florian Freaza Amoedo Arquitetura e Urbanismo Ltda.
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais / Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
FOA	Foreign Office Architects
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IAUS	Institute for Architecture and Urban Studies
ILAUD	International Laboratory of Architecture and Urban Design
IUAV	Istituto Universitario di Architettura di Venezia
LABHAB	Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP
LabHabitat	Laboratório de Habitação da FAUFBA
LRHD	Low-rise, high-density buildings
MCidades	Ministério das Cidades
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MoMA	The Museum of Modern Art (New York)
OMA / AMOMA	Office for Metropolitan Architecture
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV 2	Programa Minha Casa Minha Vida 2
PPB	Plano Piloto de Brasília
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

QEs	Quadras Econômicas
SASP	Sindicato de Arquitetos de São Paulo
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SQs	Superquadras
UDC	Urban Development Corporation (State of New York)
UMM	União dos Movimentos de Moradia
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia S.A.
USINA / USINA-CTAH	USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Utopia e pragmatismo: sua pertinência para o debate em arquitetura e urbanismo	23
Habitação social como um continente de utopias e de constrições	24
A delimitação do recorte empírico	28
Estrutura da dissertação e caminhos metodológicos	30
 CAPÍTULO 1	 35
(IM)POSSIBILIDADES PARA A ARQUITETURA NO DEBATE TEÓRICO RECENTE (ANOS 1960-2000)	
1.1 Arquitetura e o “Real” em disputa: (im)possibilidades de projetos críticos	36
Interseção entre arquitetura e política e o “espaço da existência” como o grande Outro da arquitetura a partir de Manfredo Tafuri	37
A “teoria do enclave” como possibilidade de contra-hegemonia em Fredric Jameson	40
Arquitetura como mediação “entre cultura e forma” e como “negociação do real”, a partir de Kenneth Michael Hays	42
1.2 Esgotamento e uma possível retomada das “energias utópicas”	45
Diagramas pragmáticos e utópicos, a partir de John Rajchman e Anthony Vidler	51
“Imaginação de realidades” e forma arquitetônica enquanto “estratégia”, a partir de Joan Ockman	53
Arquitetura enquanto “forma política”, a partir de Pier Vittorio Aureli	56
A “reterritorialização” da utopia e o “realismo utópico” de Reinhold Martin	58
 CAPÍTULO 2	 62
UMA ARQUITETURA ONDE A UTOPIA PODE MORAR	
2.1 Robert Owen em New Lanark, na Escócia, e em New Harmony, alhures	67
2.2 Os Höfe de Viena e o Karl-Marx-Hof	71
2.3 Conjuntos Pedregulho e da Gávea no Rio de Janeiro	76
2.4 Superquadras e Quadras Econômicas, alvoradas e ocasos da Utopia em Brasília	80
2.5 Sobras de um campo de batalha: utopia e habitação social desde os anos 1960	87
Dilema da tipologia: arranha-céus e lâminas; edifícios baixos e sobrados	89
Dilema da autoria: virtudes e tiranias da participação	92
Dilema da forma urbana: a forma e o informe	95

CAPÍTULO 3 **98**

UMA FORMA DIFÍCIL: UTOPIA E PRAGMATISMO EM CINCO PROPOSTAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL (1992-2012)

3.1 COPROMO (Associação Pró-Moradia de Osasco) em Osasco-SP (1992-1999), ou <i>Mais Arquitetura do que Cidade</i>	103
3.2 Projeto “Tá Rebocado” no Candeal Pequeno, em Salvador-BA (1998-2004), ou <i>Mais Cidade do que Arquitetura</i>	120
3.3 Sussuarana III e Baixa da Paz, em Salvador-BA (2009-), ou <i>Tensões Evidentes entre Forma e Informalidade</i>	132
3.4 Mutirão Tânia Maria / Vila Monte Sion, em Suzano-SP (2010-), ou <i>Arquitetura e Cidade, Impregnadas</i>	146
3.5 Vila Nova Esperança / Rocinha, em Salvador-BA (2007-), ou “<i>Você Tem de Correr o Mais que Pode para Continuar no Mesmo [?] Lugar</i>”	158

CONSIDERAÇÕES FINAIS **168**

REFERÊNCIAS **171**

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronologias (1953-2013)

APÊNDICE B – Entrevistas realizadas

APÊNDICE C – Periódicos

INTRODUÇÃO

“[...] Se você construiu castelos no ar, seu trabalho não terá sido em vão. Lá é onde eles deveriam estar. Agora ponha as fundações neles.”
Henry David Thoreau, *Walden*, 1854¹.

“Nossa tarefa mais importante no momento atual é construir castelos no ar [...]”
Lewis Mumford, *The story of Utopias*, 1922².

Nesta pesquisa são analisadas as complexas relações entre utopia e pragmatismo no desenvolvimento de cinco propostas de Habitação de Interesse Social no Brasil, realizadas ou em andamento entre 1992 e a presente data. Interessa desdobrar como estes dois conceitos atuam no desenvolvimento do projeto de arquitetura e da cidade, escolhendo, como recorte empírico, os seguintes casos: COPROMO (Osasco-SP, 1992; 1996-99); Tá Rebocado / Candeal Pequeno (Salvador-BA, 1998-2004); Sussuarana III (Salvador-BA, 2009-); Mutirão Tânia Maria (Suzano-SP, 2010-) e Vila Nova Esperança / Rocinha (Salvador-BA, 2007-).

Esta introdução coloca as principais questões com as quais lidamos na pesquisa, começando por buscar entender a pertinência dos conceitos de utopia e pragmatismo na constituição da arquitetura, ainda que não haja intenções de teorização, e sim de trabalhar a partir de um referencial estabelecido. Busca-se entender qual a relevância dessas duas *pulsões* na produção de habitação de interesse social, a partir dos estudos de caso. Não é uma intenção inicial ingênua, já que se trata de questões amplas e de um tema importante da produção em arquitetura, que povoa de maneira decisiva o imaginário da disciplina, desde pelo menos a modernização das grandes cidades europeias e americanas.

A *utopia*, enquanto fenômeno literário, surge com o romance do jurista inglês Thomas Morus, escrito em 1516, *De optimo republicae statu deque nova insula Utopia*, em geral traduzido como *Utopia*, ou *Tratado da Melhor Forma de Governo*. A criação do neologismo serve para discorrer sobre as (im)possibilidades de sua existência. De forma geral, admite-se uma ambiguidade: ela pode ser entendida como a junção de “ou” + “*topos*”, sendo assim um lugar irreal, inexistente ou um não-lugar; ou, ainda, como a junção de “eu” + “*topos*”, entendida assim como um lugar perfeito, ideal (SAMPALIO, 1996; CAÚLA, 2008). É comum também aproveitar a indecidibilidade territorial da utopia para admitir que, uma vez não estando em lugar algum, ela também está em qualquer lugar. Preferimos entender que ela *pode* estar em qualquer lugar, precisando apenas que forças sejam mobilizadas para tal.

A obra de Morus teve grande repercussão desde então, o que permite tratar de um imaginário utópico, que poderia ser pontuado brevemente considerando as seguidas republicações da *Utopia* e a publicação de outras narrativas utópicas já no começo do século XVII – a exemplo da *Cidade do Sol* [1602], de Tommaso Campanella e a *Nova Atlantis* [1624], de Francis Bacon. Este imaginário exerce

¹ Tradução livre do original: “[...] If you have built castles in the air, your work need not be lost; that is where they should be. Now put the foundations under them.” (THOREAU, 1910, p. 267).

² Tradução livre do original: “Our most important task at the present moment is to build castles in the air. [...]” (MUMFORD, 1922, p. 307).

influência também sobre o pensamento político, urbanístico, sobre os muitos tratados dos chamados “socialistas utópicos” no século XIX. Novamente no universo literário, contribuiu também para o surgimento da *distopia* e da *ficção científica* (JAMESON, 2005). Por as descrições físicas das utopias serem, em geral, caracterizadas pelo rígido ordenamento formal, costuma-se também associá-la às representações de cidades ideais projetadas no Renascimento, embora não se comprove facilmente em que medida houve uma influência direta. É também recorrente apontar a *República* de Platão ou narrativas milenaristas da mitologia judaica como antecedentes das utopias literárias, uma associação compreensível, dada a formação de Thomas Morus como filósofo e jurista, e por conta também de sua obra mais famosa ser um tratado sobre uma “melhor forma de governo”. Ainda que sejam paralelos importantes ao pensamento utópico, estas associações não deixam de ser anacrônicas, dado que “o sentido preciso do vocábulo utopia pertence à Renascença” (CHAUÍ, 2008, p. 8).

Damos um salto nesse histórico das utopias³ para tratar como elas povoam os debates sobre arquitetura e cidade e, mais especificamente, sobre habitação. Ainda assim, destacamos dois aspectos das narrativas utópicas literárias que se mostram relevantes para questionar a produção de arquitetura ainda hoje, para em seguida lançar um posicionamento frente à questão.

Um primeiro ponto comum às utopias (sejam elas literárias, urbanas, de outros campos das artes ou mesmo utopias de formação social) é serem *críticas* e *propositivas*, no sentido de manifestarem uma insatisfação com o *mundo existente*, para o qual são apresentados *mundos alternativos*. Isto pode ser percebido nas utopias *à la lettre*, como no mundo descrito por Morus, onde a descrição da ilha no Novo Mundo é uma crítica à monarquia inglesa da época. Pode aparecer também usando os recursos da ironia e exagero, como nas histórias criadas por Lewis Carrol e no amplo rol das distopias. O sentimento de insatisfação parecer ser o motor de qualquer pensamento utópico, o que Ernst Bloch indica a partir de uma passagem da ópera *Ascensão e queda da cidade de Mahogany* [1930], de Bertolt Brecht, quando um dos personagens principais, mesmo vivendo num paraíso hedonista, permanece inquieto porque ainda “falta alguma coisa” (BLOCH, 1988, p. 14).

Outro ponto comum às narrativas utópicas é que o contato entre o *idealizado* e o *real* é possível e se dá em situações de *fronteira*, tanto no espaço quanto no tempo, o que, por vezes, implica num *entrar* e *sair* da utopia. Essas fronteiras podem ser um porto, como na *Utopia* de Morus; ou o momento de entrar e despertar de sonhos ou pesadelos, como no *Lugar Nenhum* de William Morris e na *Edilia* de David Harvey⁴.

³ Existe vasta literatura sobre as utopias. Em termos gerais, conta-se com as já clássicas obras de Karl Mannheim, *Ideologia e utopia* [1936], em que o autor analisa as diferenças e sobreposições entre utopia e ideologia (MANNHEIM, 1960), e de Louis Marin, *Utopiques: jeux d'espaces* [1973], que trata da dimensão espacial das utopias, criando diagramas para entender espacialmente a Utopia de More, e elabora a tese de *Disneyland* como uma *utopia degenerada* (MARIN, 1984). Considere-se também a recuperação do pensamento utópico, mais recentemente, pelo viés da questão do direito à cidade, de David Harvey (2012), no livro “Espaços de esperança” [2000], e o conjunto da obra de Fredric Jameson, destacando-se aqui o livro “Archaeologies of the Future” (JAMESON, 2005). Vasto também é o conjunto de estudos sobre a relação das utopias com a arquitetura e o urbanismo. Veja-se, por exemplo, as obras de Lewis Mumford (1922), Robert Fishman (1977) e a tese de doutorado de Adriana Caúla (2008), além de algumas das obras de Ernst Bloch, destacando-se aqui a última seção do livro “O espírito da utopia” (BLOCH, 2000) e o trecho dedicado à arquitetura no segundo volume de “O Princípio Esperança” (BLOCH, 2005).

⁴ Outra imagem recorrente às utopias, mas contrária ao que estamos destacando, é a entrada numa espécie de *idade de ouro*, marcada por um eterno presente, ou uma eterna glória, como numa promessa milenarista.

A partir da imagem da *fronteira*, podemos encarar a utopia como aquele *outro lugar* que pode ser alcançado eventualmente – não pela sobreposição exata e contínua de *idealização* e *real*, mas sim na assimetria e na intermitência do contato entre essas duas instâncias.

Maria Stella Bresciani, ao discorrer sobre as utopias como mecanismo em que se mobilizam razão e paixão, aponta a possibilidade do acesso à utopia por meio da repetida mirada a determinadas imagens-guia:

Assim, indagar das relações entre razão e paixão na formação das idéias morais e políticas pode nos introduzir ao "espaço imaginário" que se opõe ao "tempo da história" na dimensão da utopia. Pensada a partir deste ponto de vista, a utopia sempre é crítica. No espaço imaginário sonho e razão se encontram na narrativa crítica que ao romper com o espaço topográfico, rompe também com o tempo do presente, levando seus leitores a um outro lugar e a um tempo mais feliz, a uma sociedade outra. Ou como nos ensina Bronislaw Baczko, ao discorrer sobre a produção dos "sonhos sociais": "Uma vez produzidas e difundidas, as idéias-imagens utópicas penetram nos circuitos de representações simbólicas. Oferecem-se desse modo a elas as oportunidades historicamente variáveis de interferir nos conflitos e nas estratégias que tem como fulcro o poder simbólico sobre a imaginação social." As utopias, não tem entretanto um único ponto de partida. Baczko afirma mesmo que, partindo de pontos diversos, seguindo direções sociais e ideológicas às vezes opostas, as utopias se inscrevem duradouramente nas mentalidades e nas ideologias como imagens-guias e idéias-forças que orientam as esperanças e mobilizam as energias coletivas. (BRESCIANI, 1996, p. 17).

Por sua vez, David Harvey lembra a necessidade das utopias enquanto poderosa forma de investigação de alternativas – especialmente no contexto atual, em que se percebe um descrédito generalizado dos impulsos utópicos:

Há um momento e um lugar no incessante labor humano e mudança do mundo em que as visões alternativas, por mais fantásticas que sejam, oferecem a base para moldar poderosas forças políticas de mudança. Creio que nos encontramos precisamente num desses momentos. De todo modo, os sonhos utópicos nunca desaparecem por inteiro, estando em vez disso onipresentes como os significantes ocultos de nossos desejos. Trazê-los à luz a partir dos recessos ocultos de nossa mente e fazer deles uma força política de mudança pode envolver o risco da frustração última desses desejos. Não obstante, isso é sem dúvida melhor do que se render ao utopismo degenerado do neoliberalismo (e a todos os interesses que criam uma imagem tão negativa da possibilidade) e viver no temor abjeto e letárgico de exprimir e tentar pôr em prática quaisquer desejos alternativos. (HARVEY, 2010, p. 256-257)⁵

Tais reflexões retiram a utopia de um imaginário milenarista ou fideísta e a colocam como *utopia do presente*, nos termos de Ernst Bloch (2005) – apesar de a postura do próprio Bloch já ter sido identificada como messiânica. Como o autor a encara, a utopia passa a ser o lugar do *ainda não*; o lugar de investigação de *outras possibilidades*; não um fim a ser alcançado por uma proposta messiânica, mas o horizonte de possibilidades futuras, que se realizam *a partir do presente*. A existência desse horizonte em transformação, sempre aberto, sempre passível de crítica, evita que a ação humana se reduza à aceitação complacente, à mera reprodução. O caminho em direção à utopia, mesmo constrangido pelo real, já se constitui como *momento utópico*. A imposição das contingências, por sua vez, parece ser o momento exato da passagem do que era idealizado para o

⁵ Não resta como alternativa ao pensamento utopista apenas a opção indicada por Harvey – rendição ao utopismo neoliberal e letargia temerosa. As posturas radicais da inoperatividade e da sabotagem podem também ser vislumbradas como forma de crítica e resistência ao estado vigente. Com relação à inoperatividade, pensamos na afirmação de Agamben sobre a necessidade de tornar *inoperantes* os dispositivos da sociedade contemporânea. Com relação à sabotagem, pensamos na conversa entre Toni Negri e Gilles Deleuze em *Conversações*. Agradeço a João Marcos Lopes por ter apontado esta possibilidade.

que efetivamente será realizado.

No mesmo sentido, cabe destacar o posicionamento de Manfredo Tafuri, que defende uma determinada condição de existência para a arquitetura, sempre a meio caminho entre a liberdade da especulação utópica e as contingências do real:

[...] Neste sentido, a arquitectura situa-se – partindo de si própria – a meio caminho entre o realismo e a utopia. A utopia reside na sua obstinação em esconder que a ideologia da planificação só pode realizar-se na construção predial se indicar que é fora dela que o verdadeiro Plano pode tomar forma; ou, que uma vez entradas no horizonte da reorganização da produção em geral, a arquitectura e a urbanística, serão objectos, e não sujeitos, do Plano. (TAFURI, 1985, p. 68-69)

Dado que sua materialização se dá por meio de constrições do idealizado, tal posicionamento implica aceitar que a utopia, como forma acabada, será sempre inalcançável. Ela permanece como ideal a ser buscado no presente, mas sua materialização neste mesmo presente se dá já como ruína de tudo que *poderia ter sido*.

Invocar Bloch para discutir a utopia implica em tratar do pragmatismo partindo de seu duplo oposto, ou seja, tratá-lo nos termos da *reificação*, como teorizada por Georg Lukács (2003). Numa primeira aproximação, o pragmatismo pode ser associado ao fenômeno da reificação, ou seja, faz parte do processo maior da alienação, de *coisificação* das relações humanas, ligado à fetichização da mercadoria. Não à toa, a amizade e a mútua colaboração e crítica entre os dois filósofos se prestam a debater as proximidades entre os conceitos de utopia e pragmatismo.

Se por um lado, Lukács critica certa tendência messiânica e o excesso de subjetivismo nas reflexões de Bloch sobre a utopia e a formação do sujeito revolucionário, por outro, Bloch aponta a limitação da reflexão de Lukács por ser tendenciosamente simplificadora⁶. Tendemos a valorizar as reflexões de Bloch, seguindo o que já foi colocado por Arno Münster:

[...] Em grandes linhas, e apesar de todas [as suas] reservas, Bloch enaltece a obra de Lukács [História e consciência de classe]: trata-se de um livro cujo teor está muito próximo de seu próprio pensamento e inteiramente conforme o *Espírito da utopia*, por ter descoberto, seguindo outros caminhos, o “tema metafísico comum da história”. Além disso, Bloch destaca o grande mérito de Lukács que supera a oposição aparente entre “atualidade e utopia”, insistindo no “agora” como o momento no qual a teoria se volta para a prática e a prática se volta para a teoria e que procura, além disso, lançar fora as “máscaras, mitologias e ideologias do caminho”, “farejando as tendências presentes no agora” e empregando o método dialético-histórico e materialista. (MÜNSTER, 1994, p. 104, grifo original).

É de nosso entendimento que nem toda postura pragmática é necessariamente acrítica e está condenada a produzir formas quaisquer, apenas para chegar a determinados fins. Em muitas situações, foram as propostas mais utópicas que seguiram o caminho do pragmatismo para viabilização das suas utopias. Pense-se, por exemplo, no caso paradigmático da Bauhaus⁷ como uma

⁶ As colaborações e desentendimentos entre Bloch e Lukács compreendem vasta bibliografia, a começar pela confrontação entre algumas das principais obras dos autores, como em “O espírito da utopia” [1918; 1923] de Bloch e em “História da consciência de classe” [1923] de Lukács. É bastante conhecido o debate entre ambos sobre o Expressionismo alemão na primeira metade do século XX, que organizado por Fredric Jameson e publicado originalmente em 1977 (AAVV. *Aesthetics and Politics*. Londres, Verso, 2007). Ver também Münster (1994), sobretudo no capítulo IV “A amizade com Georg Lukács”.

⁷ Para uma leitura mais cuidadosa sobre o debate intelectual na Alemanha no período de criação da Bauhaus, assim como as tensões entre o projeto utópico (incluindo para a habitação) e a associação da escola com a indústria, ver Pulhez (2012), onde a autora lança também algumas aproximações com a produção no Brasil.

situação-limite entre utopia e pragmatismo e nos muitos matizes dessa relação: nas experiências de habitação produzida em série, coordenadas por Walter Gropius; na radicalidade do programa de ensino sob a direção de Hannes Meyer⁸, com vistas à produção de uma resposta social; e mesmo na figura de Johannes Itten, que contava entre suas muitas influências a noção de *aprender fazendo* do filósofo pragmatista John Dewey.

Muito do que se depreende dos debates sobre arquitetura contemporânea apenas exacerba a o campo conceitual do pragmatismo mais raso. Mas o pragmatismo não precisa ser atado a essa circunstância pouco promissora; não precisa ser entendido apenas como elemento negativo, que aprisiona o idealizado em materializações *impossíveis*, resultantes do processo de alienação. De certa tradição do pensamento pragmatista, notadamente anglo-saxã, vem também a contribuição de entendê-lo como a arte de lidar com as *coisas em formação* (*things in the making*), para usar os termos de William James, retomados recentemente por teóricos ligados ao campo da arquitetura (o que será visto em mais de detalhes no capítulo 1).

Tratar das *coisas em formação* permite lidar com o *novo*, aquilo que está no presente sem ter sido previsto. Essa atitude pode ser extremamente profícua, porque ajuda a lidar com o que não era esperado inicialmente, mas que se mostra como possibilidade em meio às contingências do real; porque não é um mecanismo que diz como as coisas devem ser feitas, é um processo de descoberta do que pode ser feito a partir do que surge. Assim, não se entenda que lidar com as *coisas em formação* seja assumir uma postura *oportunist*a no sentido mais raso. Essa vem sendo a postura defendida por alguns dos signatários do posicionamento *pós-crítico*, mas justamente a inquietação diante dela ajudou a motivar esta pesquisa.

Estas colocações iniciais sugerem que podemos recorrer a vieses insuspeitos (pelo menos muito insuspeitos no começo da pesquisa) da utopia e do pragmatismo, quais sejam: a utopia como *lugar de repetição*; e o pragmatismo como *lugar de irrupção de novas forças*.

Admitindo-se que utopia e pragmatismo conjugam-se nas formações discursivas que dão origem à arquitetura e poderiam, portanto, ser identificadas a qualquer momento, qual sua relevância para o período e para as obras escolhidas como objeto empírico desta pesquisa? Reconhecendo que há diferentes temporalidades para o reconhecimento da crise na arquitetura moderna (e de suas utopias) nos planos internacional e local, qual o lugar da habitação social dentro desse debate? E como as propostas de habitação enfrentam o problema de sua relação com a cidade?

Aproximando-nos dos debates realizados no Brasil, ainda faz sentido procurar pela utopia no meio urbano do país, seja como *espaços de esperança*, como *heterotopias*, ou, conforme tentamos descrevê-la, como *ruínas de utopias*, materializadas? A questão é posta tendo em mente as descrições do *inferno* que são as periferias, como colocado por Francisco de Oliveira (2006); a percepção de que *batemos no teto* com relação à condição urbana metropolitana, como apontado por Ermínia Maricato (2011, p. 83); e ainda o reconhecimento de que, mesmo depois de décadas de

⁸ Ver a coletânea de textos organizada por Francesco Dal Co (*El arquitecto en la lucha de clases y otros escritos*. Barcelona, Gustavo Gili, 1972), sobretudo os ensaios “El Bauhaus y la sociedad” e “La arquitectura marxista”.

construção da Reforma Urbana, as cidades podem ser entendidas como “lugares sem utopia”, como afirmado por João Marcos Lopes (2011).

É evidente que a produção habitacional continua passando por reveses sérios, apesar do aparato institucional decorrente da criação do Ministério das Cidades, em 2003. As obras escolhidas como recorte empírico apontam para um passado recente e para ações em desenvolvimento que ajudam a discutir aspectos relevantes das relações entre acesso à habitação e produção do espaço habitado. Questiona-se a partir das obras como se está (ou como se poderia estar) atendendo ao direito à cidade num sentido mais amplo, pensando no direito de propor as mudanças, como problematizado por Harvey a partir de sua leitura lefebvriana (HARVEY, 2008; 2010). Desta forma, a leitura das obras, para além de sua descrição e análise propriamente arquitetônicas, tem em mente a possibilidade do desejo utópico para a cidade contemporânea: como ela pode ser o substrato material para a construção de uma esfera pública onde prevaleça abertura para o dissenso.

Utopia e pragmatismo: sua pertinência para o debate em arquitetura e urbanismo

Qual o lugar da utopia nos debates e na produção recente em arquitetura? Admitindo-se poder tratar da produção *contemporânea* como sendo aquela que se segue ao reconhecimento da crise da arquitetura moderna – sobretudo crise das *energias utópicas* de um projeto de cidade moderna, uma vez que a *forma* moderna não foi abandonada por completo – que lugar ainda resta, e em que termos, para propor arquitetura como ferramenta de *crítica* e de *transformação*?

O pensamento utópico converge decisivamente com a produção e o imaginário arquitetônicos e urbanísticos a partir das *utopias urbanas* da viragem entre os séculos XIX e XX, que podem ser sintetizadas em três propostas-chave, como indicado por Robert Fishman (1977): a *Cidade Jardim* de Ebenezer Howard; a *Ville Radieuse* de Le Corbusier; e a *Broadacre City* de Frank Lloyd Wright. Em cada uma destas e em outras tantas utopias urbanas projetadas a partir do século XIX, a habitação tinha papel fundamental. A demanda das grandes cidades modernas por moradia, de proporções inéditas, levou à busca por habitações que superassem as deficiências da cidade antiga e garantissem a sobrevivência do trabalhador – e, portanto, do lucro da produção industrial – passou a ser uma das questões centrais no pensamento sobre a cidade.

Ao tratar da Bauhaus, Giulio Carlo Argan chama atenção para o já muito discutido debate entre o imaginado e a conjunção de forças que efetivamente se conjugam para a realização de determinado projeto; e para como, em alguns momentos, a exemplo da produção final de Gropius e da própria escola, critica o fato de seus protagonistas terem deixado transparecer certa fidelidade cega à arquitetura como última possibilidade de aspiração utópica, isolada do restante do mundo:

Hoje, reconsiderando aquele mundo que intuía o perigo do abismo e tenta salvar-se na arquitetura como uma nova fé, podemos perguntar-nos se aquela tão cautelosa apresentação das condições de vida já não seria uma relutância perante a vida, um adiamento para o infinito dos seus problemas mais urgentes: um modo de subtrair-se, traçando programas ilusórios, a um mal-estar que não já podia justificar-se pelo marasmo do pós-guerra e, a cada dia, se precipitava na impiedosa luta política [a aproximação da II Grande Guerra]. Um utopismo frio e desesperançado construía seus castelos no ar na periferia das grandes cidades; mas, no seu

“racionalismo” das estruturas perfeitas desses castelos, era mais fácil descobrir um protesto do que uma proposta, talvez a última defesa dialética do idealismo europeu contra a irracionalidade emergente junto com os mitos bárbaros da potência e do sangue. [...] (ARGAN, 2005, p. 134)

Mais tarde, no ensaio *Architettura e ideologia* [1957], Argan desenvolve de forma mais abrangente seu estudo sobre Gropius e a Bauhaus, revendo seu posicionamento e reafirmando sua crença na validade daquelas propostas, mesmo com as inadequadas soluções que foram apresentadas, e depositando confiança na *força moral* da arquitetura moderna (ARGAN, 1993, p. 259).

A batalha entre as palavras-chave de *crise* ou *continuidade*, que tiveram grande relevância no debate italiano, ajuda a entender certo sentimento mais ou menos generalizado sobre o que fazer com o que restou do campo de batalha da arquitetura moderna a partir dos anos 1950 e 60.

Os debates ganham outros tons, obviamente, à medida que se particularizam os desenvolvimentos da arquitetura em cada contexto local. Se de alguma forma a produção no Brasil se manteve entorpecida pela construção de *Brasília* e silenciada pelos rumos políticos tomados pela arquitetura durante a Ditadura Militar – no *adiamento das esperanças*, como identificou Sérgio Ferro –, credite-se a agitação, a partir do final dos anos 1960, vinda do debate travado em ambientes prioritariamente paulistanos entre as posturas de Artigas e dos membros da Arquitetura Nova (Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império).

Ainda que se concorde com Reinhold Martin que a Utopia foi exilada do debate arquitetônico na pós-modernidade, a ponto de não poder sequer ser invocada, isto não precisa ser entendido enquanto impasse – como indica o próprio Martin, a utopia vem reaparecendo nos últimos anos, como um *espectro* (MARTIN, 2010). Se a Utopia foi sendo programaticamente escamoteada no debate hegemônico, ela ressurgiu apropriada como uma *utopia do presente* na obra do Team 10 (RISSELADA e HEUVEL, 2005), como as *utopias de bolso* sugeridas por Rowe e Koetter (1978), ou ainda como a possibilidade de construção de *territórios de utopia*, como sugeriu Bonduki (1992) com relação às experiências de autogestão⁹ em São Paulo, durante a gestão Erundina. No insistente ressurgir da utopia, persiste a pertinência de seu debate.

Habitação social como um continente de utopias e de constrições

Nos anos 1950, enquanto no Brasil estavam sendo executadas as obras paradigmáticas do *Conjunto Pedregulho* e o da *Gávea*, no debate internacional já começavam a pesar as críticas às soluções de habitação em grandes blocos. É conhecido como no âmbito dos últimos encontros dos CIAM foram manifestadas críticas à formulação da cidade a partir das quatro funções básicas e como os membros do futuro Team 10 começaram a se articular num esforço de crítica à própria hegemonia dos CIAM, reformulando a questão da cidade moderna. Ana Barone (2002) destaca a importância das questões da habitação – do habitar humano – como fundamentais para os debates entre os principais formuladores do Team 10.

⁹ A tese de livre docência de João Marcos Lopes (2011), neste sentido, vem como uma possibilidade de revisão crítica das experiências com autogestão no Brasil.

O período entre os anos 1960-70 acolhe grande número de experiências com vistas a uma maior autonomia dos moradores em produzir o seu ambiente habitado – o termo *ambiente* já sugere uma escala maior do que a da casa. Pode-se pensar nas experiências de membros do Team 10, na aproximação com o tema da participação na obra de Christopher Alexander, nos Estados Unidos, e de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no Brasil, e também na atuação de John Turner no Peru. O paradigmático caso do *PREVI*, apesar de suas qualidades, serve para descortinar como, àquela altura, muito da energia utópica e transformadora dos trabalhos sobre autonomia já estava em vias de ser plenamente assimilada e conformada aos interesses do Estado, e não necessariamente dos moradores (GYGER, 2013).

No Brasil, na mesma época, se iniciavam as críticas à produção de habitação em larga escala, a exemplo do malsucedido caso do *Conjunto JK* em Belo Horizonte, que passou por muitas modificações até que se finalizassem as obras, e que logo se converteu num dos típicos conjuntos *malditos*. Ainda assim, produziu-se muita habitação com base no planejamento de origem modernista, através do BNH, na forma dos muito criticados conjuntos habitacionais de prédios e de casas, muitas vezes descolados de um projeto de cidade democrática – primeiro, por atender faixas de renda restritas, favorecendo empreiteiras e classes médias, e depois por serem descoladas do tecido consolidado das cidades. Mesmo as situações em que pretensamente se propunha repensar como resolver a questão da moradia foram duramente criticadas e se mostraram, tanto no curto como no médio prazo, pouco efetivas, e continuaram tendo como resultado a exploração do trabalho, num processo de “espoliação urbana”, nos termos de Kowarick (1979).

Por outro lado, a atuação de cooperativas habitacionais teve ampla repercussão e realizações as mais diversas nos continentes americano e europeu – por exemplo, as experiências uruguaias que tiveram grande influência sobre os debates e experiências realizadas no Brasil desde os anos 1980 (BARAVELLI, 2006)¹⁰. É fundamental pensar nessas situações, em que se propôs repensar não apenas o produto final como também o seu processo de produção, incluindo nos debates a questão da participação dos futuros moradores na realização dos projetos e/ou das obras e na gestão geral do processo. Experiências como essas apontam para o entendimento de que a solução mais adequada para a habitação não se encontrava exclusivamente nos técnicos e na técnica, mas passava pelo reconhecimento definitivo da necessidade de trocas com os moradores, como agentes que também *constroem e produzem* a habitação.

Mesmo nas situações aparentemente mais audaciosas, em que a habitação serviu de veículo para transformação urbana, sua realização foi marcada pelos costumeiros enfrentamentos. Ao refletir sobre o espaço doméstico na arquitetura depois do modernismo, Diane Ghirardo analisa o caso da *IBA* em Berlim e de outras exposições internacionais dedicadas ao tema da habitação, a partir das quais se podem ver os enfrentamentos comuns a diferentes realidades. A dificuldade de conseguir que o espaço habitado fosse também dotado dos serviços de apoio, por exemplo, foi um dos pontos

¹⁰ Durante a realização das entrevistas, a importância das cooperativas italianas também foi levantada como referência para as práticas de assessoria em projetos de habitação, ao conversarmos com Wagner Germano, da USINA. Ainda sobre as cooperativas habitacionais por ajuda mútua no Uruguai, ver também: AAVV. *Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas: una historia on quince mil protagonistas*. Junta de Andaucia; Intendencia Municipal de Monteivdeo; Agencia Española de Cooperación Internacional, 1999.

mais frágeis da *IBA*. Com a necessidade de atingir o maior número de unidades habitacionais construídas, pouco da verba foi destinada para garantir os serviços básicos nas unidades de vizinhança que estavam sendo projetadas e divulgadas amplamente como modelo de recuperação urbana (GHIRARDO, 1996).

Tendo sido um dos motores da utopia moderna em arquitetura (ROWE, 1995; HEYNEN, 1999), a pesquisa sobre habitação social, nos anos 1970-90, frequentemente serviu mais a seus detratores, como justificativa para por abaixo o *projeto moderno*. No debate teórico recente, nota-se que a questão tem pouca relevância – se não desapareceu completamente. Mesmo com o renovado interesse pelas interseções entre utopia, crítica e arquitetura nos últimos anos – que o digam os inúmeros seminários e coletâneas dedicadas ao tema – a habitação social ainda parece longe de ocupar novamente um lugar central nos debates teóricos. Estes giram mais em torno de definições do campo disciplinar; da visibilidade da arquitetura e dos arquitetos em meio à globalização (mesmo no contexto do espetáculo); dos avanços tecnológicos (mesmo que os processos construtivos e de projeção em geral apareçam dissociados de seus impactos sociais); da sustentabilidade; e de certo realismo *de mercado* (MALLGRAVE e GOODMAN, 2011; SYKES, 2013).

Não chega a ser novidade que o pensamento utópico venha merecendo pouco prestígio desde a segunda metade do século XX. Mas é curioso perceber que, ao mesmo tempo em que se decretavam as mortes da utopia e da arquitetura moderna a partir, dentre outros casos, da demolição do conjunto *Pruitt-Igoe* em Saint Louis em 1972, ou o incêndio do *Ronan Point* em Londres em 1968, elas ainda guiavam a produção de muitos conjuntos habitacionais. Agora, apagadas as chamas e baixada a poeira, é importante destacar que, ainda nos anos 1970, experiências de habitação continuaram sendo realizadas como parte do legado da arquitetura moderna, em muitos dos casos passando por uma reavaliação ou crítica, como no conjunto *Corviale* em Roma e no bairro *Gallaratese* em Milão, ou nas experiências parcialmente realizadas pela Urban Development Corporation (UDC) em Nova York nos anos 1970.

Reinhold Martin oferece uma interessante leitura sobre as consequências dos discursos contrários a soluções *modernistas* para a habitação, centrando-se nas críticas ao *Pruitt-Igoe*, nas proposições de Oscar Newman sobre o *espaço defensável*, nos conjuntos de políticas habitacionais que seguiram aos anos 1970 nos Estados Unidos, e na degeneração da Utopia quando da produção de espaços privatizados¹¹. Segundo Martin, tratou-se de um grande esforço em realizar a passagem da habitação como questão social para elemento estritamente econômico (MARTIN, 2010). Embora sua análise tenha como objeto a produção nos Estados Unidos, suas observações podem ser estendidas à situação atual da habitação na Inglaterra (McGUIRK, 2012) e aos desdobramentos recentes da política habitacional no Brasil, sobretudo no confuso contexto da elaboração e realização simultâneas do Plano Nacional de Habitação pelo Ministério das Cidades e do Programa Minha Casa Minha Vida

¹¹ Além do livro de Marin (1984), já mencionado, ver também o artigo de Charles Moore “You Have to Pay for the Public Life”, publicado originalmente em 1965 (*You Have to Pay for the Public Life: Selected essays of Charles W. Moore*. Cambridge; Londres: The MIT Press, 2001, p. 111-141); e o livro de Robert Fishman sobre o fenômeno dos subúrbios americanos como utopia burguesa (*Bourgeois Utopias: The Rise and Fall of Suburbia*. Nova York: Basic Books, 1987).

(MCMV)¹² pela Casa Civil.

Jean-Louis Cohen, ao narrar o *futuro* da arquitetura desde o final do século XIX até a contemporaneidade, faz um relato desiludido do afastamento entre a arquitetura e a maior parte da sociedade, apontando para a diminuta importância dada, por exemplo, à investigação no campo da habitação para os pobres:

Uma última e preocupante consideração diz respeito à relativa marginalidade dos programas de pesquisa e dos projetos experimentais no campo da habitação para a maior parte da população. [...] O compromisso social de arquitetos como Shigeru Ban, o Rural Studio ou Patrick Bouchain, assim como projetistas menos conhecidos, também continua sendo uma exceção, como permanece escassa a resposta às necessidades dos segmentos mais pobres da população. A arquitetura foi abandonando o compromisso com a sociedade, que caracterizara a prática profissional na primeira metade do século XX, quando esta estava mobilizada ante os desafios da urbanização e desempenhando um papel de liderança nos movimentos de reforma social. [...] O que ainda merece ser chamado de “arquitetura” parece ser pouco mais do que um punhado de diamantes em meio a escombros do planeta. Nessa perspectiva, as experiências do século XX e seu engajamento social correm o risco de terem sido nada mais do que um feliz e efêmero interlúdio no drama da história. (COHEN, 2013, p. 474)

É de nosso entendimento que, justamente porque estas forças estão enfraquecidas – e Cohen nem chega a destacar outros agentes que sofrem do mesmo enfraquecimento, como Estado e movimentos sociais – é um dever continuar a pensar sobre como as relações entre ambiente doméstico e escala urbana vêm sendo propostas. Se não resta nenhuma proposta arquitetônica transformadora, cabe especular ao menos sobre a relação entre habitação e cidade, acreditando ainda na potência do *viver juntos* na cidade. Assim, o mais importante para esta pesquisa é questionar como viver/habitar no lar está mais ou menos relacionado ao viver/habitar na cidade. Entendemos que tal passagem é carregada de potência política, por significar o trânsito entre os domínios público e privado.

A partir do exposto, entendemos que o tema da habitação de interesse social se mostra relevante em pelo menos três sentidos. A começar, ele atravessa a modernidade e suas muitas fases de mal-estar, constituindo uma recorrência fundamental do campo disciplinar. Segundo, porque a habitação é uma *mercadoria especial* (MARICATO, 1997), cuja produção foi usada recentemente no Brasil como estratégia para diminuir os impactos de uma crise mundial, por meio do Programa MCMV. Finalmente, porque permite enfrentar diretamente a dimensão social da arquitetura, e questionar a atuação dos profissionais arquitetos e urbanistas na construção da cidade.

¹² O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi anunciado pelo governo federal em 25 de março de 2009, através da Medida Provisória nº 459, e sancionado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho do mesmo ano. Desde então, foram acrescentadas várias resoluções, e em 16 de junho de 2011 instituiu-se o chamado Programa MCMV 2, através da Lei nº 12.424. Seu processo de construção remonta pelo menos ao lançamento do *Programa Moradia*, elaborado pelos integrantes do Instituto Cidadania (2002). Considerando o período do início do programa a abril de 2013, contam-se mais de 2,5 milhões de unidades contratadas e pouco mais de 1,1 milhões de unidades entregues no país. Desde o lançamento do Programa, não faltaram desconfiças e críticas à sua (não) efetividade na solução do déficit habitacional e na contribuição para os debates sobre projetos de Habitação de Interesse Social – ver Bonduki (2009), Maricato (2009; 2011, p. 56-75); Arantes e Fix (2009); e os produtos do Grupo de Trabalho sobre Moradia do Observatório das Metrôpoles (LAGO 2011; 2012; CARDOSO, 2013).

A delimitação do recorte empírico

A literatura especializada com origem nos centros paulistas e cariocas ilustra bem a pauta de certo *pensamento crítico* brasileiro sobre a cidade periférica, como entendido por Erminia Maricato (2011). Acrescente-se a esse conjunto de debates aqueles produzidos em Salvador, com menor repercussão, pela CPE (Comissão de Planejamento Econômico) e pelo LabHabitat / FAUFBA – sobretudo os trabalhos realizados pela socióloga Maria de Azevedo Brandão (1978; 1980) e pela arquiteta Angela Gordilho-Souza (1997; 2008)¹³.

Na historiografia recente de arquitetura e urbanismo no Brasil, reconhece-se a pouca expressividade das experiências em habitação popular, a partir de meados dos anos 1960, em geral marcadas pela *repetição de modelos* acrítica. Bastos e Zein sintetizam, de alguma forma, as dificuldades em tratar de questão tão complexa:

[...] Cada singela ação no tema da habitação social ganha sempre um enorme significado simbólico, seus parcos logros (e muitos malogros) são potencializados ao máximo: o tema da habitação social nunca se esgota apenas no que é, mas, principalmente, em que poderia se tornar.

Essa contradição entre o desejo idealizado e os fatos concretos (ou sua ausência) parece sempre marcar o tema da habitação social, e pode chegar a um limite quase insuportável de tensão quando se considera a realidade brasileira do século XX. Em que pese a relativa expansão no atendimento à demanda habitacional após 1970, a moradia social no Brasil segue sendo pensada apenas numericamente; exceto em casos pontuais, as propostas pouco avançam em termos de amplitude conceitual, de renovação urbana, e, muito menos, como passo necessário para uma maior justiça e participação social democrática. [...] (BASTOS e ZEIN, 2010, p. 303-304).

É grande o número de estudos desses casos exemplares, como, por exemplo, o trabalho sobre Cajueiro Seco, realizada por Diego Souza (2010), pesquisas sobre mutirões e sobre a prática de assessoria técnica em habitação (PULHEZ, 2007; NOGUEIRA, 2010, BARROS, 2011) e pesquisas com vistas a lançar metodologia e indicadores de qualidade para o projeto de urbanização e de habitação (BUENO, 2000; BRAGA, 2001; SANTOS, 2004; SAMORA, 2010, FERREIRA, 2012). Numa leitura mais ampla, a tese de Lizete Rubano (2001; 2008) aponta a falta de uma cultura arquitetônica mais difundida em nossa produção recente. Isso prende o debate quase sempre a questões quantitativas, enquanto falta aprofundamento nas questões técnicas e qualitativas e nas análises propriamente arquitetônica. Nesse contexto, contam positivamente as pesquisas que envolvem avaliação pós-ocupação e/ou análise e proposição de indicadores de qualidade de projeto (REIS, 1998; LAPETINA, 2007; KENCHIAN, 2011)¹⁴.

Do recorte empírico escolhido para a presente dissertação, constam cinco propostas de Habitação de Interesse Social, concluídas ou em andamento. Não se pretende abarcar todo o universo de HIS produzida no Brasil, nem mesmo nos estados onde as propostas se encontram. Não se quer escolher

¹³ Embora nesta pesquisa estejam sendo analisados casos muito específicos, o conjunto de entrevistas e o levantamento dos debates produzidos ao longo da segunda metade do século passado sugerem o aprofundamento futuro de como se deram as trocas de influências nos debates sobre habitação e cidade no estado da Bahia, o que pode vir a ser uma nota a mais no mapeamento e reflexão já iniciados por Maricato sobre a chamada *Escola Brasileira de Urbanismo* (MARICATO, 2011).

¹⁴ Aponta-se também para a contribuição de pesquisadores portugueses no estudo da qualidade do projeto – ver, por exemplo, as pesquisas de Joao António Pedro (2000) – e a dinâmica do espaço habitado em projetos de habitação popular, de Pedro António Jorge (2012; 2013).

esta ou aquela como a melhor proposta, a mais bem sucedida ou a que traz garantias de uma *utopia realizada*. Entende-se que há um conjunto de utopias, ainda que difusas, imprecisas, nem sempre bem refletidas, que permeiam a produção de habitação. Interessa-nos entender como se dão esses fluxos, a partir dos casos escolhidos.

O recorte considera a possibilidade que as obras escolhidas oferecem à discussão da produção de habitação pelo Estado, em diferentes conjunturas políticas (tanto no sentido mais amplo como em diferentes políticas habitacionais) e distintos arranjos institucionais. O caráter das intervenções também varia – ainda que em todas elas a dimensão urbana seja forte, o que nos permite reuni-las para a pesquisa. Nas propostas para duas cidades da Região Metropolitana de São Paulo (*COPROMO* e *Tânia Maria*), trata-se de construção de unidades novas em terrenos que não se encontravam ocupados antes da organização dos grupos de futuros moradores. Em Salvador, trata-se de diferentes contextos de urbanização de áreas ditas informais – *Candeal Pequeno*, *Sussuarana* e *Rocinha* – sendo que a última está inserida na Poligonal de Tombamento do Centro Histórico de Salvador.

Interessa-nos, sobretudo, trabalhar com casos em que se superam a cultura de reprodução de modelos sem ação criadora, bem como a cultura de aceitação de um cenário em que “não há alternativas”. Situações particulares em que se discutiram e elaboram novas propostas de habitação social, tratando o ato de projetar como momento de reflexão sobre suas condições particulares de existência e, portanto, sobre a arquitetura como um todo.

O possível, nesses casos, assume uma potencialidade que vai além do que pode ser administrado no presente, da adesão à contingência, e sugere também a possibilidade de tudo que pode vir a ser. As obras assinalam, em diferentes aspectos, a possibilidade de superação de questões que se apresentam inviáveis inicialmente e levam à criação daquilo que David Harvey chamou de “espaços de esperança” (HARVEY, 2012).

A delimitação do recorte temporal, a partir dos anos 1990, permite discutir aspectos da produção de habitação desde a consolidação dos debates da Reforma Urbana. Os projetos por si só não dão conta de todo o processo, mas ajudam a entender os principais enfrentamentos na produção de habitação no período. Os primeiros anos foram marcados pelo início do processo de redemocratização pós-ditadura militar, momento profícuo das discussões sobre política urbana e direito à moradia. Acompanhou-se, ao longo das duas décadas seguintes, um conjunto de negociações e disputas que trazem como contribuições a constituição de um arcabouço legal que estabelece a necessidade de efetivar o direito à cidade; a consolidação de uma ampla política habitacional até então apenas esboçada; e, nos últimos anos, o grande aporte de financiamento para a construção civil, utilizando como justificativa a necessidade de superar o déficit habitacional.

Nossos questionamentos incluem entender como utopia e pragmatismo estão presentes na elaboração e realização dos projetos e, dada a proeminência da materialidade da obra construída, entender o que de utopia reside no momento posterior à concretização. Mais importante, que *espaço de aparência pública*, seguindo o que foi teorizado por Hannah Arendt a partir de sua leitura de

Husserl, se pode alcançar a partir dessas obras, admitindo que elas criam condições que para *outras utopias* possam ser desejadas?

A pesquisa não tem caráter inédito nem se propõe a teorizar ou dar necessariamente elementos para a produção de habitação. Em última instância, soma-se a um conjunto de outras investidas que recolocam o papel dos arquitetos na produção arquitetônica contemporânea e a necessidade de avaliar a produção de interesse social a partir da sua relação com a construção da própria cidade.

Nossa insistência não pretende exercer influência na recolocação do tema da habitação social como centro do debate arquitetônico. Apenas aproveitamos certa abertura para discutir o lugar da arquitetura na construção da esfera pública, fazendo-o a partir do que se imagina ser um lugar privilegiado para a análise. Se de alguma forma se pode exercer papel relevante, este seria o de contribuir para reafirmar o papel da teoria e da necessidade de pensar (e propor, e trabalhar) a partir da utopia. E, ainda, reforçar a importância da forma construída como substrato também carregado de conteúdo político.

Decidiu-se trabalhar apenas com habitação subsidiada pelo Estado, por esta ser mais sensível às questões da pesquisa, ou seja, por permitir ler com mais clareza as interseções entre a produção de moradia e os diversos agentes sociais. Tem-se em vista a criação de um panorama complexo, com diversas camadas, que incentive o desenrolar futuro de mais pesquisas, com vistas à maior densidade na análise de obras de Habitação de Interesse Social.

Os casos deverão ser entendidos, portanto, em sua particularidade. Somente numa pesquisa mais ampla e profunda será possível acrescentar estudos de outros casos e estabelecer conclusões sobre as possibilidades de cada forma de intervenção (ocupação de terrenos vazios ou melhoria de tecidos existentes), construção (mutirão, contratação direta, licitações de obras públicas) e organização espacial (forma-bairro, forma-conjunto ou forma-condomínio).

Estrutura da dissertação e caminhos metodológicos

No primeiro capítulo faz-se um levantamento de debates teóricos realizados a partir dos anos 1960-70 sobre as (im)possibilidades apresentadas para a arquitetura a partir do reconhecimento de crise na arquitetura moderna. Trata-se, em grande medida, dos autores que compõem o que pode ser chamado de debate entre posturas críticas e pós-críticas. Muito embora este debate esteja circunscrito a ambientes intelectuais americanos e europeus, entende-se que ele tem um potencial para se pensar como a arquitetura pode (ou não) incorporar uma dimensão utópica/crítica.

O referido debate “pós-crítico” ou “projetivo”, em arquitetura, manteve-se circunscrito majoritariamente a centros acadêmicos nos Estados Unidos e na Holanda, não tendo ampla repercussão no Brasil¹⁵. Merecem destaque, no entanto, algumas situações excepcionais onde o tema aparece em

¹⁵ No Brasil, os debates subscritos com o termo *pós-crítico* tiveram mais repercussão no campo da pedagogia, associados às contribuições de pensadores associados ao pós-estruturalismo francês ou, melhor dizendo, à filosofia continental europeia, notadamente Michel Foucault e Gilles Deleuze. Não se descarta, no entanto, a sua presença no debate crítico em arquitetura e urbanismo no Brasil através de autores que trabalharam com este referencial teórico.

publicações brasileiras de forma tangencial (TEIXEIRA, 2003; PASSARO 2008), ou vinculado estritamente ao debate sobre procedimentos projetuais (DUARTE, 2012; 2013). Mesmo nos centros acadêmicos americanos e holandeses, onde teve grande repercussão no campo da arquitetura, o debate estritamente pós-crítico parece, hoje, ganhar outros contornos, tendendo a definir melhor os termos do que viria a ser a dimensão crítica e delineando diferentes modos de atuação, um percurso que será detalhado ao longo do primeiro capítulo. Note-se que a publicação, no Brasil, da antologia de artigos-referência para o debate teórico recente em arquitetura, organizada por Krista Sykes (2013) pode levar a uma aproximação maior nos próximos anos.

O debate teórico no Brasil ainda se encontra em parte muito restrito à pesquisa acadêmica ou difuso em editoriais – esparsos – em revistas de circulação nacional e na publicação de obras de caráter monográfico¹⁶. De forma geral, como assinala Maria Alice Junqueira Bastos, entre os anos 1980-90 houve certa estagnação do debate teórico, que pode ser descrito muito mais em termos de “corpo de ideias” e temas, e não na formação de grupos ou de linhas de pensamento:

Fica patente [...] a idéia de um despreparo teórico para superar a crise da arquitetura moderna brasileira. Nos anos de 1980 e 1990, persiste a idéia de que a arquitetura carece de um corpo teórico consistente, que substitua a falência dos princípios da arquitetura moderna. Idéia que, até certo ponto, pode estar associada à ausência de um discurso ideológico que se alie a um dos caminhos da arquitetura atual. (BASTOS, 2003, p.253)

Muito embora se concorde com esta leitura geral, algumas empreitadas mais recentes assinalam para a criação de um campo mais fértil para o debate teórico, tanto nos casos onde se percebe uma aproximação como o chamado “pensamento pós-estruturalista”¹⁷, assim como nos casos onde a aproximação é maior com o pensamento marxista e a Teoria Crítica¹⁸. É evidente que essa apresentação ligeira carece de maior aprofundamento, e não estão inseridos aqui outros alinhamentos teóricos, assinalando apenas aqueles que se inserem no debate crítico sobre a produção da arquitetura e da cidade contemporâneas.

A problematização trazida pelo debate é relevante porque trata de categorias densas e impregnadas na própria condição que permite a realização da arquitetura. As diferenças entre os debates nacional e estrangeiro também não impedem de reconhecer a condição de crise para a produção e a reflexão sobre arquitetura no Brasil. Os termos dos debates estrangeiros não nos servem de espelho, mas contribuem para levantar que (outras) formas de pragmatismo estão em jogo no Brasil, particularmente nos casos de Habitação de Interesse Social. Primeiro, como dito, porque se acredita que utopia e pragmatismo, mais do que antagonistas, são condições de existência da arquitetura, suas proporções relativas dependendo do campo de forças em jogo. Além disso, a julgar pelo modo

¹⁶ A publicação, desde 2011, da revista *Monolito*, não acena para a convergência de um esforço em discutir a partir de um corpo teórico mais sólido, uma vez que prevalece no projeto editorial da revista o caráter monográfico. Sempre salutar, pela possibilidade de se ter acesso aos projetos em detalhe, mas que carece de uma investida maior no debate teórico.

¹⁷ Neste caso, considere-se a publicação de “Em obras: história do vazio em Belo Horizonte” [1999], de Carlos Teixeira, associado à sua atuação junto ao escritório Vazio S/A; a publicação de “Estética da ginga”, de Paola Berenstein Jacques [2001] e, mais recentemente, a publicação do livro “Arquitetura dos entre-lugares” [2012], de Igor Guatelli. Para todos estes casos, destaque-se a importância da experiência acadêmica como antecedente da publicação dos referidos livros e a influência do pensamento pós-estruturalista, com diferentes conotações para cada um dos autores.

¹⁸ Neste caso, considere-se a publicação do livro “Arquitetura na era digital-financeira”, de Pedro Fiori Arantes [2012], assim como o conjunto de artigos publicados por Silke Kapp, com destaque ao ensaio “Por que teoria crítica da arquitetura” [2005]. Para ambos os autores, existe uma grande aproximação das suas atividades – projetuais e/ou acadêmicas – com relação ao tema da habitação social (ARANTES, 2002; 2008; KAPP, 2008; KAPP, BALTAZAR e VELLOSO, 2006).

como mais uma vez o problema habitacional está sendo tratado, pode-se relacionar o pragmatismo com uma noção mais geral de atuação no mercado de arquitetura e urbanismo, a exemplo do modo como os incorporadores imobiliários e a lógica de mercado interferem na produção da arquitetura.

No segundo capítulo, faz-se uma aproximação maior entre as formulações utópicas e a arquitetura, destacando-se casos exemplares onde a habitação teve um papel fundamental. Uma nova *arqueologia* das interseções entre utopia e arquitetura exigiria um trabalho cioso e longo, motivo pelo qual nos valem do que já foi estabelecido na historiografia corrente. Propõe-se um salto para destacar na produção recente, a partir dos anos 1960-70, algumas obras que representam bem os principais enfrentamentos da habitação social, agrupados em categorias não-excludentes, em que se destacam três *dilemas*. São eles: *dilema da tipologia*, ou seja, o debate entre a produção de edifícios altos e a defesa de edifícios com baixo gabarito e alta densidade de ocupação; *dilema da autoria*, referente ao papel dos arquitetos frente ao projeto e os (des)caminhos da participação popular; e *dilema da forma urbana*, onde se discute a questão da integração ou segregação dos conjuntos em relação à cidade.

No terceiro capítulo, são apresentados os cinco estudos de caso, cujas pesquisas consistiram inicialmente na pesquisa bibliográfica sobre os casos; na investigação das preexistências físicas e legais das áreas de intervenção; e em visitas às áreas. Num segundo momento, realizamos entrevistas com arquitetos e/ou representantes do Estado responsáveis pelo acompanhamento do projeto e novas visitas aos casos estudados. A seguir, desenvolveram-se as análises, que resultaram no texto ora apresentado.

As análises tiveram como um de seus princípios norteadores a recuperação do processo de elaboração das propostas até a finalização das obras – ou seu estágio atual, nos casos de obras em andamento. Embora não seja adotada como referência principal, tem-se em mente também a noção de *posição de arquitetura* (*architectural position*), como teorizada por Royston Landau (1981). Note-se que preferimos adotar o termo *posição de arquitetura*, apesar de este mesmo referencial já ter sido adotado em outras pesquisas com o termo *posição arquitetônica*¹⁹.

É fundamental entender o papel dos arquitetos em articular o conjunto de variantes que interferem na elaboração das propostas e como eles se posicionam frente aos diferentes poderes que concorrem para seu desenvolvimento. A referência à noção de *posição de arquitetura* se mostrou adequada uma vez que, ao se pretender discorrer ao longo da dissertação sobre as tensões entre utopia e pragmatismo na elaboração das propostas, já se pressupõe o entendimento da complexidade das forças em jogo.

[...] [U]ma análise de um campo arquitetônico deve ser capaz de reconhecer as ações complexas, inconsistentes e erráticas que surgem de posições individuais, mas deve ser capaz, também, de levar em conta a pluralidade de sistemas de crença que pertencem a diferentes membros de uma comunidade intelectual em particular mas que, enquanto grupo ou equipe, também possui características igualmente complexas, inconsistentes e imprevisíveis.

¹⁹ Tem-se em mente a tese “Grupo Archigram, 1961-1974: Uma fábula da técnica”, desenvolvida por Cláudia Cabral na Universitat Politècnica de Catalunya, sob orientação de Josep Montaner, que também usou o referencial de Landau (CABRAL, 2001, p. 19-20).

(LANDAU, 1981, p. 113)²⁰

Uma segunda etapa das análises, igualmente importante, é a leitura dos espaços. Conta-se com as impressões e conversas realizadas no local (em visitas às obras construídas, em andamento, e um terreno). Soma-se a elas a revisão da fortuna crítica dos casos, que varia entre artigos de revista, documentos, teses e dissertações. No primeiro caso apresentado, do COPROMO, as plantas e corte foram redesenhadas, servindo de modelo para o aprofundamento das análises, que deverão contar com o redesenho completo das peças gráficas.

Ainda sobre as análises, em termos gerais, faz-se a leitura dos objetos arquitetônicos a partir do método proposto por Kenneth Frampton, conhecido como *Análise Crítica e Comparativa da Forma Construída* (FRAMPTON, 2010). Este método vem sendo desenvolvido ao longo de duas décadas por Kenneth Frampton, como parte das suas atividades regulares na Columbia University. Optou-se por empregá-lo de forma pouco ortodoxa, uma vez que Frampton o emprega estudando pares de obras, e aqui tratamos de cinco. Devem-se fazer mais ressalvas: as análises de Frampton tendem a valorizar, quase exclusivamente, as obras que expressam com mais *verdade* a sua dimensão tectônica. Com respeito a isto, nosso objetivo foi de não vincular a qualidade do ambiente construído exclusivamente a tal dimensão, nem acreditamos que a constituição de um *espaço de evidência pública* esteja tão intrinsecamente vinculada a ela.

Por outro lado, a comparação à moda de Frampton busca identificar como a tradição arquitetônica vai sendo modificada ao longo do tempo. Apesar de estarmos trabalhando num universo de experiência muito caro à tradição arquitetônica moderna, as entrevistas com os arquitetos nem sempre esclareceram quais foram as principais referências adotadas, nem é possível inseri-las facilmente numa determinada *cultura arquitetônica*. Neste momento, a contribuição de Landau se faz ainda mais relevante, pois o fato de os arquitetos não terem enunciado suas referências de forma clara não impede de reconhecê-las nas obras e no processo.

A confrontação entre o conjunto de resultados da pesquisa levou à redação dos textos descritivos e analíticos que compõem o capítulo. A cada obra, o texto começa com apresentações da proposta e de sua localização, seguido pela narração do processo que levou à sua situação atual. A partir do momento em que se trabalha a implantação dos conjuntos, se desenvolvem análises críticas e comparativas, buscando entender as hierarquias dos espaços e dos acessos; a constituição de espaços públicos / semipúblicos / privados; a organização interior das unidades; a organização das unidades em blocos; as relações entre estrutura, membrana envoltória, cobertura e acabamentos.

Ao final da dissertação, são acrescentados apêndices que ajudam a contextualizar, ampliar e aprofundar as questões tratadas na pesquisa, servindo mais como o registro do conjunto de levantamentos empreendidos ao longo de sua realização. O Apêndice A (*Cronologias*) é um mapeamento dos principais debates em torno das questões da utopia, do pragmatismo e da crítica em arquitetura, assim como dos debates e da produção material no campo da habitação social, ainda

²⁰ Tradução livre do original: “[...] [A]n analysis of an architectural field must be able to recognize the complex, inconsistent and erratic actions coming from individual positions, but also, it must be capable of taking into account the plurality of belief systems belonging to the different members of a particular intellectual community, but who, as a group or set, also possesses similarly complex, inconsistent and unpredictable characteristics.”.

que se ressinta a falta do cruzamento destes debates; no Apêndice B (*Entrevistas*) estão listadas as entrevistas realizadas com profissionais envolvidos na realização das propostas; e o Apêndice C (*Periódicos*) é uma listagem de edições – e conjuntos de edições – de periódicos que tratam das questões relacionadas à pesquisa.

CAPÍTULO 1

(IM)POSSIBILIDADES PARA A ARQUITETURA NO DEBATE TEÓRICO RECENTE (ANOS 1960-2000)

Pensar sobre a relevância do pensamento utópico dentro do debate contemporâneo em arquitetura nos leva, quase naturalmente, a lidar com os debates produzidos a partir dos anos 1960. Qualquer tentativa de determinar precisamente um evento como o “fim”, a “morte”, ou meramente “um ponto de inflexão” para a crise da Arquitetura Moderna seria invariavelmente questionável ou mesmo ineficaz. O que nos interessa neste capítulo é circunstanciar, num primeiro momento, este conjunto de debates no campo da arquitetura e do urbanismo, como documentos que atestam o reconhecimento de crise da arquitetura moderna – tenha esta (suposta) crise começado ainda nos anos 1930, como destacam alguns autores, entre eles Colin Rowe e Fred Koetter (1978); seja ela mais claramente percebida a partir da experiência de Le Corbusier em Argel, como indica Tafuri (1985); ou mesmo que ela tenha dia e hora marcados para sua “morte”, como indicado por Charles Jencks (1977), usando o momento de demolição do conjunto *Pruitt-Igoe*.

Como não se trata, aqui, de uma pesquisa com finalidade historiográfica, decidiu-se pela seleção daqueles debates que se mostraram mais relevantes para se entender as obras escolhidas como recorte empírico da pesquisa, permitindo evidenciar os limites e potenciais da utopia e do pragmatismo para a produção arquitetônica. Foi realizado um extenso levantamento dos debates, a partir do que é estabelecido na historiografia que trata da produção contemporânea, assim como nos principais periódicos da área (tanto aqueles já consolidados como a nova safra de revistas, magazines e periódicos acadêmicos, criados nos últimos dez anos) – estes últimos, de fundamental importância para assinalar a relevância dos debates sobre utopia, crítica em arquitetura e pragmatismo²¹.

Apesar de ter sido elaborado a partir de um recorte específico – os debates que giram em torno da questão da utopia e do pragmatismo, da relação entre teoria e prática arquitetônica, e os debates produzidos por autores ligados à criticalidade e a pós-criticalidade – o panorama apresentado é bastante heterogêneo e permite fazer muitas outras variações. Interessa-nos destacar perspectivas apontadas para a arquitetura, localizadas no teórico, para (re)inserir a questão da utopia – e como ela pode ser evidenciada e/ou problematizada a partir da forma construída.

Interessa-nos entender que possibilidades se apresentaram à arquitetura – e à utopia e à arquitetura enquanto crítica – no debate recente, marcado a partir dos anos 1960 até o debate contemporâneo, lembrando apenas que estamos tomando como referência certa genealogia dos debates, e não com a expectativa de acertar na escolha do que pode ser entendido como o debate central, ou o mais relevante para a produção da arquitetura na contemporaneidade. A genealogia cobre, numa leitura mais ligeira, os debates sobre a autonomia do campo disciplinar e sobre suas possíveis relações com

²¹ Nos apêndices A (Cronologias) e C (Periódicos) são apresentados ramos destes debates, com a expectativa de que possam ter continuidade com o aprofundamento futuro da pesquisa.

o restante da sociedade, o que nos leva a concordar com a possibilidade apenas de uma semiautonomia da arquitetura.

1.1 | Arquitetura e o “Real” em disputa: (im)possibilidades de projetos críticos

Boa parte dos debates que deram visibilidade à recente discussão em torno do chamado pós-crítico, foram apresentados pelos seus autores como uma oposição ao chamado “projeto crítico” para a arquitetura, que remontaria aos anos 1960-80, centrando-se principalmente nas figuras de Manfredo Tafuri, Peter Eisenman e Michael Hays. Um primeiro passo a ser dado é o de delimitar com mais precisão o que se coloca como um “projeto crítico”, dado que nem sempre para os autores a quem se atribui a “paternidade” de tal projeto o define claramente como tal. E mesmo quando isto acontece, é preciso entender melhor como os pressupostos teóricos foram colocados originalmente, porque, em grande medida, ocorreu um processo bastante comum nos embates teóricos, ou seja, o de dar nome a algo, simplificando-o ou interpretando-o de forma conveniente, justamente como um pressuposto para que se pudesse derrubá-lo.

O reconhecimento de crise na arquitetura moderna é um ponto comum aos três supostos “pais” do projeto crítico, a partir do qual são elaboradas suas agendas, fossem elas exclusivamente teóricas ou na interseção entre teoria e prática. De antemão, deve-se mencionar a noção de um “projeto crítico” para a arquitetura precisa ser circunstanciado historicamente, até porque, numa primeira análise, a arquitetura moderna já pode ser, ela mesma, considerada como um projeto crítico, se consideradas as suas aspirações mais utópicas e de transformação da sociedade moderna. Independentemente das suas circunstâncias – se considerando as experiências pioneiras do século XX ou o modo como se lidou com a crise da arquitetura moderna – acreditamos que tal “projeto crítico” não pode ser declarado como acabado, ou plenamente superado, dado que faz parte de sua concepção a constante autocrítica e reformulação pelos seus próprios autores.

Das figuras apontadas como formadores de um projeto crítico a partir dos anos 1960, daremos mais atenção às figuras de Manfredo Tafuri e Michael Hays, que permitem uma continuidade da leitura. O caso de Peter Eisenman, apesar de sua obra ter grande relevância para o debate teórico internacional, é deixado um pouco à margem. Ainda que Eisenman seja crítico com relação à formação do campo disciplinar, constrói uma autonomia muito restrita à interseção do campo com o universo da linguística, decidindo-se claramente por não interagir de forma mais direta com o restante do universo da produção de arquitetura (EISENMAN, 1979; 2003; 2008).

Entre Tafuri e Hays, aparece a figura de Fredric Jameson, o que nos permite reconstruir uma sucessão de influências e de circulações de ideias, a fim de melhor compreender como, na acepção do crítico de arquitetura americano, a arquitetura deve ser entendida, antes de tudo, como um meio de “negociação do real”.

Interseção entre arquitetura e política e o “espaço da existência” como o grande Outro da arquitetura a partir de Manfredo Tafuri

Manfredo Tafuri [1935-1994] é reconhecido por seu papel como forte oponente das chamadas história e crítica “operativas”. O historiador as criticava por serem parciais e por se constituírem como base para as justificativas necessárias para a produção contemporânea, sempre de acordo com suas respectivas aspirações ideológicas. A questão da operatividade e das relações entre teoria/crítica e projeto são recorrentes ao longo de sua obra, e geram ainda hoje muitas interpretações equivocadas ou distorcidas, mesmo dentre aqueles que se pressupõem trabalhar a partir do seu referencial teórico.

Foi uma das figuras responsáveis também por estabelecer, junto a outros intelectuais do contexto italiano, uma crítica radical às vanguardas históricas do começo do século XX e à metrópole moderna (esta última entendida como seu campo de experimentação das vanguardas por excelência), revelando o papel mistificador da arquitetura – e da racionalidade como um todo – que servia à manutenção dos ciclos de produção do sistema capitalista. Em síntese, às manifestações mais pretensamente radicais das vanguardas, Tafuri lhes creditava o papel de terem se revelado, com a crise do Movimento Moderno, como “prefigurações” ou “antecipações ideológicas” que garantiam a sobrevivência do próprio sistema capitalista, por mais que pretensamente estivessem tentando superá-lo.

De forma geral, a crítica de Tafuri questiona não apenas a produção contemporânea, mas também o próprio papel da história da arquitetura naquele momento, sobre a possibilidade da arquitetura assumir um “papel produtivo” no debate. Naquele momento, entre os anos 1960-80, em que se consolidava o reconhecimento da crise do movimento moderno em arquitetura, nas suas aspirações mais utópicas, e que tendia tanto para um historicismo quanto para uma tendência aos estudos de semiologia e semiótica sem o acompanhamento de uma crítica que pudesse avaliá-los de forma mais acurada, a crítica tafuriana assumia também um caráter operativo. Em linhas gerais, dedicava-se a fazer, através da crítica histórica, o processo de desmistificação da história da arquitetura moderna e da produção contemporânea.

A partir de sua crítica à ideologia da arquitetura moderna, argumentava que não adiantaria qualquer esforço em reverter a situação, atuando estritamente dentro do campo disciplinar da arquitetura, assim como não adiantaria esperar uma transformação via “projeto” – qualquer possibilidade de mudança só poderia ser encontrada na interseção entre arquitetura e política. Deste modo, ele finaliza “Projeto e utopia” parafraseando o Engels de “A Questão da Habitação” [1872], não deixando margens para a possibilidade de uma arquitetura dita “de classe”, que pudesse ser entendida como uma expressão da luta operária, crítica, capaz de reverter o processo em curso (TAFURI, 1985, p. 121).

Pode até acontecer que existam muitas tarefas específicas para a arquitetura. A nós interessa sobretudo saber porque é que até hoje a cultura de inspiração marxista, com extremo cuidado e com uma obstinação digna de melhor causa, nunca negou ou encobriu culposamente esta simples verdade: que, tal como não pode existir uma Economia política de classe, mas uma crítica de classe à Economia política, também não é possível criar uma estética, uma arte, uma

arquitectura de classe, mas apenas uma crítica de classe à estética, à arte, à arquitectura, à cidade.

Uma crítica marxista coerente da ideologia arquitectónica e urbanística apenas pode desmistificar realidades contingentes e históricas, de modo algum objectivas ou universais, que se ocupam por detrás das categorias unificantes dos termos arte, arquitectura, cidade: reconhecendo outrossim os novos níveis atingidos pelo desenvolvimento capitalista, e com os quais os movimentos de classe são chamados a confrontar-se. (TAFURI, 1985, p. 121)

Apesar de ter influenciado gerações de intelectuais e de ser apontado como um dos pais de certo “projeto crítico” para a arquitetura, na verdade o seu pressuposto principal era de que, considerada isoladamente, a arquitetura não teria condições de se prestar a uma crítica de classe. Não haveria como a arquitetura, isoladamente, ter qualquer papel definitivo como elemento de transformação. Entende-se, com isso, não uma posição de melancolia, de resignação à falta de alternativas. Ter consciência desta impossibilidade implica em estar atento a outras formas de organização do trabalho dos arquitetos para corresponder ao anseio de suas inquietações.

A reflexão sobre a arquitectura, enquanto crítica da ideologia concreta, “realizada” pela própria arquitectura, só pode alterar-se e alcançar uma dimensão especificamente política.

Só neste ponto – isto é, depois de ter excluído qualquer ideologia disciplinar – é lícito repropor o tema dos novos papéis do técnico, do organizador da construção, do *planner*, no âmbito das novas formas do desenvolvimento capitalista. E, por conseguinte, das tangências possíveis ou das inevitáveis contradições entre um tal tipo de trabalho técnico-intelectual e as condições materiais da luta de classes. (TAFURI, 1985, p. 122, grifo original)

A suposta paternidade do projeto crítico para a arquitetura não significa, evidentemente, que o historiador tenha criado um arcabouço teórico operativo (no sentido estrito), visando à constituição formal de uma outra “arquitetura crítica”. A construção teórica de Tafuri se insere no que ele chama de seu “projeto histórico” ou “projeto de crise” (TAFURI, 1987). O aparente pessimismo e melancolia da crítica tafuriana vem do reconhecimento da falta de “contato com o real” na prática arquitetônica, tendo em vista o “fracasso projetado” das ideologias arquitetônicas no contexto da modernidade, que apenas anteciparam as etapas de desenvolvimento da sociedade capitalista, e o progressivo afastamento do real para os arquitetos contemporâneos, que não conseguem mais, através da forma, expandir-se em direção ao “Outro”, ao espaço da existência.

Seu “projeto de crise” é como uma via de mão dupla: por um lado, deve submeter o objeto de estudo à análise histórica, uma operação que se dá nos interstícios das técnicas e linguagens disponíveis e que deve considerar questões mais gerais como a divisão do trabalho e as fronteiras disciplinares. Deve-se, portanto, “*projetar a crise da técnica que já é dada*” (TAFURI, 1987, p. 13, grifo do autor). Por outro lado, a própria linguagem da história deve ser posta “em crise”, lembrando que o historiador também está inserido no processo de divisão do trabalho e corre o risco de acabar construindo, com sua linguagem, monólitos impenetráveis, ao invés de se lançar à tarefa de desmontar aqueles que já estão consolidados e se apresentam como verdades.

Um aspecto pouco discutido, porém central na crítica de Tafuri, vem da influência do texto “O autor como produtor” [1934], de Walter Benjamin, sobre a dimensão “operativa” da crítica tafuriana. Se Tafuri sempre se mostrou tão pessimista frente à produção contemporânea a ele, era porque percebia no circuito da “alta arquitetura” uma irreconciliável separação entre os arquitetos e o seu “Outro”, o real, o “espaço da existência”. O texto de Benjamin sinalizava para a necessidade de se

pensar num “novo técnico” que não é apenas o autor isolado da obra de arte, mas aquele que se engaja diretamente na transformação das relações de produção. A possibilidade de repropor “novos papéis do técnico”, já assinalada em “Projeto e utopia”, aparece mais bem delineada no conhecido artigo “L’Architecture dans le boudoir” (TAFURI, 1974), de onde se depreende a influência do texto “O Autor como Produtor”, de Benjamin:

Pensar no arquiteto como um produtor é renunciar quase inteiramente à bagagem tradicional de valores e julgamentos. Como uma análise crítica almeja mais ao ciclo completo de produção do que uma obra particular, ela deve ser direcionada às restrições materiais que determinam a produção deste mesmo ciclo. Ainda assim, isto não é suficiente. A análise específica deve se fazer compatível com todo o ciclo econômico, para não gerar os desentendimentos vindos das visões econômicas subordinadas às necessidades da arquitetura. Em outras palavras, mudar o alcance do que a arquitetura deseja ser – ou dizer – para o que a construção da edificação é na realidade, implica em encontrar parâmetros adequados que nos permitirão entender o papel da construção dentro do sistema capitalista como um todo. Pode-se questionar que tal leitura econômica da produção das edificações é oposta à leitura da arquitetura como um sistema de comunicações. A isto podemos simplesmente responder que, se o interesse é descobrir os truques de um ilusionista, costuma ser melhor observá-lo por detrás da cena do que continuar a encará-lo a partir de um assento na plateia (TAFURI, 1974, p. 57)²²

Partindo desta leitura, fica mais fácil entender a dedicação com que se prestou a analisar, junto aos demais membros do Departamento de História da Arquitetura do IUAV, algumas experiências onde a figura dos arquitetos, enquanto técnicos, se desveste de certa “aura” para assumir um papel mais diretamente engajado na transformação das relações de produção. Vem daí o seu interesse pelas experiências de Ernst May em Frankfurt e de Clarence Stein e Henry Wright junto à Regional Planning Association of America (RPAA), por exemplo, experiências em que se deu a expansão da arquitetura em direção à realidade, onde se percebe o esforço em promover uma “transformação radical da divisão social do trabalho” e da própria atuação dos arquitetos. Isso não o impede, no entanto, de pôr este mesmo objeto “em crise”, o que lhe permite entender as deformações e impasses não resolvidos por estas mesmas experiências.

Numa entrevista em meados dos anos 1970, Tafuri reforça como lhe interessava entender em que momentos os arquitetos se empenhavam numa atuação que transformava as próprias relações de produção – somente por esta via, segundo ele, seria possível conseguir algum efeito real numa condição de reformismo. Vem também deste relato o seu reconhecimento da atuação dos programas de construção através de cooperativas na Itália, nos anos 1970, destacando que a movimentação que “tende a” uma solução já traz nela mesma a integridade da “atividade política” (TAFURI e VERY, 1995, p. 43) – esta, uma consideração ainda bastante pertinente.

Apesar dos muitos reveses por que passam os movimentos que buscam aperfeiçoar o trabalho com os mutirões e autogestão, é digno de nota como não só realizam uma importante mudança na prática cotidiana das políticas de habitação, como também “tendem a” construir certa cultura de projeto na

²² Tradução livre do original: “To think of the architect as a producer is to renounce almost entirely the traditional baggage of values and judgments. As an entire production cycle rather than a single work is desired, critical analysis must be directed towards the material constraints which determine the production cycle itself. Yet this is not enough. The specific analysis must be made compatible with the dynamics of the entire economic cycle, not to generate those misunderstandings brought about by an economic vision subordinated to the needs of architecture. In other words, to change the scope of what architecture wishes to be, or wishes to say, towards that which building construction is in reality, means that we must find suitable parameters which will allow us to understand the role of construction within the entire capitalistic system. It may be objected that such an economic reading of building production is other than the reading of architecture as a system of communications. We can only answer that, wishing to discover the tricks of a magician, it is often better to observe him from behind the scenes rather than to continue to stare at him from a seat in the audience.”

área de habitação social.

Desde o período em que Tafuri desenvolvia e discutia suas propostas, no entanto, outras leituras “críticas” tentaram dar outro tom ao enfrentamento da produção da arquitetura no contexto de crise da arquitetura moderna. Tomás Maldonado, a despeito da leitura “negativa” do historiador italiano, continuou investindo na “esperança projetual”. Seu livro “La Speranza Progettuale” [1970] foi publicado como uma sistematização dos estudos de Maldonado sobre o desenho industrial e suas relações com o ambiente humano (MALDONADO, 1971). Entre os posicionamentos marcados no livro, destaca-se a valorização da atividade projetual, influenciada pela noção de “Princípio Esperança” do filósofo alemão Ernst Bloch, como uma forma de oposição tanto à chamada “utopia negativa” em evidência naquele momento no contexto italiano, como também ao “entusiasmo ingênuo” pela paisagem das cidades na beira da estrada, nos moldes de Las Vegas.

A “teoria do enclave” como possibilidade de contra-hegemonia em Fredric Jameson

Veio do crítico de cultura americano Fredric Jameson [1934-] uma alternativa ao “pensamento negativo” de Tafuri, num esforço de se opor a certa leitura pessimista das condições de produção contemporânea. Com a “teoria do enclave” Jameson supunha resolver o impasse da crítica à ideologia tafuriana, reconhecendo no conceito de espaço uma dimensão mediadora entre a produção de subversões e de sua previsível cooptação.

Numa conferência realizada no IAUS em 1982 e publicada anos depois, Jameson tece considerações sobre arquitetura e a crítica da ideologia, tendo como objeto principal a obra de Tafuri, com especial atenção ao livro “Projeto e utopia”, e a partir dela propõe a referida “teoria do enclave”, influenciado pelos trabalhos de Pierre Boudieu sobre a relação entre teoria e prática; pela conceituação de espaço de Henri Lefebvre “como uma categoria fundamental da política e da própria dialética”; e por uma interpretação chamada por ele de neo-gramsciana, mais “otimista” (JAMESON, 1985).

A “teoria do enclave” parte da consideração das disputas entre hegemonia e contra-hegemonia dentro do sistema capitalista. Influenciado, segundo o autor, por uma interpretação gramsciana, ele defende que a contra-hegemonia deve ser entendida em termos superestruturais, portanto sua elaboração, enquanto um conjunto de ideias e valores, pode ser realizada como uma “antecipação” de uma base material que ainda não foi garantida por uma revolução política propriamente dita. O enclave funcionaria como uma espécie de “laboratório onde novas relações sociais do futuro estão sendo produzidas”, e a defende de uma possível conceituação estritamente “materialista” de espaço:

[...] Então não será mais “idealista”, no mal sentido, sugerir que a “contra-hegemonia” implica em criar e manter viva certa “ideia” alternativa de espaço, do urbano, da vida cotidiana e assim por diante. [...] Essas “ideias” utópicas são tão “objetivas” quanto edifícios construídos: as suas possibilidades – a possibilidade de conceber tal espaço novo – têm condições de possibilidade tão rigorosas quanto qualquer artefato material. Essas condições de possibilidade encontram-se, em primeiro lugar, no desenvolvimento desigual da história e na existência, alhures, no Segundo e no Terceiro mundos, de projetos e obras que não são possíveis no Primeiro; esta existência concreta de espaços radicalmente diferentes em outros lugares (de qualquer realização desigual) é o que, objetivamente, cria então a possibilidade de sua realização e do

desenvolvimento de "valores contra-hegemônicos". [...] (JAMESON, 1985, p. 72-73)²³

A posição de Jameson, portanto, é muito mais otimista. No que pese a sua defesa do pensamento utópico, da possibilidade de se pensar alternativas mesmo num cenário hegemônico desfavorável, é evidente como isso acaba se prestando muito bem a certa complacência crítica com relação à produção da arquitetura pós-moderna. Interessa-nos, sobretudo, considerar que tais enclaves, como indicado por Jameson, podem acontecer em zonas marginais, o que nos abre perspectivas para pensar em como a habitação social pode ainda ser um território de experimentação de construções futuras. Colocado desta forma, as experiências com as cooperativas de habitação elogiadas por Tafuri não estariam assim tão distantes da teoria do enclave de Jameson, algo que o próprio crítico americano demonstra tomar conhecimento (JAMESON, 1985, p. 70-71).

O “enclave” continua sendo uma referência para Jameson ao considerar a produção de utopias. Numa obra mais recente, o espaço utópico é definido como “um enclave imaginário dentro do espaço social existente”, o que implica em entender que sua condição de existência é sempre um resultado de uma diferencial social e espacial (JAMESON, 2005, p. 15). Os enclaves aparecem, portanto, no limite da ordem social, de modo que a relação entre a Utopia e a realidade se apresenta de forma contraditória – ela é ao mesmo tempo o resultado de “agitação” e da fermentação de novas ideias, mas que se distanciam radicalmente de uma prática existente que tende a se mostrar como imutável.

A mesma contradição também se mostra na relação entre a utopia (tanto o gênero literário como uma noção mais difusa, do “pensamento utópico”) e a política, o que permite a Jameson considerar que a utopia emerge num “momento de suspensão do político”. Com isto não se quer dizer, evidentemente, uma anulação da política, que se dá entre os indivíduos no processo histórico, e sim no fato de que a abertura para criação de alternativas se dá numa base onde as “instituições políticas são ao mesmo tempo imutáveis e infinitamente modificáveis” (JAMESON, 2004, p. 42-44). A situação limite acontece quando um sistema perde sua legitimidade, ao que se segue a possibilidade de emergência de alternativas. Por sua vez, para que não se configure apenas como mais um “impulso utópico”, esta utopia deve conduzir a um desenlace, um processo de fechamento que dá bases programáticas para a sua realização.

O interesse de Jameson na dimensão espacial das utopias – tanto na forma arquitetônica e nos projetos não construídos, como na forma que se depreende das narrativas textuais – o diferencia da pesquisa de Bloch, por sua vez muito mais ampla, com vistas a um levantamento exaustivo dos impulsos utópicos na atividade humana. A intermitência com que Jameson caracteriza as realizações utópicas nos permite, para esta pesquisa, diferenciar as situações onde a utopia aparece nas propostas de habitação mais como um “impulso” contínuo daquelas outras, onde a sua formulação pode ser entendida como uma acumulação programática de intenções com vista a uma maior

²³ Tradução livre do original: “[...] It will therefore no longer be ‘idealist’ in the bad old sense to suggest that ‘counterhegemony’ means producing and keeping alive a certain alternate “idea” of space, the urban, daily life, and the like. [...] But such Utopian ‘ideas’ are as ‘objective’ as material buildings: their possibilities – the possibility of conceiving such new space – have conditions of possibility as rigorous as any material artifact. Those conditions of possibility are to be found, first and foremost, in the uneven development of world history and in the existence, elsewhere, in the second and Third Worlds, of projects and constructions that are not possible in the First; this concrete existence of radically different spaces elsewhere (of whatever unequal realization) is what objectively opens the possibility for the coming into being and development of ‘counterhegemonic values’ here. [...]”.

transformação.

A valorização da possibilidade destas contra-hegemonias, como a construção de alternativas em termos superestruturais, permite entender melhor como Michael Hays interpreta a arquitetura como um “meio de negociação do real”. A crítica “negativa” tafuriana converge com certo otimismo jamesoniano em interpretar as vanguardas artísticas na obra de Michael Hays, que nos serve como uma possível superação do impasse.

Arquitetura como mediação “entre cultura e forma” e como “negociação do real”, a partir de Kenneth Michael Hays

O teórico e crítico de arquitetura americano Kenneth Michael Hays [1952-] é outra das figuras a quem normalmente se atribui a paternidade do “projeto crítico”. Embora Hays tenha ganhado mais proeminência a partir da publicação do livro que veio como resultado de sua tese de doutorado, onde estuda as obras de Hannes Meyer e Ludwig Hilberseimer²⁴, vem de uma publicação anterior a sua inserção na genealogia sobre o “projeto crítico” em arquitetura. Em 1984, numa edição da revista *Perspecta*, ele publica o artigo “Critical architecture: between culture and form” (Arquitetura crítica: entre cultura e forma), onde se propõe a examinar o que ele identifica como uma “arquitetura crítica” na obra de Mies van der Rohe (HAYS, 1984). O artigo se apresentou na época como uma recusa em não tratar a arquitetura apenas como um reflexo direto da cultura, à moda “contextualista”, nem como o resultado de uma autonomia puramente formal.

Na visão de Hays, uma “arquitetura crítica” seria aquela que, a um só tempo, fosse resistente às operações confirmadoras e conciliatórias da cultura dominante, assim como impossível de ser reduzida a uma estrutura formal desligada das contingências do lugar e do tempo (HAYS, 1984, p. 15). A arquitetura se encontraria, portanto, num lugar de mediação, caminhando em direção e, ao mesmo tempo, afastando-se dos domínios da cultura e da autonomia formal. Hays dedica boa parte de sua análise a obras de Mies van der Rohe, com atenção especial a período que vai entre o primeiro projeto do *Arranha-céu na Friedrichstrasse* [1921] até o *Pavilhão de Barcelona* [1929].

Ao final do artigo, ainda tomando como referência a obra de Mies, o autor comenta sobre a importância da repetição de temas e de determinadas escolhas no conjunto da obra crítica, modificando-os e refinando-os, demonstrando assim sua resistência à “realidade cultural externa”. Além disso, ao definir o domínio de atuação da “arquitetura crítica” não apenas na atividade projetual, mas também na atividade da crítica arquitetônica, Hays aproxima a produção dita “crítica” da atividade historiográfica:

A crítica de arquitetura e a historiografia crítica são atividades paralelas à projeção arquitetônica; tanto crítica quanto projeto são formas de conhecimento. Se o projeto da arquitetura crítica é resistente epositor, a crítica arquitetônica – enquanto atividade e

²⁴ A referida tese, intitulada “Modernism and the Posthumanist subject: The architecture of Hannes Meyer and Ludwig Hilberseimer”, foi defendida no MIT em 1990 e publicada como livro em 1992.

conhecimento – também deve ser abertamente controversa e opositora. (HAYS, 1984, p. 27)²⁵

Logo em seguida à publicação do artigo, Hays criou e editou a revista *Assemblage*, publicada pelo MIT entre 1986 e 2000, com um total de 41 edições, que serviram de plataforma para a discussão teórico-crítica, assim como para a publicação e análise de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Com o projeto editorial ele dava conta, de certa forma, de produzir sua “arquitetura crítica” e de dar continuidade à publicação de periódicos especializados em arquitetura após o encerramento das atividades da revista *Oppositions*, cujo último número tinha sido publicado em 1984.

Acompanhar o percurso dos editoriais, autores e projetos apresentados ao longo das edições da revista *Assemblage*, comparando-se com outros periódicos que continuaram tendo tradição no campo das publicações em arquitetura, como no caso da revista *Perspecta*, e somando-se a isso o conjunto de conferências e revistas da *ANY Corporation*²⁶, por exemplo, ajuda a entender, pelo menos no contexto americano e europeu, a formação de certa tendência identificada como pós-crítica. Pois é mesmo dentro do seio de uma cultura teórica altamente especializada, cujos autores circulam nos principais centros acadêmicos americanos e europeus, que vão sair aqueles autores que, ao longo dos anos 1990 e mais decididamente a partir dos anos 2000, se colocam como críticos da própria “crítica”.

O próprio Michael Hays, nos trabalhos que se seguem ao final dos anos 1990, parece não mais disposto a trabalhar com a perspectiva de encontrar ou de produzir uma “arquitetura crítica”, na medida em que vai reconhecendo que a nova geração de arquitetos, “cujas memórias não incluem as noções de resistência e negação”, está muito mais aberta a tomar como referência às possibilidades que a sociedade de consumo oferece (HAYS, 1998, p. XIV).

Embora não negue sua possibilidade, Hays não parece disposto a subscrever a formulação da “arquitetura crítica”. Nas suas análises sobre a produção contemporânea, investiga possibilidades para as chamadas “práticas avançadas”, que poderiam dar forma, se historicamente conscientes, aos fenômenos da condição pós-urbana e da tecnologia da mídia globalizada (HAYS, 2001), ou desenvolver estratégias que põem em xeque o impasse da crítica da arquitetura, como no caso da obra de Diller + Scofidio²⁷. No entanto, ele não chega a usar a designação de que essas práticas sejam “arquiteturas críticas” – tal definição lhe parece muito particularizada e restrita a momentos específicos – e parece buscar situações ambíguas, onde se evita, ao mesmo tempo, nostalgia com relação à produção dos arquitetos críticos do passado e adesão ao cinismo típico da lógica de mercado, resultando numa espécie de inventário – ou estoque – de suspeitas.

Como é possível haver crítica quando a distância crítica e a diferença foram anuladas? [...] Diller + Scofidio produzem uma espécie de inventário de suspeitas. Capturam os elementos em

²⁵ Tradução livre do original: “Architectural criticism and critical historiography are activities continuous with architectural design; both criticism and design are forms of knowledge. If critical architecture design is resistant and oppositional, the architectural criticism – as activity and knowledge – should be openly contentious and oppositional, as well.”

²⁶ A Anyone Corporation foi criada em 1990, em Nova York, com o objetivo de promover debates entre arquitetura e outras expressões culturais. Desde então, sob a coordenação geral de Cynthia Davidson, tem sua atuação com a publicação de revistas (a extinta *ANY* e a atual *Log*) e livros, seminários e conferências internacionais. Ao longo da década de 1990 realizaram o ambicioso projeto de, a cada ano, organizar uma conferência de caráter multidisciplinar para discutir sobre o estado da arquitetura no fim do milênio.

²⁷ No período em que atuou como curador do *New Whitney Museum*, Hays organizou uma exposição retrospectiva da obra de Diller + Scofidio com o título “Aberrant Architectures”.

destaque de uma dada situação ou “problema”, registram-nos, e desaceleram os processos que os motivaram a ponto de tornar perceptível o seu funcionamento, antes que a coisa toda retorne à norma cultural, escapando de nosso alcance crítico. [...] A crítica, no seu sentido mais seguro e antigo, é assim deslocada, *embora permaneça o desejo de algo para além da crítica*. O escaneamento [scanning] é o espaço reservado para uma crítica que se tornou impossível. (HAYS, 2003, p. 232, grifo nosso)²⁸

É justamente pela via do “desejo” que se baseia boa parte da obra mais recente de Hays (2008; 2010), influenciado, em grande medida, pelas obras de Fredric Jameson e Jacques Lacan. Embora declare seu interesse pelas interseções entre teoria e prática, a prática arquitetônica contemplada em seus estudos vem, principalmente, das situações mais fronteiriças, tendendo mais para a especulação teórica (HAYS, 2005; 2010). No livro onde estuda um recorte chamado por ele de “vanguarda tardia”, debruça-se sobre casos particulares na obra de quatro arquitetos contemporâneos. Justamente por tratar de casos que se situam mais no domínio textual e do campo das ideias, o interesse principal de Hays está em entender arquitetura como um domínio da representação cultural, e menos em considerá-la como uma arte da construção ou uma profissão – duas considerações que, por sinal, não poderão faltar a esta pesquisa, por ela ter incorporado a necessidade de confrontação das ideias com a obra construída e com o momento pós-ocupação.

[...] Analiso arquitetura como um meio de negociar o real, no sentido de intervir no campo dos símbolos e dos processos de significação no limite da própria ordem social – ou seja, arquitetura como um tipo específico de produção socialmente simbólica cuja tarefa principal é a construção de conceitos e posições de sujeito, mais do que a construção de coisas. [...] A arquitetura compreende um conjunto de operações que organizam as representações formais do real [...] e, portanto, mais do que simplesmente ser investida com uma ideologia por seus criadores ou usuários, é ideológica por si só – uma “solução” imaginária para uma situação social e contradição reais (como colocado por Louis Althusser em sua interpretação de Jacques Lacan): é assim que se entende a sua “autonomia”. [...] (HAYS, 2010, p. 1)²⁹

Com o livro, Hays propõe superar limites colocados tantos por Tafuri quanto por Colin Rowe. Com relação ao primeiro, supera a crítica da “falta de contato com o real”, propondo que este Real é negociado a partir de sua ausência, como o “grande Outro” lacaniano. Já com relação a Rowe, supera a adesão ao binômio “físico-forma” em detrimento da “moral-palavra”, uma vez que busca nas expressões de vanguarda mais teóricas aquele lugar onde a arquitetura manifesta um posicionamento crítico com relação ao próprio campo disciplinar.

Hays entende que uma das limitações do “pós-crítico”, ou da abordagem projetiva, vem justamente do abandono das categorias da ideologia e da representação, que acabam por perpetuar uma ideologia não declarada. A atitude iconoclasta da nova geração (o projeto edipiano sobre o qual comentamos anteriormente) se difere da geração anterior, uma vez que agora assume uma característica consumista e de complacência, com um tecnologismo “vazio e reificado” instrumentalista

²⁸ Tradução livre do original: “How can there be critique when critical distance and difference have been annulled? [...] Diller + Scofidio produce a kind of inventory of suspicion. They capture the salient elements of a given situation or “problem,” register them, and slow down the processes that motivate them long enough to make workings perceptible, just before the whole thing again slips back into the cultural norm, beyond our critical grasp. [...] Critique in its older, more confident sense is thus displaced, though the desire for something beyond critique remains. Scanning is a placeholder for a critique that has become impossible.”

²⁹ Tradução livre do original: [...] I examine architecture as a way of negotiating the real, by which I mean intervening in the realm of symbols and signifying processes at the limit of social order itself – that is, architecture as a specific kind of socially symbolic production whose primary task is the construction of concepts and subject positions rather than the making of things. [...] Architecture comprises a set of operations that organize formal representations of the real [...], and hence, rather than merely being invested with an ideology by its creators or users, it is ideological in its own right – an imaginary “solution” to a real social situation and contradiction (as Louis Althusser’s take on Jacques Lacan puts it): that is what is meant by its “autonomy”. [...].

(HAYS e HAUPTMANN, 2007, p. 56). Numa palestra realizada na Cornell University, Hays reforça a importância do estudo das neovanguardas, e provoca ao questionar que mesmo aqueles que estão ligados ao debate sobre o pós-crítico acabam tendo que se reconciliar com a arquitetura dos anos 1970³⁰. Daí o seu interesse em estudar determinados aspectos das “práticas críticas” da arquitetura dos anos 1970, que ele resume com o que chama de “desejo arquitetônico”, caminho pelo qual se escapa das limitações ideológicas de uma determinação situação pela via do libidinal e do coletivo (a principal referência teórica de Hays vem de Jacques Lacan):

[...] Uma arquitetura moldada pelo desejo assinala para a situação crítica de uma paixão intelectual que expõe aquilo que não se pode controlar; ela acolhe o risco do informe, as consequências imprevisíveis das ideias. É isto, também, o que faz a teoria crítica, ao menos quando é bem feita. Ela é pensamento analógico, e não digital. Os truismos são desfeitos, as coisas se desfazem, e “generalizações provisórias” criam novos contextos para o conhecimento. Talvez, ao se considerar novamente a *neovanguarda*, possamos nos deparar com uma arquitetura genuinamente *nova*. (HAYS e HAUPTMANN, 2007, p. 59, grifos originais)³¹

O livro traz uma grande contribuição ao problematizar a questão do “Real” na arquitetura, ampliando a sua possibilidade de negociação, mesmo que se dê apenas no domínio teórico e textual. Além disso, permite uma leitura acurada, e não apenas celebradora, da produção das neovanguardas dos anos 1960-70. Embora o interesse de Hays esteja em trabalhar a partir das situações-limite em que determinados arquitetos produzem uma arquitetura como “crítica” à própria disciplina. Embora nosso recorte empírico não se insira neste mesmo contexto, acreditamos importante considerar a questão da arquitetura como uma “negociação do real”. Pois o que está mesmo em disputa, a todo tempo, é que medida o real é considerado e o que se pode realizar a partir dele, seja em projetos de vanguarda, seja numa produção mais rotineira, onde os enfrentamentos não são menos conflituosos.

1.2 | Esgotamento e uma possível retomada das “energias utópicas”

Alguns críticos destacam, no plano do debate teórico internacional, uma importante inflexão marcada a partir dos anos 1990. Com a economia mundial favorável para os países mais ricos, um grande número de jovens arquitetos – tanto ligados à prática projetual como à academia, ou a ambas – abraçaram com otimismo uma postura dita “realista” e, em alguns casos, anti-intelectual, que costuma ser definida como “pós-crítica”, “neopragmática” ou “projetiva”³². Como ponto em comum, nota-se o

³⁰ “It’s interesting that most of the people who claim that are bound to the post-critical debate also come to terms with the architecture of the 1970’s.” – M. Hays no vídeo “A Desire Called Architecture” (2007).

³¹ Tradução livre do original: [...] An architecture modelled on desire marks the sharp edge of intellectual passion that opens up what you can’t control; it welcomes the risk of formless, the unpredictable consequences of ideas. That is what critical theory does, too, at least when it is done well. It is analogic thinking, not digital thinking. Truisms are cut into, things come undone, and “provisional generalizations” make new contexts for knowledge. Maybe in considering again the *neoavant-garde*, we might stumble upon a genuinely *new* architecture.” Note-se aqui a valorização de Hays para o pensamento “analógico”, e não “digital”. No mesmo seminário na Cornell University comentado anteriormente, ele pontua que uma “arquitetura crítica autorreflexiva” deve depender do desenho na mesma medida em que a crítica, na linguagem, depende da escrita. E sinaliza para o fato de os debates sobre o pós-crítico terem vindo à tona justamente num momento em que o desenho não se configura como o “meio” arquitetônico mais prevalente – M. Hays no vídeo “A Desire Called Architecture” (2007).

³² O tema ganhou uma edição especial, intitulada “The New Architectural Pragmatism”, na série organizada por William Saunders (2007), onde estão reunidos os primeiros textos deram visibilidade ao debate, acrescentando-se leituras críticas de outros autores. No livro de introdução à teoria da arquitetura contemporânea, de Mallgrave e Goodman (2011, p. 177-193), “Pragmatismo e Pós-Criticalidade” aparecem como um dos temas relevante do começo dos anos 1990. Montaner e Muxí lançam uma perspectiva crítica sobre o panorama e apontam para alternativas ao cenário dominado pelo discurso neoliberal, ainda que deixem em aberto se ainda seria possível colocar uma agenda para um “projeto crítico” a partir da arquitetura

esforço em marcar oposição, ou pelo menos distanciamento, ao que se identifica como um “projeto crítico” da arquitetura, apresentado anteriormente. Na introdução de uma coletânea sobre o tema do pragmatismo na arquitetura contemporânea, o crítico William Saunders descreve o momento com certa reverência – embora seja preciso salientar que, de longe, Saunders não se mostra como um dos críticos de arquitetura contemporâneos mais rigorosos, e, a julgar pelo viés editorial da revista *Harvard Design Magazine* e o centro acadêmico ao qual está vinculada, a celebração do pragmatismo e do arrefecimento da crítica lhes veio em boa hora:

[Em] meados da década de 1990: vários arquitetos jovens e inteligentes, junto a intelectuais da área, foram se aborrecendo com essa postura de afastamento, abstração teórica e inutilidade [do projeto crítico]. Eles queriam (e podiam, com uma economia aquecida) trabalhar em projetos reais, condições reais e lugares reais; queriam ser ambiciosos sem ser sonhadores, melhorar partes pequenas do mundo sem delírios de grandeza. Ao invés de desconsiderar a experiência e a cultura norte-americana ordinária, envolveram-se nela com prazer. [...] Eles queriam fazer parte do jogo. Os acadêmicos mais velhos lhes pareciam sérios demais, autoimportantes demais, justos demais e “puros”. [...] (SAUNDERS, 2007, p. VIII-IX. Grifos originais)³³

Uma dificuldade inicial vem da própria definição desta “sensibilidade” contemporânea, digamos assim. O crítico literário Gregory Ulmer foi uma figura importante na difusão inicial do termo “pós-crítico” nos debates sobre estética contemporânea. Na coletânea “The Anti-Aesthetic”, organizada pelo crítico de arte Hal Foster, Ulmer reflete sobre o estado da crítica e aponta como as interseções entre o universo da crítica e o das artes (incluindo operações características dos movimentos de vanguarda), já em curso, estavam operando uma transformação do modo de fazer da crítica (ULMER, 1983). O autor assinala para um novo modo de se encarar o objeto da crítica, muito em parte influenciado pelos aportes do pensamento estruturalista e pós-estruturalista, não confiando em conceituações absolutas como a de “verdade” nem na definição hermética dos campos disciplinares.

As primeiras aproximações com relação ao “pós-crítico”, nos debates sobre estética e arquitetura, não aparecem associadas a uma atitude acrítica ou complacente com relação à lógica de mercado. Vale o mesmo para as apostas num “renovado pragmatismo”, que parte da interseção entre o pensamento crítico contemporâneo com a tradição filosófica pragmatista americana, como veremos mais adiante nos casos dos críticos John Rajchman e Joan Ockman. O mesmo não se dá a partir do começo dos anos 2000, momento em que o debate ganha novos tons (em tom de polêmica, diga-se). Neste período ela ganha alcance internacional e foram aprofundados do ponto de vista teórico, sobretudo em centros nos Estados Unidos e na Holanda, chegando a ter alguma repercussão pública em situações onde as relações entre arquitetura e política foram mais evidentes³⁴.

Assiste-se à construção de alternativas ao “projeto crítico” que delineiam, pelo menos, duas

(MONTANER e MUXÍ, 2011, p. 83). Na coletânea de textos de teoria da arquitetura organizada por Krista Sykes, que dá continuidade ao trabalho anterior de Kate Nesbitt, o debate ganha também alguma relevância (SYKES, 2013), embora nem sempre, nas apresentações dos textos, a autora dê conta de mapear as repercussões que os textos selecionados causaram.

³³ Tradução livre do original: “[In] the mid-1990s: many highly intelligent young architects and architectural intellectuals were getting fed up with this detachment, theoretical abstraction, and helplessness. They wanted to (and could, with an improved economy) get to work on real projects, real conditions, real places; they wanted to be ambitious without being dreamy, to improve bits of the world without self-aggrandizing delusions. Rather than looking down on ordinary American experience and culture, they more likely participated in it with frequent pleasure. [...] They wanted to be in the game. Their intellectual elders struck them as overly serious, overly self-important, overly righteous, and ‘pure.’ [...]”.

³⁴ Para citar o caso mais emblemático: as discussões sobre as propostas para a reconstrução da área do World Trade Center em 2002.

abordagens distintas³⁵. No caso de Robert Somol e Sarah Whiting, parecem se apresentar como uma neo-neo-vanguarda, num estágio ainda embrionário, sem definições muito claras, mas com uma postura que, embora ambígua, procura se afastar do que se consolidou como posicionamento crítico (SOMOL e WHITING, 2002), apostando numa arquitetura projetiva, fácil e “cool”. No caso de Michael Speaks, a abordagem em favor do que ele chama de “design inteligente” tende claramente a se alinhar com as regras de mercado, argumentando que essa postura não implica em estar completamente sujeito às suas regras (SPEAKS, 2002; 2005). No lugar da “teoria” continental europeia, Speaks faz uso da teoria da administração de Peter Drucker e Kevin Kelley; no lugar da “intelligentsia”, abraça com otimismo a “intelligence” de agências como a CIA e das consultorias do mercado corporativo (SPEAKS, 2002; 2013), de onde vem a sua formulação sobre “inteligência de projeto”.

Anthony Vidler (2004), George Baird (2004) e Reinhold Martin (2013) colocaram em evidência os limites da abordagem pós-crítica através do caso da recuperação da área do World Trade Center, entre 2002-03 – uma situação em que inovação projetual teve como plano de fundo os interesses dos escritórios, a cultura do entretenimento e as Forças Armadas, estando claramente associada ao fortalecimento da imagem de uma nação em guerra. No lugar do “projeto crítico” ao qual estão pretensamente superando, os pregadores da arquitetura “projetiva” ou da “inteligência de projeto” oferecem uma prática onde a abordagem teórica não só é orientada pragmaticamente para o desenvolvimento do processo projetual como um todo e/ou da análise das condicionantes do projeto, bem como assume uma postura de afastamento das implicações políticas das intervenções.

Na melhor das hipóteses, por mais bem intencionados que sejam os esforços em superar as questões entre direita e esquerda, entre progressistas e reacionários, o seu corolário parece ser sempre o de aproximação – quando não de completa adesão – à realidade de mercado. Continua-se, de modo geral, sem tratar de definir claramente proposições práticas, nem abordam com profundidade a produção de arquitetura ligada à chamada reprodução social da força de trabalho – tema como habitação coletiva, habitação social, escolas, hospitais e outros programas ligados à saúde e parques e praças³⁶. Trata-se de um debate teórico e crítico majoritariamente vinculado a discussões que, em geral, fogem de análises sobre a produção material, e quando o fazem, estão lidando com o mesmo circuito de “alta arquitetura”. Assiste-se assim à reiteração de certa “razão cínica” assimilada por parte de Somol, Whiting e Speaks.

Acrescenta-se ao debate, com a mesma “razão cínica”, a proposição de Alejandro Zaera-Polo de uma “Política do envelope”. A atenção dada ao envelope – e o autor insiste em entender essa ênfase como um espessamento da simples definição de superfície – vem da sua capacidade de “re-

³⁵ Demos relevância apenas aos casos de Robert Somol, Sarah Whiting e Michael Speaks, epla sua maior visibilidade no debate, mas uma aproximação mais cuidadosa com relação à formação dos debates sobre o pós-crítico deve considerar também outros autores, como Sylvia Lavin e Stan Allen, no contexto americano; e alguns críticos holandeses, a exemplo de Roemer van Toorn, Arie Graafland. Alguns dos artigos mais relevantes destes autores podem ser lidos na coletânea organizada por Krista Sykes (2013).

³⁶ Fazemos uso, aqui, das categorias indicadas por Pedro Arantes no elenco de projetos publicados em revistas de arquitetura de grande circulação (ARANTES, 2012, p. 282). Ao analisar como as revistas de grande circulação ajudam a difundir determinados valores para a profissão e a prática arquitetônicas, Arantes mostra como os projetos ligados à reprodução social da força de trabalho estão claramente à margem dos principais debates das grandes revistas.

presentar” (*sic*), não apenas num sentido mais geral dado pela crítica arquitetônica, mas também pela sua capacidade de articular as relações entre “humanos” e “não-humanos” num mundo comum (ZAERA-POLO, 2008). O exercício de retórica de Zaera-Polo parece muito mais “ansioso” em dar instrumentalidade às novas contribuições do pensamento crítico para um projeto seu já existente, de valorização da dimensão icônica da arquitetura, servindo como um “molho” de debate crítico com vistas à politização do debate – numa heterodoxa combinação das contribuições teóricas de Bruno Latour, Peter Sloterdijk, Manfredo Tafuri, Manuel DeLanda e Gilles Deleuze.

É comum encontrar nos textos dos principais interlocutores a apropriação do pensamento crítico, sobretudo do pós-estruturalismo, para justificar o desprezo pelos desdobramentos das neovanguardas arquitetura dos anos 1960-70. Parece haver uma linha tênue entre o pós-criticismo / pragmatismo / relativismo, que pode ser levado de forma arbitrária para uma postura de aceitação plena das regras de mercado, numa postura acrítica, que não se relaciona com o pós-crítico de Ulmer, muito menos com a filosofia da “deconstrução”³⁷.

O que permite entender esta “linha tênue”, mencionada anteriormente, entre o arrefecimento da dimensão utópica e crítica do debate arquitetônico, as aproximações ao pensamento pragmatista e certo relativismo complacente? Vem de Jürgen Habermas uma interpretação sobre certo “esgotamento das energias utópicas” na segunda metade do século XX, em um artigo publicado em meados dos anos 1980. Para Habermas, o estreitamento de horizontes futuros, na contemporaneidade (lembrando que Habermas não se alinharia com a “lógica” do pós-modernismo teorizada por Jameson), coincide com a “temeridade” do próprio futuro – certa ameaça generalizada aos “interesses da vida em geral”. No plano intelectual, Habermas aponta para certa ameaça de dissolução entre o pensamento histórico e o utópico, cujo amálgama caracterizaria a modernidade, mas que se mantém, em sua leitura, apenas como uma ameaça, ou tendência, sem inaugurar uma nova consciência de tempo, a da suposta pós-modernidade.

Sua tese alcança uma dimensão mais específica, ao identificar na crise do Estado de Bem-Estar social o vórtice deste esgotamento. Mais do que a anulação das energias utópicas num sentido mais amplo, o que o autor identifica é o ponto final de determinada utopia – aquela que, “no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho”. As promessas de eliminação do trabalho heterônomo encontram duras limitações que são o reflexo mesmo da difícil conciliação entre capitalismo e democracia, o que coloca o Estado social, em suas palavras, num “beco sem saída”. Complica-se, desta maneira, a possibilidade de alcançar a autonomia no trabalho – o que nos ajuda a entender, em grande parte, os constantes reveses por que passam as experiências de se produzir habitação de interesse social através dos mutirões e da autogestão.

A utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva — e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque a abolição da propriedade

³⁷ As sobreposições entre deconstrução, pensamento pós-estruturalista e pragmatismo foram profundamente analisadas num seminário organizado ainda no começo dos anos 1990, pela teórica política Chantal Mouffe, onde se argumenta a favor da criação de uma política da democracia que superasse as limitações do liberalismo democrático, com vistas a um posicionamento contra-hegemônico – nada mais distante, portanto, de uma postura de aceitação complacente do *status quo*. Ver: Chantal Mouffe (Org.). *Deconstruction and pragmatism*: Simon Critchley, Jacques Derrida, Ernesto Laclau and Richard Roty. 2. ed. Londres; Nova York: Routledge, 2005.

privada dos meios de produção manifestamente não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. (HABERMAS, 1987, p. 106)

[...] O projeto de Estado social voltado para si mesmo despede-se da utopia de uma sociedade do trabalho. Esta orientara-se pelo contraste do trabalho vivo e do trabalho morto, pela idéia de auto-atividade. Para isso ela certamente precisou pressupor as formas subculturais de vida dos trabalhadores industriais como uma fonte de solidariedade. Ela precisou pressupor que relações de cooperação no interior da fábrica até mesmo reforçariam a naturalmente estabelecida solidariedade da subcultura dos trabalhadores. Mas essas relações de cooperação têm se desagregado tanto quanto possível nesse meio tempo; e é de certa maneira duvidoso que sua capacidade de instituir solidariedade no emprego possa ser restaurada. [...] (HABERMAS, 1987, p. 114)

O filósofo Slavoj Žižek propõe discutir, a partir da figura de um “yuppie lendo Deleuze”, como o funcionamento do capitalismo contemporâneo absorve rapidamente todo discurso crítico e oferece o mesmo prato de sempre, agora temperado com uma aparência de pluralidade e diferença, e como a origem deste processo está dentro do próprio pensamento pós-estruturalista (ŽIŽEK, 2004). O crítico literário Terry Eagleton se aproxima desta interpretação, assinalando a confusão entre as conquistas da militância política, na segunda metade do século XX, e os requentados produtos de um capitalismo tardio, marcadas pelo descompasso entre “teoria” e “realidade”:

O início dos anos 70 – o ponto mais alto da discordância radical – também viu os primeiros lampejos da cultura pós-moderna que, em algum momento, iria tornar-se dominante. Os dias dourados da teoria cultural estenderam-se até cerca de 1980 – vários anos depois da crise do petróleo que anunciara uma recessão global, da vitória da direita radical e do refluxo das esperanças revolucionárias. [...] A teoria entrou em descompasso com a realidade, um tipo de consequência intelectual desastrosa numa era política tumultuada. Como freqüentemente acontece, as idéias tiveram um último brilhante florescimento quando as condições que as produziram já estavam desaparecendo. [...] Discurso e desejo vieram ocupar os lugares do Godard e do Guerava que haviam falhado. Ao mesmo tempo, algumas das novas idéias eram os primeiros sinais do vento de pessimismo pós-político que estava prestes a soprar por todo o Oriente. (EAGLETON, 2010, p. 51)

Com relação à formação dos debates teóricos em arquitetura, o que se mostrou como “esgotado” foi a legitimidade da própria teoria. Ainda que para os autores ligados ao debate chamado “pós-crítico” ou “projetivo” não seja o caso de desvincular completamente a teoria da prática profissional, percebe-se uma ansiedade em diminuir o seu aspecto “crítico” – no sentido de um posicionamento de oposição, combativo e transformador, ou seja, aspectos de uma possível dimensão utópica. Também colabora para esta mudança o fato de que se trata de uma geração mais nova de críticos, em geral formada nos mesmos centros acadêmicos e editoriais de revistas dos autores tidos como figuras-chave do projeto crítico, com uma justificada insatisfação com o impasse intransponível colocado pela geração anterior³⁸ e pela difícil operatividade da teoria em se contribuir com uma expressão formal para o cenário otimista dos anos 1990 (pelo menos para os países centrais).

Embora o pós-crítico não se configure como um movimento, nem se tenham claramente definidas as suas características, as figuras de Rem Koolhaas e do casal Robert Venturi e Denise Scott-Brown costumam ser apontadas como precursores de uma abordagem mais “realista” do que “utópica” para a arquitetura, assim como da valorização da dimensão projetiva em função da crítica. De fato, já se vê esboçada nos primeiros textos de Koolhaas, ainda nos anos 1970, uma postura irônica com a

³⁸ Tal relação foi colocada de forma perspicaz por Baird (2004) e Martin (2013), que identificam na pretensa criação de uma consciência pós-crítica uma espécie de projeto edipiano de eterno retorno a que se submetem as neo-neovanguardas, em busca da superação dos mestres da geração anterior.

intelectualidade, com a modernidade e os sonhos utópicos, que vai ganhando consistência e uma imensa repercussão a partir dos anos 90. Não é de estranhar, portanto, sua busca por “menos arquitetura” – nas epifanias que o Muro de Berlim lhe provoca (KOOLHAAS, 1997), na narrativa distópica do projeto *Exodus* [1972] ou no livro “Nova York delirante”. Este último, um manifesto não apenas para legitimar a produção contemporânea, mas também uma reescritura da historiografia da cidade moderna, considerada muito mais em débito com o pragmatismo dos construtores de arranha-céus americanos do que com as vanguardas europeias. Distante de qualquer possibilidade de visão utópica, seja como herança direta das vanguardas modernas ou mesmo de seus contemporâneos, Koolhaas define sua obra como:

[...] [D]eliberadamente não utópica. De modo consciente, trata de operar dentro das condições dominantes sem o sofrimento, as discrepâncias ou qualquer outro tipo de narcisismo que possamos ter, o que poderia ser simplesmente uma série de desculpas para justificar certas falhas internas. Deste modo, é verdadeiramente crítica com este tipo de modernidade utópica. (KOOLHAAS, 2002, p. 63)³⁹

A mesma abordagem “neorrealista” e de antagonismo às promessas utópicas da arquitetura moderna pode ser identificada na obra do casal Robert Venturi e Denise Scott Brown, que, entre os anos 1960-70 – antes mesmo, portanto, das formulações de Rem Koolhaas – se propuseram a estudar a realidade das cidades americanas, dando especial Las Vegas (VENTURI, SCOTT BROWN e IZENOUR, 2003). O casal buscava outras fontes de inspiração para a arquitetura e estavam, desde então, influenciados pela arte pop, distanciando-se do vocabulário do movimento moderno, que àquela época se mostrava a eles como esgotado, principalmente no contexto da cultura arquitetônica americana.

Acreditamos que a principal contribuição das disputas entre as atitudes críticas/utópicas e pós-críticas/projetivas, para o campo da arquitetura, está em remover a produção intelectual de certo comodismo, promovendo uma redefinição do lugar da teoria e da crítica na produção contemporânea. Some-se a isso a valorização, em termos gerais, da necessidade da teoria, mas não como um fim em si. Aproveitando o questionamento feito por Reinhold Martin (2013) – e já que este projeto de pesquisa parte da identificação de propostas de Habitação de Interesse Social em que se fez presente, de forma marcante, a utopia e a crítica – será importante questionar-se “crítica a quê/quem?” e “utopia em que termos?”.

Além dos autores que desde aos anos 1960-80 vêm alimentando o debate sob a perspectiva crítica, indicados na seção anterior, e para além das confusões em torno da razão cínica do debate pós-crítico, críticos de uma geração mais nova, mais ligados a matrizes de pensamento crítico, também deixam uma grande contribuição. Destacamos a seguir algumas figuras que, ao longo deste período, contribuíram para a reflexão mais geral sobre crítica e arquitetura, e que vêm desenvolvendo propostas que de alguma forma influenciam esta pesquisa.

³⁹ Tradução livre da edição espanhola: “[...] [D]eliberadamente no utópica. De un modo consciente trata de operar dentro de las condiciones dominantes sin el sufrimiento, las discrepancias o cualquier otro tipo de narcisismo que podamos tener, lo que podría ser simplemente una serie de coartadas que justificarían ciertos fallos internos. De este modo, es verdaderamente crítica con este tipo de modernidad utópica. [...]”

Diagramas pragmáticos e utópicos, a partir de John Rajchman e Anthony Vidler

O filósofo John Rajchman [1946-], é normalmente conhecido pela sua abordagem sobre a obra de Gilles Deleuze. Seu campo de atuação, no entanto, vai além do próprio campo filosófico, tratando também de questões ligadas à história e à crítica de arte e de arquitetura. No final dos anos 90 debruçou-se sobre as interseções entre o pensamento pós-estruturalista e o pragmatismo, dando contribuições relevantes ao debate arquitetônico, donde se destacam uma palestra na conferência *AnyHow*⁴⁰ [1997] e na organização, junto a Joan Ockman e Terence Riley, de um conjunto de conferências e seminário na Columbia University e no MoMA, sob o título geral de “Things in the Making: Contemporary Architecture and Pragmatism” [2000].

Em ambas as situações, Rajchman propõe trabalhar com um pragmatismo de “diagrama” e “diagnóstico”, pressupondo uma relação com o futuro que não se pode programar nem projetar (RAJCHMAN, 2000; 2013). Embora o autor discorra sobre certa genealogia do pragmatismo, passando por William James, Charles Sanders Peirce e James Dewey, seu foco principal parte da leitura de Michel Foucault sobre o termo “*pragmatisch*” (pragmático)⁴¹, propondo que não seja tomado como algo meramente prático ou instrumental, mas, antes, como a solução para se repensar “o próprio sentido da crítica”. Em sua leitura, a saída pragmatista se mostra como uma boa oportunidade, em situações de impasse como esta por que vem passando a própria crítica, para se encarar a possibilidade “do novo”, de lidar com “coisas em formação” (*things in the making*). Segundo Rajchman, teria sido por esta via que Foucault chegou à criação do “diagrama”, que lhe permitiria o estabelecimento de um “arquivo”, como um conjunto de sistemas de enunciados⁴².

[...] A pretensão de Foucault era a de que esse arquivo funcionasse como uma espécie de “diagnóstico” – que ele sugerisse um futuro próximo que não podemos programar nem projetar, e com o qual só podemos fazer experiências. Assim, ele declara que o arquivo não se destina a “esboçar de antemão como parecemos”, e sim, pelo contrário, ao romper com essas continuidades, apresentar-nos o fato de que estamos no processo de nos tornarmos outra coisa, ainda não sabemos o quê. O arquivo é acompanhado de um senso “pragmático” de que somos feitos de “diferenças”, ou processos de complexificação e diferenciação de futuros desconhecidos. Deleuze propõe esse conceito para o arquivo foucauldiano: “Não predizer, mas estar atendo ao desconhecido que bate à porta”. Nesse sentido, foi por meio do arquivo que Foucault introduziu um “tempo do diagramático” na história; nas palavras de Deleuze, ele queria converter a história na “condição negativa de uma experimentação”. Tal era o pragmatismo do seu diagrama, de seu diagnóstico. (RAJCHMAN, 2013, p. 77)

Rajchman segue o caminho realizado por Foucault, apoiando-se na interpretação de Deleuze, de que as propriedades do diagrama podem ser aplicadas aos espaços urbanos e arquitetônicos, e propõe realizar uma “cartografia pragmática” do estado de coisas atual, das novas montagens (*assemblages*) e arranjos do urbanismo contemporâneo⁴³. Avançando na proposta de Rajchman, para não tornar

⁴⁰ A palestra na AnyHow Conference foi publicada no livro que documenta a conferência, publicada no ano seguinte, e faz parte da antologia organizada por Krista Sykes em 2009, que tomamos como referência principal para esta apresentação (RAJCHMAN, 2013). Ver original em: John Rajchman, “A new pragmatism?” in: Cynthia Davidson (Ed.). *Anyhow*. Nova York; Cambridge: Anyone Corporation, MIT Press, 1998. p. 212-217. Rajchman desenvolve suas pesquisas sobre o pragmatismo, influenciado sobretudo por Deleuze, em outras obras no mesmo período – ver, por exemplo: *Constructions*. Cambridge; Londres: MIT Press, 1998; e *The Deleuze Connexions*. Cambridge; Londres: MIT Press, 2000.

⁴¹ E da leitura de Deleuze sobre a obra de Foucault.

⁴² Para ficar no caso mais conhecido, foi por esta via que o “Panóptico” de Foucault lhe permitia entender o “arquivo” da prisão – e suas semelhanças com fábricas, escolas, hospitais, quartéis... – que caracterizaria a “sociedade disciplinar”.

⁴³ No original, Rajchman usa a expressão “new urbanism”, que foi traduzida como “novo urbanismo” na edição brasileira (RAJCHMAN, 2013, p. 76). Preferimos tratá-la como “urbanismo contemporâneo” para ficar mais próximo do sentido original,

esta exposição muito longa, ele propõe “diagramara” as novas formas de pensar o tempo e o espaço, processo entendido como:

[...] [U]m estilo de análise, reflexão, *talvez até de projeto*, em que a relação cidade / diagrama / experimentação substitui a relação mais antiga Estado / programa / ideologia tipificada pelo marxismo, substituindo o velho tema místico-literário da alegoria e da utopia pelo tema pragmático do diagrama e do diagnóstico das novas condições urbanas (RAJCHMAN, 2013, p. 79, o grifo é nosso).

Podemos assim redefinir a distinção diagrama / código em arquitetura: chamar de “diagramáticos” os espaços ou imagens que introduzem outros “movimentos possíveis”, não predeterminados por um programa geral; que, em contraste com a composição clássica de elementos fixos em totalidades orgânicas ou bem formalizadas, operam por conexões em múltiplos espaços díspares, permitindo relações de mistura, hibridação, contaminação e simultaneidade. Desse modo, os diagramas propiciam o imprevisto, em vés de insistir num plano, sistema ou história geral. [...] (RAJCHMAN, 2013, p. 80)

Em seguida, Rajchman discorre sobre a possibilidade de se repensar, a partir dos diagramas, a questão da monumentalidade em arquitetura – diferenciando o monumento, enquanto “algo que conserva e torna público algo que supostamente é lembrado”, do diagrama, enquanto algo que “desencadeia conexões imprevistas e novas possibilidades”⁴⁴. Daqui decorrem algumas questões para pensar nos desdobramentos da proposição de Rajchman. Por mais que sua reflexão traga contribuições para se entender as possibilidades não previsíveis que já se encontram no presente, ou para se construir esquemas que permitam a leitura dos acelerados processos de transformação do território, falha ao tolher a capacidade em se pensar no “novo” no longo prazo. Coloca a atividade projetual num plano menos relevante e se atém de tal maneira ao “presente” que isso constrange a capacidade de especulação mais livre, numa postura decididamente antiutópica, o que fica mais evidente na sua introdução ao livro que resultou do seminário no MoMA sobre o pragmatismo em arquitetura. Naquela situação, onde apresenta com mais detalhes a genealogia do pensamento pragmatista a partir da tríade Peirce / James / Dewey, a estratégia do “diagrama” e do “diagnóstico”, deveria levar a uma situação onde a dimensão “cartográfica” substitui a “utópica” na arquitetura⁴⁵ (RAJCHMAN, 2000, p. 14).

Diagramas, cartografias e utopias não aparecem tão antagonistas na leitura de Anthony Vidler. Curioso é perceber, ainda, que a referência tomada para a leitura de Vidler venha também da sua aproximação do pragmatismo, neste caso, referindo-se a Charles Sanders Peirce. O interesse de Vidler pela relação entre utopias e arquitetura vem desde suas primeiras obras publicadas, momento em que se debruçou sobre obra dos arquitetos “revolucionários” do século XVIII – Ledoux, Boulée e Lequeux. Mais recentemente, explorou a adesão da arquitetura contemporânea aos diagramas, mediado por uma interpretação de Peirce, entendendo o potencial dos diagramas em servirem como

dado pelo autor, e para evitar sua associação equivocada com o “New Urbanism” de Elizabeth Plater-Zyberk e Andrés Duany.

⁴⁴ Sem diminuir a potência da proposição de Rajchman, é de questionar, no entanto, como esse debate vem sendo assimilado na produção contemporânea. A euforia em torno dos diagramas como estratégia de análise e de projeto fica patente na quantidade de publicações, seminários e editoriais de revistas dedicadas ao tema (ver Apêndice C). A tirar do muito que foi produzido desde então, não faltam exemplos de como as arquiteturas diagramáticas, “blob”, topológicas etc. ficam muito melhor nas maquetes virtuais do que quando são efetivamente construídas. Além disso, os diagramas se prestaram muito mais para a construção de monumentos do que se poderia esperar, quando bem assimiladas pela cultura do espetáculo e pelos arquitetos-estrela.

⁴⁵ O que nos faz lembrar um dos famosos aforismos de Oscar Wilde, publicado em “A alma do homem sob o socialismo” [1891], que supõe outra relação entre a cartografia e as utopias: “Um mapa-múndi que não inclua a Utopia não é digno de consulta, pois deixa de fora as terras a que a Humanidade está sempre aportando.” – ver em Oscar Wilde. *A alma do homem sob o socialismo*. Porto Alegre: L&PM, p. 44.

um “instrumento de uma realidade suspensa”.

Semelhante ao que vimos no caso de Rajchman, a leitura de Vidler também é mediada pela obra de Foucault, Deleuze e Guatarri, mas lança outra perspectiva, entendendo o caráter transgressor dos diagramas, pelo seu potencial de “mutação, de transformação infinita e de vir-a-ser” ou ainda, usando os termos de outro artigo de Vidler, pela possibilidade de constituírem como a cartografia “de uma paisagem a ser inventada”⁴⁶.

[...] Os diagramas não desobedientes, eles “não se comportam como signos bem formados em um sistema universal de significação e não conseguem passar de forma suave pelo dialogismo de simulacro dos modelos ideais de comunicação”. Desta forma, o que poderia se mostrar como “uma álgebra árida da linguagem”, na forma do diagrama, serve ativamente à “pragmática do inconsciente” de [Felix] Guatarri; o diagrama, neste sentido, é utópico por definição. (VIDLER *apud* LAMBERT, 2013, p. 91)⁴⁷

Note-se também que Vidler reconhece que, em grande medida, a “estética da digitalização” que acompanha a produção dos diagramas na arquitetura contemporânea parece, por outro lado, serem muito mais movidas pela possibilidade de representação fiel do real (as simulações digitais, as bibliotecas de cores, texturas, etc.) do que pelas virtudes de uma “representação abstrata de um novo mundo” (VIDLER, 2000, p. 18). Estamos certos de que esta prática não está presente na obra dos escritórios analisados nesta pesquisa, mas optou-se por incluir estes debates porque permitem apresentar com propriedade a questão das “coisas em formação”, mencionadas na introdução da dissertação.

“Imaginação de realidades” e forma arquitetônica enquanto “estratégia”, a partir de Joan Ockman

Ainda que a palestra de Rajchman tenha introduzido de forma clara a proposição de um “novo pragmatismo” para a arquitetura, uma das primeiras situações em que se publicizou, de forma mais ampla, um debate sobre suas possibilidades, se deu com um seminário realizado no MoMA em 2000, organizado por Rajchman, Joan Ockman e Terence Riley. O seminário é algumas vezes relacionado equivocadamente como uma antecipação da abordagem “projetiva” ou “pós-crítica”, que supervalorizam a prática projetual e se confundem com a lógica de mercado, desvinculada de um aporte teórico⁴⁸, mas como o próprio Michael Speaks reconhece, neste seminário a discussão serviu

⁴⁶ Aqui tomamos certa liberdade para fazer menção a outro artigo de Vidler, onde o autor discorre sobre as relações entre a geografia e as representações dos territórios. Ver Anthony Vidler. “*Terres Inconnues: cartographies of a landscape to be invented*”. *October*, Cambridge, n. 115, p. 13-30, 2006.

⁴⁷ Tradução livre do original: “[...] Diagrams then are ill-behaved, they “do not behave like well-formed signs in a universal system of signification and fail to pass smoothly through the simulacral dialogism of ideal models of communication.” In this way, what might seem to be “an arid algebra of language” in diagram form actively serves Guattari’s “pragmatics of the unconscious” and thence his insurgent social practice: the diagram, in this sense, is utopian by definition.”. Note-se que, como não foi possível ler o texto em sua versão original, nos apoiamos nos excertos incluídos por Léopold Lambert, autor do blog “The Funambulist”, numa coletânea de textos sobre Foucault (LAMBERT, 2013). O texto original de Vidler, por sua vez, integra um livro sobre a obra dos Situcionistas – ver em Anthony Vidler. “Diagrams of Utopia”. In: Catherine de Zegher e Mark Wigley (Ed.). *The activist drawing: retracing Situationist Architecture from Constant’s New Babylon to beyond*. Cambridge; Londres: MIT Press, 2001.

⁴⁸ E foi aceito por desconfiança por outros tantos, por ter sido patrocinado pelo escritório SOM (Skidmore, Owings and Merrill), um dos maiores escritórios de arquitetura do mundo, com uma produção de arquitetura tipicamente corporativa – isso para não falar das críticas sobre a chancela do MoMA como o órgão que internacionalmente se consolidou como arauto das “novidades” do debate teórico em arquitetura.

muito mais a um esforço de renovar a teoria, a partir da absorção das práticas em curso, do que a forma como geralmente se apresenta a arquitetura projetiva ou pós-crítica (SPEAKS, 2002, p. 74-75).

Os eventos ficaram registrados no livro que se seguiu à realização do Seminário no MoMA e das conferências na Columbia University, e ganharam uma edição temática da revista *AV Monografías*, no ano seguinte. Na introdução do livro, a crítica americana Joan Ockman traça um breve, porém decisivo, panorama dos debates teóricos nos Estados Unidos desde os anos 1960, apontando os diferentes arranjos que convergiram para o estado de cisão, naquele momento, entre teoria e prática no debate arquitetônico. Sobre os objetivos “calculados” dos eventos, Ockman comenta:

[...] Nosso objetivo tinha sido cuidadosamente calculado: queríamos lançar a sombra de uma dúvida no vazio intelectual que tinha aberto na arquitetura através do “esgotamento teórico” no final dos anos noventa. Queríamos comprovar se o pragmatismo, que nos últimos anos tinha sido objeto de um *revival* em campos como a crítica literária e o direito – assim como o feminismo e a teoria política – poderia servir ademais para se voltar a questionar verdades arquitetônicas esclerosadas [...]. (OCKMAN, 2001, p. 4, grifo original)⁴⁹

A autora entende o perigo em buscar no pragmatismo uma renovação no debate teórico, uma que vez que esta tradição filosófica costuma ser associada vulgarmente a mera *praticidade* ou *instrumentalidade*. Correr este risco, no entanto, lhe parece valer a pena – e por conta disso, Ockman recorre muito mais ao pensamento pragmatista americano do que ao debate em curso sobre a pós-criticalidade. O que, do seu ponto de vista, pode trazer contribuições ao debate arquitetônico, a exemplo das relações entre estética e experiência, questões de inovação tecnológica e da experimental empírica e, este último um ponto sobre o qual Ockman demonstra maior interesse, a questão do “problema do público” e de seu “domínio físico” (OCKMAN, 2000, p. 17-18; 2001, p. 6), o que trazer contribuições para as definições sobre o espaço público e a relação entre arquitetura e democracia. Ao final da introdução ao livro que registra a empreitada do seminário e das conferências, sugere uma interlocução mais aberta entre utopia e pragmatismo:

Por fim, a junção paradoxal das palavras “pragmatista” e “imaginação” no título [do seminário] destina-se a causar um efeito um tanto explosivo – algo como o uso provocativo, por parte de William James, da metáfora “cash-value”, para dramatizar a ideia de que qualquer teoria da verdade, do significado ou da realidade só pode ser verificada em termos das diferenças concretas que efetua quando implementadas e testadas na experiência real. A “imaginação pragmatista” pode, por sua vez, ser tomada como um constructo complementar àquele da imaginação utópica. As duas representam estratégias alternativas para nos orientarmos em direção ao futuro. É inquestionável que o mundo no ano 2000 ainda precisa de pensadores utopistas, mas eu acredito, com William James, que nos precisamos hoje de “mais imaginação de realidades”. (OCKMAN, 2000, p. 23)⁵⁰

Como apontado por Krista Sykes (2013, p. 73), o seminário sobre a “Imaginação Pragmatista” pode de fato não ter tido muitos desdobramentos imediatos, como a sua pretensão maior de estimular um

⁴⁹ Tradução livre da versão espanhola do artigo: “[...] Nuestro objetivo había sido cuidadosamente calculado: queríamos lanzar la sombra de una duda en el vacío intelectual que se ha abierto en la arquitectura tras el “agotamiento teórico” de finales de los noventa. Queríamos comprobar si el pragmatismo, que en los últimos años ha sido objeto de un *revival* en campos como la crítica literaria y el derecho, así como el feminismo y la teoría política, podía servir además para volver a cuestionar verdades arquitectónicas esclerosadas. [...]”.

⁵⁰ Tradução livre do original: “Finally, the paradoxical coupling of the words ‘pragmatist’ and ‘imagination’ in the title is meant to have a somewhat explosive effect – something like William James’s provocative use of the metaphor ‘cash-value’ to dramatize the pragmatist idea that any theory of truth, meaning, or reality can only be verified in terms of the concrete differences it makes when implemented and tested in actual experience. The ‘pragmatist imagination’ may, in turn, be taken as a complementary construct to that of the utopian imagination. The two represent alternative strategies for orienting ourselves to the future. Unquestionably the world in the year 2000 still needs utopian thinkers. But I believe, with William James, that today we need ‘more imagination of realities.’”.

novo pensamento crítico a partir das contribuições do pragmatismo. Mas ao menos para os integrantes do Buell Center⁵¹, é possível ler certa continuidade dos questionamentos colocados desde o início dos anos 2000. Durante o período em que atuou como diretora do centro, a historiadora e crítica Joan Ockman conduziu não apenas as atividades que deram origem ao seminário sobre Arquitetura e Pragmatismo, comentado anteriormente, mas também o chamado “FORuM Project”, em parceria com o Berlage Institute, da Holanda. Era intenção dos organizadores gerais do FORuM – Ockman e o arquiteto italiano Pier Vittorio Aureli – retomar a discussão sobre a “forma” e o “formalismo” com uma abordagem que fugisse dos discursos sobre autonomia e das práticas apolíticas, para confrontá-los com a relação entre forma arquitetônica e cidade, assim como com a realidade social mais ampla, as relações de poder e a consciência cívica⁵² (OCKMAN, 2007; OCKMAN e GRABAR, 2010).

As contribuições desse conjunto de pesquisas, evidentemente, vêm muito mais pelo ponto de vista teórico e crítico, mas não deixam se configurar também como uma defesa da possibilidade de se buscar, também através do projeto, “outras” arquiteturas que não apenas aquelas que confirmam o *status quo*. Entre os resultados mais evidentes, foram realizadas discussões públicas, a publicação de uma série de livros dos integrantes do grupo e uma exposição com o título “Form as Strategy” na Columbia University, em 2008⁵³.

Outra ênfase dada ao projeto, como se pode depreender a partir do enunciado do programa e da exposição realizada em 2008, vem de reinserir o lugar da “produção formal” no *contexto político*, de onde se toma uma posição com relação às “forças políticas e econômicas que tendem a determinar a existência atualmente”.

Numa época em que a produção e o consumo são virtualmente coextensivos com a própria vida, em que poder se tornou biopoder, o lugar central para uma produção formal [form-making] estratégica não é estético, nem tecnológico, nem mesmo ambiental. Trata-se, antes, do lugar político ou metapolítico no qual se negocia uma posição dentro e contra as forças econômicas e políticas que tendem a determinar a existência hoje. Por conta da natureza extremamente complexa destas forças, qualquer posicionamento deve ser constantemente testado e contestado. É muito ingênuo entender a forma arquitetônica, neste contexto, como contendo algum conteúdo “autêntico” pré-existente, assim como é leviano entendê-la como produção de formas [shape-making]. A produção da forma é, antes, um trabalho intenso e constante, uma elaboração rigorosa e resultado do mapeamento de uma relação entre o pensamento crítico e ação combinada. De fato, é esta abordagem que distingue as práticas arquitetônicas e artísticas mais radicais do todo. A produção formal [form-making], neste sentido, não é um processo, e sim um processo dirigido; não é um produto estilístico ou subproduto técnico, e sim uma atividade de organização, em todos os sentidos do termo. (AURELI e OCKMAN *apud* OCKMAN e GRABAR, 2007, p. 257)⁵⁴

⁵¹ Estamos nos referindo à sede do *Temple Hoyne Buell Center for the Study of American Architecture* na Columbia University, criado em 1982, no qual Joan Ockman atuou como no período em que o seminário sobre o pragmatismo foi realizado.

⁵² A própria grafia dada ao projeto indica a motivação de suas pesquisas: a discussão sobre “forma” e “urbanidade” (o “u” minúsculo) num lugar onde se promove o debate público (o “fórum”).

⁵³ A “estratégia” do título faz menção à obra de Guy Debord, que se definia como um estrategista, muito mais do que como filósofo, ou seja, como uma figura que “mobiliza” forças a partir de determinado território. A exposição reuniu um conjunto de “utopias” ou “estratégias formais”, por assim dizer – entre elas, uma edição original do “Jogo de Guerra” criado por Debord em 1977.

⁵⁴ Tradução livre do original: “In a time when production and consumption are virtually co-extensive with life itself, when power has become bio-power, the crucial site for strategic form-making is neither aesthetic nor technological nor even environmental. It is rather the political or metapolitical space in which one negotiates a position within which and against the economic and political forces that tend to determine existence today. Given the extremely complex nature of these forces, any position must be constantly tested and contested. It is just as naive to see architectural form in this context as a container of some “authentic”

O posicionamento se estende, também, como uma oposição à valorização excessiva dada ao “processo” de projeção como um fim em si mesmo, muito comum no debate arquitetônico contemporâneo, deixando o resultado formal em segundo plano, ou ainda, às situações em que a dimensão formal da arquitetura é reduzida à produção de “imagens e objetos espetaculares” (OCKMAN, 2007), o chamado “efeito Bilbao”. Isto nos leva a considerar como tirar partido das constrições naturais ligadas à produção de habitação social, como uma resposta à frivolidade da produção hegemônica em arquitetura hoje, mesmo naquelas formas mais complexas, aparentemente difíceis. Acreditamos que a “dificuldade de forma” que vem como um resultado do processo laborioso de constrições a que está submetida toda produção artística e que se mostra, talvez, ainda com mais evidência no caso da produção de habitação, pode ser ela mesma uma manifestação clara das apostas políticas em questão – nos aproximamos, assim, de uma das definições dadas por Ockman: “[...] Não se trata de frivolidade, de um celebrado ‘fim das proibições’ como se deu nas práticas pós-modernistas dos anos 1970 e 80. Encaramos a forma como um tipo de jogo forçado, um jogo intencionalmente severo” (OCKMAN e GRABAR, 2010, p. 267)⁵⁵.

As relações entre arquitetura e democracia, forma e urbanidade continuam tendo relevância na atuação de Ockman. Num artigo mais recente, a autora se questiona o que pode ser tomado como uma expressão democrática para a arquitetura, a partir de grandes obras públicas, de caráter coletivo, no contexto político atual, caracterizado pelos discursos populistas sobre o “espaço público”, o neotradicionalismo do “New Urbanism” e a lógica do “não-planejamento” que tão bem acolhe a adesão à cultura do entretenimento e do consumo (OCKMAN, 2011).

É preciso destacar, antes, que no artigo em questão a autora está lidando com obras de “grife” e com programas que necessariamente precisam lidar com a questão da monumentalidade e da representatividade cívica. No entanto, ao chamar atenção para o fato de que os lugares de representação e de validação política podem estar em qualquer lugar, permite-nos entender isto como desafio ao próprio instrumental crítico. Mais objetivamente, ao que interessa para esta pesquisa, permite-nos questionar de que forma as propostas de Habitação de Interesse Social analisadas, servem como o substrato material para a construção não apenas da arquitetura e do espaço urbano, mas também (e como consequência disso) de uma cidade democrática; e como isso pode ser analisado a partir de um programa que deve dar conta não de uso privado, da moradia, mas enfrentando a dimensão mais ampla, do coletivo, portanto numa interseção limítrofe entre os domínios público e privado?

Arquitetura enquanto “forma política”, a partir de Pier Vittorio Aureli

O arquiteto e crítico italiano Pier Vittorio Aureli, um dos coordenadores do FORuM Project, também

preexisting content as it is frivolous to see it as mere shape-making. The making of form is rather an intensive, ongoing labor, a rigorous elaborating and mapping out of a relationship between critical thought and concerted action. In fact, this approach has always distinguished the most radical architecture and art practices. Form-making in this sense is not a process, but a directed process; not a stylistic product or technical by-product, but rather an activity of organization, in all senses of the term.”

⁵⁵ Tradução livre do original: “[...] It is not a matter of frivolity, a celebratory ‘end of prohibitions,’ as in the postmodernist practices of the ‘70s and ‘80s. We view form as a constrained kind of play, play made rigorous by purpose.”.

vem se debruçando de forma intensa, pelo menos desde 2004, sobre a relação entre as dimensões política e formal da arquitetura, tanto em sua produção teórica, quanto na atividade prática, nos projetos desenvolvidos no âmbito do grupo DOGMA (AURELI, 2004, 2008, 2011b).

Numa de suas obras mais recentes, misto de crítica histórica e manifesto, especula a possibilidade de se constituir uma “arquitetura absoluta” influenciado, em grande medida, pelas obras do filósofo italiano Giorgio Agamben e do arquiteto alemão Oswald Mathias Ungers (AURELI, 2011a). Segundo Aureli, a autonomia da “forma arquitetônica” – o sentido último de sua busca formal – não significa pureza, isolamento disciplinar, muito menos a adoção de posturas acríticas. A “arquitetura absoluta”, portanto autônoma, seria alcançada através de uma “confrontação sistemática e radical com relação à cidade na qual opera” (AURELI, 2011a, p. IX). Segundo o autor, esta concepção vem como uma interpretação da noção de “absoluto” do filósofo italiano Giorgio Agamben, como algo que se constituiu definitivamente como “ele mesmo” após se separar do “outro”.

O “outro” das obras de Aureli – e do grupo DOGMA, pensando sua produção de forma mais ampla – é a cidade contemporânea ou, mais especificamente, o resultado da urbanização, “o espaço da cidade, com sua organização extensiva e seu governo” (AURELI, 2011a, p. IX). Refletir sobre uma forma política da arquitetura que seja “absoluta” implica, para o autor, em definir uma “arquitetura da cidade”. Propõe-se, ao cabo, o reestabelecimento da cidade como uma entidade com forma política definida (AURELI, 2011b). O ato crítico da arquitetura de Aureli se dá no momento em que é entendida como o projeto daquilo que é finito – separado, portanto, do resultado de uma urbanização extensiva, com limites indefinidos.

O arquiteto reconhece que isso acontece via explicitação do próprio processo da urbanização ao qual a dita “arquitetura absoluta” se opõe, inserindo-se de forma crítica neste mesmo processo. O ato de separar-se não significa, portanto, ignorar completamente o outro, mas, antes, implica em se encontrar na condição de autônomo após a separação deste outro, que em certa medida é também sua parte constituinte. A proposta é não apenas ambiciosa, como também muito ambígua, o que não necessariamente pode conduzir a bons resultados práticos, a se tirar por alguns dos projetos teóricos desenvolvidos pelo grupo DOGMA. Se a urbanização dos territórios vem acontecendo de forma acelerada e destrutiva, não apenas no cenário europeu, mas também – e de forma ainda mais violenta – nas cidades em países pobres, é questionável se a ideia-guia do “absoluto” seja realmente o caminho mais apropriado.

A proposta de Aureli de uma forma arquitetônica da cidade, como um ente definido, é uma clara oposição à dimensão do informe que caracteriza a expansão da cidade contemporânea e que já há bastante tempo vem sendo excessivamente celebrada. Mas considere-se, no entanto, que por mais que esta dimensão *informe* da cidade contemporânea esteja em curso, ela corre ao largo, numa escala mais aproximada da relação entre a arquitetura e o espaço urbano, da construção de limites muito evidentes e muitas vezes intransponíveis. Convivemos com atos (não necessariamente críticos) de separação entre arquitetura e cidade (ou urbanização, entendendo aqui também a sua dimensão do controle e administração do espaço urbano) que conduzem a uma experiência muito pobre da vida urbana.

Propor a “separação” como estratégia formal pode acabar por reiterar esta prática projetual já em curso, além de dar potencialidade à produção do excepcional e do icônico. Isto pode diminuir o próprio potencial de sua argumentação central, que vem como um contraponto necessário a todo otimismo exagerado sobre a produção arquitetônica via formas icônicas, design paramétrico, ou principalmente – como faz questão de ressaltar em mais de uma situação – contra a redução excessiva da atuação frente à cidade contemporânea via “mapeamento” (AURELI, 2011a)⁵⁶.

Com relação ao tema da habitação e mesmo no caso da habitação social, os projetos do grupo DOGMA e a obra escrita de Aureli têm convergido para o enfrentamento das questões da precariedade e das formas de habitar. O autor chega a lançar (mais) uma revisão da famosa frase atribuída a Mies van der Rohe, afirmando desta vez que “Menos é o Bastante” (“*Less is Enough*”), derivando as reflexões sobre a vida precária a partir de Walter Benjamin (AURELI, 2013). Arriscando um julgamento pouco informado, seu comprometimento parece maior com os resultados do próprio processo de reflexão crítica, e não com as condições reais em que esta arquitetura pode vir a ser produzida, ainda mais considerando as declarações de Aureli de que suas obras não são “utópicas”, no sentido de uma projeção de horizonte impossível de ser construído, mas, antes, são projetos pensados para ser efetivamente construídos. Há um grande compromisso com o próprio pensamento, mas nem tanto – ou ao menos não foi possível identificar isso neste levantamento ligeiro – com o que imaginamos ser mais relevante: uma aproximação com o espaço da existência.

A “reterritorialização” da utopia e o “realismo utópico” de Reinhold Martin

O arquiteto, historiador e crítico americano Reinhold Martin, atual diretor do Buell Center, deu continuidade às pesquisas e eventos públicos onde se discutem as relações entre arquitetura e esfera pública, iniciadas por Joan Ockman, e nos interessa em particular pelo fato de ele estar lidando mais diretamente com as questões da utopia e da habitação social.

Frente ao debate pós-crítico, Martin defende a postura de um “realismo utópico” e aponta para a *resistência* como possibilidades *de ação*. Aposta numa retomada da utopia em seu sentido mais literal, como um lugar ao mesmo tempo inalcançável e ubíquo, e, parafraseando Jacques Derrida com relação a Marx, entende a utopia como um *espectro*, um “fantasma que introduz outros mundos possíveis na realidade cotidiana, em vez de algum sonho de outro mundo” (MARTIN, 2013, p. 273). O seu “realismo utópico” supõe atuar dentro da realidade que nos é apresentada, considerada pelo autor como um “sonho demasiadamente real inculcado por aqueles que preferem aceitar um *status quo* destrutivo e opressor”, daí se entende a estratégia da resistência como um primeiro passo:

[...] [A utopia] não deve ser interpretada equivocadamente como uma invocação de um mundo perfeito, um mundo à parte, uma totalidade impossível que fatalmente se transforma em totalitarismo. Antes, a utopia precisa ser interpretada literalmente como o “não lugar” de suas origens etimológicas, que não é “nenhum lugar” por ser ideal e inacessível, e sim porque, em uma simetria perfeitamente espelhada, também é “todo lugar”. A utopia é deslumbrante e

⁵⁶ A crítica a esse conjunto de expressões, aos quais Aureli pretende se contrapor, se assemelha ao desinteresse de Tafuri com relação às “tecnoutopias” dos anos 1970, que na visão do historiador italiano não iam muito além de imergir nas explorações do informe apenas para lhe dar uma forma equivalente, sem a pausa para reflexão crítica.

tediosa, excepcional e prosaica. Entre seus arautos está outro e mais antigo cidadão [do centro] de Manhattan, Bartleby, o escrivão, de Herman Melville, o modesto e anônimo funcionário que, ao ser solicitado a reproduzir o que os anos 1960 passariam a chamar de “o sistema”, se recusa polidamente, dizendo “Acho melhor não”. (MARTIN, 2013, p. 273)⁵⁷

A utopia como um espectro é a ideia-chave do livro “Utopia’s Ghost: Architecture and Postmodernism, Again”, que veio como um aprofundamento de artigos escritos por Martin ao longo da primeira década de 2000. Com o livro, Martin reescreve a história do pós-modernismo em arquitetura (com ênfase à produção nos Estados Unidos), analisando projetos e obras construídas, os debates teóricos em arquitetura e suas interlocuções com questões mais gerais, de ordem política e econômica.

Utopia e habitação social têm grande relevância em todo o percurso apresentado no livro, donde se destaca, por exemplo, a investida do autor em desconstruir o evento da demolição do *Conjunto Pruitt-Igoe*, que talvez tenha se cristalizado como o maior mito de crise da arquitetura moderna e da abertura para o pós-modernismo⁵⁸. Segundo a abordagem de Martin, alegar a morte da arquitetura moderna a partir da demolição do Pruitt-Igoe se configurou como uma eficiente estratégia de normalização, não apenas dos efeitos reais daquelas situações onde não se resolveu de forma adequada a questão da moradia social, mas também de normalizar tudo a que o projeto moderno – e sua utopia, não apenas no que tange ao tema da habitação – poderia ainda levar. O evento é apresentado dentro de um contexto mais amplo, na passagem do modernismo para o pós-modernismo, em que a Utopia foi tratada não apenas como um tipo especial de território, mas também como outro nome para aquilo que era “impensável” – um processo, seguindo o autor, de reterritorialização da Utopia, fazendo com que ela chegasse a esse lugar de onde não poderia ser recuperada (MARTIN, 2010).

[...] [N]este campo dos espíritos materializados, que é um campo de conflitos reais e solidariedades reais, também se oculta o potencial para um novo tipo de projeto, no qual o espectro que uma vez assombrou a Europa finalmente se torne global. Com isto, subentendo uma forma de pensamento que nem se volte de forma narcisista para o próprio passado, nem lamente a sua morte. Ao invés disso, ao olhar retrospectivamente ela reorienta seu olhar em direção a futuros que ainda estão por vir. E isto é feito sondando seus próprios interiores claustrofóbicos, as suas muitas histórias – não como um tipo de derrota, mas, antes, em busca de uma reversão estratégica e topológica, onde quanto mais se adentra, mais se chega ao exterior. Virando o feitiço contra o feiticeiro, a própria história, longe de chegar a um fim, também se revolveria nos circuitos [feedback loops] de uma periodicidade ligeiramente deslocada. Presos nestes circuitos, podemos imaginar eventualmente que se o “pós” do pós-modernismo significa alguma coisa, significa aprender a viver com fantasmas, o que inclui os fantasmas dos outros, vivos ou mortos, e com eles os fantasmas de nossos eus anteriores. Isto implica, em outras palavras, em pensar mais uma vez com o pensamento chamado Utopia.” (MARTIN, 2010, p. 178-179)⁵⁹

⁵⁷ Fizemos uma pequena alteração da edição brasileira, tomada como referência, que traduziu “lower Manhattan” como a “parte baixa de Manhattan”. Ver original em: Reinhold Martin. “Critical of what? Toward a Utopian Realism”. *Harvard Design Magazine*, n. 22, p. 104-109, 2005.

⁵⁸ Destaque-se, no entanto, que Martin não está sozinho nesta investida. Sobre o “mito” do *Pruitt-Igoe* e de sua demolição, ver também: Katharine Bristol. *The Pruitt-Igoe Myth*. *JAE – Journal of Architectural Education*, v. 44, n. 3, p. 163-171, mai. 1991; e o documentário “The Pruitt-Igoe Myth: A Documentary” (2011).

⁵⁹ Tradução livre do original, neste caso ainda mais importante pela difícil fantasmagoria de Martin: “[...] [I]n this realm of materialized spirits, which is a realm of real conflicts and real solidarities, also lurks the potential for a new kind of project, in which the specter that once haunted Europe finally goes global. By this I mean a form of thought that neither attempts narcissistically to render its own past present nor mourns their passing. Instead, in looking back it reorients its gaze toward futures yet to come. It does this by probing its own claustrophobic interiors, its many histories, not as some kind of defeat but in search of a strategic, topological reversal, where the further inside you go the further outside you get. With such a turning of the tables, history itself, far from having come to an end, would also turn and return in the feedback loops of a slightly offset periodicity. Caught in these loops, we may eventually realize that if the “post” in postmodernism means anything, it means learning to live with ghosts, including the ghosts of others alive and dead, and with them, the ghosts of our former selves. It

A passagem desta abordagem geral mais sobre como lidar com o “espectro da Utopia” para a elaboração de um programa de ação do “realismo utópico”, ainda que apenas esboçado, fica mais claro num artigo de 2006. O autor entende o ponto crítico a que chegou a arquitetura é ainda um desdobramento crise de representação dos anos 1970⁶⁰, que impele todos a uma tomada de decisão, nem que esta seja a da recusa. A partir do seu esboço de um “realismo utopista” impõem-se duas tarefas, de imediato: tornar visível o que está invisível (a começar, poder-se-ia dizer, pela própria utopia), e acabar com as barreiras territoriais que alijam os indivíduos das representações políticas e culturais (MARTIN, 2006).

Apesar de manter uma prática de projeto dentro do escritório MARTIN/BAXÍ, a atuação mais direta de Reinhold Martin com o tema habitação social também está mais vinculada às suas atividades acadêmicas. Desde que assumiu a direção do Buell Center, em 2009, passou a pesquisar o tema da habitação em função da crise econômica que afetou os Estados Unidos. Destaque-se nesse conjunto de atividades um panfleto em que o centro levantava a discussão já em 2009 (MARTIN, 2009), e uma hipótese – a “Buell Hypothesis” – elaborada em seguida, junto a outros pesquisadores vinculados ao centro de pesquisa (MARTIN, MEISTERLIN e KENOFF, 2011), em que passavam a estudar mais de perto alguns casos para começar a sondar novas possibilidades. Este conjunto de atividades teve continuidade ao se realizar, juntar ao MoMA, um *workshop* com a intenção de desenvolver propostas de habitação para cinco das oito áreas indicadas no documento. Como o próprio Martin comenta numa conferência realizada depois do workshop, ressentia-se que a oportunidade de levar a discussão a um público mais amplo, com vistas ao desenvolvimento de propostas alternativas à crise, não resultou satisfatória, nem mesmo chegou a promover mudanças no modo como o governo americano conduz a política habitacional.

* * *

É evidente que a apresentação ligeira destes grandes temas e de seus autores, ao longo do capítulo, que por sua vez foram selecionados a partir de um recorte muito mais amplo, não dá conta de representar fielmente a totalidade do debate que inclui utopia e pragmatismo em arquitetura. Acreditamos, no entanto, na sua relevância para se entender as principais constrições e possibilidades que, somadas, ajudam a entender em que condições de possibilidade a arquitetura ainda pode ser proposta.

Daí nosso interesse em dar atenção àqueles debates onde o próprio “real” é colocado em disputa, que de certa forma perpassa todos os interlocutores indicados. A valorização dada à dimensão formal assinala, ainda para a necessidade de superar não apenas o falatório contemporâneo sobre a pós-criticalidade, como de superar também as limitações na herança crítica do próprio Manfredo Tafuri, que abre o diálogo proposto. Em sua crítica às vanguardas arquitetônicas e à produção

means, in other words, learning to think the thought called Utopia once again.”

⁶⁰ Uma das principais questões colocadas também por Tafuri: que papel ativo pode a arquitetura (e os arquitetos e arquitetas) assumir frente à sociedade contemporânea?

contemporânea aos anos 1970, Tafuri declarava que qualquer tentativa em se recuperar a autoridade disciplinar da arquitetura, através da forma, acabaria em algo que se configuraria como “utopia regressiva”. O debate teórico arquitetônico hegemônico, desde os anos 1970, demonstra não apenas a propriedade com que Tafuri fez seu diagnóstico, mas também que se chega hoje a uma situação de exaustão desse cenário, onde a “imagem da forma”, por sua vez, sai ainda mais consolidada.

E diga-se bem a verdade, a busca poderia ser muito menos distante, bastando-se apenas lembrar-se de outro grande teórico e renitente pessimista-otimista da arquitetura, Sérgio Ferro, que percorre uma trajetória muito semelhante, e parece inclusive ter passado pelas mesmas dificuldades de interpretação vinda dos seus pares. É conhecido como Ferro descreve o processo de alienação em arquitetura centrado no próprio projeto, como o elemento que promove esta alienação. No entanto, ele não deixa de considerar outras possibilidades para a arquitetura, e seu estímulo ao que vem sendo produzido em organizações de mutirão autogerido é um exemplo claro disso. Em “Nota sobre a USINA”, que por sinal é um dos escritórios estudados por esta pesquisa, Ferro deixa clara a sua expectativa positiva sobre os desdobramentos desta atuação. Reconhece, assim, que este processo que “tende a”, como indicado por Tafuri, já é por si só digno de nota.

Não é sem otimismo que o levantamento realizado para este primeiro capítulo sugere, também, a construção de cenários “outros”. Se de alguma forma esta pesquisa também assume uma dimensão “projetiva” ou “operativa”, ela se dá no momento em que busca, através das obras de Habitação de Interesse Social selecionadas para a análise, a possibilidade de se entrever a utopia a partir da forma arquitetônica (e urbana) – seja como resíduo, como espectro, ou mesmo como uma realização parcial e deformada – como uma forma de oposição, também, ao cenário onde apenas o excepcional, o icônico, ou as obras “de grife” são entendidos como objetos de análise arquitetônica.

CAPÍTULO 2

UMA ARQUITETURA ONDE A *UTOPIA* PODE MORAR⁶¹

Se no capítulo anterior trabalhamos com as noções de *utopia* e *crítica* dentro de um debate teórico, neste segundo capítulo busca-se uma aproximação maior entre as noções de utopia e pragmatismo e experiências construídas em arquitetura. Apresentam-se aqui algumas obras de referência, que ajudam a ilustrar de que modo utopia e arquitetura convergem em soluções formais. É de nosso interesse entender, ainda que de forma ligeira, como os projetos de habitação social ajudam a entender os diferentes momentos em que foram produzidos e como se podem ler as diferentes territorializações, por assim dizer, do pensamento utópico nas obras selecionadas.

Como já indicado, a bibliografia sobre a relação entre utopias e arquitetura é bastante extensa, mesmo se considerarmos apenas o momento que se segue às formulações das utopias urbanas a partir do século XIX. O começo desta genealogia para as utopias construídas no campo da arquitetura, no entanto, poderia começar ainda no século XVIII, considerando-se a construção da *Salina Real de Chaux* [1775-79], executada a partir do projeto de Claude-Nicolas Ledoux. Nesta obra já estão colocadas algumas das questões que viriam a se tornar mais urgentes, como a relação entre habitação e trabalho dentro do contexto industrial. A relação entre os arquitetos do Iluminismo e as projeções utópicas de suas arquiteturas, ademais, já foram bem exploradas por Anthony Vidler (1978; 1996), assim como o momento seguinte, onde os ideais revolucionários se aproximam mais da sociedade industrial em plena formação (VIDLER, 1971). Embora a *Salina de Chaux* se trate de uma construção pré-industrial, interessa como uma genealogia das propostas utópicas que visam à construção de um todo, unitário, entre moradia e trabalho, como alternativa à condição urbana das grandes metrópoles industriais – algo que seria ainda mais representativo no século seguinte.

Como nos lembra Françoise Choay, o surgimento do urbanismo, enquanto disciplina, se dá em meio às definições de uma sociedade industrial que pode ser caracterizada como sendo, primordialmente, urbana, e as respostas dadas ao ordenamento do território não acontecem senão junto a muitas contestações com relação ao que foi projetado (CHOAY, 2005). Como indicado na introdução desta dissertação, não é de se estranhar que o pensamento sobre as cidades modernas lidasse, entre suas questões principais, embora não exclusivamente, com o tema da habitação em muitas de suas nuances: as preocupações com relação à política habitacional, a salubridade necessária às habitações para que garantisse a qualidade de vida (e a capacidade de trabalho dos operários), os arranjos arquitetônicos que permitissem repensar a habitação coletiva, entre outros tantos. Ao

⁶¹ Estamos aqui parafraseando e dando um sentido mais específico à sentença de Jacques Derrida em sua conhecida entrevista a Eva Meyer (DERRIDA e MEYER, 2008 [1975]). Ao relatar sobre a experiência de um seminário no Collège International de Philosophie, onde se reuniam filósofos e arquitetos, Derrida comenta: “[...] Pega-se um espaço aqui, uma sala ali, mas como arquitetura, o Collège não existe ainda e, quem sabe, talvez nunca venha a existir. Há um desejo informe por uma outra forma. O desejo de um local novo, de novas arcadas, novos corredores, novos modos de morar e pensar./ Isso é uma promessa. E quando disse que o Collège ainda não existe como arquitetura, quero dizer que talvez não exista ainda a comunidade para tal e, por esse motivo, o lugar não se constitui. [...] Isso também é Babel: a diversidade de relações com o fato arquitetônico de uma cultura para outra. Saber que uma promessa continua a ser empenhada, ainda que ela não se mantenha em sua forma visível. Lugares em que o desejo se pode reconhecer e habitar.” (DERRIDA e MEYER, 2008, p. 171-172). Aproveitamos a deixa de Derrida para colocar a *utopia* no lugar do *desejo* – ou ainda, para encontrar no *desejo* o *lugar da utopia*.

considerar sobre as contribuições do “modelo progressista”, Choay destaca o alojamento padrão:

Entre os diversos edifícios-tipo, o *alojamento padrão* ocupa, na concepção progressista, um lugar importante e privilegiado. As fórmulas são notáveis: “O conhecimento da organização de uma comuna [...] compõe-se do conhecimento do modo de trabalho (etc.) e, antes de tudo, do modo de construção da moradia onde o homem será ALOJADO”, pois a tarefa do arquiteto “não é mais a de construir o casebre do proletário, a casa do burguês, a mansão do agiota ou do marquês. É o palácio onde o homem deve alojar-se”. Assim fala Considérant. E Proudhon afirma: “A primeira coisa de que nos interessa tratar é da habitação”. Duas fórmulas diferentes destacam-se de imediato: solução coletiva preconizada por Fourier e pelos adeptos das diversas formas de associação e de cooperação, solução individual da “casinha, feita a meu modo, onde moro sozinho, no centro de um pequeno murado de um décimo de hectare onde eu teria água, sombra, grama e silêncio”, preconizada por Proudhon. Mas o fato essencial é a importância dada ao alojamento e à concepção deste a partir de um protótipo: a casa individual de Richardson [...] é dotada do mesmo valor universal do falanstério. (CHOAY, 2005, p. 9-10, grifo original)

Algumas das mais conhecidas propostas com viés utópico deste período, com vistas a construir uma alternativa à vida na cidade moderna, parte de um pressuposto antiurbano, ou até anti-industrial – pelo menos com relação ao modo como se dava a relação entre indústria e território. Muito do que os chamados *socialistas utópicos* propuseram podem ser entendido, por exemplo, como antípodas da imagem da *Coketown* criada por Charles Dickens em “Tempos Díficeis” [1854]. A insatisfação com a degradação das condições de vida nas cidades modernas na viragem dos séculos XIX e XX é o grande fermento utópico para a elaboração de boa parte das chamadas “utopias urbanas”, tanto em sua formação mais embrionária, como na proposta dos *falanstérios* de Charles Fourier, assim como numa definição projetual mais bem definida e como um projeto de cidade anti-industrial, como no caso das *Cidades Jardim*, de Ebenezer Howard⁶².

No conjunto da obra de Charles Fourier, seus *falanstérios* ou *falanges* tiveram uma grande influência sobre o pensamento arquitetônico e mesmo nas propostas de utopias urbanas, embora tivessem, em sua origem, um caráter eminentemente rural. Propõe-se uma relação entre cultura e natureza mais equilibrada do que aquela das grandes metrópoles europeias, tendendo para uma condição onde a natureza se manteria quase intocada, com diferentes escalas de valoração do papel da grande indústria – poder-se-ia dizer, com certa liberdade, numa interseção entre o sublime e o pitoresco.

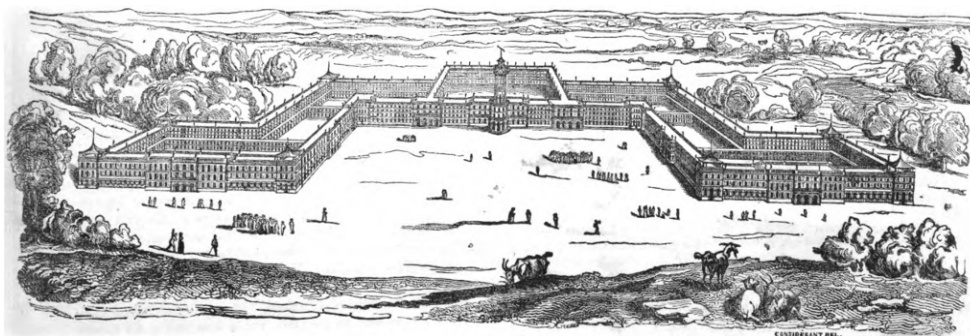


Figura 1: Representação da “Ideia de um Falanstério”, realizada por Victor Considérant, a partir da proposta de Charles Fourier, publicada no frontispício de uma edição do jornal *La Phalange*, em 1841. Fonte: *La Phalange – Journal de la Science Sociale*, série 3, tomo III (1841)⁶³.

⁶² Este é o caso de se destacar, também, que qualquer divisão inicial entre os modelos *progressistas* e *culturalistas* não passam de um esforço em agrupar semelhantes, mas sem pretender como algo tão ordenado e rigoroso, algo que a própria Choay demonstra tomar conhecimento (CHOAY, 2005, p. 14).

⁶³ Edição disponível para consulta e *download* no Google Books. Na legenda da imagem, que serve de frontispício à série do jornal *La Phalange*, lê-se: “IDÉE D'UN PHALANSTÈRE./ Habitation d'une PHALANGE de 400 à 500 FAMILLES ASSOCIÉES

Os fanstérios e, de forma mais geral, o conjunto da obra de Fourier tiveram grande influência para o pensamento socialista e também na produção de vilas operárias, sobretudo ao longo do século XIX e começo do XX. Suas proposições sugerem mais a constituição de unidades autônomas, autossuficientes, do que exatamente em lidar com a continuidade do tecido caótico da cidade “monstro” moderna. São projeções à moda de uma solução *deus ex machina*, radicalmente opostas à realidade encontrada nas cidades modernas, a partir das quais se supõe resolver todos os problemas, numa verdadeira *reconstrução do mundo* – propondo modificações não apenas nas relações de produção, mas também nos hábitos, na moral e na divisão familiar.

No século XIX, as projeções de cidades ideais permanecem numerosas. Os planos adquirem uma configuração mais relacionada aos problemas sociais. A intenção desses planos explicita, na maioria das vezes, a vontade de conciliar patrões e empregados numa relação em que, assegurada a rentabilidade do trabalho, com frequência o industrial, a jornada deixasse de ser uma carga insuportável em termos físicos e de alienação para o trabalhador. As projeções idealizadas ganham também versões literárias, que entretanto não se confundem com os relatos anteriores de viagens imaginadas. Talvez um dos romances mais completos sobre a “concretização literária” de uma cidade industrial ideal seja *Le travail*, de Émile Zola [...]. Nele, a noção de coletividade constitui o substrato que apoia projeções de formas de socialização para determinadas atividades complementares (o cuidado das crianças, o preparo da alimentação, a lavagem das roupas) com a finalidade de abreviar o tempo do trabalho. Cozinhas, lavanderias e creches coletivas liberam as mulheres do trabalho doméstico, encaminhando-as para a área da produção, tal como no fanstério projetado por Fourier. Havia, nos escritos desses autores de propostas ideais, a intenção de colocar lado a lado, no mesmo espaço ideal, as atividades industriais e a agrícola: uma concepção de completude e auto-suficiência. (BRESCIANI, 2002, p. 22)

As ideias de Fourier e de alguns de seus mais conhecidos discípulos tiveram um alcance amplo, não apenas em seus seguidores diretos, como Victor Considérant, Robert Owen e Jean-Baptiste Godin, como em outras tantas experiências de criação de comunidades inspiradas nas *fanstérios*. Aquele era o momento, por exemplo, em que o território americano se apresentava como uma grande terra prometida, ainda a ser explorada, e foi o lugar propício para muitas experiências de comunidades religiosas ou com aspirações socialistas. Mesmo no Brasil podem ser traçadas algumas dessas influências⁶⁴, tanto no debate político como também na prática de médicos e engenheiros, na construção de vilas operárias no começo do século XX, e no conhecido caso da experiência de criação do *Fanstério do Saí*, ou *Colônia Industrial do Saí*, em Santa Catarina, ainda em meados do século XIX.

O *Familistério* em Guise [1877] é apontado como a realização mais próxima das prescrições dos fanstérios de Fourier, realizado por um dos seus seguidores, o industrial Jean-Baptiste Godin

en fonction de/ *Agriculture, ménage, fabriques, éducation, arts, sciences, etc.*/ Remplaçant, dans l'ORDRE SOCIÉTAIRE ET ORGANISÉ, les 400 à 500 constructions incohérentes./ *Maisons, masures, granges, étables, etc.*/ d'une BOURGADE de 1800 à 2000 habitants dans l'ORDRE MORCELÉ ET NON ORGANISÉ actuel.”

⁶⁴ Acreditamos não ser caso nem teríamos condições de expor com a necessária propriedade sobre esta difusão do pensamento de Fourier e de outros “socialistas utópicos”. Ver, a este respeito, uma apresentação mais geral na antologia organizada por Françoise Choay, dentro do recorte indicado pela autora como “O Pré-Urbanismo Progressista” (CHOAY, 2005). Para uma leitura geral sobre a circulação de ideias e a construção de comunidades nos Estados Unidos, ver Claeys (2013), sobretudo nos capítulos 8 “Cidades ideais: das medievais às modernas” e 9 “Utopia como comunidade: dos Shakers aos Hippies”. Sobre a formação das vilas operárias no Brasil, conta-se com vasta bibliografia, dentro da qual se sugere partir do que foi publicado por Telma de Barros Correia – ver, por exemplo: *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*. São Paulo: RiMa; FAPESP, 2004; e em Telma de Barros Correia (Org.). *Forma urbana e arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011. Considere-se também que a pesquisadora Fania Fridman vem desenvolvendo nos últimos anos uma extensa pesquisa sobre a influência dos chamados “socialistas utópicos” na atuação dos engenheiros cariocas – ver, a este respeito, o texto “Socialismo e progresso no Rio de Janeiro do século XIX”, apresentado no XV Encontro Nacional da ANPUR, em 2013.

(Figura 02). As semelhanças se dão tanto do ponto de vista formal como também dos pressupostos sociais que dão base à sua dinâmica, embora haja também algumas distinções, como se poderia esperar nessas trocas de influências, além do fato de que Godin não compartilhava das mesmas idiossincrasias de Fourier. A ênfase dada por Godin às famílias como unidade básica da comunidade e a conformação espacial e programática do conjunto – que pressupunha uma formação completa dos indivíduos através de escola, teatro e atividades físicas e de lazer – conferem um peso institucional e de controle sobre os indivíduos muito maior do que nos falanstérios, caracterizados pelo hedonismo.

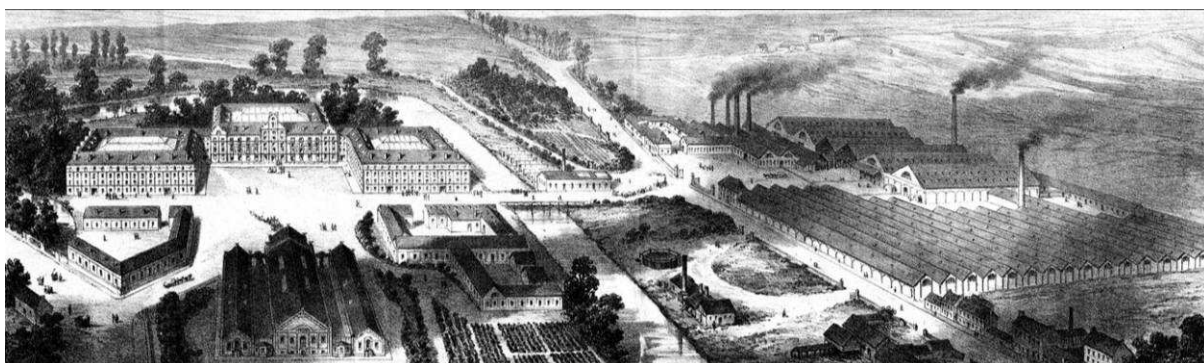


Figura 2: Litografia ilustrando o Familistério em Guise (1871). Notem-se as instalações fabris na margem direita do Rio Oise e, na margem esquerda, o conjunto de habitação e equipamentos coletivos dos operários e dirigentes da fábrica. Fonte: *Le Familistère de Guise: Une Utopie Réalisée* <<http://www.familistere.com>>.

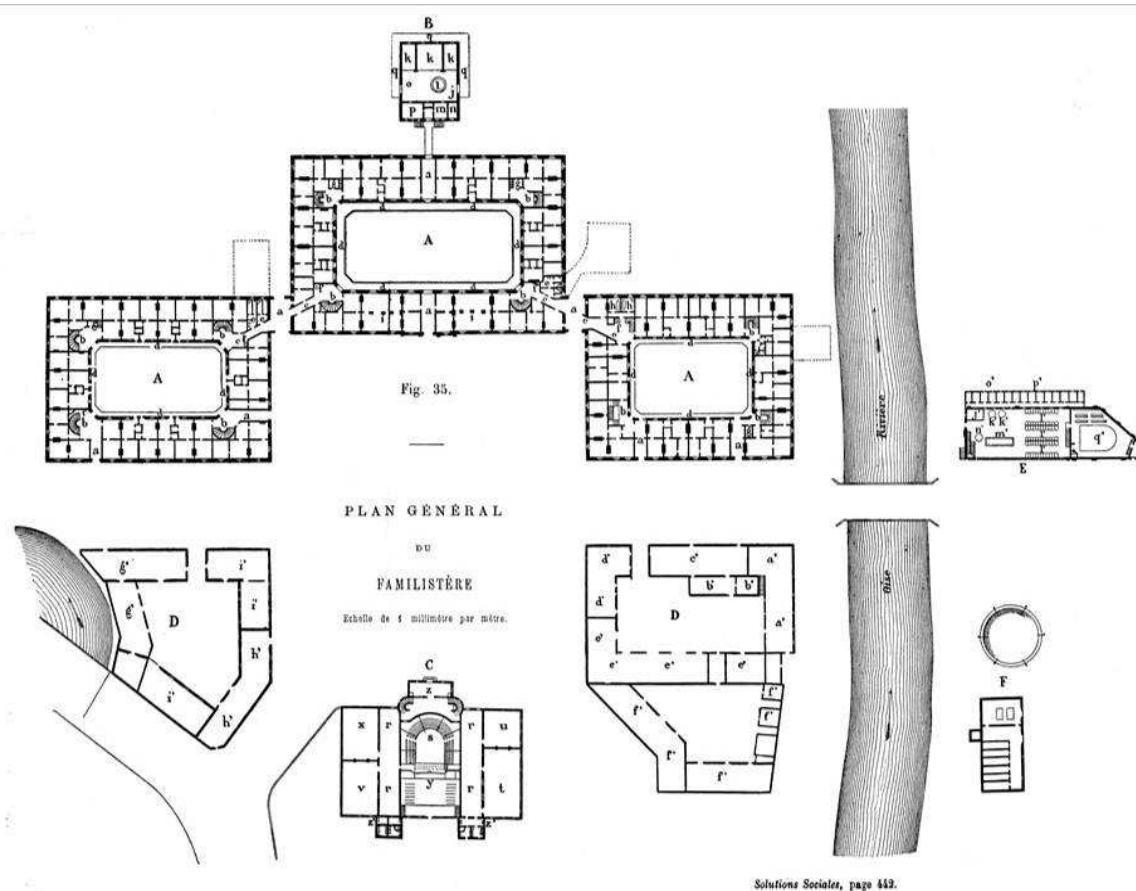


Figura 3: Planta do Familistério em Guise (1871). No alto da imagem, o conjunto de três blocos destinados à habitação. Fonte: *Le Familistère de Guise: Une Utopie Réalisée* <<http://www.familistere.com>>.

No que se refere aos prédios destinados à habitação, no entanto, sua organização espacial é muito semelhante à “ideia” diagramada por Victor Considérant, realizada a partir das prescrições de Fourier (Figura 01). As unidades habitacionais se concentravam num conjunto formado por três grandes blocos, articulados por passagens cobertas (Figuras 02 e 03), numa clara alusão às conhecidas representações dos falanstérios de Fourier – e por conta disso, reforça a imagem da criação de “palácios para o povo”, dada sua semelhança com o *Palácio de Versalhes*⁶⁵, ou com o *Louvre*.

A arquitetura da habitação para a massa de operários se apresenta, neste fim do século XIX, ainda como uma tipologia em formação. Se o conteúdo simbólico de um *palácio habitado pelo povo* não parece ter logrado vida longa⁶⁶, o mesmo não se deu com a conhecida metáfora da *habitação coletiva* entendida *como um navio*, empregada por Considérant para definir os falanstérios. Frampton destaca, por exemplo, como essa mistura de *comuna* e *navio* é retomada por Le Corbusier, mais de um século depois, na elaboração da *Unidade de Habitação em Marselha* [1952] (FRAMPTON, 2007, p. 16). Seria relativamente fácil continuar estendendo esta genealogia até a produção contemporânea, passando pelas influências diretas da *Unité* de Marselha sobre as propostas do *Conjunto Pedregulho* [1947-58], no Rio de Janeiro, projeto de Affonso Eduardo Reidy, e do conjunto *Robin Hood Gardens* [1968-72], em Londres, projeto do casal Alison e Peter Smithson; chegando à estética do contêiner na obra do escritório MvRdV, a exemplo do conjunto habitacional *Silodam* [2003], em Amsterdã. Restaria, no entanto, promover uma crítica acurada sobre as diferentes (des)apropriações dos conteúdos utópicos em cada uma das propostas, além de questionar em que medida o nomadismo do *navio fourierano* – ainda mais considerando as premissas antiurbanas na obra de Fourier – corresponde às necessidades de se pensar a habitação coletiva em grandes centros urbanos⁶⁷.

Apenas antecipando uma leitura mais geral sobre as experiências dos socialistas utópicos, note-se que seu maior legado vem muito mais das conquistas sociais e trabalhistas do que exatamente de suas definições sobre o agenciamento do espaço. No que tange à dimensão arquitetônica e ao pensamento urbanístico, é certo que também tiveram difusão e influenciaram propostas

⁶⁵ O debate sobre as influências arquitetônicas na concepção e nas representações dos falanstérios é bastante disputado. Considerando as limitações desta pesquisa, estamos apenas reforçando uma leitura difundida, destacando as semelhanças entre os diagramas dos falanstérios – tanto aqueles apresentados por Fourier quanto por Considérant – e o *Palácio de Versalhes* ou o *Cour Carrée* do *Louvre*. No entanto, note-se que Fourier, em sua “*Théorie de l'unité universelle*” [1822; 1841], afirma que o edifício que abrigaria uma *Falange* não se pareceria com nenhuma construção existente – fosse ela urbana ou rural – e, ainda, que as dimensões necessárias para atender aos seus 1.600 moradores não corresponderiam nem às de um grande palácio como o de Versalhes, nem às de um grande monastério como o Escorial. A referência à *Théorie* de Fourier vem do capítulo 5 “*Distribution du Phalanstère et des Séristère*”, na sessão onde trata das “*Disposições Materiais*” dos falanstérios – ver transcrição de excertos do livro na antologia organizada por Françoise Choay (2005, p. 72). O texto original, na edição de 1841, está disponível para consulta e *download* no Google Books.

⁶⁶ Neste sentido, parece mais radical a posição tomada de Piotr Kropotkin – por sinal, um crítico contumaz do que ele mesmo chama de “proselitismo falanstérico” (KROPOTKIN *apud* CHOAY, 2005, p. 153). No sexto capítulo do manifesto “*A conquista do pão*” [1892], ao tratar da questão da moradia, Kropotkin também sugere que deverão ser construídos *novos palácios*, dentro de um espírito coletivo, como monumentos erigidos pela Comuna Anarquista para os seus cidadãos, “superiores em tudo àqueles que os capitalistas construíram”. Mais adiante no texto, ao antecipar o processo de coletivização da moradia, prescreve que os suntuosos palácios existentes seriam desocupados e daí então reocupados por aqueles que de fato precisassem daquele espaço, sem fazer muitas modificações (KROPOTKIN, 2006). Considerando-se isso, a ocupação de prédios e imóveis desocupados em centros urbanos pelos movimentos de luta por moradia parece ainda mais justificada – ver, a este respeito, a tradução do capítulo “*A Moradia*” na edição n. 3 da revista *risco* (KROPOTKIN, 2006) e os comentários de Cibele Rizek e João Marcos Lopes, publicados na mesma edição (RIZEK e LOPES, 2006).

⁶⁷ Ainda sobre *embarcações* e *utopias*: considerar que a “ilha desconhecida” do conto de Saramago acaba se revelando como o próprio barco que leva à sua procura complicaria ainda mais a provocação. Ver em: José Saramago. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

desenvolvidas ao longo do século XX, como já salientamos em nota. No entanto, estas experiências compartilham de uma forte dimensão antiurbana. Ao comentar sobre as influências da obra de Fourier, David Harvey aponta com precisão suas principais limitações, que se estendem, por assim dizer, às experiências levadas a cabo por Godin e Owen:

[...] O Falanstério se mostrou influente na história do desenho urbano, embora não necessariamente do modo como Fourier o concebeu. Serviu como um protótipo arquitetônico (uma vez alterado e destituído de muitos dos seus aspectos sociais, sobretudo aqueles relacionados às relações sociais e sexuais) para diversos experimentos de proprietários de indústrias em organizações coletivas e de cooperativas, como no caso das *cités ouvrières* realizadas nos primeiros anos do Segundo Império. No entanto, o Falanstério não ofereceu uma visão urbana alternativa para se reestruturar o corpo político urbano como um todo. Pesavam sobre os esquemas de Fourier a nostalgia por um passado perdido, assim como sua escala, muito reduzida para servir como uma contribuição tangível à reconstrução de uma cidade como Paris (HARVEY, 2003, p. 82, grifo original)⁶⁸

2.1 | Robert Owen em New Lanark, na Escócia, e em New Harmony, alhures

A vila de *New Lanark* foi criada no final do século XVIII por Richard Arkwright e David Dale, como uma alternativa à produção industrial concentrada em Glasgow. Naquela época, Glasgow já era tida como a segunda cidade do Império Inglês e mostrava os mesmos problemas habitacionais de outras grandes cidades como Manchester ou a própria Londres, como se depreende no conjunto de relatos sistematizado por Friedrich Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” [1845].



Figura 4: Vista da região de Salt Market.

⁶⁸ Tradução livre do original: “[...] The Phalanstère did [...] prove influential within the history of urban design, though not necessarily in the way that Fourier thought of it. It provided an architectural prototype (once modified and stripped of many of its social features, particularly those pertaining to sexual and social relations) for various experiments by industrialists with collective and cooperative living arrangements, such as the *cités ouvrières* tried out in the early years of the Second Empire. But the Phalanstère did not offer an alternative urban plan for restructuring the urban body politic as a whole. Fourier's schemas were too freighted with nostalgia for some lost past and too small scale to offer tangible help for reconstruction of a city like Paris.”

Quando a vila de *New Lanark* começou a ser construída, era ainda esta a situação geral em Glasgow, onde as transformações urbanas com vistas à melhoria das condições de moradia só se tornaram mais efetivas somente a partir de meados do século XIX – a exemplo das construções que ainda hoje compõem o tecido urbano de Glasgow, nas regiões de *Trongate*, *Salt Market* e na extensão da *High Street* (Figura 04), áreas destacadas por Engels por sua precariedade (ENGELS, 2008, p. 80-82).

O local escolhido para a implantação da fábrica de Arkwright e Dale era estratégico – próximo à cidade de Lanark, mas ainda assim mantendo autonomia com relação a ela, e aproveitando uma das poucas quedas d'água do Rio Clyde, o que viabilizava a movimentação dos moinhos, necessários para o funcionamento dos teares da fábrica (Figura 05). A administração do conjunto, que desde 1785-86 tinha ficado a cargo exclusivo de David Dale, foi repassada em 1º jan. de 1800 para seu genro, Robert Owen, que aos poucos transforma a vila numa experiência de melhoramento das condições de trabalho, da provisão habitacional e da criação de cooperativas operárias.

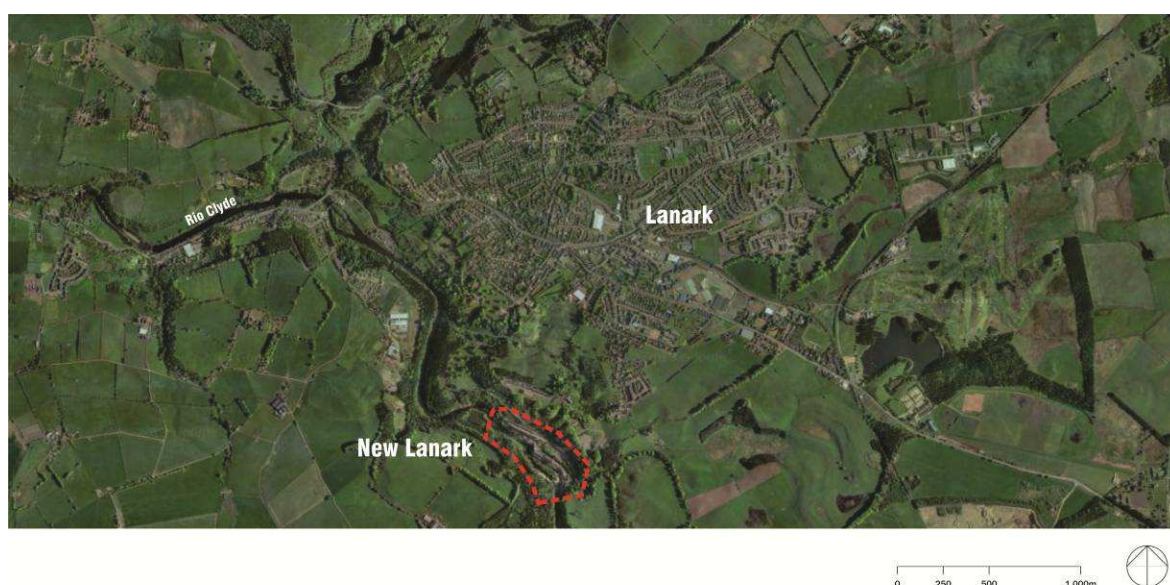


Figura 5: Localização de New Lanark, na Escócia. Fonte: Google Maps (modificado).

New Lanark veio como uma possibilidade de instalar outra forma de agenciamento da produção e das formas de reprodução social, com vistas a humanizar as relações de trabalho⁶⁹. Nos seus primeiros anos de criação – antes, portanto, do começo da gestão de Robert Owen – tratava-se de mais uma proposta de comunidade relativamente isolada das grandes cidades, para fugir do grande caos urbano e tentar dar uma nova organização para o espaço industrial. Desde este momento inicial, sob a coordenação de David Dale, destacava-se de outras fábricas, pela incorporação da necessidade de se prover moradia para os trabalhadores e educação para as crianças.

Por conta das dificuldades de implantação no terreno escolhido, as unidades habitacionais foram construídas como fileiras de casas geminadas, variando entre três e quatro pavimentos, numa configuração linear, acompanhando a topografia (Figuras 06-08). Fica inviável, assim, a reprodução

⁶⁹ Para uma apresentação mais apropriada sobre o pensamento de Robert Owen, a influência do pensamento de Fourier, assim como isso se traduz em sua experiência em *New Lanark*, ver dissertação de mestrado de José Baravelli (2006, p. 11-22), defendida na FAU-USP, com o título “O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha”.

do modelo sugerido pela proposta de Victor Considérant e do *Familistério* em Guise, com pátio interno comum às unidades.

Como consequência, o acesso às unidades se dá diretamente pela rua, destacando-se que cada “casa” abrigava, em geral, seis unidades habitacionais (duas em cada pavimento). Apesar de estarem muito distante do que se entende hoje em dia como moradia adequada, as habitações operárias em *New Lanark* se apresentaram na época como uma grande transformação no modo como se conduzia a provisão de habitação – por prever unidades separadas para cada família, por serem mais espaçosas do que a média e por preverem, no conjunto da vila/fábrica, espaços de convivência e de realização de atividades coletivas, da lavagem semanal de roupas às oficinas de manutenção administradas pelos operários.



Figura 6: Panorâmica a partir do acesso Noroeste a New Lanark.



Figura 7: Vista a partir do acesso Sudeste a New Lanark. Em primeiro plano, o conjunto de casas conhecido como Caithness Row, construídas por volta de 1792.



Figura 8: Vista da Rosedale Street, mostrando o acesso a uma casa do tipo Double Row, construída por volta de 1795.

As primeiras edificações erigidas no conjunto, por volta de 1788-90, incluíam dois prédios onde funcionava a fábrica propriamente dita, as casas da família Dale e da família Owen, assim como três conjuntos de casas dos operários (Figuras 09-10). O aumento da produção, logo nos primeiros anos de funcionamento, fez com que se aumentasse a força de trabalho e por conta disso foram construídos, entre 1791-95, outros três grupos de casas, com pequenas modificações na altura e na disposição interna⁷⁰.

⁷⁰ Boa parte das informações que ajudam a montar este breve histórico da construção de New Lanark foi coletada no momento da visita, em jul. 2012, somando-se aos panfletos informativos e às descrições disponíveis no site da UNESCO

A obra ganha sua dimensão mais utópica, no entanto, a partir do momento em que Robert Owen assume a direção e começa não só a aplicar elementos da teoria do fourierismo como também passa a amadurecer sua reflexão sobre o socialismo. Logo nos primeiros anos de sua administração, Owen coordena a construção de um orfanato para as crianças órfãs que trabalhavam na fábrica, além de outros equipamentos como oficina coletiva, escola, o Instituto para a Formação do Caráter e outras duas unidades fabris. A implantação destes equipamentos, assim como a abertura dada aos operários para se organizarem na forma de cooperativas (a exemplo do armazém da vila que tinha como objetivo fornecer produtos mais baratos, um precursor do chamado movimento *co-operative*), acontecia à custa de muita negociação e conflito entre Owen e os demais acionistas da fábrica. Além disso, saliente-se também a fama de Owen como um diretor rigoroso e controlador, o que se depreende a partir mesmo das definições programáticas do conjunto e da regulação das atividades dos trabalhadores – a obrigatoriedade do ensino e da participação nas atividades de socialização entre os operários.

A maior investida de Owen em construir uma comunidade ideal, no entanto, veio na sequência de sua experiência em *New Lanark*. Ainda na primeira metade do século XIX, com a fábrica na Escócia estabilizada em termos financeiros, compra um terreno em Indiana, nos Estados Unidos, onde pretende implantar a comunidade de *New Harmony*, situação onde seria testada uma solução ainda mais radical porque implantada, de fato, como um *deus ex machina*.

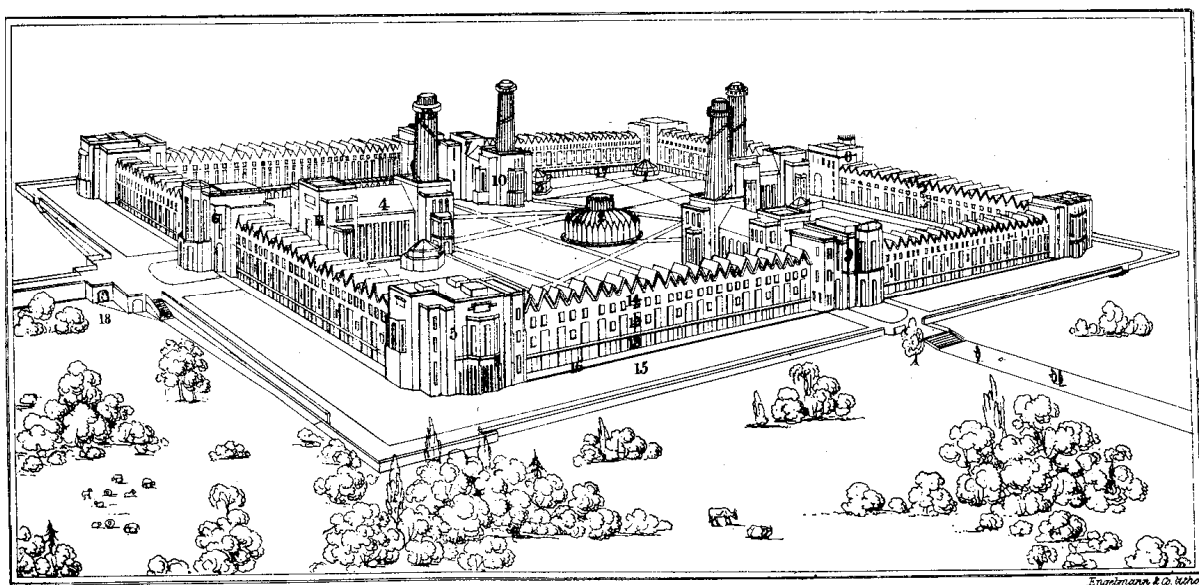


Figura 9: Proposta desenvolvida por Stedman Whitwell para a comunidade de New Harmony, nos Estados Unidos, a partir das indicações de Robert Owen (1830). Fonte: Biblioteca da Cornell University <<http://www.library.cornell.edu>>.

As ilustrações da proposta, mais do que um projeto detalhado a ser executado, se resumem a uma maquete e vistas de pássaro (Figura 09), desenvolvidas pelo arquiteto inglês Stedman Whitwell seguindo as indicações de Owen – talvez aqui uma situação onde a representação deste “outro mundo”, utópico, pudesse ser entendida como um diagrama, no entender de Anthony Vidler, já que a

<<http://whc.unesco.org/en/list/429/>> e da RCAHMS <<http://canmore.rcahms.gov.uk>>. *New Lanark* recebeu o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2001.

imagem é mais do que simplesmente um projeto a ser executado em termos formais, mas carrega, já na sua representação, o imaginário da projeção utópica no sentido da formação moral dos futuros moradores. A tirar pela sua rigidez formal, assentada numa planície extensa e sem os acidentes geográficos que exigiriam uma maior transformação na passagem do modelo para a construção propriamente dita, fica mais clara a presença da tipologia do panóptico⁷¹.

Por volta de 1825, Owen adquiriu o terreno, amealhou parceiros e conseguiu o apoio do governo americano para começar a implantação da comunidade. No decurso de apenas cinco anos, quando foi preparada uma apresentação de Owen e Whitwell sobre a proposta, os problemas já tinham se mostrado muito maiores do que o imaginado, e a formação original da comunidade tinha sido desfeita. As dificuldades impostas para a execução da utopia de Owen apenas reforçam a dimensão trágica, destino quase natural de todo sonho utópico. Robert Owen retornou para a Inglaterra após o fracasso do empreendimento, ao final do século XIX, depois de ter perdido grande parte de sua fortuna, mas continuou advogando a favor dos seus ideais de construção de comunidades autônomas.

2.2 | Os Höfe de Viena e o Karl-Marx-Hof

Paralelamente às propostas das *Falanges* inspiradas na obra de Fourier e de outras experiências como a de Robert Owen, também foram realizadas obras que visavam a uma atuação não completamente autônoma com relação à cidade, para a provisão habitacional. Do grande número de possibilidades para se discutir esta outra relação, um dos casos mais estudados é o da atuação do governo socialista de Viena, no começo do século XX, com a destinação de áreas para habitação coletiva no centro e nos arredores da capital austríaca.

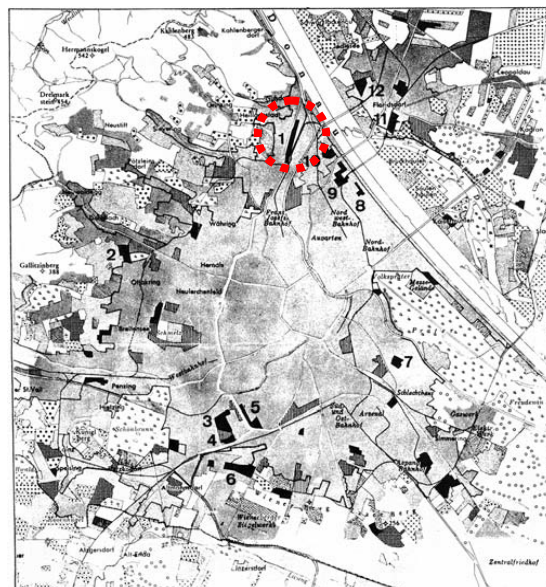


Figura 10: Mapa elaborado por Oswald Mathias Ungers no seu estudo sobre os conjuntos habitacionais vienenses [1969]. No número 1, em destaque, a localização do *Karl-Marx-Hof*. Fonte: Aureli, 2011, p. 202 (modificado).

⁷¹ Sobre a presença do diagrama do panóptico de Jeremy Bentham nas projeções utópicas em arquitetura e urbanismo, ver comunicação de Maria Stella M. Bresciani apresentada no V Colóquio de História e Arte [2012], publicada no livro do evento: Maria Stella Martins Bresciani. "A dimensão jurídica da conformação do território e da tipologia arquitetônica nas narrativas utópicas: Thomas More e Jeremy Bentham". In: Maria Bernardete Flores e Patrícia Peterle (Org.). *História e arte: utopia, utopias*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 169-192.

As experiências da administração conhecida como a *Viena Vermelha*, durante os anos 1923-34, também são um marco referencial para os estudos sobre habitação, sobretudo quando se refere à habitação proletária. Segundo Juan Antonio Zapatel:

[...] A produção da habitação, entendida como instrumento assistencial e de socialização da gestão e dos serviços, realiza-se dentro de um projeto pedagógico para a construção de uma sociedade, que tem no *Hof* o núcleo de formação comunitária sob a nova ética social do austro-marxismo. (ZAPATEL, 2013, p. 22, grifo original)

Na agitação dos anos 1960-70, em meio ao debate sobre as possibilidades de se resolver o problema da habitação através da arquitetura, os Höfe de Viena ganharam grande destaque, passando pela revisão crítica de alguns dos mais destacados arquitetos, teóricos e críticos da época⁷². A maior contribuição a ser tomada a partir do caso dos Höfe da Viena Vermelha, dando especial atenção ao caso do *Karl-Marx-Hof* [1927-30] (Figura 11), vem da sua proposta enquanto promoção de novas moradias nas proximidades da cidade existente, mas ainda assim mantendo certa autonomia a partir da provisão de equipamentos de uso coletivo (Figuras 12-13), como banheiros públicos, albergue para jovens, serviços públicos (saúde, correios, creche), comércio e serviços, lavanderia e áreas verdes (ZAPATEL, 2013, p. 34).



Figura 11: Implantação do *Conjunto Karl-Marx-Hof* em Viena, na região de Heiligenstadt. A seta vermelha indica o acesso principal ao conjunto, em frente à estação de metrô. Fonte: Google Maps (modificado).

Este projeto de habitação no contexto da *Viena Vermelha* só pode ser bem compreendido como um projeto mais amplo, da própria cidade, que passava pela administração socialista seguindo os princípios do chamado austro-marxismo. Considerando-se este momento conflituoso, entende-se que

⁷² A partir do levantamento bibliográfico realizado, sem intenções de esgotar as referências, foram identificadas análises pormenorizadas dos Höfe de Viena, sempre dando destaque ao *Karl-Marx-Hof*, nas obras de Oswald Mathias Ungers, Kenneth Frampton, Pierluigi Nicolini, Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co (ver Apêndice C). A obra ainda se mantém como uma referência quase obrigatória para os estudos sobre a provisão de habitação moderna e sua relação com a cidade, tanto nos debates estrangeiros como nas pesquisas conduzidas no Brasil, como se pode depreender da atenção recebida no artigo-manifesto de Pier Vittorio Aureli (2011b) e nas pesquisas de Paulo Bruna (2010) e Juan Antonio Zapatel (2013). Para uma análise mais aprofundada do conjunto de experiências durante a *Viena Vermelha*, com ênfase ao debate arquitetônico, ver: Eve Blau. *The architecture of Red Vienna 1919-1934*. Cambridge; Londres: MIT Press, 1999. Uma exposição permanente em Viena, inaugurada em 2010, documenta e promove debates sobre a importância da experiência – ver site da exposição “Das Rote Wien” em <<http://www.dasrotewien-waschsalon.at>>. Também em 2010, em Viena, foi realizada a exposição “Wagner-Schule: Rotes Wien. Architektur als Sozial Utopia”, enfatizando este conjunto de obras de habitação como um legado da obra de Otto Wagner – ver site da exposição em <<http://www.ottowagner.com/sonderausstellung/archiv/2010/wagner-schule-rotes-wien/>>.

os diversos conjuntos realizados em Viena entre os anos 1923-34 foram não apenas uma forma de prover moradia, mas também uma estratégia de dar equilíbrio à economia e garantir a adesão das classes dos trabalhadores, a contragosto do partido social-cristão, oponente do regime socialista que ocupava o cargo da municipalidade. Neste sentido, o *Karl-Marx-Hof* ganha uma conotação simbólica ainda mais forte, a começar pela escolha de Marx para lhe dar nome e pelas suas grandes dimensões (quase uma cidadela nos arredores da Viena no século XIX; a extensão dos sucessivos blocos ordenados em torno de pátios comuns, junto a uma praça central de caráter monumental chega a quase 2Km).



Figura 12: Escritório da administração do bairro-jardim.



Figura 13: Creche pública.

O acesso principal ao conjunto, marcado por seis torres simétricas e acentuado pelos elementos escultóricos, como guardiães do conjunto, associado à monumental praça central, denota certa dimensão de um conjunto *palaciano* habitado pelo *povo* – a perspectiva elaborada pelo arquiteto Karl Ehn (Figura 14) ilustra a persistência do ordenamento visto anteriormente na *Ideia de um Falanstério* de Considérant e no *Familistério* em Guise.

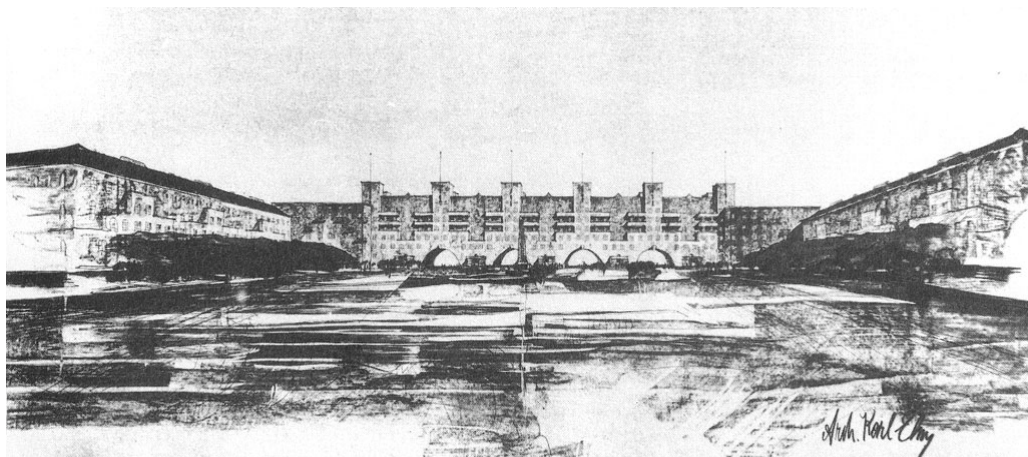


Figura 14: Perspectiva do arquiteto Karl Ehn para o *Karl-Marx-Hof*. Fonte: Museum Postsparkasse.

O conjunto arquitetônico se apresenta como uma tensão não-resolvida entre estar associado às vanguardas arquitetônicas da época ou manter-se ligado às tradições, preservando assim o compromisso da arquitetura com a forma urbana. Daí entende-se a crítica de Manfredo Tafuri ao conjunto, como sendo uma “utopia regressiva”. Aspira-se a uma nova coletividade, mas a autonomia do conjunto também implica em reforçar o seu isolamento; em sua construção não foram utilizadas as novas tecnologias que já vinham sendo empregadas na Europa, o que implicou numa produção artesanal. Este último, um dos pontos mais conhecidos da crítica de Tafuri à política residencial que gerou os Höfe de Viena, recuperado por Zapatel:

[...] [Tafuri] [c]onstata que, por contingências econômicas da política residencial, o austro-marxismo desvincula luta operária e desenvolvimento social, separando a classe operária dos meios de produção. Esta situação impede o avanço profissional do operariado da construção civil, mantida em níveis atrasados nas suas relações de produção. (ZAPATEL, 2013, p. 24-25)

Esta crítica ao isolamento do *Karl-Marx-Hof*, no entanto, precisa ser relativizada. De fato, a expressão arquitetônica e urbanística do conjunto se distancia do vanguardismo da *Cidade Vertical* [1924] de Hilberseimer ou da *Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes* [1922] de Le Corbusier. A relação entre as edificações e as áreas verdes, por sua vez, também em nada antecipa o que viria a ser imaginado tanto por seus contemporâneos, como na utopia da *Ville Verte* de Le Corbusier em sua *Cidade Radiosa* [1930], assim como mais adiante, se pensarmos aqui na utopia do *solo livre* nas *Superquadras do Plano Piloto para Brasília* [1957], de Lucio Costa.

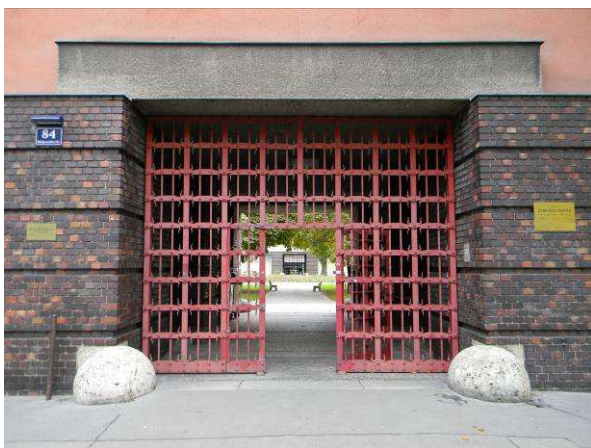


Figura 15: Um dos acessos controlados aos pátios internos, na Heiligenstädter Strasse.



Figura 16: Uma das passagens arqueadas que atravessam lateralmente o conjunto.

É preciso reconhecer que o fechamento das quadras, dado por sua volumetria e por alguns acessos controlados (Figura 15), é equilibrado pela acomodação do conjunto ao tecido urbano existente e seu sistema viário – tanto nas vias principais como também (e ainda mais interessante) nos acessos secundários, com passagens arqueadas que permitem atravessar o conjunto (Figura 16).

Esta mesma relação se dá também na hierarquização dos usos e expressões das fachadas: nas faces voltadas para as ruas principais, uso de comércio e serviços nos térreos, cores mais escuras e marcações mais pesadas dos acessos às unidades habitacionais (Figuras 17-18); nas faces internas aos pátios, arborização generosa, usos predominantemente residencial e de serviços coletivos, além de cores mais claras (Figuras 19-21).



Figura 17: Acesso principal ao conjunto, visto a partir da 12 Februarar Platz.



Figura 18: Acesso a um dos blocos residenciais, a partir da 12 Februar Platz.



Figura 19: Vista do pátio interno no *Karl-Marx-Hof*. Ao centro, o pavilhão mostrado na Figura 12.



Figura 20: Face interna do pátio no *Karl-Marx-Hof*.



Figura 21: Face interna do pátio no *Karl-Marx-Hof*.

Os únicos contrapontos que se parecem oferecer à estabilidade e ao peso da tradição arquitetônica vêm de alguns equipamentos coletivos, que tomam partido da assimetria e de volumetrias não convencionais, e a determinados acessos às unidades pela face interna aos pátios, localizadas nos cantos dos blocos. Com relação a estes últimos, ao contrário da marcação pesada em pedra que estão no eixo simétrico dos blocos (Figuras 18 e 21), nestes casos a marcação é mais leve, tanto pelo uso do vidro como também pelo descolamento do bloco de escadas e elevador com relação à

fachada (Figura 22).



Figura 22: Sequência de imagens mostrando o acesso pelo canto dos blocos residenciais, na face interna do pátio.

A maior contribuição dos Höfe no começo do século em Viena continua sendo, em nosso entendimento, o de buscar soluções que possibilitem a habitação social nas proximidades dos centros urbanos, além de entender também a importância de associar ao programa o conjunto de equipamentos e serviços públicos necessários a se garantir *certa* autonomia dos conjuntos com relação à cidade.

2.3 | Conjuntos Pedregulho e da Gávea no Rio de Janeiro

O *Conjunto Residencial Presidente Mendes de Moraes* [1947-58], mais conhecido como *Pedregulho*, no Rio de Janeiro, é uma paragem incontornável quando se trata de habitação social no Brasil. A expectativa gerada em torno de sua elaboração, assim como o reconhecimento imediato de sua relevância – em prêmios, exposições e publicações dedicadas à obra – se sobrepõem à incompletude da proposta, ao caráter maldito que ganhou ao longo dos anos e seu posterior abandono.

Foi preciso, na verdade, um esforço da historiografia recente para retirá-lo do relativo isolamento a que foi destinado, pelo menos até meados dos anos 1980. Até então tinha se consolidado, nos estudos sobre arquitetura moderna no Brasil, certa leitura de que as questões sociais tinham sido colocadas em segundo plano, uma narrativa onde o *Conjunto Pedregulho* acaba aparecendo como obra excepcional, sendo a regra uma transposição pragmática das vanguardas europeias – seja pelas adaptações ao clima e às variantes culturais locais, seja por certo descompromisso ético com relação às questões sociais, favorecendo a *liberdade formal* e a *autoridade*, por assim dizer, da *autoria*. Ecos, como se sabe, dos primeiros manuais e pesquisas historiográficas que deram maior visibilidade à produção arquitetônica no Brasil no século XX, a exemplo dos livros de Yves Bruand e Henrique Mindlin, assim como dos catálogos de duas exposições no MoMA, sem deixar de mencionar a predominância da versão forjada por Lucio Costa e da crítica de Max Bill ao formalismo da arquitetura brasileira (BONDUKI, 1999; BRUNA, 2010; NASCIMENTO, 2012).

Somente a partir dos anos 1990 inicia-se um conjunto de estudos mais sistemáticos pra entender a formação e difusão da arquitetura moderna no Brasil, momento de revisão historiográfica a partir da qual se consegue equilibrar melhor o conjunto de experiências que antecedem a do *Pedregulho*, conferindo-lhes também o valor enquanto obras onde se manifestam ideário da utopia do morar moderno, sem diminuir, com isso, a relevância da obra de Affonso Eduardo Reidy. Neste sentido, destacam-se pesquisas pioneiras como “Origens da Habitação Social no Brasil”, de Nabil Bonduki (1999), e a tese de livre docência de Paulo Bruna, “Os primeiros arquitetos modernos: Habitação Social no Brasil 1930-1950”, defendida em 1999 e publicada com certo atraso, mas não menos relevante (BRUNA, 2010). Em ambos os casos procedeu-se a uma revisão da importância dos conjuntos habitacionais dos IAPs, como situações onde convergiram a utopia do morar moderno e o compromisso do Estado com relação à moradia, assim como ao aprofundamento da investigação sobre as trocas de influências entre a produção nacional e estrangeira.

Conta-se hoje com um contexto mais favorável, onde se dão tanto o aprofundamento e revisão destas pesquisas pioneiras (BONDUKI, 2011; SILVA, 2012), quanto o avanço nas pesquisas sobre outras situações paradigmáticas, a exemplo de pesquisas sobre a obra de Attilio Corrêa Lima (ACKEL, 2007; PEIXOTO, 2010), a experiência do *Cajueiro Seco* em Recife, projeto de Acácio Gil Borsó (SOUZA, 2010), e das experiências de Carlos Nelson no Rio de Janeiro (PULHEZ, 2007; 2008; OLIVIERI, 2011), para mencionar apenas alguns casos.

Findo este breve introito, interessa-nos aqui apenas destacar – feitas todas as ressalvas – a importância dos conjuntos *Pedregulho* e da *Gávea* como projetos cujo horizonte utópico não reside apenas na escala da arquitetura e do conjunto, mas, antes, na escala da cidade. Como indica Eline Caixeta:

No Departamento de Habitação Popular [DPH] da Prefeitura do Distrito Federal – criado por Carmen Portinho, em 1946 –, pela primeira vez no Brasil o tema da habitação coletiva é pensado a partir de um conceito urbano. Influenciados pela idéia de “unidade de vizinhança”, de tradição inglesa e acompanhando as experiências de Le Corbusier na *Unité d’Habitation* de Marselha, Carmen Portinho e Reidy propõem um projeto global de cidade baseado na construção de conjuntos residenciais autônomos, inseridos em diferentes pontos. Essa iniciativa envolvia um plano ainda maior, de cunho social — nele a *habitação* era concebida como *serviço público*. (CAIXETA, 2002)

Sobre a proposta de Reidy recai a grande influência das prescrições dos CIAM sobre a habitação e, mais especificamente, a obra de Le Corbusier – sobretudo os projetos para a *Unité* de Marselha e para a *Maison Locative Lafon* [1933], em Argel (não realizado), além das proposições mais gerais da *Cidade Radiosa*. Mas o *Pedregulho* e a *Gávea* são também projeto da engenheira Carmen Portinho, com quem Reidy era casado, responsável pela criação do DPH em 1946, no momento em que se seguiu à sua experiência na Inglaterra, onde a engenheira pode acompanhar a reconstrução das habitações e o desenvolvimento das *new towns* no começo do pós-guerra, de onde vêm o conceito de “unidade de vizinhança” incorporado à proposta no Brasil (MACHADO, 2007, p. 122), assim como os índices previstos para a taxa de ocupação e densidade habitacional (BRUNA, 2010, p. 164).

O *Conjunto Pedregulho*, junto ao da *Gávea*, foram protótipos experimentais realizados pelo recém-criado DPH no Rio de Janeiro, para onde convergiram pulsões utópicas tanto do ponto de vista urbanístico e arquitetônico como também do ponto de vista da transformação social, muito embora

pese sobre a abordagem dos autores certo paternalismo peso institucional – o que, ademais, estava de acordo com o papel indutor do Estado (Novo) na realização desta utopia.

Com Affonso Reidy e Carmen Portinho, responsáveis pelo projeto e construção do Pedregulho, aparece de forma mais acabada a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade. Para Reidy, Pedregulho dispunha de serviços que lhe permitia certa autonomia, como a escola, o centro e o símbolo de sua proposta de ação reeducadora no habitar [...]. a educação das classes populares por meio da arquitetura surgia com insistência no discurso dos técnicos encarregados de implementar conjuntos habitacionais, como declara a engenheira Carmen Portinho [...]. (BONDUKI, 1999, p. 139).

Se a “certa autonomia” do *Pedregulho* evoca o mesmo ideário do *Karl-Marx-Hof*, sua expressão arquitetônica e a forma urbana que lhe corresponde diferem radicalmente do caso vienense. Com os projetos de Reidy manifesta-se a independência entre edificação e lote, a aplicação dos pilotis e noção de síntese das artes. Pretendia-se também construir, com o *Pedregulho*, não apenas uma nova arquitetura, mas um *lugar novo* para o *novo homem* moderno. “Tratava-se de um compromisso para com a formação de uma nova sociedade – o de ensinar a viver na cidade nova – que os arquitetos e engenheiros haviam assumido” (MACHADO, 2007, p. 122).

O terreno encontrado para a construção do primeiro protótipo do DPH, no bairro de São Cristóvão (Figura 23), pertencia ao Departamento de Águas e Esgotos (o que facilitava a sua disponibilização) e levava em conta a proximidade do local do trabalho para o seu público-alvo, funcionários públicos do município de faixas de renda baixa. Era grande o suficiente para servir como experimento de célula urbana, onde seriam implantados os quatro blocos residenciais (dos quais apenas três foram construídos) e as instalações para os equipamentos de uso coletivo, como lavanderia, escola, mercado, posto de saúde, clube e áreas para recreação (Figura 24).



Figura 23: Implantação do Conjunto Pedregulho (em destaque) no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.
Fonte: Google Maps (modificado).

A escola foi a primeira edificação construída, assinalando a importância do equipamento para a formação do “novo homem”, na qual foram posteriormente executados painéis de Burle Marx e Cândido Portinari. O bloco habitacional maior (Bloco A), que marca a paisagem e serve de referência

para o conjunto – ele também é conhecido como *Minhocão* pelos moradores da região – acompanha a topografia acidentada do terreno, com o acesso principal feito pela cota mais alta do terreno. O pavimento de acesso, com uso dos *pilotis*, marca a separação entre os pavimentos inferiores, de apartamentos menores, e os quatro pavimentos superiores, onde estão locados os apartamentos do tipo *dúplex*, num esquema similar ao da *Maison Locative* de Le Corbusier. Com isso facilitava-se a viabilidade do empreendimento, por não precisar construir elevador – um dos motivos para a não realização do Bloco D, que teria 12 pavimentos (Figuras 24 e 25).

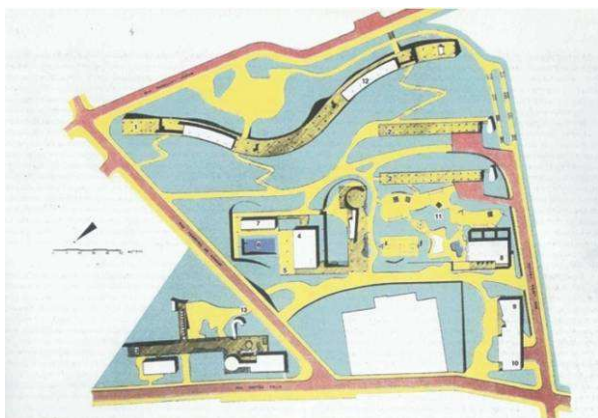


Figura 24: Plano geral da proposta. Fonte: Bonduki, 2000.



Figura 25: Foto da maquete da proposta original. Fonte: Bonduki, 2000.

Se por um lado o conjunto arquitetônico se diferencia claramente da forma urbana tradicional, a sua conformação, a princípio, não deveria implicar no isolamento do restante da cidade. Antes, buscava-se uma integração orgânica ao tecido social, dentro de uma perspectiva de planejamento que daria prosseguimento a mais obras que se seguiriam ao protótipo do Pedregulho. O que de certa forma foi seguido, se considerarmos a construção do *Conjunto Residencial Marquês de São Vicente da Gávea* [1952-67] e o *Conjunto Habitacional Presidente Getúlio Vargas* [1953], mais conhecido como *Conjunto Deodoro* – este último, projeto de Flávio Marinho Rêgo.

Se encarado como uma célula urbana que funcionaria como uma matriz de uma série de outros conjuntos – como de fato era a intenção do DPH – pode-se dizer que, com o Pedregulho, uma nova estrutura para o planejamento global da cidade do Rio de Janeiro começava a ser pensada, adaptada ao contexto natural existente, e cujos edifícios não tinham a função de fechar seu núcleo para o entorno urbano. [...] (MACHADO, 2007, p. 123)

No que pese o reconhecimento de que a utopia deste morar moderno tenha sido realizada – ainda que parcialmente – no caso do *Pedregulho*, trata-se uma proposta extremamente dependente da atuação do Estado, pressupõe intervenções em grande escala, com uma complexidade construtiva que ainda não era dominada na época, além de prescindir da abertura para a autonomia do morador com relação ao ambiente construído⁷³. Associado à rotina de descontinuidade e inconsistência na política habitacional que marca a prática do planejamento no Brasil, assim como a demanda crescente por novas moradias, logo se percebe a impossibilidade de construir outros “500

⁷³ Destaque-se o fato de que muitos autores destacam o criterioso estudo do perfil dos futuros moradores realizados pela equipe de Reidy e Portinho, com vistas a melhor atender às necessidades das famílias que morariam no Pedregulho (BRUNA, 2010; MACHADO, 2007).

Pedregulhos” no Rio de Janeiro (PEREIRA, FREIRE e LIPPI, 2002, p. 35)⁷⁴.

2.4 | Superquadras e Quadras Econômicas, alvoradas e ocasos da Utopia em Brasília

Passados mais de cinquenta anos desde a “inauguração” de Brasília, sua utopia há muito deixou de ser *apenas* uma promessa, provavelmente desde o momento em que se iniciaram os preparativos para a sua realização. A empreitada que viabilizou sua construção foi o começo mesmo do processo de constrição pragmática de seus horizontes utópicos, aqueles mais potencialmente transformadores, para que fosse possível a construção da nova capital de um país que, também ele, se encontrava em fase de projeto. Como se sabe, a realidade de sua construção, assim como o desenvolvimento ulterior da capital, tornou ainda mais evidente as profundas desigualdades que sustentaram a realização do próprio sonho – uma crítica, ademais, já bastante difundida e sistematizada.

A historiografia recente e o conjunto de pesquisas e reflexões desenvolvidas nos últimos anos – algumas delas, em certa medida, motivadas pela comemoração do cinquentenário em 2010 – ajudam a construir outras narrativas para a cidade (LEITÃO, 2009; FICHER e TREVISAN, 2010; BASTOS e ZEIN, 2010; XAVIER e KATINSKY, 2012). Trata-se de um esforço em superar as primeiras interpretações, que consolidaram a leitura de que se tratou de uma invenção *a partir do nada*, ou de que teria vindo como resultado de um impulso político centrado *exclusivamente* na figura de Juscelino Kubitschek. Brasília não pode ser entendida apenas como um poderoso *deus ex machina* que irrompe no cerrado brasileiro. Talvez seja este o caso mais específico de sua ideia inicial – a *Brasília/diagrama*, por assim dizer, prescrita em detalhes no relatório de Lucio Costa e que, justamente por ser um *diagrama* ou um *ícone*, nunca esgota o que é representado – mas certamente não é este o caso de sua construção histórica.

O *Plano* de Lucio Costa (Figura 26), no entanto, não nasce apenas sob os auspícios das vanguardas do início do século XX. Trata-se ao mesmo tempo de uma *arriscada aposta* no novo e uma *síntese crítica* da experiência acumulada no projeto e vivência nas grandes cidades. O vanguardismo da proposta vem, por assim dizer, tencionado pela erudição do autor – o que lhe permite, por exemplo, inscrever Brasília na mitologia da formação de cidades dentro da cultura ocidental – e pelo conhecimento aprofundado de particularidades da cultura arquitetônica brasileira, não apenas a mais erudita, como também em suas expressões ditas populares. Como indicam com mais precisão Ficher e Trevisan:

E este [o Plano Piloto de Lucio Costa] pode ser entendido como fruto dos recursos da composição monumental e, simultaneamente, um campo de experimentação para as mais avançadas teorias urbanísticas então em voga. Tradicional e modernista, um plano invulgar que marcou época, que por sua vez influenciou outras “cidades novas”, precocemente reconhecido como de valor universal. (FICHER e TREVISAN, 2010)

⁷⁴ As matérias publicadas nas revistas *Módulo* e *Habitat*, no período que cobre a elaboração da proposta e sua construção, evidenciam a passagem de um momento inicial de euforia e grande expectativa com relação à possibilidade de efetivação de uma “política global”, tendo o Pedregulho como *protótipo*, para outro, onde se advoga pelo seu caráter como uma *demonstração*, já entendendo a impossibilidade de dar prosseguimento à empreitada na escala da cidade como um todo (ver Apêndice C).

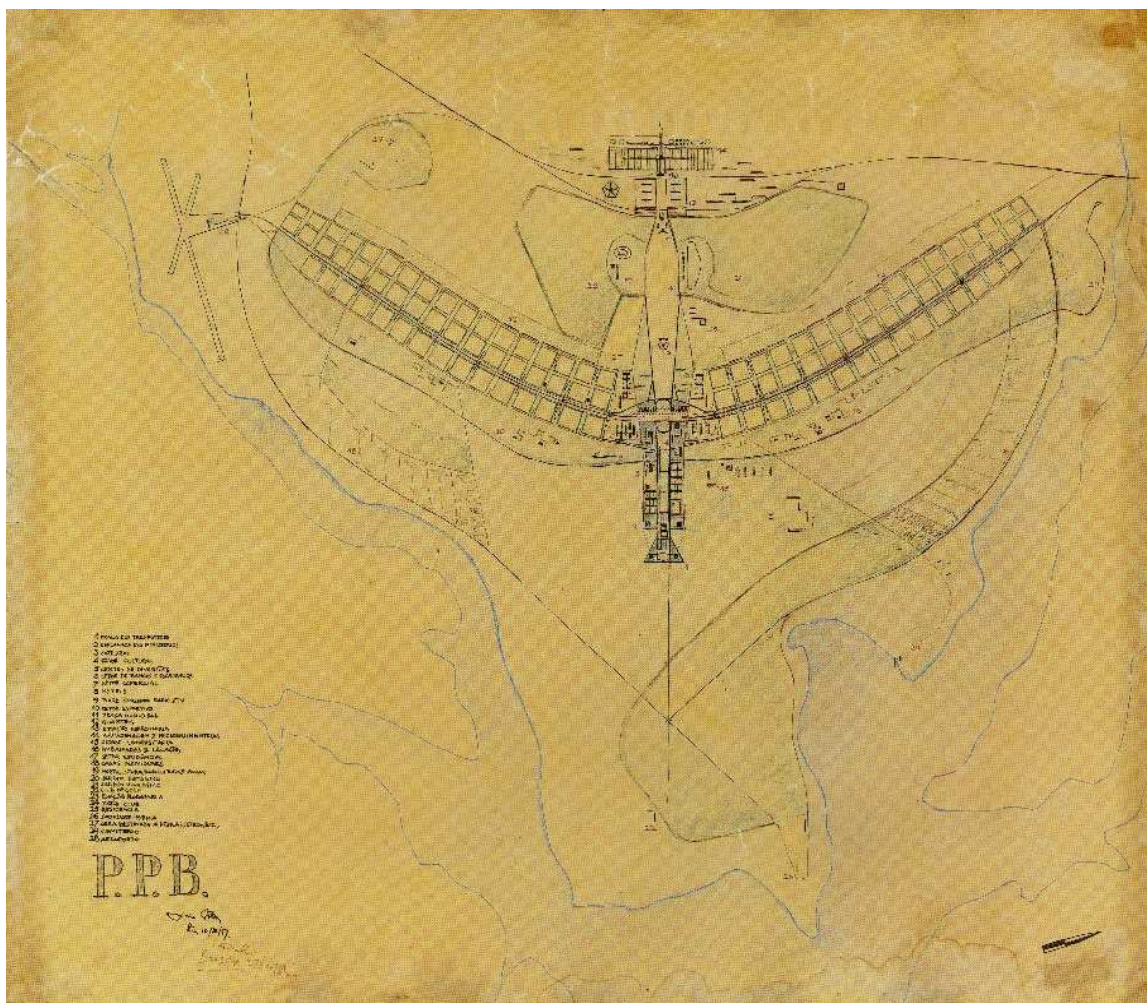


Figura 26: Brasília, Plano Piloto original. Prova de fofolito da planta do conjunto com as duas assinaturas (1957 e 1985). Fonte: Casa de Lucio Costa; Instituto Antonio Carlos Jobim.

O exemplo mais claro talvez esteja na explanação de Lúcio sobre a *Plataforma Rodoviária* e o *Centro de Diversões*, como uma “mistura em termos adequados de Piccadily Circus, Times Square e Champs Elysées” (COSTA, 1997, *ponto 10*)⁷⁵. Mas é este também o caso das *Superquadras*, que surgem como uma interseção entre os avanços do pensamento urbanístico e o conhecimento empírico da vida cotidiana nas cidades brasileiras.

Com a proposta de Lucio Costa para o que chama de *escala residencial*, promove-se uma grande inovação do ponto de vista da *forma urbana*, ao se questionar a validade da tradição no projeto de ruas, praças e quarteirões, substituindo-os pela *superquadra* e pela *unidade de vizinhança* – algo que está presente não apenas no texto do documento, mas também nas imagens que o acompanham, desde os primeiros esboços (Figuras 27-28) – assim como a relação entre as unidades de vizinhança e o sistema viário, onde o protagonismo do último se limita aos acessos principais às quadras, ficando a implantação dos blocos residenciais dominada pela sua relação com o paisagismo.

⁷⁵ Sobre isto, ver artigo de Eduardo Rossetti sobre a *Plataforma Rodoviária de Brasília*, onde o autor vai além e aponta para outras referências que permeiam sua elaboração “Ao mesmo tempo em que fornece essas cifras de sua vivência e de sua expectativa cosmopolita para os membros do júri que avaliariam a proposta do Plano Piloto, Lucio Costa incorpora a Rua do Ouvidor, as vielas venezianas, as galerias cobertas italianas como outras referências urbanas a serem decodificadas em novos espaços urbanos modernos, com seus serviços, cinemas, clubes, etc. que articulariam seus diferentes níveis através de escadas rolantes e elevadores. [...]” (ROSSETTI, 2010).

16 – Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem [...] (COSTA, 1997)

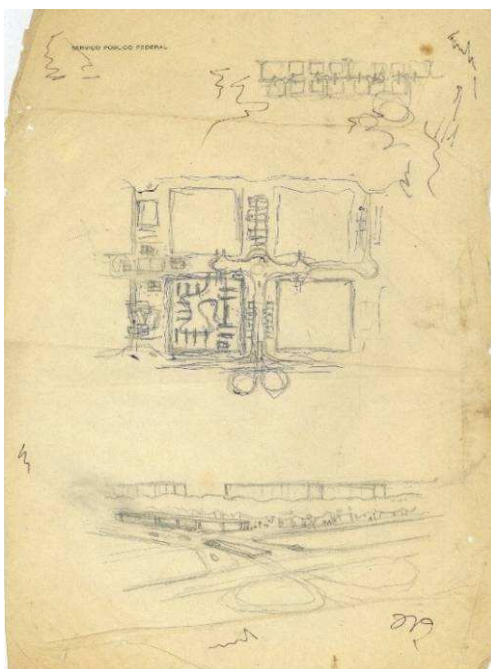


Figura 27: Brasília, Plano Piloto original: Croquis para memória descritiva, superquadras, estudo (s. d.).
Fonte: Casa de Lucio Costa; Instituto A. C. Jobim.

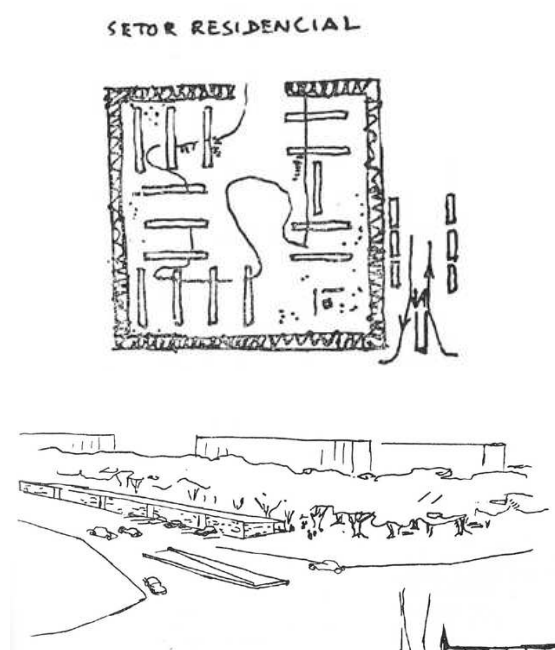


Figura 28: Estudos apresentados no Relatório final do PPB. Fonte: COSTA, 1997.

Caberia ao paisagismo, como se vê, o predomínio sobre a paisagem da escala residencial nas superquadras. As edificações – o “conteúdo das quadras” – seriam deixadas em segundo plano e “amortecidas pela paisagem”. Martino Tattara, um dos membros do grupo DOGMA junto a Pier Vittorio Aureli, estudou o caso das superquadras como protótipo de cidade moderna e destaca a natureza fenomenológica de sua proposta, segundo ele “usada para evocar a qualidade da experiência espacial que pode ser favorecida pela sua articulação precisa e pela distribuição de árvores e gramados entre as edificações” (TATTARA, 2011, p. 52).

Embora estejam claras as filiações entre o projeto da superquadra e a solução, àquela altura já consagrada, das *Unités* de Le Corbusier e das experiências da *Siedlung* e da *Interbau* na Alemanha⁷⁶, Lucio Costa parece se manter fiel ao que interpreta como boas relações de vizinhança da realidade empírica das cidades brasileiras. Numa entrevista a Juan Antonio Zapatel, Costa destaca as diferenças de sua proposta e a Unidade de Habitação em Marselha, explicando suas escolhas em não trabalhar com gabaritos muito altos nem com a proposta da rua-corredor, reduzindo o conjunto de referências estrangeiras a “uma escala mais individualizada, mais rasteira, [...] mais próxima de nossa tradição digamos” (COSTA e ZAPATEL, 2009).

⁷⁶ Lembre-se que 1957 é o mesmo ano em que Lucio Costa ganha o concurso para o *Plano Piloto de Brasília*, assim como é também o momento em que Oscar Niemeyer participa da *Interbau*, em Berlim, para a qual projetou um conjunto habitacional nos moldes da *Unité* de Marselha.

Assim colocado, acreditamos ser muito mais radical, dentre as propostas apresentadas para o concurso de Brasília, aquela coordenada por Rino Levi, sobretudo quando se compara as *Superquadras* de Lucio Costa com os *Setores de Habitação Intensiva* de Levi (Figura 26, à esquerda), também conhecidos como “bairros verticais”, para os quais se previam quatro superblocos que seriam verdadeiras *megaestruturas*, resultado do agrupamento de 8 edifícios com 20 andares cada (Figura 26, à direita) – não à toa, o júri do concurso levantou, entre outras críticas, a “altura desnecessária” e a “concentração excessiva” da proposta de Levi (CASTRO, 2011, p. 44).

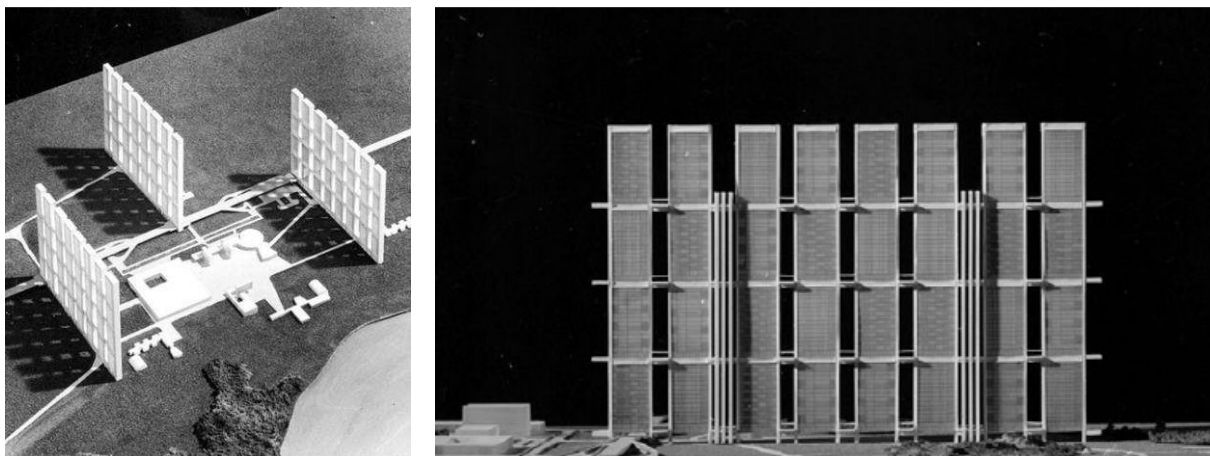


Figura 29: Fotos da maquete do *Setor de Habitação Intensiva e Centro Urbano*. Proposta de Rino Levi e equipe pra o concurso de Brasília. Fonte: Castro, 2011, p. 32-33.

Mais do que a autonomia dos superblocos de Levi e de outras tantas especulações, também utópicas, das megaestruturas nos anos 1950 e 60, as superquadras e as unidades de vizinhança no PPB buscam uma escala mais próxima dos usuários e da tradição construtiva nas cidades brasileiras, assim como buscam também “autonomia relativa”, para usar aqui os termos do próprio Lucio Costa.

Cada conjunto de quatro quadras formaria uma espécie de área de vizinhança, com as facilidades de comércio e de interesse comunitário: cinema, igreja. Essas áreas de vizinhança iriam se suceder ao longo dos 6 Km, como se fosse uma cadeia, um colar, uma corrente, você ia passando pelas unidades de vizinhança, mas cada uma com sua autonomia relativa. Estabelecer a comunhão aí num ponto. (COSTA e ZAPATEL, 2009)

Daí entende-se a singularidade de sua proposta, reconhecida de imediato pelo júri do concurso e pela crítica, que ainda hoje, passados os primeiros cinquenta anos de sua realização, reconhecem nas Superquadras a mais duradoura contribuição dada pelo conjunto de soluções urbanísticas experimentadas em Brasília (HOLSTON, 1989; FICHER et al, 2009; TATTARA, 2011; FRAMPTON, 2012).

O conceito de unidade de vizinhança, conforme encontramos delineado no estudo definitivo de Clarence Perry, *The Neighborhood Unit*, de 1929, provavelmente nunca foi mais habilmente articulado e judiciosamente aplicado do que nas superquadras de Brasília, concebidas por Costa como um exemplo de assentamento habitacional e automotivo essencial para o seu plano de 1957. Pode-se entender o seu padrão de unidade de vizinhança [...] como uma variação fundamental, não somente da visão urbana mais abrangente [*da Cidade Radiosa*] de Le Corbusier de 1934, como também da separação em pequena escala das circulações de pedestres e de veículos que caracteriza o empirismo de Radburn, Nova Jersey, o modelo canônico de unidade de vizinhança praticamente da mesma data. A genialidade dessa síntese tipológica deriva, com certeza, tanto da sua densidade relativamente baixa como da mistura de carros e pedestres entrando e saindo livremente dos limites de cada superquadra. (FRAMPTON, 2012).

O sucesso das *Superquadras* do ponto de vista da cultura urbanística, no entanto, não é acompanhado pela incapacidade de se cumprir a desejada “gradação social” prescrita do texto de Lucio Costa:

17 – A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas [...] E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população. (COSTA, 1997)

A constrição pragmática deste horizonte utópico, que projetava uma convivência harmoniosa entre famílias de diferentes faixas de renda, se deu logo no começo da realização de Brasília. Entre as primeiras modificações no Plano de Brasília, foram acrescentados novos renques paralelos ao eixo rodoviário/residencial, com vistas a criar faixas tanto de casas geminadas – as chamadas quadras 700 (faixas em *amarelo* na Figura 30) – como também para a construção de edifícios habitacionais de padrão econômico, com altura máxima correspondendo a quatro pavimentos⁷⁷ – as chamadas quadras 400 (faixas em *laranja* na Figura 30).

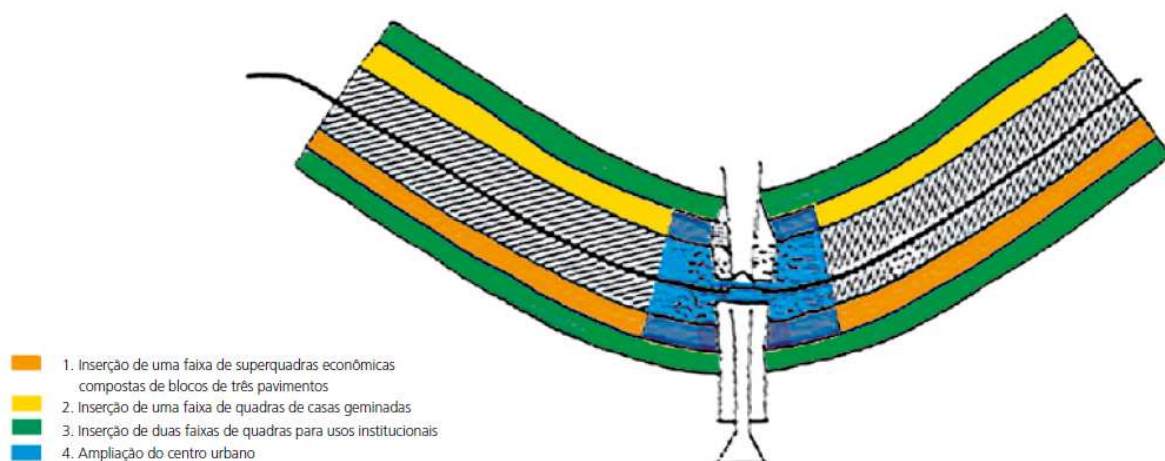


Figura 30: Ilustração destacando as alterações no Plano Piloto. Fonte: Machado, 2009, p. 53.

Oscar Niemeyer e Lucio Costa continuaram se debruçando sobre a construção de outras possibilidades de se promover a utopia do morar moderno em Brasília, entendido como justo e igualitário, ao longo dos anos 1960-80. Logo no começo do detalhamento do Plano, Oscar Niemeyer fica encarregado de coordenar a realização das Superquadras, período em que começa a desenvolver propostas tanto para o núcleo experimental mais conhecido, da *unidade de vizinhança modelo*, correspondente às SQS 107-108 e SQS 307-308, assim como para os blocos de *Apartamentos Populares* na Asa Sul, conhecido os *Conjuntos* ou *Blocos JK* (MACHADO, 2009). A esta experiência somam-se outras, como a realização do *Protótipo Experimental* [1962] de uma unidade de habitação pré-fabricada, realizado por Oscar Niemeyer com vistas a atender à demanda

⁷⁷ Considerando-se que foram experimentadas tanto soluções de prédios de três pavimentos habitáveis, sustentado sobre pilotis, como também os prédios conhecidos como *Conjunto JK*, na Asa Sul, com quatro pavimentos habitáveis, sendo o térreo ocupado por unidades habitacionais.

de moradia dos estudantes universitários; a proposta do *Alojamento para Professores da UnB* [1962-65], mais conhecido como *Colina*, realizado por João Filgueiras Lima, o Lelé; ou ainda a proposta da *Casa do Estudante* [1969], coordenada por Alberto Xavier.

Pesa sobre o esforço benevolente e virtuoso em se resolver o problema da moradia em Brasília, através das soluções arquitetônicas e de emprego de sistemas construtivos pré-fabricados, a incapacidade de se resolver o que Ermínia Maricato chama de “nó” da questão urbana. O acesso ao solo urbanizado para fins de moradia, em Brasília, é ainda hoje o principal entrave que impede uma realização plena do direito à cidade. É no que pese a admirável insistência de Oscar Niemeyer em tratar a arquitetura como uma “arte social” sem, com isso, fazer concessões às exigências de barateamento ou de simplificação formal, o que parece estar em jogo em seu discurso é a insistência em se garantir, também, a autoridade da autoria:

[...] [R]ecusamo-nos apelas para uma arquitetura mais rígida e fria – de tendência européia – bem como nos recusamos apelar para uma “arquitetura social”, dentro do ambiente em que vivemos. Com isso, conseguiríamos apenas empobrecer a nossa arquitetura no que ela tem de novo e criador, ou apresentá-la de forma enganadora, artificial e demagógica. Preferimos manter as características naturais e espontâneas que lhe permitiram especular inteligentemente com os sistemas construtivos em uso, garantindo-lhes aspecto próprio e definido, responsável exclusivo pelo prestígio que desfruta no mundo contemporâneo. (NIEMEYER, 2003 [1955], p. 185-186)

Nos anos 1980, outro esforço de enfrentar o problema da moradia para os mais pobres foi colocado pela proposta de Lucio Costa para as *Quadras Econômicas* [1985-89] (Figura 31). A conjuntura geral, novamente, se sobrepunha à questão social da moradia. As QEs foram elementos de um projeto mais amplo, durante a gestão do governador José Aparecido Oliveira, que visava a lançar diretrizes para o adensamento e a expansão do Plano Piloto, para o qual Lucio Costa foi convidado a elaborar um novo relatório.

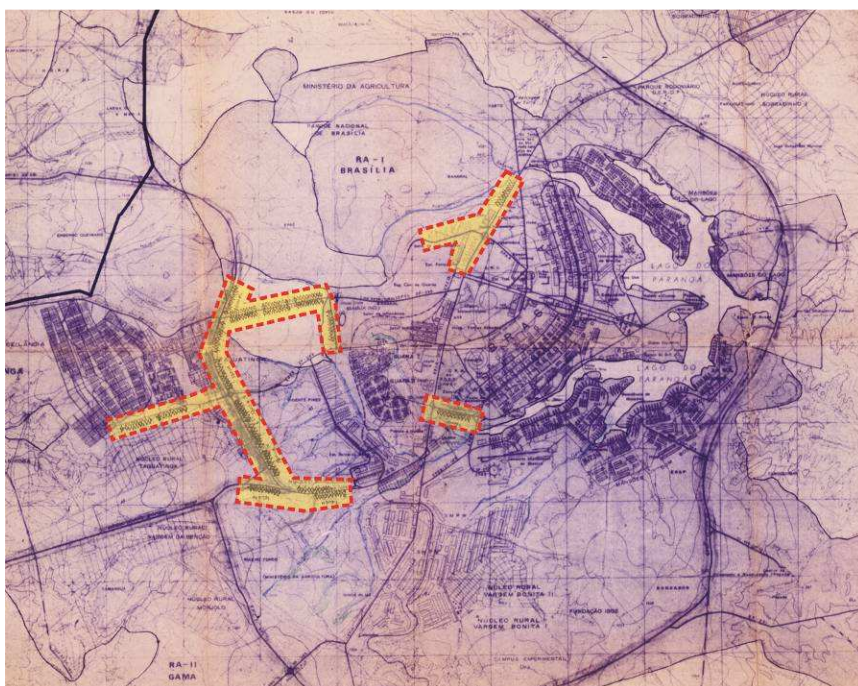


Figura 31: Brasília, Quadras Econômicas: localização (ca. 1985). Em destaque, as áreas previstas para implantação das Quadras Econômicas. Fonte: Casa de Lucio Costa; Instituto A. C. Jobim. (modificado).

Naquele momento se fazia necessária a revisão do Plano original, enfrentando como questões centrais a manutenção das premissas do Plano de 1957, assim como necessária interação entre Brasília e seu entorno. Ficaram assim expostas as novas diretrizes para a capital, trinta anos depois de sua inauguração:

Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação – predominantemente residencial – em áreas próximas do “Plano Piloto”, ou seja, na bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade-parque – “derramada e concisa” – sugerida como traço urbano diferenciador da capital.

Como já foi mencionado, a primeira proposição neste sentido foi a implantação intermitente de seqüências de Quadras Econômicas ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites. A proposta visou aproximar de Brasília as populações de menor renda, hoje praticamente expulsas da cidade – apesar da intenção do plano original ter sido a oposta – e, ao mesmo tempo, dar também a elas acesso à maneira de viver própria da cidade e introduzida pela superquadra. (COSTA, 1987, p. 119)

Corria-se para resolver um problema mantendo-o no mesmo lugar. Por mais que fosse urgente apresentar soluções para moradias acessíveis à população de baixa renda, e por mais que a solução pareça cuidadosa em priorizar os pontos que já estavam ocupados e considerar a sua interação com a dinâmica do Plano Piloto, deixou-se intocada a impossibilidade de *todos* morarem ao longo do Eixo Rodoviário/Residencial. A utopia que funda a cidade se mantém, mas o seu potencial mais transformador, pelo visto, já tinha sido re-territorializado para uma zona onde não poderia mais ser invocado.

Numa entrevista ao historiador Hugo Segawa, em 1993, Lucio Costa explica como mesmo no Plano Piloto de 1957 estavam colocadas as condições que não poderia ter gerado outra coisa senão o caráter segregador da relação entre Brasília e seu entorno. Segundo Costa, não era de interesse de Israel Pinheiro e de Juscelino Kubitschek que as quadras do Plano fossem destinadas ao proletário – daí seu entusiasmo com a possibilidade de projetar as QEs:

As quadras econômicas foram a oportunidade de aplicar uma teoria minha para projetos de moradias para população de baixa renda. Um conjunto de implantação losangular, com prédios de apenas três andares e pilotis baixos – 2,10 m –, sem elevador. Eram apartamentos com 64 m² que consideravam a idéia de que essa população só teria oportunidade de possuir uma casa, e moraria nela a vida toda. Então era preciso que esses apartamentos servissem para as várias etapas da vida familiar, desde quando um casal começa a vida morando sozinho, até o crescimento da família com o nascimento dos filhos. (COSTA *apud* COSTA e SEGAWA, 1993, p. 64)

O que se sucedeu com as QEs, por fim, foi o processo semelhante ao das Superquadras, algo que já no momento da referida entrevista se fazia evidente. Para além de conhecidos problemas de execução dos blocos, que geraram desconfortos do ponto de vista da funcionalidade dos apartamentos, elas acabaram sendo ocupadas por famílias com renda superior ao que se imaginava inicialmente (COSTA e SEGAWA, 1993, p. 65).

A utopia *Brasília*, se nos mostra como um espectro, constantemente invocado: no esforço em superar as suas próprias limitações, com as revisões do *Plano* de 1957 e com as proposta das *Quadras Econômicas*; no sem-número de projetos de *cidades novas* e de *cidades satélites* no entorno do Distrito Federal; ou mesmo no *Centro Administrativo da Bahia*, em Salvador, projeto de João Filgueiras Lima. Se ainda faz algum sentido recuperá-la historicamente, acreditamos que isto deve

ser feito não como um esforço em manter as suas premissas originais perfeitamente intocadas, mas, antes, como um esforço em encontrar nesta utopia a radicalidade que lhe foi negada, ou seja, de encontrar nela tudo aquilo que *ainda não* foi. Esperamos não incorrer no equívoco de ler isto, também, na revisão crítica de Sérgio Ferro sobre a experiência de Brasília:

Até agora fiz uma crítica bastante ácida de Brasília. É preciso criticar a crítica. Como negar a importância, mesmo que só simbólica, do desejo de mudança? Como não reconhecer valor à vontade de formar um outro Brasil, sair do papel de ex-colônia exportadora e ainda dependente? Tais propósitos, em si, são respeitáveis. [...]

Talvez a imobilidade do plano seja também sinal de tenacidade, um movimento em memória do que foi castrado, teimosia orgulhosa. A rigidez de Brasília poderia ser a hipérbole, a hipóstase da resistência amarga diante da perda dos possíveis. [...]. (FERRO, 2006a, p. 313-314).

2.5 | Sobras de um campo de batalha: utopia e habitação social desde os anos 1960

Assinalamos no primeiro capítulo para uma inflexão marcada a partir dos anos 1960, no debate teórico em arquitetura e urbanismo, em que o reconhecimento de crise do projeto moderno implica na criação de alternativas – de crítica, de negatividade, de abordagens pragmáticas. No campo dos debates e da produção material no campo da habitação social, parece ter se dado o mesmo fenômeno, senão algo ainda mais grave. Se de algum modo a teoria arquitetônica se reinventa, aproximando-se da diluição de fronteiras do pensamento pós-estruturalista e – apesar dos sinais de esgotamento identificados ao final do século passado – chega a um grau de sofisticação digno de nota, a habitação para os pobres não mereceu a mesma atenção.

Acreditamos ser o caso, mais uma vez, de arriscar uma apropriação da tese de Reinhold Martin (2010). A *utopia da habitação social*, nas batalhas entre a crise da modernidade e o advento da pós-modernidade, parece ter sido deslocada para um “tipo especial de território”, de onde – a princípio – não poderia ser mais removida. Com isto não estamos querendo sugerir que a *habitação social* e a *moradia* tenham desaparecido enquanto problemas da arquitetura, pelo contrário. O que uma primeira leitura, ainda que ligeira, do panorama de debates parece sugerir é que a habitação deixa de estar na *pauta cotidiana dos arquitetos* e passa a figurar como *pauta institucionalizada e engessada de agências internacionais*. Não é de estranhar, assim, que os mesmos anos 1970 que acompanharam as espetaculares demolições de conjuntos habitacionais modernistas e as manifestações de insatisfação com a moradia para os pobres, no contexto mais amplo de discussões sobre o direito à cidade, acompanham também a inclusão do Habitat como agenda da ONU – o que, como fato isolado, certamente não se constitui como um problema.

Questiona-se, aqui, a reserva da *habitação social* como este território especial, cuja legitimidade passa a ser dada pelos tratados e acordos internacionais, de onde não se consegue esboçar qualquer dimensão utópica. E mais: se considerarmos o envolvimento pífio dos arquitetos do *mainstream* e de muitas das instituições que lhe dão corpo – pensamos aqui não apenas nas associações de caráter profissional, mas também em outras figuras como as universidades, seminários e fóruns de debates – fica mais evidente o programático afastamento da arquitetura com relação às questões sociais mais urgentes e, em último caso, com relação ao que Tafuri chamava de

“espaço de existência”.

Se os CIAM, apesar de todas as críticas que lhes cabem, traziam o tema para o centro do debate, e isso de alguma forma perdurou com os encontros do *Team X* e os seminários do ILAUD, nas últimas décadas do século XX acompanha-se um processo, como indicado por Cohen, em que os encontros dos arquitetos do *mainstream* vão se aproximando cada vez mais de uma atuação próxima à das Bienais e Trienais de arte (COHEN, 2013, p. 474)⁷⁸. Fóruns de discussão como as *ANY Conferences*, apesar de suas grandes pretensões, não fazem mais do que atestar o recrudescimento de um pragmatismo rasteiro e de uma tendência à autocelebração midiática dos arquitetos-estrela – persiste, aqui, a metáfora do *boudoir* de Tafuri. Parafraseando Habermas (1987), pode-se questionar se não teria sido por excesso de confiança que se esgotaram as energias utópicas para se pensar *outros lugares* para a habitação social.

Trazer este mesmo panorama para a produção arquitetônica no Brasil não é das tarefas mais fáceis, nem seria justificável. A historiografia recente vem sistematizando e aprofundando as reflexões sobre os efeitos de Brasília num sentimento, mais ou menos generalizado, de que se seguiu à sua construção um longo período de estagnação da arquitetura brasileira (SEGAWA, 2002; BASTOS, 2003; BASTOS e ZEIN, 2010), como se a construção da nova capital – e a confiança naquele projeto – tivesse se configurado, por assim dizer, num “ponto de chegada” e, ao mesmo tempo, num “fim-de-linha”. Isto vem sendo usado, em grande medida, para explicar os descompassos da produção brasileira frente à cena internacional e a fraca assimilação de tendências e debates teóricos dos centros hegemônicos. A tese de Francisco Spadoni, defendida em 2004, parte desta mesma estrutura historiográfica, mas lhe acrescenta outra conotação: superando uma noção mais difundida de que a arquitetura brasileira tenha perdido fôlego neste momento de transição entre o moderno e a produção contemporânea, define-a como sendo circunstanciada pelo dilema da “dependência e resistência” e identifica experiências exitosas no conjunto de obras realizadas desde os anos 1970 (SPADONI, 2007).

Uma apresentação geral sobre o panorama da habitação social no Brasil já foi lançada na introdução dessa dissertação, sobre a qual não nos deteremos novamente. Ademais, não é de nosso interesse específico nem teríamos condições de delinear com precisão um universo de pesquisa tão vasto e complexo. Como bem apontado por Leandro Medrano, a única certeza que se pode dar sobre a tentativa de prescrever *um posicionamento*, por assim dizer, para a produção da arquitetura habitacional é a de que sua resposta “não será única, generalista e ‘verdadeira’.” (MEDRANO, 2007, p. 69). Compartilhamos também, com o autor, da crença de que situações exemplares, que refletem uma busca madura, estão muitas vezes na contramão do que se apresenta como o discurso dominante em arquitetura.

⁷⁸ Nem mesmo a pretensiosa edição de 2000 da Bienal de Veneza, sob a coordenação de Massimiliano Fuksas, intitulada “Less Aesthetics, More Ethics” [Menos Estética, Mais Ética], conseguiu recuperar o estatuto das questões de ordem social para o debate arquitetônico. E a proximidade no tempo ainda não permite vislumbrar os efeitos de sua última edição, em 2012, coordenada por David Chipperfield e intitulada “Common Ground” [Solo Comum], onde saiu como premiada principal a instalação montada pelo Urban Think Tank, Justin McGuirk e Iwan Baan, onde se expunha o caso da *Torre David*, em Caracas, um megaedifício projetado para fins comerciais cujas obras foram abandonadas por conta da crise financeira mundial e que, em seguida, foi ocupado por moradores sem teto.

Passado mais de meio século das primeiras significativas reações ao movimento moderno, acostumamo-nos a entender a arquitetura contemporânea de modo independente de suas classificações mais simplistas. Entretanto, na ausência de um projeto maior para a disciplina, as interpretações e críticas se tornaram reflexíveis – ao gosto e ao ritmo dos interesses e tendências do momento, quase sempre guiados por limitados campos culturais [...]. Dessa forma, o que poderia representar a multiplicidade ou a ampliação de matrizes teóricas inovadoras, restringiu a atuação de arquitetos à manipulação de objetivos particulares, centrados na lógica da demanda (campo simbólico) e não das necessidades (do homem, do urbano, da sociedade). [...]

Na contramão dessa *tour de force* do mercado internacional que recusa qualquer tipo de controle ao desenvolvimento urbano sem lucro e especulação (sem falar em corrupção), em patamares extraordinários, ainda é possível encontrar alguns exemplos de arquiteturas amparados – pelo menos como concepção formal e urbana – em uma outra idéia ou perspectiva de cidade. Talvez, forçando um olhar otimista, esses exemplos avancem na possibilidade de uma reterritorialização dos valores dissipados pela macroeconomia dominante [...], ou, ainda, pela cultura nebulosa que opera na atual lógica global. (MEDRANO, 2010, p. 69, grifo original)

A seguir, apresentam-se esboçados três *dilemas* enfrentados pela produção de habitação social desde meados do século passado. Com isso não se pretende, evidentemente, encerrar o debate, nem mesmo simplificar o conjunto de questões suscitadas pelas propostas escolhidas como recorte empírico da pesquisa. A escolha por estes dilemas vem, antes, por eles permitem uma leitura que atravessasse tanto a produção nacional quanto a estrangeira, sem apagar as particularidades de cada caso, e por não serem excludentes – uma mesma obra permite facilmente discutir mais de um ou todos eles.

Dilema da tipologia: arranha-céus e lâminas; edifícios baixos e sobrados

A habitação coletiva em edifícios altos, acima de seis pavimentos, pode ser considerada com uma das contribuições mais duradouras da cultura arquitetônica no século XX. O que se anuncia na *Cidade Industrial* [1904-17] de Tony Garnier e, em seguida, toma força nas torres cruciformes propostas na *Cidade Contemporânea* [1922] e no *Plano Voisin* [1925] do seu discípulo mais conhecido, Le Corbusier, vai se constituindo como um tema-chave para as explorações utópicas da arquitetura moderna. As vanguardas elegeram os arranha-céus como um dos seus símbolos – lembre-se, aqui, do seu protagonismo na cultura arquitetônica alemã no começo do século e de sua associação ao tema dos *condensadores sociais* nas vanguardas russas. No entanto, sua assimilação efetiva na produção habitacional para as *camadas mais pobres*, pelo menos durante a primeira metade do século, veio mais como promessa. Embora tenham povoado as *pranchetas* e *diagramas* onde se projetavam as cidades modernas e pautado as discussões dos primeiros CIAM, foram poucas aquelas situações em que foram construídos e, de fato, ocupados pelas famílias mais carentes (BRUNA, 2010, p. 55-56).

A “cidade das torres” (HALL, 2009) só viria a ser experimentada, efetivamente, a partir do segundo pós-guerra, como solução para a reconstrução das cidades bombardeadas e como vetor de estabilização da economia, ativando os setores ligados à construção civil. Em pouco mais de duas décadas, no entanto, a *possibilidade* de se prover habitação para os pobres em edifícios altos se transforma em distopia – os arranha-céus passam a ser vistos, agora, como símbolos malditos da própria racionalidade que os concebeu.

Com isso ganha força a solução conhecida como “*low-rise / high-density*” (LRHD)⁷⁹ para os conjuntos habitacionais, sobretudo aqueles desenvolvidos a partir de meados dos anos 1960. O posicionamento crítico e as soluções apresentadas dentro desta perspectiva, diga-se, cobrem um universo relativamente extenso, com pressupostos antagônicos.

Este debate esteve no centro das propostas desenvolvidas, por exemplo, pela Urban Development Corporation em Nova York, nos anos 1970 – momento em que foram desenvolvidas duas propostas de habitação para bairros pobres de Nova York, numa colaboração entre a UDC, o MoMA e o IAUS, coordenadas por dois membros do Instituto (Figuras 32-33). Como resultado desta colaboração, foi organizada uma exposição no MoMA com o título “Another Chance for Housing” [Outra Chance para a Habitação], em 1973, onde foram expostas as duas propostas: o projeto coordenado por Kenneth Frampton para o *Marcus Gavey Park Village* [1973-76], no Brooklyn, chegou a ser construído, mas a proposta coordenada por Peter Eisenman não passou da fase de projeto, por conta da crise financeira em Nova York que inviabilizou, como um todo, o prosseguimento das atividades da UDC.

As principais críticas à proposta no Brooklyn dizem respeito à solução encontrada para sua forma urbana – os prédios foram agrupados numa interpretação crítica dos típicos “*mews*” ingleses e americanos (grupos de casas geminadas, ordenadas ao redor de pátios comuns, onde se prioriza a escala do pedestre e constrange-se o acesso de veículos). Os índices de violência urbana na região e a apropriação dos pátios pelo tráfico de drogas costumam ser apontados como os principais problemas do conjunto – um problema, ademais, cuja origem está na própria segregação característica do planejamento urbano de Nova York. Apesar disto, a experiência teve seu legado retomado recentemente, por conta da (nova) crise financeira de 2008-09, como uma solução possível para se pensar a habitação social e por ser uma das poucas experiências, em grande escala, onde o poder público assume para si a responsabilidade de pensar e produzir a habitação com finalidade social nos Estados Unidos (MARTIN, MEISTERLIN e KENOFF, 2011; FÖRSTER, 2012).



Figura 32: Perspectiva da proposta para o *Marcus Gavey Park*. Fonte: MoMA; IAUS; UDC, 1973.



Figura 33: Foto da obra em construção, por volta de 1975. Fonte: Förster, 2012, p. 75.

⁷⁹ Pablo Benetti (2013) aponta esta mesma problemática, que chamamos aqui de *dilema*, como uma das “inflexões” para a prática do projeto de habitação com finalidade social, traduzindo-o como “baixa altura e alta densidade” (BAAD). Embora a crítica aos grandes blocos residenciais modernistas também ganhe relevo no Brasil, não veio acompanhada nestes mesmos termos. Pelo levantamento realizado para esta pesquisa, sobretudo a partir dos periódicos, o debate sobre a altura e densidade mais adequadas para a habitação social, usando especificamente os termos da expressão “*low-rise / high-density*”, foram mais recorrentes nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Itália.

As propostas de Oscar Newman sobre o “espaço defensável” [1972] (NEWMAN, 1973) deram ampla repercussão ao debate sobre a solução LRHD e, curiosamente, estavam no cerne do *Marcus Gavey Park*. Sua proposta se colocava como alternativa às típicas soluções modernistas não apenas do ponto de vista arquitetônico, mas também como uma possibilidade de se prevenir o índice de criminalidade através do projeto. Apesar das muitas críticas colocadas à proposta de Newman, como aquela feita por Martin (2010), sua aceitação ainda é bastante ampla, a tirar pelas muitas reedições da obra original, pela criação e manutenção do *The Institute for Community Design Analysis*, coordenado originalmente por Newman, e pela sua rápida assimilação como diretriz do Banco Mundial para as práticas de projeto de habitação de interesse social.

A mesma adesão aos edifícios com baixa altura e alta densidade estão nas propostas desenvolvidas por Giancarlo de Carlo na Itália (como no caso do *Villaggio Matteotti* [1974]), na produção de grupo suíço Atelier 5 (como no caso do *Siedlung Halen* [1958-62]) e na celebrada, mas ainda assim, pouco discutida experiência do *PREVI* em Lima [1969]. Como tema comum a todos estes casos, as soluções pretendem criar – ou preservar, quando é o caso – a noção de comunidade e de segurança, e nos casos que nos parecem mais relevantes estão associados também à valorização da participação dos futuros moradores nas decisões de projeto e na construção das unidades, *dilema* sobre o qual discutiremos a seguir.

A produção de habitação coletiva em grandes arranha-céus, no Brasil, esteve muito restrita às faixas de renda média. Ainda assim, são conhecidos os casos em que grandes edifícios habitacionais voltados para famílias pobres ficaram estigmatizados como malditos – vide-se o caso do *Edifício São Vito* [1959] em São Paulo, demolido recentemente, e o caso do *Conjunto JK* [1951] em Belo Horizonte, cujas dificuldades se deram desde o período de sua elaboração e ocupação inicial. As críticas às soluções habitacionais modernistas, no Brasil, foram mais direcionadas ao que Carlos Eduardo Comas chama de “espaço da arbitrariedade” dos conjuntos realizados pelo BNH (COMAS, 1986) e as dificuldades de manutenção e gestão de blocos em grandes lâminas. Interessa-nos assinalar as situações em que a defesa pela construção de prédios com baixa altura e alta densidade vem como uma crítica madura à solução modernista, entendendo que a questão central neste debate diz respeito à *gestão do ambiente construído* – um ponto mencionado pelos autores das propostas para o COPROMO, o Mutirão Tânia Maria e para Sussuarana, em Salvador.

Tanto no debate brasileiro quanto no estrangeiro, consideramos com menor relevância aquelas situações em que defesa pela solução LRHD vem acompanhada de uma crítica tendenciosamente maniqueísta à racionalidade arquitetônica, assim como aquelas marcadas por uma nostalgia anacrônica por um ideal de comunidade pré-industrial – como tende a ser o posicionamento dos autores ligados ao New Urbanism com relação à habitação coletiva.

A questão da tipologia da habitação coletiva não pode ser tomada como resolvida com a defesa irrestrita dos prédios baixos e sobrados – se fosse assim, não se justificaria colocá-la como um *dilema*. A adesão às soluções de habitação de interesse social em grandes torres ainda precisa ser problematizada e testada, sobretudo quando se trata da defesa da habitação social em grandes centros urbanos, tanto com a construção de novos prédios como na destinação e conversão de usos

em imóveis vagos nos grandes centros.

Experiências como a do *COHAB-Riachuelo* [2007-08], onde houve uma reconversão de uso de um edifício de comércio e serviços em São Paulo, consolidando a ocupação de famílias ligadas ao movimento sem teto, assinalam para a validade desta empreitada (Figura 34). Já com relação ao caso do *Jardim Edith* [2011-12], também em São Paulo, acreditamos que ainda não se tem o afastamento necessário para avaliar o resultado da proposta (Figura 35), mas de qualquer modo já fica marcada a sua importância no conjunto de lutas pela garantia da moradia nos centros.



Figura 34: Reconversão de uso no *COHAB-Riachuelo*, no centro de São Paulo.



Figura 35: O *Conjunto Jardim Edith* (foto de Nelson Kon). Fonte: MMBB <<http://www.mmbb.com.br/projects/details/74/1>>

Dilema da autoria: virtudes e tiranias da participação

Ao longo dos anos 1960, desenvolveu-se um conjunto de experiências e debates sobre a participação em arquitetura. Uma movimentação que pôde ser percebida, com diferentes conotações, tanto em países sul-americanos como europeus e norte-americanos, e implicaram em mudanças na abordagem da arquitetura, num sentido mais amplo, e tiveram ainda maior influência no modo de encarar a prática projetual da habitação.

Em comum às diferentes abordagens, desenvolve-se uma crítica à tendência da arquitetura moderna em uniformizar os indivíduos e as comunidades – projetou-se o *homem novo* que seria a pedra-de-toque para a nova arquitetura, mas incorreu-se no erro de concebê-lo, como nos lembra Sérgio Ferro, com a “altura do policial inglês” (FERRO, 2006a, p. 423). Assim o *Modulor* de Le Corbusier, timoneiro do navio fourieriano também conhecido como *Unité d’Habitation*, cai em desprestígio. Lopes, Kapp e Baltazar oferecem uma boa síntese de conjunto de contribuições:

[...] Na contramão dos projetos habitacionais convencionais aparecia a crítica da produção em massa (questionando os enormes conjuntos habitacionais), que leva a duas outras críticas: do processo de projeto tradicional (questionando a separação entre projeto, construção e uso) e dos procedimentos construtivos (questionando a divisão do trabalho). (LOPES, KAPP e BALTAZAR, 2010, p. 12).

De forma geral, admite-se a importância da agitação criada pelo grupo Team 10 como elemento desestabilizador – quando não frontalmente crítico – das premissas urbanísticas defendidas e divulgadas a partir dos CIAM (BARONE, 2002). Ana Cláudia Barone destaca a importância que o tema da habitação para os membros do Team 10, constituindo-se como um dos eixos principais dos debates realizados pelo grupo. Não à toa, em 1954, durante as preparações para o CIAM X, os membros do Team 10 produzem o conhecido “Manifesto de Doorn” (BAKEMA et al, 1993), onde se opõem a se desenvolver uma “Carta do Habitat”, como previsto na edição anterior dos Congressos, e em seu lugar propõem estudar em primeiro lugar os agrupamentos humanos, recorrendo à noção de “comunidade” como uma referência principal para o entendimento da questão da habitação, que deveria ser problematizada a partir de escalas de associação com outras formas de agrupamento humano.

Some-se à atuação de membros e colaboradores eventuais do Team 10 – como Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck, Ralph Erskine, Jaap Bakema, a tríade Candilis-Josic-Woods e, em certa medida, o casal Alison e Peter Smithson – outra empreitada coletiva, dos Situacionistas, e a figura de Hundertwasser como os precursores, ainda nos anos 1950, dos debates sobre a participação em arquitetura e na produção da cidade (BERENSTEIN-JACQUES, 1998).

A listagem se estende ainda mais⁸⁰, considerando-se a importância de arquitetos como Lucien Kroll, Christopher Alexander, Hassan Fathy, Walter Segal, John Habraken e Yona Friedman, além de John Turner e Bernard Rudofsky, cujas obras seminais abriram espaço para se discutir o quanto os arquitetos praticantes ainda tinham a aprender com a arquitetura que era feita sem os arquitetos⁸¹.

No Brasil, destaca-se a importância histórica do debate colocado tanto por um viés mais antropológico, centrado na figura de Carlos Nelson dos Santos, como por um viés da crítica da economia política, centrado na figura de Sérgio Ferro. Ambos os autores convergem como referências incontornáveis para o debate mais geral sobre autoconstrução, autogestão e as práticas das assessorias técnicas voltadas para a habitação de interesse social.

Apesar de a participação ter deixado de ser um debate marginal e se configurar, hoje, como “conduta privilegiada em programas de provisão e melhoria de moradia para os pobres” (LOPES, KAPP e BALTAZAR, 2010), sua *virtude* inicial parece ter se convertido numa forma de *tiranía*. Nunca se discutiu e praticou tanto se utilizando de metodologias participativas, mas – como indica Maricato (2011) ao discutir a política urbana no Brasil no período recente – a sua instrumentalização excessiva e, crescente-se, sua *obrigatoriedade*, em nada se assemelham ao potencial utópico da origem do debate.

A neutralização do potencial mais transformador dos processos participativos – ou ainda, num sentido

⁸⁰ Para uma análise crítica mais acurada das principais contribuições dados por cada um dos autores e de suas limitações, ver Lopes, Kapp e Baltazar (2010), assim como o conjunto de artigos e ensaios organizados por Peter Blundell-Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till (2005) – neste último, cf. especialmente a seção “Histories of Participation”.

⁸¹ Estamos nos referindo ao livro “Architecture without architects” [1964], de Bernard Rudofsky, que veio como resultado da exposição homônima realizada no MoMA no mesmo ano de sua publicação, e ao livro “Housing by people: Towards autonomy in building environments” [1976], de John Turner, resultado de sua experiência com a autoconstrução durante os anos em que morou e trabalhou no Peru. Seria interessante, ainda, esmiuçar em que medida a obra de Patrick Geddes concorre uma precursora do tema da participação – uma indicação, ademais, já sinalizada por Peter Hall (2009).

mais amplo, da participação entendida como a experiência urbana cotidiana – vem sendo acompanhada de uma vigorosa crítica. Destaca-se, por exemplo, como o fenômeno da “espetacularização urbana” é inversamente proporcional à participação popular (JACQUES, 2004), a “violência” e a “perda da inocência” dos processos participativos conduzidos num contexto de consenso (MIESSEN, 2007; 2010) além de, como assinalado no título deste item, a sua conversão numa espécie de tirania (COOKE e KOTHARI, 2001). O cenário construído, a tirar pelos termos empregados, não poderia ser mais distópico. Na introdução do livro que nos serve de referência a este questionamento, intitulado “Participation: the new tyranny?” [Participação: a nova tirania?], os coordenadores da publicação justificam assim o emprego do termo:

[...] [O] termo “tirania” é ao mesmo tempo necessário e preciso. É necessário porque a maneira como a participação vem sendo criticada, a essa altura, e a linguagem com a qual isto vem sendo feito certamente falharam em afetar, qualitativamente ou quantitativamente, o avanço aparentemente inexorável da participação em curso. [...] Aachamos necessário, portanto, usar uma linguagem mais difícil de ser ignorada. [...]

[...] O termo “tirania” também é preciso. Os argumentos apresentados neste livro, somados, confirmam que a tirania é ao mesmo tempo uma consequência real e potencial, por mais que o termo seja exagerado e contrário à retórica de empoderamento [da participação]. [...] (COOKE e KOTHARI, 2001, p. 3)⁸²

Lopes, Kapp e Baltazar (2010) identificam duas origens para se entender a *genealogia da participação*: uma política e outra religiosa. Pode-se pensar também numa terceira origem para esta genealogia – embora não tenhamos aqui uma sugestão sobre como adjetivá-la – que permita aprofundar como se põe em crise a questão da *autoria* nos processos participativos. Os debates sobre a participação no campo da estética costumam girar em torno das *definições da autoria* e da relação estabelecida, pelas obras de arte, entre *autor e público*, de modo que a genealogia deste debate pode ser traçada a partir de textos como “A obra aberta” [1962], de Umberto Eco, “A morte do autor” [1968], de Roland Barthes [1968], e a conferência “O que é um autor” de Michel Foucault [1969-70]⁸³.

Por conta disto apresentamos os debates sobre participação como um *dilema da autoria*. O que está em jogo não é apenas o modo como os profissionais se aproximam e conseguem dar uma resposta mais adequada às necessidades dos usuários. Trata-se também de uma oportunidade para se repensar a própria prática profissional⁸⁴. Se a crítica à arquitetura moderna põe em xeque a figura do arquiteto-herói (e não sem tempo), esta passa a ser uma oportunidade para se experimentar outras formas de colaboração entre os arquitetos, outros profissionais ligados à construção civil, movimentos sociais e os futuros moradores.

⁸² Tradução livre do original: “[...] [T]he term ‘tyranny’ is both necessary and accurate. It is necessary because the manner in which participation has been critiqued, and the language with which this has been done, has clearly thus far failed to affect, qualitatively or quantitatively, the apparently inexorable spread of participation in development. [...] We felt it necessary, therefore, to use language that would be harder to ignore. [...] [The term ‘tyranny’ is also accurate. The arguments presented in this book collectively confirm that tyranny is both a real and a potential consequence of participatory development, counter-intuitive and contrary to its rhetoric of empowerment though this may be. [...]]”.

⁸³ Na antologia organizada por Claire Bishop sobre o tema da participação nos debates sobre arte contemporânea (BISHOP 2006), alguns destes autores são indicados como o “referencial teórico” para se fazer uma primeira aproximação ao debate.

⁸⁴ E talvez seja o caso de se considerar a crítica de Jacques Rancière, em “O espectador emancipado” (RANCIÈRE, 2012 [2007]), para entender melhor o que chamamos de “dilema da autoria”.

Dilema da forma urbana: a forma e o informe

A forma urbana que resulta do projeto da cidade moderna foi outro alvo rotineiro no bojo das críticas que se seguiram aos anos 1960. O tema da edificação solta no lote, descomprometida com a forma urbana de ruas, lotes e quarteirões bem definidos, foi duramente criticada, numa situação que poderia ser resumida como o conflito entre as novidades implantadas a partir da *cultura urbanística moderna* com a *urbanística tradicional*. A adesão ao contextualismo urbano se anuncia, assim, como uma possibilidade de conciliar a produção contemporânea com a pré-existência, e muito embora o teórico inglês Colin Rowe não se reconheça no que se convencionou chamar de crítica contextualista, vem de sua obra algumas das afirmações mais contundentes sobre as limitações da cidade moderna, que ajudam de forma decisiva a fomentar o debate:

A cidade da arquitetura moderna (que também pode ser chamada de cidade moderna) ainda não foi construída. Apesar de toda a boa vontade e boas intenções de seus protagonistas, acabou como um projeto ou como um aborto e, cada vez mais, já não parece haver qualquer razão convincente para supor que as coisas acontecerão de outra forma. A constelação de atitudes e emoções que são reunidos sob a noção geral de arquitetura moderna – e que extravasa, de uma forma ou de outra, no campo inseparavelmente associado do planejamento – começam a parecer, ao cabo, por demais contraditórias, confusas e pouco sofisticadas para permitirem, a qualquer uma delas, resultados minimamente produtivos.

[...] E agora, mesmo que o peso da ideia persista, é uma cidade que se reduziu a muito pouco – às banalidades empobrecidas da habitação social, que estão por aí como os símbolos desnutridos de um mundo novo que se recusou a nascer. (ROWE e KOETTER, 1978)⁸⁵

O debate conhecido como *tipo-morfo* se aproxima da abordagem de Rowe e Koetter, mas mantém, neste caso, uma relação muito mais assentada com as particularidades da história urbana de cada local. Assim vemos as agendas colocadas por figuras de cenário italiano – tome-se a obra de Aldo Rossi e Carlo Aymonino como paradigmas – que de certa forma dominam o debate, acompanhadas das experiências francesa e inglesa (PEREIRA, 2012). Embora todos estes casos apontados sejam marcados por certo historicismo, não se deve confundi-los inteiramente com a tendência ao neotradicionalismo de figuras como Léon Krier ou, ainda, com os postulados do New Urbanism. Como bem destaca Jean-Louis Cohen, ao comentar sobre a influência da obra de Rowe e Koetter:

Diferentemente da postura dos novos urbanistas, cuja arquitetura é neotradicionalista, os argumentos de Colin Rowe e Fred Koetter em *Collage City* (1978) não são nostálgicos. [...] As ideias de Rowe e Koetter propõem uma maneira mais livre e mais dinâmica de pensar a dimensão urbana da arquitetura, sem cair no sentimentalismo da decoração pós-moderna, e vão ter efeitos duradouros sobre o modo de pensar as cidades, influenciando particularmente as estratégias de desenho urbano aplicadas na década de 1980, de Barcelona a Berlim. (COHEN, 2013, grifo original)

Do conjunto de experiências seguindo estas inclinações vêm alguns casos de propostas de habitação coletiva, algumas delas com finalidade social, cujas expressões variam muito de acordo com os autores e o pensamento urbanístico que os influencia. Destaque-se, por exemplo, apenas a título de ilustração, os casos da IBA em Berlim – com situações de releitura crítica do contexto urbano tão

⁸⁵ Tradução livre do original: "The city of modern architecture (it may also be called the modern city) has not yet been built. In spite of all the good will and good intentions of its protagonists, it has remained either a project or an abortion; and, more and more, there no longer appears to be any convincing reason to suppose that matters will ever be otherwise. For the constellation of attitudes and emotions which are gathered together under the general notion of modern architecture and which then overflow, in one form or another, into the inseparably related field of planning, begin – in the end – to seem altogether too contradictory, too confused and too feebly unsophisticated to allow for any but the most minor productive results./ [...] And now, even though the weight of ideas persist, it is a city which has shrunk to very little – to the impoverished banalities of public housing which stand around like the undernourished symbols of a new world which refused to be born."

distintas quanto as do *Edifício Habitacional na Rauchstrasse* [1983] e o *Quartier Schützenstrasse* [1992-98], ambos de Aldo Rossi, e o prédio conhecido como *Bonjour Tristesse* [1980-84], de Alvaro Siza –, projetos como a *Vila Olímpica de Nova Icaria* [1985-92], coordenado Oriol Bohigas, onde o diálogo com a tradição implica em lidar com a Barcelona de Cerdà, ou ainda com as soluções que beiram o *kitsch* como o *Les Arcades du Lac* [1982] em Saint-Quentin-en-Yveline, do Boffil Taller.

Como bem apontam Fernandes e Gomes (2004), os debates que giram das questões da tipologia e da morfologia urbana não tiveram ampla aceitação e difusão nas pesquisas sobre História da Cidade no Brasil. A mesma observação pode ser estendida, numa leitura mais geral, à produção arquitetônica – exceções feitas a alguns casos de projetos situados em contextos históricos tombados por órgãos do patrimônio, mas ainda assim pouco numerosos. A necessidade de se projetar uma forma urbana claramente definida esteve no cerne, por exemplo, de duas propostas de habitação de interesse social elaboradas durante a gestão Erundina, apontadas como marcos no panorama geral de projetos recentes de habitação, a exemplo da proposta vencedora apresentada por Sylvio de Podestá para o concurso *Vila do Brás* [1990], cuja obra não foi realizada, e do *Conjunto Vila Mara / Rio das Pedras* [1991-2003], coordenado por Hector Vigliecca e Bruno Padovano.

Na proposta original para o *Vila Mara / Rio das Pedras*, a clareza na definição da forma urbana vem como um interesse deliberado em demarcar sua distinção na paisagem, assinalando o contraste entre a obra e o tecido urbano pré-existente. A solução encontrada para resolver os acessos ao conjunto, no entanto, assinala para a integração entre a dinâmica urbana e a experiência mais reservada no interior, no que poderia ser entendido como movimentos de *fechamento* e *abertura* para a cidade (Figuras 36-37). A decisão por controlar o acesso ao conjunto através de guaritas e grades que contornam todo o perímetro dos blocos, no entanto, acaba por não permitir este movimento de abertura.



Figura 36: Panorâmica a partir de um dos acessos principais ao conjunto.



Figura 37: Vista a partir da circulação em nível, no limite do conjunto.



Figura 38: Acesso secundário ao conjunto.

No caso das urbanizações de favelas e de outras áreas ditas *informais*, o problema colocado para o dilema da forma urbana é ainda mais sensível. Estão em jogo, nestes casos, não apenas as questões de abertura e fechamento para a cidade (de ordem mais geral), como também as questões de como as propostas evidenciam a relação entre a forma arquitetônica (e urbana) e a dimensão do *informe*, característico da cidade contemporânea.

No conjunto de debates levantados na bibliografia de referência e nos periódicos (ver Apêndice C), identificou-se que as questões sobre a dimensão *informe* da cidade contemporânea e a informalidade das áreas urbanas autoconstruídas vêm ganhando destaque. É preciso reconhecer de antemão, como uma limitação desta pesquisa, que trataremos disso apenas a partir das obras escolhidas como recorte empírico. No aprofundamento da pesquisa, em momento oportuno, certamente será o caso de expandir o “mapa” das referências, questionando como a “redescoberta” da *informe* no debate teórico-crítico⁸⁶, assim como a retomada de grandes obras de intervenção em favelas – seja por iniciativa pública, contratação direta ou através de concursos – se apropriam dos conteúdos utópicos das experiências pioneiras dos anos 1960 e que lugar é reservado para a Utopia nestas situações.

⁸⁶ Sugere-se como recorte no mínimo instigante o de investigar a criação de parcerias entre universidades brasileiras e estrangeiras, nos últimos anos, que geraram um insuspeito interesse estrangeiro em discutir questões em torno do tema da “informalidade” a partir de cidades em países pobres ou “em desenvolvimento”, tomando como objeto a formação de “laboratórios” de pesquisa como os vários *Studio-X* e o *S.L.U.M. Lab* da Columbia University (só no Brasil existem dois deles, no Rio de Janeiro e em São Paulo); *Visiting Schools* da Architectural Association também no Rio de Janeiro e em São Paulo; a pesquisa “Urbanism and the Informal City” conduzida por Jorge Fiori, um dos diretores do programa de pós-graduação em Habitação e Urbanismo também na AA; a parceria entre a Harvard University e a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro no projeto “Brazil Schools for Year 2030”; a discutível pesquisa “When Economies Become Form”, realizada no âmbito do Berlage Institute <http://www.theberlage.nl/galleries/projects/details/when_economies_become_form>; e as pesquisas e publicações do arquiteto Marc Angelil, da ETH Zürich, sobre a questão da habitação e das favelas no Brasil <<http://www.angelil.arch.ethz.ch/>>.

CAPÍTULO 3

UMA FORMA DIFÍCIL: UTOPIA E PRAGMATISMO EM CINCO PROPOSTAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL (1992-2012)

Neste capítulo são analisadas cinco obras escolhidas como objeto empírico desta pesquisa. Dentro do recorte temporal estabelecido, foram escolhidas obras que permitissem, a um só tempo, cobrir diferentes condições de produção sem, no entanto, perder as semelhanças que permitam estabelecer uma comparação entre elas.

A partir do caso do COPROMO (Osasco-SP), será possível discutir o papel dos mutirões, num momento que se seguiu à redemocratização no país, onde se percebe a forte atuação dos movimentos sociais de luta pela Reforma Urbana, aliada à troca entre representantes da universidade e os movimentos sociais.

Embora próximos no tempo, no caso do Candeal Pequeno (Salvador-BA) trata-se de uma intervenção de urbanização de favelas, financiada em grande parte com recursos do Banco Mundial. Neste caso, houve uma conjunção de forças que envolveram diferentes fatores: os referidos recursos; o interesse pelo tema da urbanização de favelas, que, embora não fosse exatamente uma novidade, ganharam contornos relevantes no Brasil a partir da realização do Programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1990; a reunião de profissionais ligados ao tema, incluindo figuras da universidade; e à presença de uma figura com grande visibilidade na mídia, o cantor e compositor baiano Carlinhos Brown, que respondia como um indutor para a realização da proposta.

Ainda em Salvador, trabalhamos também com o caso de Sussuarana III e Baixa da Paz, ainda em fase de execução, dentro de uma variação do programa de habitação anterior, agora num outro momento. Apesar de dar continuidade ao programa anterior, e do fato de estar sendo executada num momento posterior à consolidação de uma política urbana e de habitação no país, que se seguiu à criação do Ministério das Cidades, a experiência mostra a dificuldade em avançar na realização de obras públicas na área de habitação.

No caso da Vila Nova Esperança / Rocinha (Salvador-BA), lidamos com a experiência de moradia em áreas centrais, e neste caso uma área central com grande densidade histórica, dado que se localiza no Centro Histórico de Salvador. Além desse aspecto, trata-se de uma proposta de habitação que parte de uma demanda já existente, e que foi absorvida inicialmente pela Secretaria de Cultura.

Por fim, retomamos com outra obra ainda em execução, no caso do Mutirão Tânia Maria / Vila Monte Sion (Suzano-SP), onde lidamos com a possibilidade de produzir moradia através do mutirão autogerido. Neste caso, agora, trabalhando com uma experiência dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, dentro da rubrica Entidades, que se assinala como uma possibilidade de maior atuação.

Apresentar o conjunto das obras analisadas, de antemão, como uma “forma difícil”, antecipa as nossas considerações sobre as condições de possibilidade para a habitação de interesse social, que vimos esboçando desde a introdução da dissertação, entendendo a materialização da arquitetura, por

assim dizer, como o ponto de chegada de um laborioso processo de constrições do que foi idealizado inicialmente. Com isto não se pretende subentender este mesmo resultado de forma pessimista, como algo inferior ou de menor valor, mas, antes, de se acessar a arquitetura entendendo-a, a um só tempo, como *integridade* e *ruína*.

Entendemos que “dar forma” implica em chegar a um desenlace no processo criativo. Se o *momento utópico* é mais evidente na abertura de novos horizontes, o pragmatismo se faz mais presente no momento em que é necessário certo encerramento, sem entender com isso que a concretização seja a inviabilização de novos horizontes utópicos. Para que uma totalidade se apresente como uma *realidade possível* – tanto num diagrama utópico quanto nas plantas de um projeto executivo ou mesmo na execução da obra – é necessária uma vontade de encerramento da abertura inicial de possibilidades. No processo criativo, de forma geral, este é o momento de constrição, mas também o de encontrar, dentro dos limites impostos, que forças podem ser conjugadas para sua realização.

Se este processo de constrição é mais evidente em qualquer expressão da arquitetura do que nas artes em geral, porque envolve um número muito maior de agentes e de financiamentos que permitam sua viabilização, as constrições ganham, de fato, dimensões continentais quando se trata de produção de habitação para os pobres – a começar pelo seu “nó” principal, a disponibilidade de terra para sua implantação, passando pela criação de condições que favoreçam o engajamento dos futuros moradores na elaboração e discussão dos projetos, os limites financeiros, a disponibilidade de tecnologia para a sua concretização, entre tantos outros fatores.

Vem daqui nossa menção – arriscada, diga-se – à estabelecida tese da “forma difícil” de Rodrigo Naves sobre determinadas expressões das artes plásticas no Brasil (NAVES, 2011). O autor identifica, por um lado, uma “relutância formal” na arte moderna brasileira, caracterizada por certo acanhamento expressivo que a conduz “a um movimento íntimo e retraído, distante do caráter prospectivo de parcela considerável da arte moderna”, ao que o autor chama de “dificuldade de forma”. Por outro lado, identifica também o que chama de “forma difícil”, um movimento contrário ao primeiro, que resulta da incorporação formal, nas obras, de uma “indecisão social que alimenta essas formas tímidas”, de onde vem a sua grande potência.

Não temos a menor ambição de, com isso, estender diretamente a sua tese para uma crítica da tradição arquitetônica no Brasil – primeiro, porque o problema da tradição e da formação do *cânone arquitetônico* não foi enfrentado como objetivo principal desta pesquisa, embora se reconheça a sua importância; e segundo, porque o próprio Rodrigo Naves se mostra reticente em estender suas reflexões sobre a “forma difícil” na arte brasileira para expressões além das artes plásticas:

[...] De fato, talvez nenhuma outra área artística brasileira tenha menor penetração pública [do que as artes plásticas]. Bem ou mal, existe uma história consistente e criteriosa da literatura do país, e mesmo a arquitetura, a música e o cinema feitos aqui alcançaram um estatuto cultural razoavelmente digno. Os nomes estão ou menos em seu lugar, os valores existem, sem maiores discrepâncias. [...] (NAVES, 2011, p. 16).

Não obstante, a crítica de arquitetura Ana Luiza Nobre (2012) deu um primeiro passo em tentar estabelecer relações entre a “forma difícil” de Rodrigo Naves e a produção arquitetônica brasileira, começando justo pela obra de Oscar Niemeyer – uma tarefa no mínimo instigante, considerando-se

que Niemeyer construiu para si uma *persona* de pregador da liberdade e da desinibição formal em arquitetura.

Quando trazemos a “forma difícil” como título deste último capítulo da dissertação, onde se analisa o recorte empírico da pesquisa, temos em mente algo mais simples: apenas para nos lembrar de que a *realização* da habitação de interesse social passa por inúmeros *constrangimentos* – tanto de ordem mais subjetiva como prática – e também para entender sua forma final, difícil, como o *índice* de sua laboriosa produção.

Outras duas ideias-força *iluminam* a análise das obras, embora não seja o caso de considerá-las como um referencial teórico propriamente dito. Por um lado, vem de Hannah Arendt, como já indicamos na introdução, a noção de “espaço de aparência pública”, que empregamos nas análises como “evidência pública” para evitar uma associação equivocada do termo *aparência* apenas como *figura* ou mera *visibilidade*. Por outro, e complementando-a, as reflexões de Chantal Mouffe sobre o agonismo e suas interseções com relação aos debates sobre o espaço público na contemporaneidade.

Em “A condição humana” [1958], Arendt desenvolve sua conhecida teoria da *vita activa*, que se constitui como a junção das atividades humanas do *labor*, *obra* e *ação* (ARENDT, 2007). Na explanação sobre a *polis* grega – ou em sua *idealização*, como apontam alguns críticos da autora – Arendt destaca que ela não deve ser entendida em termos de sua localização física, e sim como o resultado da ação e do discurso realizados *em conjunto*, sendo o espaço criado entre as partes – o espaço da aparência – “capaz de situar-se adequadamente em qualquer tempo e lugar” (ARENDT, 2007, p. 211).

Segundo Arendt, a peculiaridade de tal espaço “reside no fato de que, ao contrário dos espaços fabricados por nossas mãos, [ele] não sobrevive à realidade do movimento que lhe deu origem” (ARENDT, 2007, p. 212) – a condição primeira de sua existência, portanto, está no acontecimento da ação e do discurso em conjunto, onde todos os homens aparecem explicitamente uns aos outros. Este “espaço da aparência”, assim teorizado, não aparece vinculado a qualquer reflexão sobre sua natureza material, mas acaba exercendo influencia decisiva nos debates sobre arquitetura, cidade e espaço público⁸⁷.

Num ensaio publicado originalmente em 1979, Frampton se apropria da ambiguidade encontrada no dicionário para a definição da arquitetura – tanto como “a arte ou ciência de construir edificações para o uso humano” assim como “a ação e o processo da construção” – para entendê-la como a própria distinção dada por Arendt às atividades da obra e do labor (FRAMPTON, 1998). O autor busca entender a arquitetura, assim, não apenas pelo seu caráter de objeto (labor), mas também por sua capacidade de adquirir um sentido que ultrapasse a mera instrumentalidade (obra). O cenário distópico das cidades americanas já na segunda metade do século passado – dominado pela

⁸⁷ Além da conhecida influência sobre a obra do historiador e crítico inglês Kenneth Frampton, que comenta em mais de uma oportunidade sobre a importância decisiva da obra de Arendt – sobretudo o livro “A condição humana” – para o seu estabelecimento de um posicionamento político frente à arquitetura (FRAMPTON e BRILLEMBOURG, 2009; FRAMPTON e LIRA, 2011), considere-se também o caso do historiador e crítico canadense George Baird, que se apropria do conceito de “espaço de aparência” como chave de leitura para a passagem da arquitetura moderna para a pós-moderna (BAIRD, 1995).

expansão da suburbanização e pela incapacidade, segundo o autor, de se criar novas cidades que sejam identificadas como tal, do ponto de vista físico e político – se apresenta a Frampton como uma situação onde não se encontra solo adequado para o acontecimento do “espaço de aparência pública”. Identificar a ocorrência deste tipo especial de espaço passa a ser, de certa forma, uma das linhas-chave da obra de Frampton, sejam elas de caráter historiográfico, em ensaios críticos ou em textos-manifesto.

Vem daqui o nosso interesse pelo método empregado por Frampton, em suas atividades de ensino, para a análise arquitetônica (FRAMPTON, 2010). O estudo das hierarquias de acesso e de organização do espaço interno, da membrana envoltória, dos elementos estruturais, assim como a inserção das obras na tradição arquitetônica, converge – com maior ou menor preponderância – para a identificação dos espaços de acordo com sua capacidade de acolher o “espaço de aparência pública”, o que, por sua vez, implica também em identificar que sentidos políticos podem ser atribuídos a estes espaços.

Uma segunda *ideia-força* para a análise das obras vem da agenda colocada Chantal Mouffe, em suas reflexões sobre a democracia, para uma possível *esfera pública agonista* (MOUFFE, 2000; 2007)⁸⁸. Mouffe é conhecida como uma crítica contumaz do modelo deliberativo de democracia, associado ao filósofo Jürgen Habermas, e crítica também das limitações da definição de “esfera pública” e do modo como Arendt entende a formação das identidades dos sujeitos políticos. À sua teorização de um modelo agonista para a democracia, corresponde o entendimento de que o espaço público, enquanto proposição *crítica*, deve ser encarada como o resultado do conflito e do dissenso, inviabilizando-se, assim, qualquer possibilidade atuação baseada na formação de consensos⁸⁹:

[...] A consequência mais importante [do modelo agonista de política democrática] é que ele desafia a concepção generalizada que, embora apareça de diferentes maneiras, instrui a maior parte das visões sobre o espaço público, concebido como o terreno onde pode emergir o consenso. No modelo agonista, ao contrário, o espaço público é o campo de batalhas onde diferentes projetos hegemônicos são confrontados, sem qualquer possibilidade de reconciliação final. [...] (MOUFFE, 2006, p. 158)⁹⁰

Também dentro do levantamento de temas “emergentes” no debate teórico em arquitetura, vemos o

⁸⁸ O conjunto da obra de Chantal Mouffe é extremamente vasto e tem ganhado ampla divulgação nos debates sobre arquitetura, cidade e espaço público. Sua prolificidade como teórica, articulista e ensaísta oferece uma vasta bibliografia a ser consultada. Tendo em vista as limitações desta pesquisa, no entanto, trabalhamos com um pequeno recorte. Sugere-se assistir ao vídeo “Democratic politics and agonistic public sphere” (2009) como um intróito à obra de Mouffe – talvez pelo vídeo se tratar do registro de uma palestra sua no âmbito da Pós-Graduação em Arquitetura e Design em Harvard, ajuda a esclarecer o seu posicionamento e a possibilidade de interlocução com o campo da arquitetura e do urbanismo. Ver seção “Vídeos” nas referências.

⁸⁹ As reflexões de Mouffe sobre o que poderia ser chamado, em linhas gerais, de uma *democracia pós-consensual*, fazem de sua obra uma importante referência nos estudos sobre processos participativos em arquitetura e urbanismo. Não à toa, parte da obra de Markus Miessen, comentado no que chamamos de “dilema da autoria”, no capítulo 2, vem como resultado de uma colaboração constante entre ele e Chantal Mouffe – para além do livro indicado anteriormente, intitulado “The Nightmare of Participation” (MIESSEN, 2010, p. 105-159), ver também o livro “The space of agonism: Markus Miessen in conversation with Chantal Mouffe” (Berlim: Sternberg Press, 2012). Vem também de Kenneth Frampton uma aproximação com a obra de Mouffe: num ensaio/manifesto recente, o crítico postula a favor de uma “arquitetura pluralista que seja categoricamente oposta àquela da espetacularidade estilística e hegemônica da visão de mundo neoliberal” (FRAMPTON, 2013). Por mais que o título do referido texto seja muito atraente – “Towards an agonistic architecture” [Por uma arquitetura agonista] – preferimos manter certa reserva, considerando as diferenças colocadas por Mouffe com relação ao pensamento de Hannah Arendt.

⁹⁰ Tradução livre do original: “[...] The most important consequence is that it challenges the widespread conception that, albeit in different ways, informs most visions of the public space conceived as the terrain where consensus can emerge. For the agonistic model, on the contrary, the public space is the battleground where different hegemonic projects are confronted, without any possibility of final reconciliation. [...]”

grande volume de pesquisas, publicações e eventos que visam a discutir as relações entre *arquitetura e poder*⁹¹. Talvez isto ainda seja motivado por certa “crise de representação” para os arquitetos e para a própria arquitetura – e são ainda, portanto, ecos do reconhecimento de crise já identificado desde os anos 1960-70 – o que leva às mais diferentes abordagens, das mais pessimistas às mais cínicas, passando pelo que se nos mostra como mais produtivo, a especulação de *novas possibilidades* colocadas para a atuação profissional e o modo de encarar a relação entre arquitetura e sociedade.

Mais do que procurar respostas no *conforto disciplinar da arquitetura* ou de professar uma confiança exagerada no *domínio profissional* específico dos arquitetos e urbanistas, acreditamos que o campo privilegiado para essa investigação esteja na relação entre arquitetura e cidade – daí nosso interesse em questionar, ao longo das análises, de que forma os projetos de habitação aqui expostos também são, em última análise, projetos de cidade; de que forma eles podem (ou não) ser entendidos como a “condição prévia” material para o constante desafio de *viver juntos*. E com isto, finalizamos esta apresentação novamente com Hannah Arendt:

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes; e, portanto, a fundação de cidades que, como as cidades-estados, converteram-se em paradigmas para toda a organização política ocidental, foi na verdade a condição prévia material mais importante do poder. [...]. (ARENDT, 2007, p. 104)

⁹¹ Apenas para citar alguns casos, considere-se aqui, por exemplo, a realização em 2008 da conferência “Agency”, no âmbito da Escola de Arquitetura da Universidade de Sheffield, organizada por alguns dos críticos que vêm se dedicando a atualizar os debates sobre participação, como Peter Blundell-Jones, Doina Petrescu, Sarah Wigglesworth, Tatiana Schneider e Jemery Till <<http://www.ahra-architecture.org/ahrasite/resources/Agency%20e-flyerLW.pdf>>; destes dois últimos críticos (Schneider e Till) vem também a coordenação do grupo de pesquisa/site “Spatial Agency” <<http://www.spatialagency.net>>, cuja agenda de debates . Além disso, considerem-se também duas edições temáticas as revistas *Footprint* (n. 4, 2009) e *Perspecta* (n. 5, 2010) – ver Apêndice C.

3.1 | COPROMO (Associação Pró-Moradia de Osasco) em Osasco-SP (1992-1999), ou *Mais Arquitetura do que Cidade*

O COPROMO está localizado no Jardim Piratininga, em Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo. Compreende um conjunto de cinquenta blocos, com mesma tipologia, distribuídos num terreno acidentado, agrupados de modo a formarem, entre si, zonas de maior privacidade e acolhimento. Cada bloco, por sua vez, conta com cinco pavimentos, sendo quatro apartamentos por andar, incluindo o térreo, chegando-se ao total de 1.000 unidades habitacionais no empreendimento.

Tomando-se a Estação Osasco como referência, ele dista de cerca de 40min a pé do centro da cidade, ou cerca de 15min usando transporte coletivo. Em ambos os casos, o percurso é cortado pela Rodovia Pres. Castelo Branco (Figura 39). No momento de sua realização, a área ainda não tinha infraestrutura e equipamentos urbanos consolidados. Tanto o terreno que foi usado para a realização do COPROMO como outros na mesma região, onde inclusive também foram realizados empreendimentos habitacionais, eram alvo de disputa de interesses em Osasco, assunto que será retomado adiante.

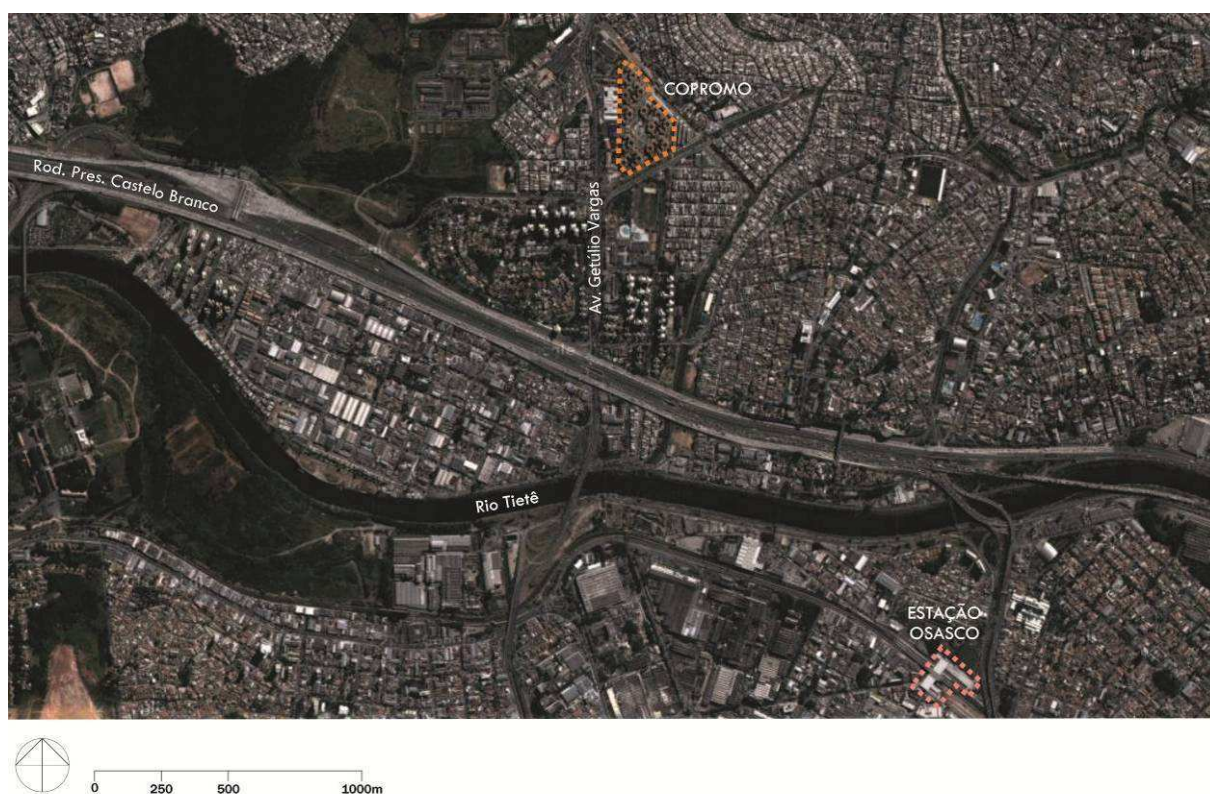


Figura 39: Relação entre o COPROMO e o Centro de Osasco-SP. Fonte: Google Maps (modificado).

O sítio do conjunto é limitado a Sul pela Av. Graciela Flores de Piteri (Figura 40), onde se tem um dos acessos ao COPROMO, de onde partiram os primeiros oito blocos construídos, no que veio a ser conhecido como Condomínio Residencial Vitória. Nesta área se encontram também os fundos de uma unidade do Sesi (cujo acesso se dá pela Av. Getúlio Vargas). A Nordeste, o limite é um córrego, e paralelo a ele encontra-se a Av. Bandeirantes, com uma subestação elétrica, uma escola primária, residências e outro acesso ao conjunto. Seguindo na direção Norte, encontra-se grande número de

pequenos comércios e serviços. A Oeste, entre o COPROMO e a Av. Getúlio Vargas, principal eixo de ligação entre a área e o restante da cidade, encontram-se dois equipamentos de grande porte: uma Escola Técnica e um Hospital-Maternidade, no terreno que a princípio também seria destinado à provisão de habitação.

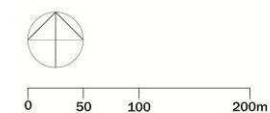
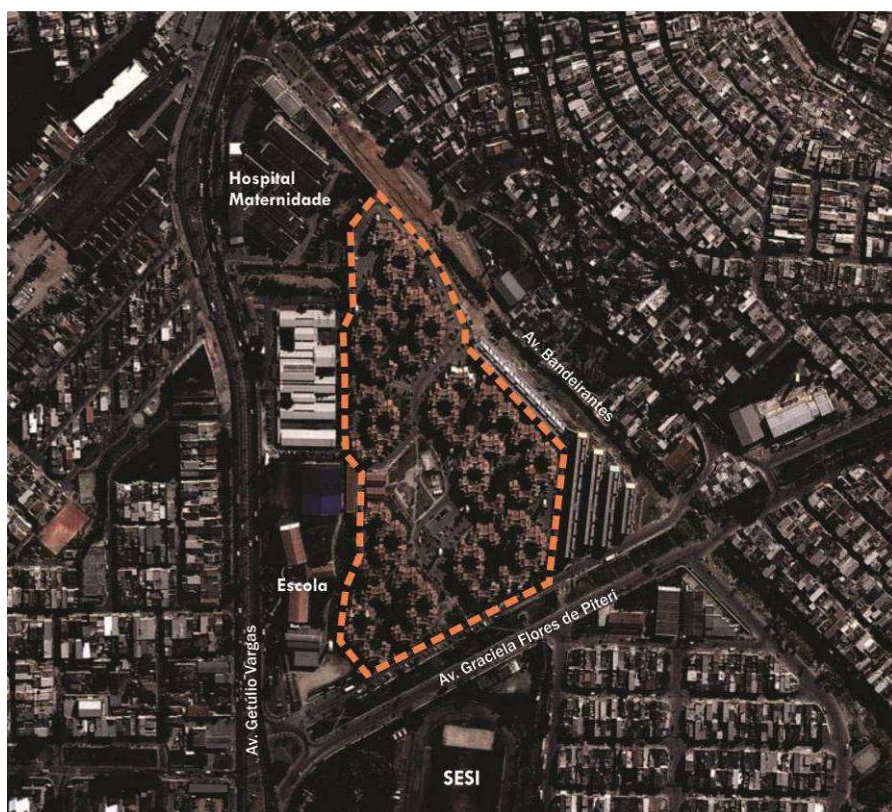


Figura 40: O COPROMO e sua vizinhança imediata. Fonte: Google Maps (modificado).

A leste, na fronteira entre o COPROMO e a Av. Bandeirantes, encontra-se um conjunto habitacional mais recente, que tomou o lugar de uma ocupação que remonta ainda ao período de construção do COPROMO. A fraca expressividade dos prédios novos, associada a uma implantação que se cumpre nos limites do que o terreno oferece, numa solução que lembra o pior da herança do modelo *Zeilenbau*, acaba por reforçar os méritos da implantação do COPROMO e, ao mesmo tempo, os limites físicos muito demarcados sua configuração (Figuras 41-42).



Figura 41: Panorâmica a partir da Av. Graciela Flores de Piteri. À direita, blocos residenciais em lâmina, paralelos, do conjunto habitacional realizado recentemente. Logo atrás, os fundos do COPROMO.

Chama a atenção a existência de muros, tanto ao redor do COPROMO, sobre o que trataremos adiante, como ao longo do canteiro central da Av. Graciela Flores de Piteri (Figura 40), que acentuam a segregação entre esses espaços. Deve-se salientar que a urbanização prevista no projeto original não previa os muros, construídos posteriormente. Embora a vizinhança do COPROMO tenha se adensado ao longo dos anos, a Av. Bandeirantes foi apenas parcialmente realizada, caracterizando as fronteiras entre o conjunto e o restante do bairro como áreas residuais⁹².



Figura 42: Panorâmica a partir da Av. Bandeirantes. À esquerda, em último plano, outro bloco em lâmina do conjunto habitacional mais recente, vizinho ao COPROMO.

O conjunto de disputas e de coalizões que permitiram a construção do COPROMO remonta à luta por moradia empreendida em Osasco desde meados dos anos 1980, cujo percurso é traçado no trabalho de Arlete Rodrigues, escrito em 1988 (RODRIGUES, 2009). Vem deste período o início da atuação da USINA, criada entre 1989-90 por João Marcos Lopes, Wagner Germano e Mario Braga, como forma de atender a uma ocupação de terras em Jardim Piratininga, em Osasco, em terreno lindeiro à Av. Getúlio Vargas, próximo ao que viria ser o COPROMO – região que já se configurava como setor de expansão da cidade, embora ainda não densamente ocupada⁹³.

A reconstituição desta primeira atuação, portanto, é fundamental para entender a aproximação dos autores da proposta com a realização do Conjunto que analisamos. Em maio de 1986, foi criada a Associação “Esta Terra é Nossa”, composta em geral por pessoas que vinham da Favela do Braço Morto do Rio Tietê ou que viviam de aluguel. Durante o carnaval de 1987⁹⁴, momento de ocupação do terreno em Jardim Paratininga, de propriedade da COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo), contavam-se 412 famílias integrantes do movimento. Em março do mesmo ano, houve tentativas de reintegração de posse, o que gerou movimentação entre os integrantes do movimento para levantar fundos para a compra do terreno na Av. Getúlio Vargas. A situação gerou

⁹² No momento da visita, em maio de 2011, estavam sendo realizadas obras de infraestrutura ao longo da avenida e do córrego, mas não temos mais informações sobre o andamento da proposta e suas consequências no desenho urbano do local.

⁹³ Para uma melhor descrição morfológica da região onde foi realizado o COPROMO ver a dissertação de Vladimir Navazinas (2007, p. 108-110).

⁹⁴ Esta forma de atuação, que aproveita a fragilidade do controle institucional durante a festa, é conhecida entre os movimentos sociais e grupos de pessoas que ocupam terras sem organização institucional. O mesmo se deu, por exemplo, durante o começo da realização da proposta de urbanização no Candeal Pequeno, em Salvador, que será analisado adiante.

impasse, momento em que se negociava com o poder público sobre a destinação do terreno para a dotação de habitação social, e se começou a cogitar o trabalho em sistema de mutirão.



Figura 43: Ocupação de terra em Jardim Piratininga, coordenada pela Associação “Terra É Nossa”, em 1988. Ao fundo, prédios do INOCOOP. Fonte: Rodrigues, 2009, p. 265-266.

Ainda em 1988, segundo o relato de Arlete Rodrigues, surgiu a discussão entre os membros da associação sobre esperar ou não pelo poder público para a realização da proposta arquitetônica e urbanística. Sinalizava-se para a integração de um escritório de assessoria técnica, viabilizado através de contatos com o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo. Num momento em que João Marcos e Mario Braga estavam desestimulados a continuar atuando junto ao Laboratório de Habitação da UNICAMP, surgiu o convite, vindo de Ricardo Gaboni (que tinha trabalhado junto ao Laboratório de Habitação da Faculdade Belas Artes e atuava junto ao Sindicato de Arquitetos de São Paulo), para trabalharem com a assessoria técnica na ocupação do Jardim Piratininga.

Segundo o depoimento de João Marcos Lopes, ainda em 1989 eles fizeram a primeira reunião com os integrantes do movimento, de onde partiram as negociações sobre o detalhamento da proposta (que ia do projeto das unidades até o plano urbanístico) e a forma de pagamento do serviço, que acabou sendo resolvida pela cotização entre os futuros mutirantes e permitiu, por assim dizer, o estabelecimento da equipe de projeto e formação da USINA, que foi efetivamente criada em 1990 – momento em que surgiam outras propostas de trabalho, inclusive para a realização do COPROMO.

João Marcos e Wagner Germano comentam sobre um momento crucial, no começo de 1990, quando se depararam com o cadastramento de famílias interessadas em disputar outro terreno⁹⁵, também às margens da Av. Getúlio Vargas:

Num sábado de manhã fomos eu, Mário e Wagner para Osasco. Estava uma neblina, um dia meio esquisito, porque em janeiro não é comum ter neblina, era bem esquisito, quente e com neblina. E aí no meio dessa neblina toda, uma fila quilométrica, num barracão lá na área da COHAB onde a gente ia construir as casas da “Terra É Nossa”. E aquela fila enorme... Pra que é essa fila? Daí ele respondeu: “Olha, a gente divulgou aí que vai fazer uma inscrição para a terra em frente, na mesma gleba, do outro lado da avenida” – que é onde hoje está o COPROMO. (João Marcos Lopes, em depoimento à pesquisa)

⁹⁵ Iniciativa coordenada por uma liderança local, Reginaldo Oliveira de Almeida, conhecido como Didi, que naquele momento já tinha sido eleito vereador de Osasco, pelo PT.

O cadastro inicial de cerca de 10.000 famílias passou reduções, para viabilizar a execução da proposta de urbanização. A necessidade de autofinanciamento por parte dos integrantes do movimento fez o número ser reduzido para cerca de 3.000 famílias, e depois para 1.800, dado inicial para a projeção de viabilidade da proposta. Em 1992 foi baixado um decreto pela Prefeitura de Osasco, no esforço em usar o terreno ocupado para o Projeto Canãa, que já estava sendo desenvolvido junto à Prefeitura. A ocupação resistiu a esses esforços da Prefeitura, dando início à preparação do terreno e criando alguns alojamentos que visavam a garantir sua permanência no local. Ao final, chegou-se a um acordo onde a Prefeitura de Osasco cederia a metade dos fundos do terreno para a implantação da proposta de habitação, enquanto a testada principal da gleba, lindeira à Av. Getúlio Vargas, seria destinada para a construção de equipamentos públicos, como de fato acabou acontecendo.

Esta decisão traz contribuições para o conjunto e seu entorno – fortalece a centralidade da região que estava em fase de expansão, com equipamentos cujo alcance é maior do que a da escala do bairro. Contudo, como destacado por João Marcos Lopes, perdeu-se mais que apenas 50% do terreno, porque boa parte do vértice Leste do terreno era uma área *non-edificandi*, por onde passava uma faixa alta tensão da ELETROPAULO⁹⁶. Hoje em dia não passa pela área a faixa de alta tensão, onde foi construído outro Conjunto Habitacional, sobre o qual comentamos anteriormente (Figura 44).



Figura 44: Vista a partir do cruzamento entre a Av. Graciela Flores de Piteri e a Avenida Bandeirantes, onde se vê em primeiro plano os blocos do Conjunto Habitacional mais recente e, ao fundo, o COPROMO. No canto inferior direito, o córrego que deságua no Rio Tietê. Fonte: Google Street View.

Ainda hoje, segundo depoimento da secretária da Associação de moradores, não se tem uma segurança jurídica da situação do condomínio, pela não aprovação do projeto de segurança contra incêndios.

Os partidos urbanístico e arquitetônico da proposta, com a tipologia de prédios de apartamentos geminados, permitiram alguma acomodação ao terreno disponível, mas ao final o número de unidades teve que ser reduzido para 1.000, como de fato foi realizado. Já aqui se apresentava um

⁹⁶ A faixa de alta tensão foi deslocada, e em seu lugar foi construído outro conjunto habitacional, já referido.

aspecto relevante do COPROMO – a sua implantação engenhosa no terreno, baseada em agrupamentos de 4 ou 8 blocos com vinte apartamentos, formando unidades de vizinhança com 80 ou 160 famílias (Figura 45).

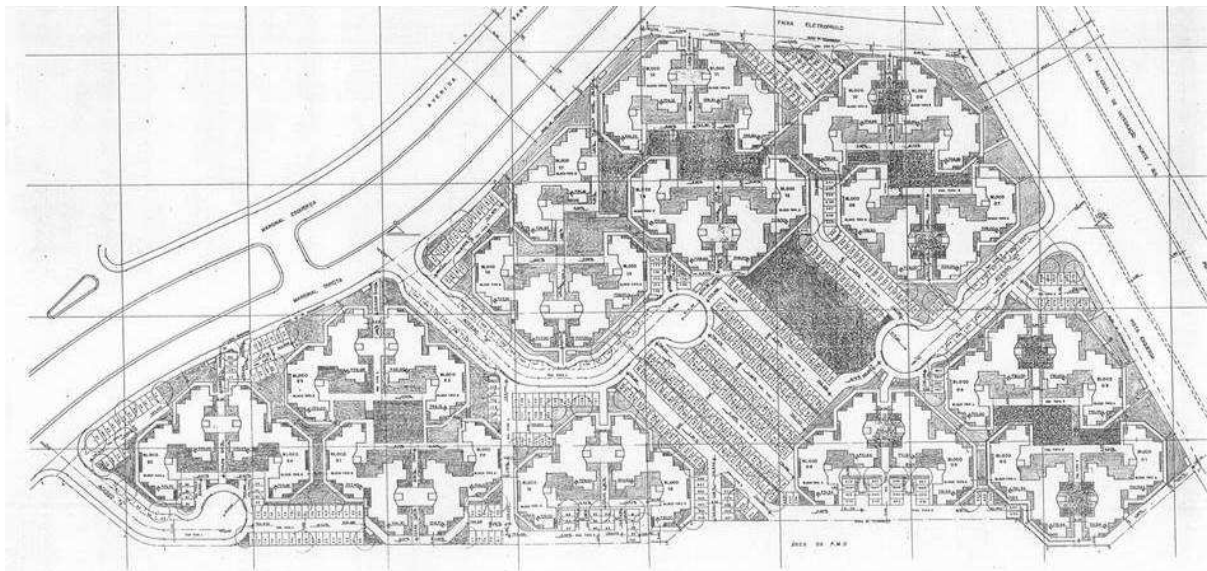


Figura 45: Implantação proposta. Fonte: USINA.

A repetição dos blocos residenciais, conformando as unidades de vizinhança e adaptando-se ao relevo, confere maior expressividade a partir da variada repetição de igualdades, o que pode ser lido em diferentes escalas. Numa primeira aproximação, sente-se tanto a dimensão da uniformidade do conjunto (pela repetição dos blocos e pelo uso do mesmo material), como também dos seus diferentes aglomerados, cuja visibilidade se acentua por conta da implantação no terreno e das empenas com terminação inclinada (Figuras 46-47).



Figura 46: Acesso à Av. Graciela Flores de Piteri, pela Av. Getúlio Vargas.



Figura 47: Vista aérea da região, após a finalização das obras de todos os blocos residenciais. Note-se a ocupação no terreno na extremidade Leste, para a qual foram criados os blocos residenciais existentes hoje.
Fonte: USINA.

Uma vez circulando pelo COPROMO, percebe-se a mesma ambivalência. Tanto é evidente a noção de conjunto e uniformidade, como também a de diferença e singularidade, evidenciando a sensibilidade da implantação. Como se vê na figura 25, numa panorâmica a partir da praça central, a unidade do conjunto é reforçada pela justaposição dos blocos idênticos, mas se particulariza pela forma como os prédios são agrupados e por suas diferentes orientações, que refletem e simultaneamente definem a conformação dos pequenos espaços comuns entre eles (Figuras 48-50).



Figura 48: Panorama a partir da praça central do COPROMO.

Estes espaços já foram objeto de pesquisa de mestrado de Vladimir Navazinas (2007). Apresentam-se como etapa intermediária entre a dimensão privada dos apartamentos e a dimensão mais pública da área central, que se amplia para o bairro. A casa de bombas no térreo, em frente à escada central, não interfere nesta relação – reforçada pelo *hall* de acesso aos andares, que funciona também como varanda dos moradores (Figuras 49-50). Assim, a sensibilidade do projeto também se apresenta na

hierarquização dos espaços e percursos do conjunto, com sua variedade e suas transições.

A lógica de gestão desses espaços varia a depender do setor do COPROMO, mas em geral ela é compartilhada entre os moradores dos prédios adjacentes, que vão se apropriando das áreas e cuidando de sua manutenção – o que reforça a particularização de cada uma delas. O cuidado com a pavimentação e a manutenção dos jardins permitem percursos agradáveis – mesmo naqueles onde se têm acesso por carro (Figura 50) – ou generosas vistas a partir das varandas dos apartamentos (Figura 51). Há também caminhos que geram interação entre áreas comuns de diferentes blocos.

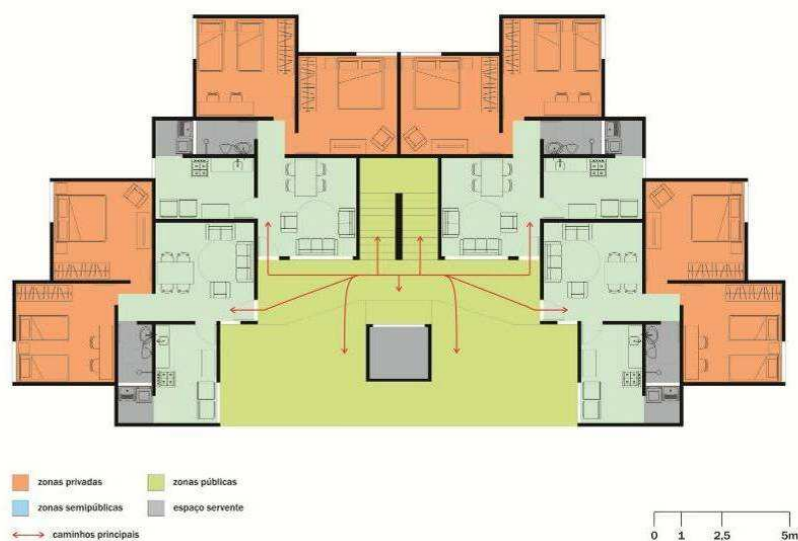


Figura 49: Planta esquemática do andar térreo. Fonte: USINA (modificado).



Figura 50: Vistas dos acessos às comuns entre os prédios do COPROMO.



Figura 51: Vista a partir do último andar de um dos blocos do COPROMO. Ao centro, jardim interno por onde se tem acesso, ligando o espaço comum aos prédios à área central.



Figura 52: Detalhe da junção de dois blocos geminados, a partir da adaptação ao terreno.

Algumas dessas áreas permanecem como áreas abertas ao público – na visita, por exemplo, não foi raro encontrar crianças brincando, senhoras conversando ou mesmo um grupo tocando violão. Em outros blocos, com a prerrogativa de aumentar a segurança, os moradores decidiram colocar grades no térreo nos prédios, dificultando a interação entre os domínios público e privado, numa modificação contundente da proposta original.

Quando se colocam as grades, não apenas privatiza-se um espaço que deveria ser comum, como também se gera uma área de circulação e convivência pouco generosa para os próprios moradores, dificultando inclusive a interação entre prédios dispostos um em frente ao outro (Figura 54). Não há telhadinho cerâmico nem jardim que diminua o efeito de segregação (Figura 53). Em algumas situações, avança-se em relação à borda do prédio para a colocação da grade, o que implica numa privatização ainda maior do espaço público.



Figura 53: Vista a partir dos térreos de dois blocos distintos nos COPROMO.



Figura 54: Vista a partir área central para um dos acessos às unidades de vizinhança. Notem-se, ao centro da imagem, as motocicletas paradas em frente ao acesso dos prédios, limitados pelas grades.

É preciso ampliar a escala da observação para entender as relações entre o COPROMO e o restante da cidade de Osasco. Comparando-se as implantações proposta e a solução desenvolvida ao longo dos anos de realização da proposta até sua configuração atual, é nítido o sacrifício da relação entre o Conjunto e a cidade, em função da construção do muro e da urbanização fragmentada, que cria a fronteira e os espaços residuais, sem ocupação ou apropriação significativas.

A proposta original (Figuras 46 e 55) previa três acessos principais de veículos, com terminação em cul-de-sac. Os dois acessos principais, que foram mantidos, dividem o terreno no eixo Norte-Sul, e embora tivessem uma terminação em cul-de-sac, permitiam, com diminuição da velocidade, o cruzamento do conjunto, passando por um bolsão de estacionamento e pela área central. Esta a princípio seria destinada à construção de equipamentos comunitários e de comércio e serviço, o que promoveria uma maior interação entre o conjunto e o bairro. A orientação de todos os acessos aos prédios para as áreas comuns internas, que unidas formam zonas semipúblicas maiores (manchas em azul claro na figura 55), não impediria as conexões diretas entre a vizinhança do terreno e o conjunto, dado que os usuários poderiam ter acesso ao conjunto ao redor dos limites do terreno (setas azuis na figura 55).



Figura 55: Diagrama ilustrando a implantação proposta, as interações entre zonas públicas / semipúblicas e privadas, e os principais acessos e caminhos dentro do conjunto. Fonte: USINA (modificado).

A criação do muro e das guaritas de acesso ao conjunto levou-nos a caracterizar a grande área central e as zonas de interação entre as unidades de vizinhança como zonas semipúblicas no diagrama da figura 55. Outras mudanças significativas com relação à proposta original foram a decisão por fazer da área central apenas uma grande praça, com equipamentos esportivos, sem nenhum comércio ou serviço, e a escolha por construir a Associação de Moradores na fronteira do conjunto com os fundos dos equipamentos que têm acesso pela Av. Getúlio Vargas, o que reforça o seu caráter privado, como equipamento destinado a atender apenas aos moradores do COPROMO.

Comparando-se a implantação proposta com o resultado atual (Figuras 55-56), fica evidente como a construção do muro perimetral demarca e isola os limites do terreno. A permeabilidade proposta entre conjunto e vizinhança fica restrita aos acessos de veículos e pedestres. A utopia da construção de um conjunto que viria a se configurar como parte do tecido urbano acaba se consolidando como uma variação degenerada de heterotopia, que tende ao condomínio fechado. Embora no momento da visita não se tenha enfrentado dificuldade em adentrar o conjunto, o muro desvela o contraste entre a proposta original e a solução desenvolvida pelos moradores para a vida no conjunto.

A construção do bloco residencial parte do tijolo cerâmico autoportante como unidade básica, que se reproduz até o todo do prédio (Figura 57). Do tijolo com medidas de 11,5 x 24,5 x 11,5cm chega-se à concepção de duas unidades espaciais: uma de 1,56m², sobre a qual estão localizadas as caixas d'água, no eixo da circulação central da unidade, ao redor da qual estão dispostos outros quadrados de 14m², onde estão arrançados os cômodos da unidade: sala, cozinha, dois dormitórios e banheiro. Chega-se assim à célula habitacional que, por sua vez, rotacionada e depois espelhada, forma o andar-tipo⁹⁷.

⁹⁷ Para uma descrição mais detalhada da montagem, ver dissertação de Vladimir Navazinas (2007).



Figura 56: Diagrama ilustrando a implantação atual, com as interações entre zonas efetivamente públicas (dois acessos principais ao conjunto) / semipúblicas e privadas, e os principais acessos e caminhos dentro do conjunto. Fonte: USINA (modificado).

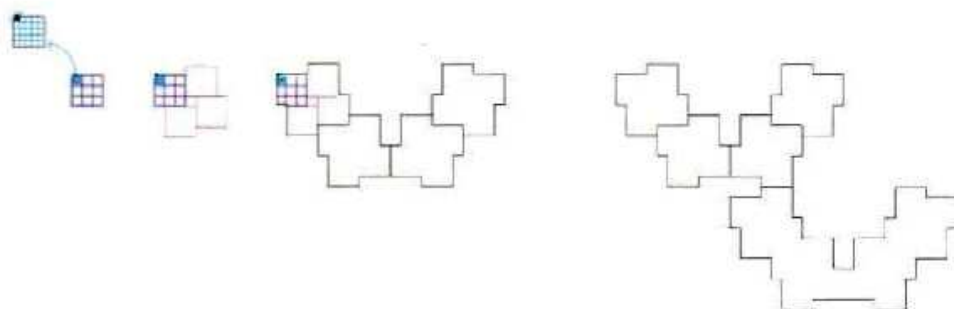


Figura 57: Diagrama mostrando a sequência da elaboração da unidade padrão do bloco residencial. Fonte: Revista aU, ano 12, n. 71, abr./mai. 1997.

Destaca-se aqui como a racionalização da construção, entendida no sentido mais estrito, relacionado à simplicidade na execução, repetição de módulos básicos e a economia da construção valem para afirmar, a um só tempo, dois posicionamentos dos autores da proposta com relação ao que se produzia naquele momento. A racionalidade é o que permite a elaboração e construção dos blocos,

em sistema de mutirão, como uma prova de que outras propostas podem ser elaboradas por esta mesma racionalidade – mas sem simplesmente reproduzir o que já está firmado na cultura de projetos de habitação. Em depoimento à pesquisa, João Marcos Lopes comenta sobre como era importante para eles realizar uma alternativa ao modelo da habitação em lâmina, como foi realizado, por exemplo, no *Conjunto Zezinho Magalhães Prado* [1967-70]⁹⁸, de Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha, projetado e parcialmente concluído entre 1967-81 (Figuras 58-60).

Consideramos que não somente pela organização linear, mas principalmente pelo acesso às unidades se dar nas áreas internas entre os blocos do Zezinho Prado, caracterizam estas áreas com uma tendência maior a uma dimensão privatista e não favorecendo a “emergência pública”, algo que de certa forma fica mais bem resolvido no caso do COPROMO, apesar das limitações colocadas pelo acesso ao Conjunto, como já sinalizados anteriormente.



Figura 58: Vista da rua interna entre os blocos. Fonte: Artigas, 2000, p. 185.



Figura 59: Vista da Fachada dos blocos. Fonte: Artigas, 2000, p. 185.

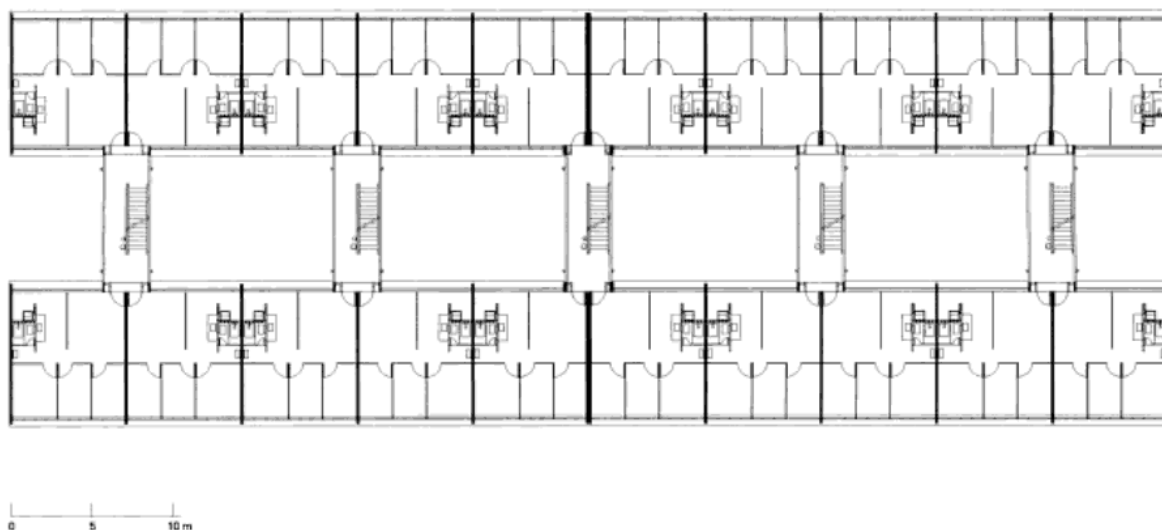


Figura 60: Planta do bloco padrão dos apartamentos tipo 1 do *Conjunto Zezinho Magalhães Prado*. Fonte: Artigas, 2000, p. 186.

Mais do que o princípio de ordenamento linear, do típico modelo Zeilenbau, os membros da USINA estavam interessados em usar a noção do “aglomerado perfeito” como modelo de organização espacial. As pesquisas sobre o “aglomerado perfeito”, por sua vez, vêm como uma herança do

⁹⁸ Também conhecido como *Parque CECAP* ou *CECAP-Cumbica*.

momento em que João Marcos Lopes e Wagner Germano trabalhavam em conjunto com Victor Lotufo na *Oficina de Arquitetura*. Veja-se, por exemplo, como isso já aparece no livro “Geodésicas e Cia” (LOTUFO e LOPES, 1985), com influência dos estudos sobre domos e as geodésicas de Buckminster Fuller, e em algumas das obras realizadas pela Oficina de Arquitetura (SABBAG, 1988).



Figura 61: Planta do andar tipo (esq.) e a célula básica da unidade habitacional (dir.). Fonte: USINA (modificado).

A partir da zona central, onde se localiza a escada metálica, tem-se o acesso aos apartamentos e à circulação do pavimento (Figura 61). A adoção da escada metálica foi fundamental para o desenvolvimento da proposta, permitindo simplificar a construção e servindo como eixo de estruturação para a construção dos andares, o que diminui significativamente a necessidade de andaimes. A proposta passou por outra modificação relevante para a solução atual, com as extremidades levemente projetadas sobre o vazio central, de forma a não comprometer o acesso às unidades da extremidade, com uma porta no meio da sala. Com isso, não apenas se ganha no espaço interno das unidades, como também houve aumento da área externa, formando assim “varandas” que foram sendo apropriadas de forma engenhosa pelos moradores. Isso gera ainda uma interessante relação de vizinhança entre os moradores do mesmo andar – especialmente considerando que, segundo João Marcos Lopes, os sorteios para escolha dos moradores das unidades era feita em bloco, já considerando quais seriam as quatro famílias que morariam em cada andar.

Observa-se, assim, que o resultado arquitetônico vem também do modo como o processo participativo é desenvolvido: interessa aos membros da USINA entender como são as relações entre os espaços, e não começar as discussões de projeto tendo uma figura geométrica como princípio. A massa construída do bloco residencial vem, sobretudo, como um resultado da organização dos cômodos internos associada ao processo da racionalização que viabiliza a sua construção.

Uma fachada esquemática do bloco permite passar a outros pontos da análise (Figura 62). O desenho, por si só, apenas evidencia os cinco pavimentos, por meio da escada e da circulação/varanda.

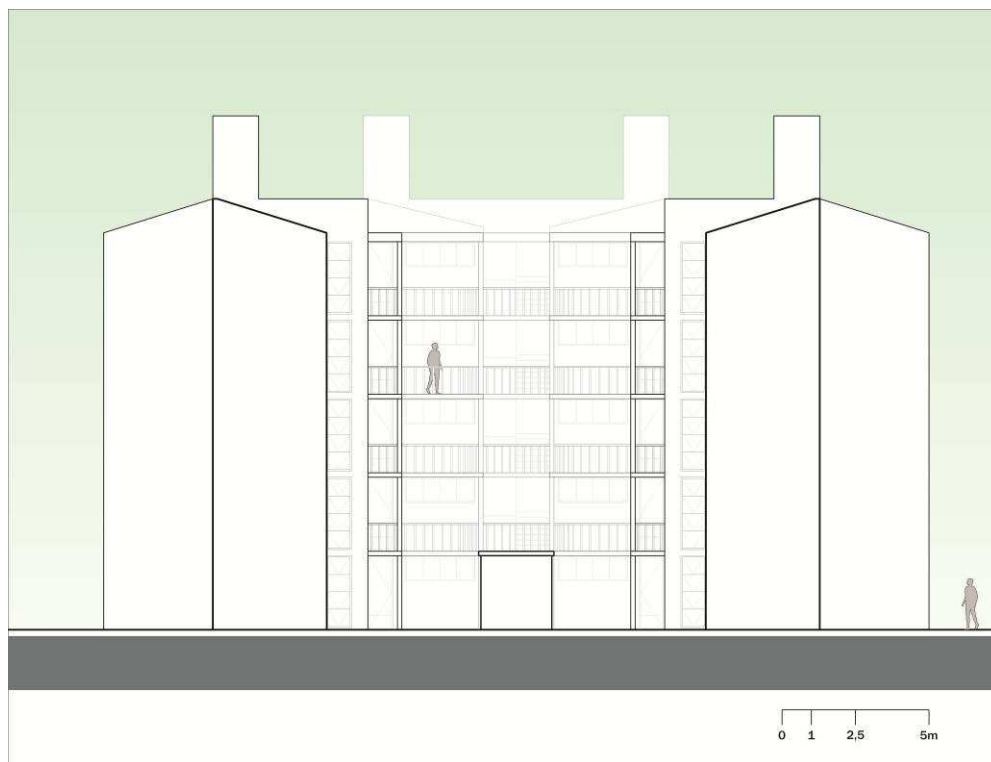


Figura 62: Fachada esquemática do bloco residencial. Fonte: USINA (modificado).

A visita ao Conjunto, no entanto, fortalece novamente a ambivalência entre o todo e as partes, também na escala do bloco residencial. A massa construída, uniforme, em tijolo aparente, ganha particularidade a partir da vista do acesso ao edifício, marcado pela estrutura metálica da escada, e pela marcação dos andares a partir das fiadas de tijolos que arrematam as lajes – algo que se perdeu, em grande parte dos blocos, ao substituírem a resina que protege os tijolos aparentes por tinta ou massa corrida com acabamento conhecido como *grafiato*. Nos primeiros prédios construídos, com acesso pela Av. Graciela Flores de Piteri, no entanto, essa marcação ainda é bem visível (Figura 63).

A fachada de acesso aos prédios se configura, também, como o momento de grande evidência pública, em diversos sentidos. Num primeiro, porque se trata do lugar de maior interação entre as zonas privada e pública, trata-se do lugar onde a dimensão mais privatista do lar interage com os vizinhos de andar; e a dimensão privatista do conjunto de moradores do prédio se relaciona com o público maior, que circula pelo conjunto, e mesmo entre os vizinhos dos outros prédios, com suas respectivas varandas, dentro da unidade de vizinhança (Figuras 62 e 64). Este é o lugar onde ver e ser visto, ouvir e ser ouvido ganham um sentido amplo.

Para além disso, a escolha em deixar os materiais e sistema construtivos aparentes tem a dimensão simbólica de permitir aos mutirantes se reconhecerem na obra concluída, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma disciplinarmente elegante e equilibrada, na junção entre tectônica leve da estrutura metálica e a “estereotomia” da massa construída de tijolos autoportantes

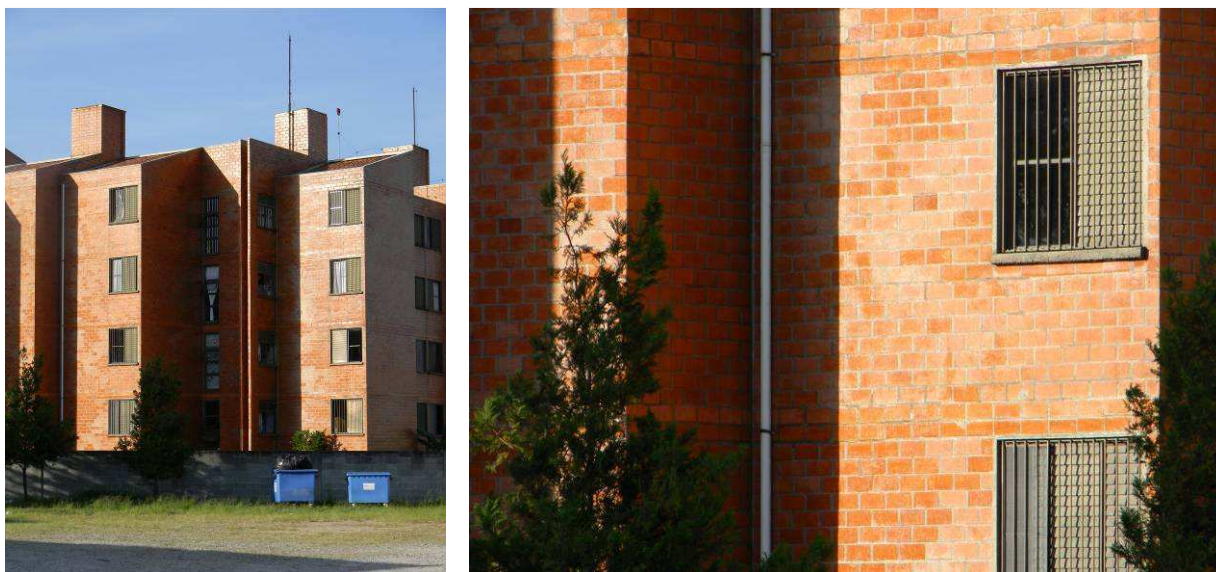


Figura 63: Vista dos primeiros blocos construídos no COPROMO, a partir do terreno da unidade da FITO.

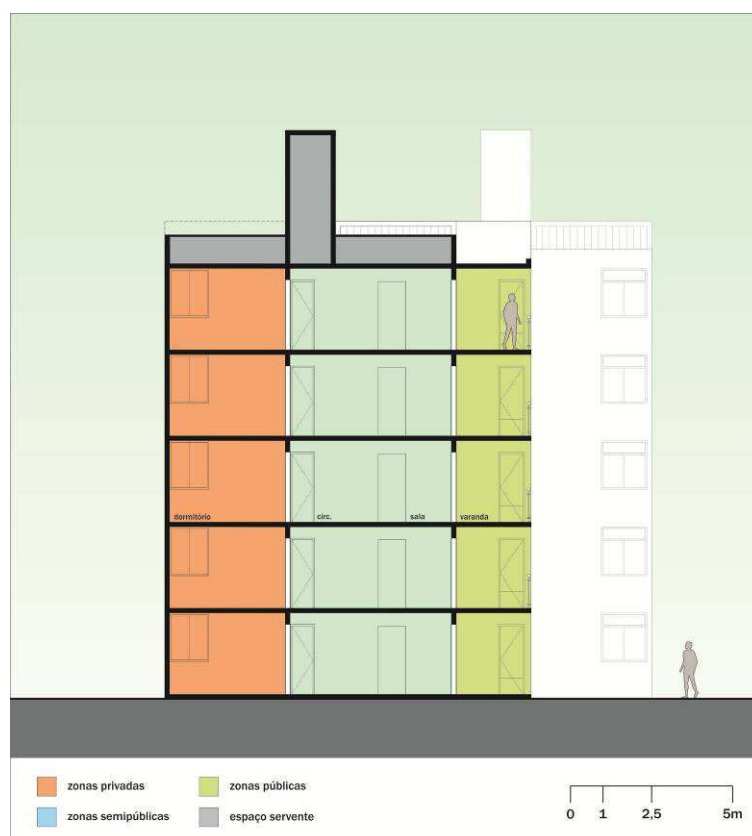


Figura 64: Corte esquemático do bloco residencial, passando por um dos eixos de circulação de uma das unidades. Fonte: USINA (modificado).

Diz-se isto não apenas para reforçar a *rappel a l'ordre* de Frampton (2008 [1990]), mas também para pensar como o COPROMO sinaliza que é também no recurso da tradição arquitetônica, no seu emprego mais elementar, que podem ser superadas questões de ordem política, apontando para uma possibilidade de superação das difíceis contradições da produção da forma construída. A evidência pública da obra construída, da estrutura metálica e dos tijolos aparentes, marca o tempo e o espaço

daquele lugar onde canteiro e projeto se somaram. Algo que se projeta para adiante e continua servindo como uma referência – inclusive para o caso do Mutirão Tânia Maria, uma das obras que serão analisadas nesta pesquisa, também desenvolvida pela USINA.

Analisar a forma arquitetônica a partir deste conjunto de elementos se presta, também, a contestar a proposição, por exemplo, de Alejandro Zaera-Polo e sua apologia do “envelope”. O conteúdo político que se depreende do bloco residencial do COPROMO não pode ser lido apenas na interação entre a membrana envolvente e seu exterior, e sim pelo modo como se dá a interação entre seu interior e o exterior, seja através do próprio “envelope” do edifício, como também pelo modo como o espaço se organiza – neste sentido, a interação entre corte e plantas também elucidam muito sobre como a proposta responde às necessidades dos moradores/usuários e sua relação com o público externo.

As contradições que se identificam na relação entre o conjunto e a cidade, em nosso entendimento, não são suficientes para desmerecer a realização do COPROMO. A validade da proposta é demonstrada pela sua própria realização, pelas qualidades do projeto e da execução da obra, assim como o seu bom estado de conservação que ainda hoje contrastam muito com a prática corrente de propostas de habitação de interesse social.

3.2 | Projeto “Tá Rebocado” no Candeal Pequeno, em Salvador-BA (1998-2004), ou *Mais Cidade do que Arquitetura*

O Candeal Pequeno está localizado nas proximidades do bairro de Brotas, em Salvador, e faz vizinhança com a ocupação mais antiga do bairro do Candeal (também conhecido como Candeal Velho), do loteamento Cidade Jardim e do Horto Florestal, estas últimas com população de renda média ou alta (Figura 65). Algumas dessas áreas são extremamente valorizadas, do ponto de vista imobiliário. A região também está muito próxima de uma área central na cidade, que se configurou como um vetor de expansão desde finais dos anos 1960, mais conhecida como a região da Rodoviária, ou do Iguatemi.

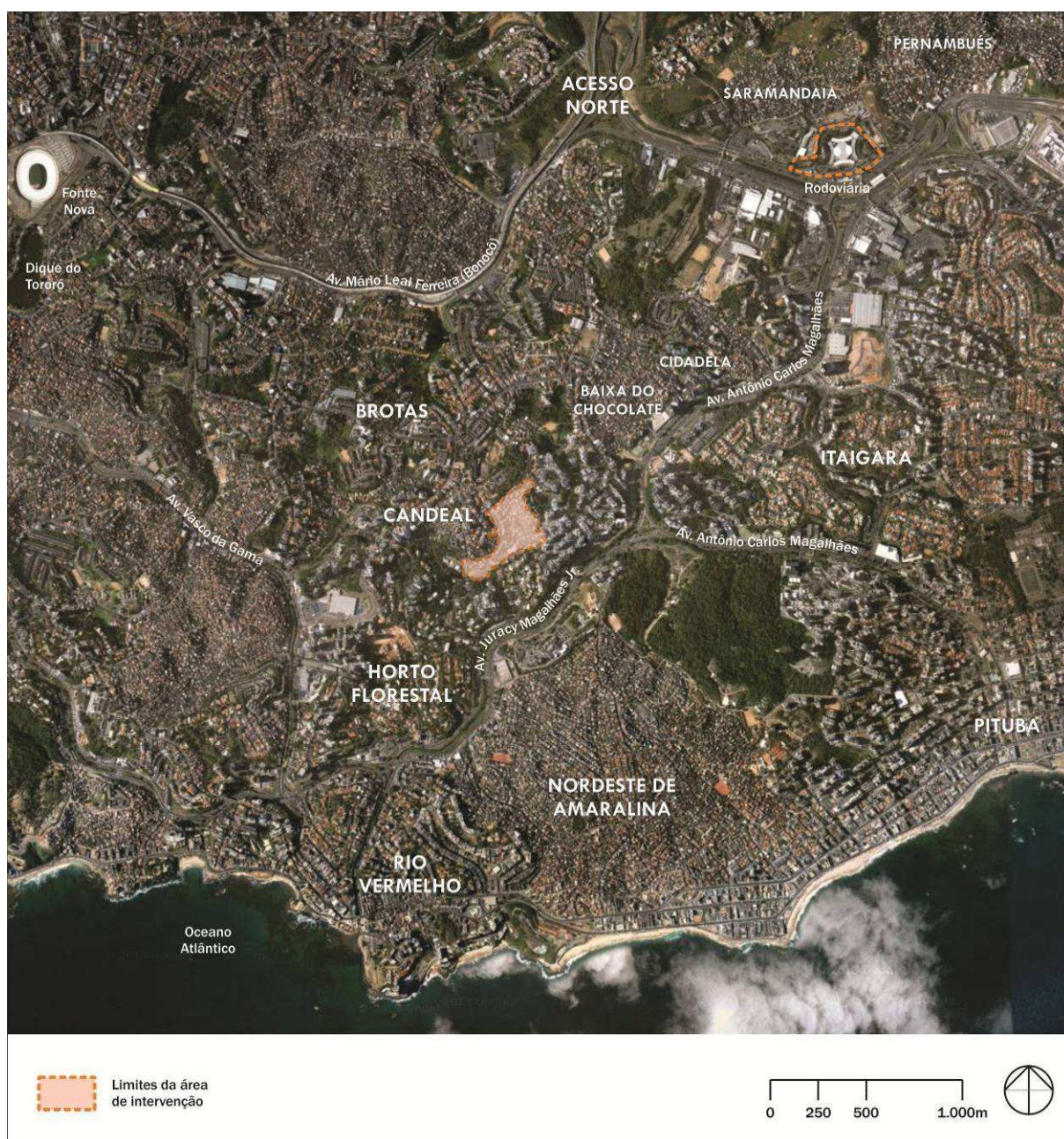


Figura 65: Relação entre o Candeal Pequeno e a cidade de Salvador. Fonte: Google Maps (modificado).

A área que passou pela intervenção do Programa Viver Melhor, no projeto conhecido como “Tá Rebocado” (ver mancha destacada nas figuras 66 e 67), dista cerca de 25 minutos a pé da entrada principal do Parque da Cidade, e cerca de 15-20 minutos da Rodoviária de Salvador, usando transporte coletivo. Os dois principais acessos se dão pela Av. Waldemar Falcão, em Brotas (pela cota mais alta), e pela Rua Guilhermino de Freitas Jatobá, no loteamento Cidade Jardim, que por sua vez se liga à Av. Juracy Magalhães Jr., um importante eixo de estruturação urbana em Salvador, que conecta a região aos bairros do Rio Vermelho, Itaigara, Nordeste de Amaralina e a região do Iguatemi.



Figura 66: O Candeal Pequeno e sua vizinha imediata. Fonte: Google Maps (modificado).

A área em destaque, que passou pela proposta de urbanização que analisamos nesta pesquisa, tem uma ocupação densa e é marcada por vias muito estreitas, ladeiras e escadarias, relacionadas à configuração do relevo, um grotão, forma comum em Salvador. Segundo depoimento da prof. Angela Gordilho⁹⁹, que atuou como consultora para a proposta, e também segundo o documento elaborado pela CONDER (1997) como memorial descritivo, a área foi ocupada inicialmente a partir da subdivisão de antigas roças, que foram passando para os descendentes dos proprietários. Em 1938

⁹⁹ A arquiteta e urbanista Angela Gordilho-Souza, professora da FAUFBA e coordenadora do LABHabitat (FAUFBA) desde sua criação, em 1993, atuou como consultora da proposta em meados dos anos 1990, no momento em que finalizava sua tese de doutoramento na FAU-USP. Ver depoimento no Anexo B desta dissertação.

documenta-se o “Loteamento Roça dos Netos”, que provavelmente deu origem ao que hoje se conhece, grosso modo, como Candeal, e que por sua vez foi sendo subdividido e chegando à conformação das áreas de encostas e baixadas (que, somadas, formam o Candeal Pequeno) ocupadas por famílias mais pobres. Vêm dos anos 1990 as primeiras iniciativas públicas coordenadas de melhorias para a área – reafirmando a busca dos moradores, ao longo do tempo, para, de forma precária e sem respaldo do poder público, consolidar sua permanência na área.

A poligonal de intervenção compreende cinco projetos de habitação principais, destacados na figura abaixo: Jardim Candeal, Sapucaia, Zé Botinha, Vila do Jair e Chácara do Candeal.



Figura 67: Projetos de Habitação no “Tá Rebocado”. Fonte: Google Maps; Andrade, 2005 (modificado).

Aborda-se o caso em seus três momentos. Primeiro, a atuação de um antigo morador do local, o músico Carlinhos Brown, que deu grande visibilidade ao bairro ao associar sua imagem e sua atividade, enquanto músico e empresário, ao seu local de origem. Em seguida, o desenvolvimento da proposta no formato de um projeto de urbanização e sua vinculação ao governo do estado da Bahia, quando passou a fazer parte do Programa Viver Melhor, até o momento de inauguração das

primeiras etapas, quando a área ganhou grande visibilidade dentro da cidade de Salvador. E por fim, os desdobramentos positivos e os enfrentamentos atuais, que puderam ser percebidos nas visitas feitas ao local durante a realização da pesquisa.

Vem do momento inicial a agregação de outras figuras relevantes para o desenvolvimento da proposta, associando-se aos esforços iniciados por Carlinhos Brown: a promotora cultural Vera Lyra, vinculada à ONG Pracatum; a arquiteta Angela Gordilho-Souza, professora da FAUFBA e coordenadora do Laboratório de Habitação da instituição, que se aproximou de forma voluntária à empreitada; os arquitetos, Emmanuel Blamont e Lucinei Caroso, que trabalharam especificamente no desenvolvimento da proposta arquitetônica. Considere-se que, ainda neste primeiro momento, muitas das ações foram realizadas com financiamento próprio de Carlinhos Brown, por meio da Pracatum, originando o nome “Tá Rebocado”¹⁰⁰.

Em 1996, uma matéria de capa do Caderno 2 do jornal *A Tarde* noticiava as primeiras ações desenvolvidas pelo músico, de recuperação física de algumas casas no Candeal Pequeno (ALBERNAZ, 1996)¹⁰¹. Naquele momento, as mudanças eram pouco visíveis; não se tratava de obras de infraestrutura, e sim melhorias físicas nas casas. Conforme o depoimento de Carlinhos Brown à matéria, estas obras não se pretendiam apenas uma ação de “rebocar e pintar”, como tinha sido feito no Pelourinho, mas de fazer o que ele chamou de “revolução com elegância”, com vistas a diminuir os contrastes entre a área e a vizinhança – proposta questionável. Embora não se queira desmerecer o projeto do músico e ativista¹⁰², parte das ações serviu também para consolidar sua imagem e seu empreendimento. Ainda antes de se completarem as obras de urbanização no Candeal, o lugar virou um polo de atração nos fins-de-semana, por causa dos eventos realizados no Candyall Gueto Square. Após a realização da proposta, mesmo com as limitações de acesso impostas pelas vias estreitas, o público aumentou. As ruas do loteamento Cidade Jardim se transformavam em estacionamentos para o público que frequentava o Gueto Square e para aqueles que – por conta da lotação esgotada ou do custo do ingresso – permaneciam do lado de fora.

Aquele bairro, de caráter periférico e marginalizado, passou a ser alvo de interesse para um público mais amplo, de diversas faixas de renda. Não parece precipitado considerar que esta “emergência pública” do Candeal foi capitaneada por uma estratégia de promoção cultural e de entretenimento, associada à identidade de sua população negra e de sua musicalidade, tendo como um dos substratos fundamentais os equipamentos criados por Carlinhos Brown e a realização das primeiras etapas das obras de urbanização e de habitação de interesse social. Um dos objetos privilegiados de divulgação da proposta, a *Vila Zé Botinha* (Figura 68), localizada em frente à sede da Pracatum, foi amplamente veiculada como um objeto arquitetônico pitoresco, de casinhas coloridas acessadas por uma interessante escadaria, onde se apresentavam as crianças e jovens aprendizes do projeto de

¹⁰⁰ Segundo Angela Gordilho, inicialmente Carlinhos Brown pretendia literalmente rebocar as casas. Após a formação da equipe técnica, coordenada pela própria Angela Gordilho e por Vera Lyra, à qual foram sendo agregados outros arquitetos e engenheiros, a proposta foi ganhando a dimensão urbanística, momento em que foram feitas as primeiras aproximações com o órgão responsável por obras de infraestrutura urbana e habitação no estado da Bahia – a CONDER.

¹⁰¹ A matéria aparece reproduzida no memorial descritivo da proposta, desenvolvido pela equipe do projeto, junto à CONDER (CONDER, 1999).

¹⁰² Pensamos, aqui, no modo como David Harvey comenta que todos somos arquitetos, com capacidade de projetar nossos “espaços de esperança” (HARVEY, 2012).

educação musical. O “projeto” de Carlinhos Brown acaba tendo mais semelhanças com o Pelourinho do que se poderia imaginar, se pensarmos na projeção nacional e internacional que o grupo Olodum ganhou, por estar associado à requalificação do Pelourinho na primeira metade dos anos 1990.



Figura 68: Imagens da Vila Zé Botinha veiculadas pela CONDER após a finalização das obras da primeira etapa. À esquerda, uma das apresentações da banda *Lactogirls*. Fonte: Batista, 2005, p. 54.

As semelhanças param por aqui. Os desdobramentos das obras no Candeal Pequeno não se assemelham com a situação de dependência da dinâmica urbana no Pelourinho com relação ao turismo ou à injeção de investimentos do poder público. No caso do Candeal, a frequência dos eventos no Gueto Square logo foi diminuída, em parte por causa das reclamações dos moradores da região. Passados mais de dez anos desde a inauguração da primeira etapa, em 2001, a área se consolidou, criando uma dinâmica própria e estabelecendo relações mais próximas com o restante da cidade. Considerem-se, por exemplo, a conversão de alguns térreos das unidades no Conjunto Jardim Candeal em estabelecimentos de comércio e serviço, atendendo aos próprios moradores e ao público do loteamento Cidade Jardim e vizinhanças; a criação de um posto de saúde próximo à Vila do Jair; a criação de pequenos bares e mercadinhos dispersos na área de intervenção; e a continuidade das atividades do Pracatum (ensino e estúdio) e do próprio Gueto Square.

A julgar por seus resultados, o Candeal Pequeno é um caso bem sucedido, tendo-se em vista que a área foi consolidada, não apresenta grandes problemas de adaptação¹⁰³ e, que, de forma geral, as construções acolheram bem as modificações realizadas pelos moradores (premissa fundamental do projeto, como veremos adiante). Isto não significa que não haja problemas, que também serão apresentados.

No âmbito do Programa Viver Melhor, o Candeal Pequeno é exceção. Nessa proposta, houve certa coesão social (considerando, para o bem e para o mal, o protagonismo de Carlinhos Brown) e margem de negociação no desenvolvimento dos projetos, soluções técnicas e inclusive na incorporação de terrenos não previstos inicialmente. Trata-se de elementos que contrastam com outras propostas realizadas pelo governo da Bahia na época – e também hoje (veja-se o caso de

¹⁰³ A professora Angela Gordilho levantou a necessidade de se entender se houve uma mudança significativa do perfil populacional – o que aponta para pesquisas futuras. Embora este não fosse um dos objetivos desta pesquisa, ressaltamos que em todos os conjuntos habitacionais foi possível conversar com moradores que neles residem desde sua inauguração.

Sussuarana, analisado nesta pesquisa).

No *Jardim Candéal* (Figura 69), todas as unidades seguem uma mesma tipologia. Trata-se de uma sequência de sobrados geminados, com duas unidades habitacionais cada. A particularidade vem da solução encontrada para compensar as famílias que moravam em unidades maiores e que não poderiam, com os recursos limitados do Programa, ter acesso a uma unidade equivalente à anterior. O térreo do sobrado tem pé-direito duplo, sem subdivisões internas dos cômodos (exceto para as instalações sanitárias e da cozinha), e com uma cinta de amarração que permite construir mais um pavimento. Já a unidade superior tinha pé-direito convencional e era entregue com as subdivisões internas, mas também foi concebida estruturalmente de modo a permitir ampliações futuras. Entendemos que nesta solução engenhosa e flexível reside o principal mérito arquitetônico da proposta.



Figura 69: Imagens do Jardim Candéal, a partir do acesso principal.

Hoje, apenas duas unidades mantêm o gabarito original – as outras foram ampliadas. Em alguns casos, como se pode ver na figura 69 (dir.), as ampliações geram conflitos entre as unidades. Numa delas, o térreo foi convertido em restaurante, e o “segundo pavimento” do pé-direito duplo é usado como residência, tendo acesso por uma escada construída dentro da unidade habitacional, com acesso pela área externa (Figura 70).

A pracinha em frente às unidades, elevada com relação à rua, e relativamente protegida do tráfego de veículos, é bem apropriada pelos moradores¹⁰⁴. O acesso fácil, tanto pela Rua Nove de Outubro como pela Rua Guilhermino de Freitas Jatobá, torna o trecho uma ligação com o Loteamento Cidade Jardim, o que ajuda a explicar a existência do restaurante.

¹⁰⁴ Nas duas visitas realizadas foi comum encontrar crianças brincando no parquinho da praça.



Figura 70: Imagens do Jardim Candéal. Note-se a unidade onde o térreo foi convertido em restaurante, com toldo azul sobre a área pública.

No *Conjunto Sapucaia*, foram empregadas duas tipologias, cujos acessos principais se dão pela 2ª Tv. Paulo Afonso (Figura 71). Predomina a tipologia verticalizada, descrita quando se tratou do Jardim Candéal, com unidades geminadas e agrupadas em três seções, entre as quais estão localizados os pontos de articulação da circulação. Destes pontos, partem a circulação coletiva, em nível, comunicando todas as unidades do terceiro pavimento, e também as escadas que levam ao piso inferior, de onde se acessam as unidades térreas – e também aquelas da segunda tipologia empregada, chamada *tipologia isolada*.



Figura 71: Panorâmica a partir do cruzamento entre a Rua Nove de Outubro e a 2ª Tv. Paulo Afonso. O acesso principal às unidades do Conj. Sapucaia se dá pela 2ª Tv. Paulo Afonso, através de passagens elevadas.

Algumas das unidades isoladas têm acesso pelo final da Rua Nove de Outubro, onde se encontra uma pracinha e onde há certo cuidado com a manutenção do espaço público e da vegetação (Figuras 72-73), mas boa parte delas tem acesso extremamente precário (Figura 74), tanto do ponto de vista da interação com o espaço público, como do ponto de vista da chegada às unidades. À medida que se caminha em direção às unidades mais afastadas do acesso principal, diminui o espaço entre a

porta da unidade e o muro que separa o Candeal Pequeno dos fundos de um prédio do Horto Florestal (Figura 75), configurando um dos pontos mais frágeis de toda a proposta para o Candeal.



Figura 72: Panorâmica a partir do final da Rua Nove de Outubro, onde se vê a lateral do Conj. Sapucaia, com unidades isoladas (esq.) e verticalizada (centro), e a pracinha onde também são realizadas apresentações dos grupos culturais do Candeal Pequeno.



Figura 73: Acesso a um dos trechos das unidades isoladas do Conj. Sapucaia pela Rua Nove de Outubro.



Figura 74: Acesso a dois trechos das unidades isoladas do Conj. Sapucaia pelo nível inferior, acessado através de escada.



Figura 75: Sequência de imagens no percurso que dá acesso a boa parte das unidades isoladas do Conj. Sapucaia. Note-se o muro alto, à esquerda, defronte à entrada principal das unidades.

Na *Vila Zé Botinha*, para realocar os moradores que já viviam naquele mesmo lugar (uma ocupação anterior de pequenas casas num terreno bastante acidentado), foi empregada a chamada “tipologia escalonada” (Figura 77). Optou-se por ocupar toda a encosta, sobrepondo as casas, que são interligadas por uma escada única, com lances que mudam de eixo a cada novo patamar de acesso, o que gera a possibilidade de apropriação, por parte dos moradores, das áreas de acesso às unidades (Figuras 76-77) – ao mesmo tempo em que se diminui a velocidade de queda da água da chuva.



Figura 76: Situação anterior do local onde foi construída a Vila Zé Botinha. Fonte: Batista, 2005, p. 54.



Figura 77: Acesso à Vila Zé Botinha.

Há pelo menos três pontos frágeis na proposta – dois deles já foram analisados na dissertação de Karla Andrade, onde se faz uma APO do Candeal Pequeno (ANDRADE, 2005). As unidades não apenas são muito pequenas, como também não permitem modificações significativas nem ampliações, de forma que esta foi a tipologia que menos se adaptou às dinâmicas das famílias, com o passar do tempo. A segunda questão é que a solução apresentada não prevê área suficiente para cozinha e área de serviço, e o banheiro, extremamente desconfortável, tem acesso direto pela sala,

no eixo da porta principal da unidade. Isto fez com que muitos moradores mudassem seu acesso para uma situação não menos desfavorável – pela cozinha/ área de serviço. Por fim, é imprescindível destacar que as unidades, especialmente aquelas localizadas nos patamares mais altos, apresentam rachaduras e infiltrações – desde a inauguração do conjunto, segundo relato dos próprios moradores. As imagens do interior de uma das unidades atestam a necessidade e reparos de grande porte, mais complexos do que uma manutenção rotineira (Figura 78).



Figura 78: Infiltrações e rachaduras numa das unidades da Vila Zé Botinha.

Conclui-se que, à parte os problemas de execução, a solução construída foi a melhor possível, diante da necessidade de se manter as famílias morando no mesmo local. Observe-se que a engenhosidade da solução da escadaria, e as diversas apropriações feitas dela pelos moradores do Candear, terminaram por manter o conjunto mais problemático no que, ao que tudo indica, se desejava por parte da Pracatum – como o cartão postal das intervenções feitas no bairro.

Na *Vila do Jair*, foram construídos sobrados geminados, de dois pavimentos, com duas unidades cada – solução semelhante à do Jardim Candear, sendo que neste caso nenhuma unidade conta pé-direito duplo. Uma escadaria comum numa das extremidades do grupo de sobrados dá acesso às unidades do andar superior (Figura 79). Trata-se, aqui de um número relativamente pequeno de unidades, boa parte deles pertencente à mesma família, que já morava no local.



Figura 79: Acesso ao andar superior.



Figura 80: Área nos fundos do terreno na Vila do Jair.

Foram feitas poucas alterações no conjunto de sobrados, exceto pela colocação de grades e muros baixos nos pavimentos térreos. O mesmo problema do acesso ao banheiro, identificado na tipologia escalonada da Vila Zé Botinha, repete-se aqui, embora não se tenha visto nenhum caso onde o acesso foi alterado.

No conjunto *Chácara do Candéal*, a conformação das edificações leva à formação de uma pequena praça interna, de onde se tem acesso às unidades – não porque se tinha pensado inicialmente desta maneira, mas porque a necessidade de se construir mais unidades levou ao fechamento da praça, de planta triangular, com mais um bloco. Foram empregadas três tipologias: uma delas, já descrita no Jardim Candéal e no conjunto Sapucaia, verticalizada, sendo o térreo com pé-direito duplo. As demais foram algumas unidades com a chamada “tipologia térrea”, sem subdivisão interna, apenas na área do sanitário e da cozinha; e uma tipologia térrea com pé-direito duplo. Em geral, a situação da Chácara do Candéal se assemelha ao que se vê no Jardim Candéal: os moradores conseguiram, ao longo do tempo, “finalizar” a obra que lhes foi entregue incompleta.

A partir deste conjunto, destaca-se mais um ponto frágil da proposta, que se repete em outros dos conjuntos analisados. Apesar de ter a seu favor a empreitada de reurbanizar uma favela, dotando a área de infraestrutura e de espaços públicos mais generosos – que são elementos fundamentais para se chegar a um espaço de evidência pública – as propostas carecem de mais apuro no desenho urbano. No caso da Chácara e do Jardim Candéal, as soluções do detalhe do desenho urbano são precárias, quando não inexistentes. Por exemplo, no último caso analisado, a solução dada às unidades térreas geminadas faz com seus quintais/fundos sejam áreas residuais, que se confundem com o restante da área pública. Uma das moradoras chamou atenção para a situação, em que uma melhor relação com a encosta poderia ter gerado uma área de convívio – e não apenas um espaço para manter amarrados os cavalos de um dos moradores do conjunto (Figura 80).

Pode-se dizer, de forma um pouco precipitada, que a proposta para o Candéal Pequeno traz muita cidade, embora traga pouca arquitetura – nesse caso, entendida como cultura arquitetônica, urbanística, paisagística etc. Diz-se isto para retomar, como antecipamos na introdução deste capítulo, como as *soluções arquitetônicas* (sua concepção, forma, e mesmo a solução dada para a sua produção) podem estar carregadas de um conteúdo simbólico e a partir delas é possível entender não apenas o próprio fato construído, mas também o modo como ele se relaciona com o conhecimento herdado do campo disciplinar. As soluções apresentadas no Candéal Pequeno são, grosso modo, extremamente pragmáticas, no sentido de que foram realizadas com recursos extremamente reduzidos, se considerarmos com a disponibilidade atual¹⁰⁵. A saída encontrada para a impossibilidade de fornecer áreas construídas maiores, usando a tipologia com pé-direito duplo, acaba por ser uma solução engenhosa que dribla um imperativo de difícil superação (a restrição dos recursos). Seu sucesso relativo não deve ser confundido com uma apologia de se fazer habitação “com menos”, ou de simplesmente deixar a cargo dos moradores custear (e sobretrabalhar) para concluir a obra de sua moradia. Este caso, como outros desta pesquisa, assinala para a necessidade

¹⁰⁵ E como bem destacado durante conversa com Angela Gordilho, tratava-se também, naquele período, de uma estratégia perniciososa do governo de subdividir ao máximo os recursos do Programa Viver Melhor e baratear o custo das unidades habitacionais para se obter um número maior de unidades construídas (e de futuros votos).

de somar esforços e recursos de modo a permitir que construa mais e melhor; é o caso de retomar uma das máximas de Giancarlo De Carlo, sobre a necessidade de se pensar uma habitação social que não seja simplesmente “a mais barata”.

Não é o caso, portanto, de ceder ao elogio exacerbado do pragmatismo, como foi feito recentemente diante da realização da obra Quinta Monroy, por Alejandro Aravena, em Iquique, no Chile. Embora haja uma crítica interessada em forçadamente ver, na Quinta Monroy, a realização do pragmatismo clássico americano, como a realizada por Mario Ballesteros, numa edição da revista Perspecta com o tema “The Real” (BALLESTEROS, 2010), é bem verdade que a própria atuação de Aravena abre espaço para essa interpretação, ainda mais quando se considera a designação do escritório onde trabalha como um “Do-Tank”, como oposição aos chamados “Think-Tanks”. É necessário ponderar criteriosamente a validade de situações em que os recursos reduzidos implicam em diminuição do que vai ser (ou do que deve ser) entregue aos moradores. A avaliar pelo insucesso do mesmo Aravena em implantar algo semelhante em São Paulo, durante a gestão de Elisabete França na Secretaria de Habitação municipal, atesta-se a particularidade de cada caso.

Ao longo da pesquisa, levantou-se a hipótese de esta proposta ter sido influenciada pelo PREVI, realizado em Lima no final dos anos 1960, por esta ter sido uma situação pioneira ao prever, já no momento do projeto, as necessárias modificações e ampliações que seriam realizadas pelos moradores. Em depoimento à pesquisa, no entanto, tanto Angela Gordilho como Lucinei Caroso não destacaram nenhum projeto anterior como sendo referência central para o Candéal Pequeno. Lucinei Caroso apenas destacou o fato do Viver Melhor ter sido desenvolvido como uma resposta à realização do Programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro. Angela Gordilho, por sua vez, destaca a importância da experiência projetual dos arquitetos envolvidos, ao mesmo tempo em que se afasta do mero empirismo, ao destacar a influência de propostas onde se associa a realização das obras de urbanização à implantação de grandes equipamentos – públicos e/ou privados – que fortalecem a relação entre a favela e o restante da cidade.

Diferentemente do que pode ser percebido para o caso paulista, não fica claro se há uma matriz principal para os debates sobre habitação na Bahia. Não se pretende, com isso, diminuir a relevância dessa proposta, mas destacar como se trata de trabalhos com uma interlocução restrita com o projeto de pesquisa que ora se apresenta. A socióloga Maria de Azevedo Brandão, num primeiro momento, e, em seguida, a arquiteta e urbanista Angela Gordilho-Souza assumiram um papel relevante na atuação em atividades de planejamento e na condução pesquisas de sobre habitação na Bahia nas últimas décadas. É possível ver que uma das premissas fundamentais do LabHabitat da FAUFBA, ou seja, a de entender a questão da habitação num sentido mais amplo do que a esfera da célula habitacional, em sua interação com a cidade, o que Angela Gordilho atribui a uma influência do pensamento de Henri Lefebvre sobre Maria Brandão.

3.3 | Sussuarana III e Baixa da Paz, em Salvador-BA (2009-), ou *Tensões Evidentes entre Forma e Informalidade*

O bairro de Sussuarana está localizado na região conhecida como o “miolo” de Salvador que, grosso modo, pode ser definida como a área entre a Rodovia BR-324 e a Av. Paralela. Limita-se na cota mais alta pela Av. Ulysses Guimarães, principal via de articulação entre Sussuarana e o restante da cidade; e, na cota mais baixa, pela Av. Pituaçu (ou Av. Gal Costa, ou simplesmente “Pistão” como é mais conhecida pelos moradores), via estruturante que corta o miolo da cidade de Salvador¹⁰⁶ (Figura 81).



Figura 81: Relação entre a Poligonal de Intervenção em Sussuarana e o chamado “Miolo” da cidade de Salvador. Fonte: FFA (modificado).

A intervenção veio como uma necessidade de finalização do Programa Viver Melhor, visto anteriormente, agora chamado de Programa Dias Melhores. Nesta nova configuração, foram previstas ações do governo do estado em diversas áreas da cidade. Na mesma época em que começaram a realizar os diagnósticos, também estavam sendo iniciados outros projetos, como os da Baixa do Bonfim (realizado pela PLANARQ), Jardim Cajazeiras (também pelo escritório FFA), e São Bartolomeu (realizado pelo escritório Brasil Arquitetura). Em todos os casos, tratava-se não apenas de realizar o projeto urbanístico e de habitação (equivalente à necessidade de remoções de moradores que ocupavam áreas de risco), mas de também, por parte exclusiva do corpo técnico da CONDER e da figura institucional consultada, realizar um projeto social para uma área mais ampla, além das poligonais de intervenção física. Sussuarana III e Baixa da Paz, por exemplo, estavam

¹⁰⁶ A incompletude da Av. Pituaçu é um dos desafios do projeto. Faltam-lhe a duplicação da pista e as interseções com a BR-324 e a Av. Paralela. Para não dizer que a avenida liga “nenhum lugar a lugar nenhum”, ela hoje funciona como eixo de circulação entre as proximidades dos limites do “miolo” da cidade, e serve também para desafogar o tráfego de veículos das cumeadas de Sussuarana e do eixo Pau da Lima / São Marcos / São Rafael.

inseridas na mesma Poligonal de Intervenção Social de Jardim Cajazeiras.

Embora pareça apenas tentar resolver de uma pendência da CONDER com o Banco Mundial, o projeto interessa pela insistência em trabalhar com a urbanização de favelas, especialmente se considerarmos que ele foi iniciado quando os interesses do governo do estado se voltavam para o começo do Programa Minha Casa, Minha Vida – que, como aconteceu no restante do país, voltou-se para a construção de novas unidades nas áreas fronteiriças da cidade¹⁰⁷.

O bairro de Sussuarana (Figura 82) encontra-se relativamente bem servido de linhas de ônibus (a ponto de o terminal de ônibus do bairro estar constantemente congestionado), e está localizado entre o terminal Estação Pirajá e a Av. Paralela, o que lhe permite uma boa integração com a cidade.

De acordo com o memorial descritivo do projeto, a questão central a ser enfrentada era dotar de infraestrutura urbana a área conhecida como Baixa da Paz (um grotão entre a Av. Ulysses Guimarães e a Av. Pituaçu) e a fronteira Leste da área denominada como Sussuarana III, ambas precárias em termos de saneamento e de acessibilidade, de forma a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico sustentável da população local. Os objetivos para atingir tal fim foram: facilitar a mobilidade e acessibilidade com segurança; criar uma ambiência acolhedora que fomente a sociabilidade; oferecer diversidade de espaços adequados para atividades públicas e privadas; estruturar o espaço urbano de modo a possibilitar a implantação e manutenção das infraestruturas de saneamento e drenagem.



Figura 82: Relação entre a Poligonal de Intervenção em Sussuarana e os bairros vizinhos. Fonte: FFA.

Por isso, destacamos, como primeiro ponto importante do processo, o refinamento/ detalhamento da definição de onde se daria a intervenção, realizada pelo escritório contratado após o diagnóstico da área. A poligonal de intervenção contém um antigo conjunto habitacional, realizado nos padrões do

¹⁰⁷ Houve exceções. No projeto para Jardim Cajazeiras (parte do mesmo Programa Dias Melhores), houve interseção entre a proposta do escritório contratado e uma proposta de habitação para o MCMV. No caso de Sussuarana, apesar da situação favorável, houve dificuldade em fazer com que as duas ações compusessem uma iniciativa maior.

(Figura 84), do acesso ao Conjunto Habitacional Sussuarana (ver Praça 10 na Figura 87), e do acesso principal da Rua Antônio de Freitas, que conduz ao terminal de ônibus (Figura 84).

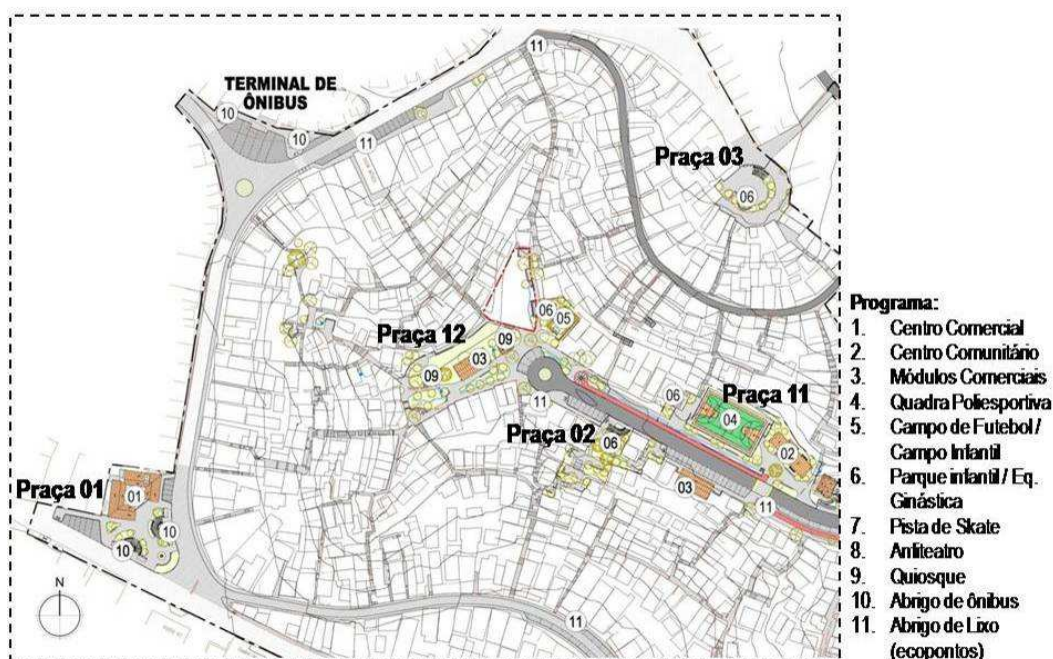


Figura 84: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando o acesso principal ao Terminal de Ônibus de Sussuarana, onde se propõe a Praça 1; e a área conhecida como Baixa da Paz, nas proximidades das propostas das Praças 2 e 12. Note-se na área central um vazio resultado da indicação para desapropriação e futura instalação de equipamento institucional (prevê-se a construção de uma creche ou escola) Fonte: FFA.

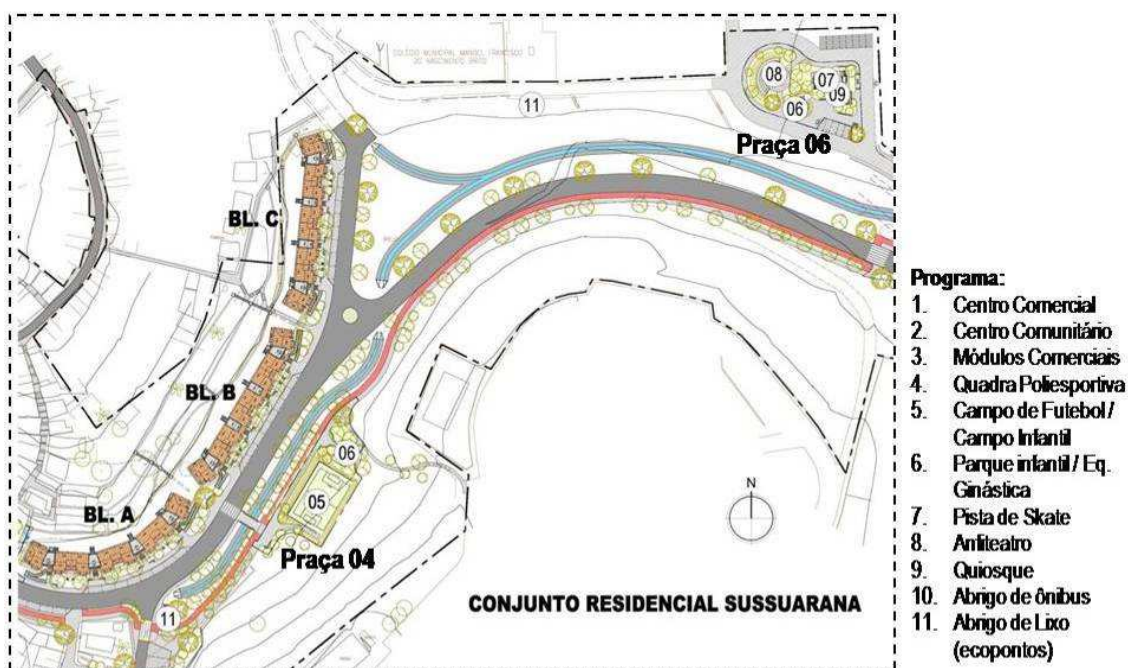


Figura 85: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando a ligação proposta, entre a Baixa da Paz e a Av. Pituaçu. Notem-se os blocos residenciais propostos (A, B e C) e a praça adjacente ao Conjunto Habitacional Sol Nascente (Praça 6). Fonte: FFA.

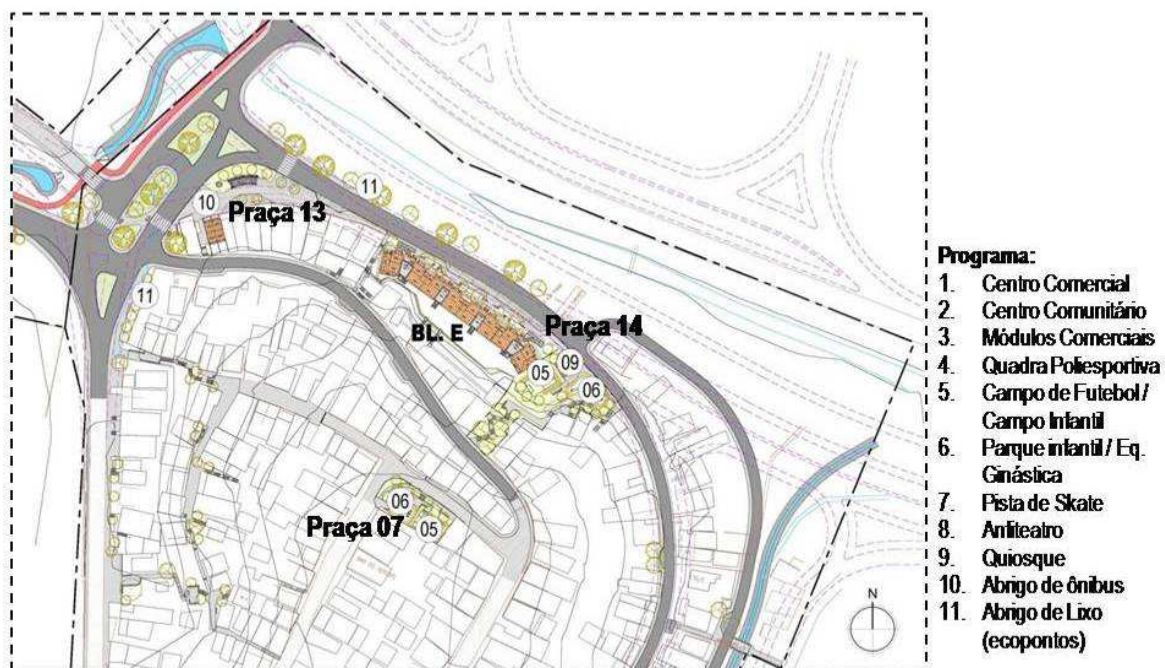


Figura 86: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando a relação entre a área de Sussuarana III e a Av. Pituaçu, Note-se o bloco residencial E e a praça Praça 14, articulada à escadaria, com espaços de lazer.
Fonte: FFA.



Figura 87: Um dos setores da proposta de urbanização, destacando o acesso principal à área conhecida como Sussuarana III e à via de acesso pré-existente que liga o bairro de Sussuarana à Av. Pituaçu (No percurso entre as Praças 9 e 8) e praça que dá acesso ao Conjunto Res. Sussuarana, pré-existente. Fonte: FFA.

Em sua quase totalidade, as unidades projetadas estão agrupadas em prédios com oito apartamentos cada, sendo apenas dois por andar, distribuídos em quatro pavimentos¹⁰⁸. Decidiu-se pelo agrupamento dos blocos de apartamentos, que sofrem mudanças para se adaptar ao relevo, chegando a três tipos de bloco (Figura 88), muito parecidos. As diferenças são que todas as unidades

¹⁰⁸ A exceção são duas unidades próximas à Praça 13 (Figura 86), que serão demolidas e reconstruídas no mesmo local, com projeto específico.

do bloco tipo B e as unidades das extremidades dos blocos tipo C têm área construída um pouco maior, e as unidades térreas dos blocos tipo C são adaptadas para pessoas com necessidades especiais.

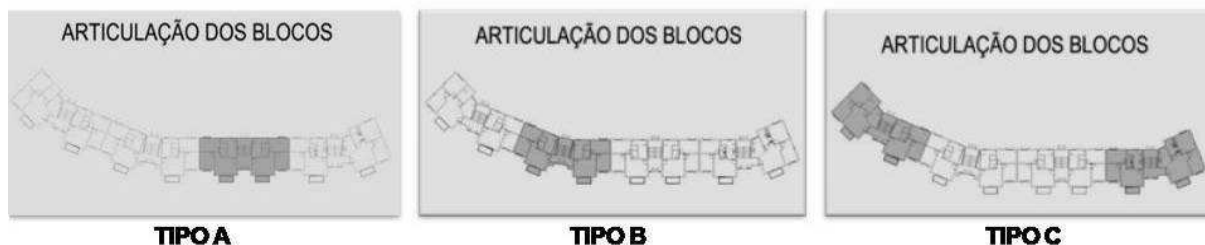


Figura 88: As três variações de blocos de apartamentos, partindo de um tipo básico (A), que dão forma ao bloco habitacional. Fonte: FFA (modificado).

No desenvolvimento da proposta, foram experimentadas outras tipologias para o prédio de apartamentos, a exemplo de blocos maiores, ou blocos com acesso único a várias unidades, mas acabou-se por adotar a solução apresentada, considerando, sobretudo a gestão do espaço construído – algo semelhante ao que moveu a criação dos blocos no COPROMO.

A forma final dos blocos, quando geminados nos blocos maiores, é uma lâmina, mas que foge à ideia do bloco prismático “puro” por dois procedimentos: a partição dos acessos, marcados pelas torres dos reservatórios, correspondendo a grupos de apartamentos distintos, sem circulação comum interna; e a incorporação de deflexões que, a um só tempo, diminuem o peso da lâmina, interagem com o relevo, e criam áreas públicas entre os prédios (ou entre os prédios e a pré-existência, seja ela construída ou não), que se espera sejam apropriadas pelos moradores (Figuras 89-90).



Figura 89: Simulação da proposta de urbanização com destaque para área destinada para a construção das novas unidades habitacionais. Fonte: FFA.



Figura 90: Simulação da proposta de urbanização com destaque para área destinada para a construção das novas unidades habitacionais (detalhe). Fonte: FFA.

As duas figuras anteriores foram elaboradas num momento em que ainda se apostava na construção de seis agrupamentos de blocos residenciais (quatro deles nas proximidades da Baixa da Paz) (Figura 89). Àquela altura, ainda não tinham sido projetadas as rampas de acesso ao pavimento térreo dos edifícios nem as varandas, incorporadas a partir de solicitações dos moradores ao longo das reuniões para discussão da proposta.

O domínio público – e aqui é interessante pensar também na dimensão territorial do termo “domínio” – surge das relações que são criadas entre a nova via de acesso, os blocos residenciais e as zonas entre os prédios (os quais, por sua vez, dão “forma” à rua). Existe um compromisso evidente entre espaço urbano e forma arquitetônica, no sentido mais tradicional¹⁰⁹. Este é um dos pontos de maior interesse na proposta, por não considerar que as unidades de habitação ocupariam um “bolsão” ou pequenos agrupamentos de “bolsões”, mas sim que as novas unidades lidam diretamente com a via pública criada (Figuras 89-91).

Na área central da Baixa da Paz, já se encontrava, foi realizada a maior parte das desapropriações, para estender a via de acesso proposta, criar espaços e equipamentos públicos e de uso coletivo (centro comunitário, módulos comerciais, espaços de lazer, recreação e esporte), e garantir uma cota para a implantação das residências (Figura 91).

¹⁰⁹ Prevê-se que esta solução tenha continuidade, com a construção de mais prédios ao longo da via de penetração, até o cruzamento com o acesso à Av. Pituaçu – dentro das possibilidades do terreno e da necessidade de mais unidades habitacionais. Assim, sugere-se que a encosta continue pertencendo ao Conjunto Habitacional Sussuarana.



Figura 91: Simulação da proposta de urbanização com destaque para o trecho central da Baixa da Paz. Fonte: FFA.

Como um dos responsáveis pela elaboração do diagnóstico, do relatório de reassentamento involuntário e de parte do projeto urbanístico desta proposta, destaco a situação da Rua da Paz e da Rua Baixa da Paz, que formavam, junto com as residências e suas áreas vizinhas, a chamada “Baixa da Paz” (Figura 92). Se por um lado a “vida de rua” se apresentava na solidez das relações de convivência entre os moradores, na apropriação de determinados espaços como áreas de recreação, descanso e sociabilidade, esta mesma “vida de rua” estava assentada de forma extremamente precária por falta de infraestrutura urbana ou de soluções espaciais que permitissem uma permanência mais prolongada. As fotos a seguir ajudam a ilustrar a situação, mesmo tendo sido realizadas fora do período de chuvas.



Figura 92: Trechos da Rua Baixa da Paz, no momento da realização do diagnóstico da proposta (2009). Fonte: FFA.

Não se nega, aqui, o debate que evidencia as relações íntimas entre planejamento urbano, processos de urbanização formal e a arquitetura, entendidos como “dispositivos” de poder. Neste caso, tratando-

se de uma proposta de urbanização levada a cabo por órgãos públicos responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano do estado, tem-se o entendimento que se trata também de um processo de dominação sobre os indivíduos (sobre os “corpos”), de domesticação e de pacificação. Por outro lado, é preciso considerar que o estado anterior, de ausência de serviços públicos, de falta de “evidência pública” – considerando que os moradores ocupavam uma área de tão difícil acesso que poderia mesmo ser questionada sua dimensão pública – também expressava um processo de dominação e opressão. Entendemos que outras soluções, mais “pontuais” e de menor impacto, estariam aquém das necessidades básicas identificadas pela equipe técnica, com envolvimento dos moradores.

Tal raciocínio traz à tona dois pontos frágeis da concepção geral da proposta. A participação dos moradores não foi estimulada por parte da CONDER, que de forma geral tratou a participação como uma das muitas obrigações institucionais a serem cumpridas¹¹⁰. Da parte do escritório, a tarefa foi cumprida de maneira cautelosa, avançando pouco em relação à armadura institucional – mesmo assim, houve uma relação em geral amistosa com os moradores, variando entre a desconfiança inicial sobre a efetividade da proposta e a maior participação nas reuniões para discussão do projeto. Contou a favor, em grande medida, a atuação do líder de um terreiro localizado na Baixa da Paz, o Pai Gil, e dos membros da Associação de Moradores.

Outro ponto frágil da proposta é a pequena variedade de soluções arquitetônicas apresentadas – não por falta de disposição de buscar alternativas, mas sim pelo fato de o estado ter marcado uma posição fechada com relação a isso. Interessava simplificar ao máximo as soluções, ganhar a adesão da comunidade e dar início, o mais rápido possível, às obras. Diferentemente do que se viu realizado na proposta para o Candeal Pequeno, não houve margem para a criação de outras tipologias residenciais, nem mesmo verba destinada a pequenas melhorias e reparos nas unidades existentes. Resumindo, a proposta deveria se resumir a prever obras de urbanização, infraestrutura urbana e criação de novas unidades para as famílias que passassem pelo processo de desapropriação. Depois de muita negociação, com insistência da equipe técnica e pressão por parte dos moradores, conseguiu-se a inclusão na proposta de módulos comerciais na Baixa da Paz, mas continuou excluída qualquer possibilidade de realizar a construção de outras unidades comerciais em Sussuarana III ou na via principal de acesso ao terminal de ônibus.

Daí se entende a resignação da afirmação do arquiteto e coordenador do escritório responsável pela proposta, Floriano Freaza Amoedo, de que em geral, na Bahia, a utopia tem pouco espaço para se apresentar, no que se refere à produção da cidade pelo poder público, sempre tocada muito mais por um pragmatismo rasteiro, preocupado simplesmente em aplicar verbas e cumprir metas. Este sentimento não foi apresentado somente por este profissional, neste caso. Em grande parte das entrevistas e conversas realizadas para a elaboração dessa pesquisa, com diferentes variações, houve uma nota recorrente¹¹¹: como de forma geral, o planejamento urbano na Bahia, e mais

¹¹⁰ Ver, a respeito da questão, numa leitura mais geral sobre os (des)caminhos dos debates sobre participação, texto de João Marcos Lopes, Silke Kapp e Ana Paula Baltazar (2010). Sobre a participação popular no planejamento brasileiro contemporâneo, ver o capítulo “Nunca fomos tão participativos”, no livro de Erminia Maricato (2011, p. 89-97).

¹¹¹ Além de Floriano Freaza, esta percepção também foi confirmada nas conversas com Angela Gordilho-Souza, Lucinei Caroso e com dois técnicos da CONDER, responsáveis pelo acompanhamento das obras da Vila Nova Esperança (Rocinha), a arquiteta Etelvina Rebouças e o engenheiro Luiz Pereira.

especificamente, a produção de habitação na cidade, estaria sendo conduzidos sem um projeto político claro, sem ter em vista a construção de uma cidade democrática, com uma mínima aspiração utópica.

Ao longo dos anos 1980-90, segundo Débora Nunes (2000), nota-se na FAUFBA uma mudança significativa tendendo a um menor envolvimento dos arquitetos em Salvador com relação ao problema habitacional da população mais pobre. Somando-se isso ao contexto de estagnação que se seguiu aos conhecidos entraves ocorridos durante a gestão de Lídice da Matta na Prefeitura de Salvador, a produção arquitetônica na cidade ficou em descompasso com o avanço realizado em São Paulo, por exemplo, a partir das experiências com mutirões e do envolvimento dos arquitetos (professores, estudantes, profissionais ligados à atividade de escritório, membros do sindicato) com a questão da moradia precária.

Antes de decidir criar o escritório que desenvolveu a proposta para Sussuarana, o arquiteto trabalhou com habitação em órgãos públicos, e comenta que a principal motivação em organizar o escritório vinha da expectativa de valorizar a atividade profissional regular, realizada em escritórios, com a perspectiva de trabalhar com projetos de interesse social neste formato. O que de fato vem acontecendo, a contrapelo, por conta da conhecida fragilidade do mercado de arquitetura para escritórios de pequeno porte, sobretudo quando se tem em vista trabalhar em função dos prazos e pagamentos vindos do poder público¹¹².

Assim, boa parte das soluções encontradas para o projeto vem da prática de escritório do arquiteto e dos outros coordenadores – sempre de forma preocupada em não repetir soluções acriticamente, procurando no repertório o que pode ser empregado em cada situação e identificando onde é necessário procurar novas soluções. O escritório também já atuou, em mais de uma oportunidade, em parceria com o LabHabitat da FAUFBA, com assessoria técnica no desenvolvimento de projetos de urbanização e habitação.

O interesse em trabalhar a partir de padrões simples, de forma cautelosa e adaptada a cada situação, vem principalmente da obra de Christopher Alexander¹¹³. Ele comenta como sempre o interessou, no autor, a possibilidade de se criar estruturas mais complexas a partir de módulos relativamente simples, além do seu interesse sobre a participação do usuário na elaboração da proposta. Assim, a postura profissional de Freaza é de entender o que os planos chamam de “Comunidade” como sendo, na verdade, os “clientes” do projeto – de forma que se deu muita atenção aos usos e às críticas feitas às primeiras versões do projeto, assim como às expectativas com relação à criação de praças e equipamentos públicos. Contudo, como já dito, o processo participativo em Sussuarana foi restrito pelo governo da Bahia, e não foi possível diversificar as unidades construídas – por exemplo, elaborando unidades com três quartos, ou incluindo no escopo do projeto a promoção de reparos e

¹¹² Destacamos o depoimento de João Marcos Lopes sobre estas mesmas dificuldades, em São Paulo. Segundo ele, em poucas situações foi remunerado de forma tão correta quanto naquelas em que o pagamento vinha do autofinanciamento dos movimentos sociais.

¹¹³ Em depoimento à nossa pesquisa, Floriano comentou que, em dado momento, ele e o arquiteto Sean Bradley, com quem manteve uma longa parceria de projetos, chegaram a preparar uma tradução de “The Pattern Language” para o português, mas a empreitada não foi tocada adiante.

melhorias nas edificações existentes.

Em geral, na atividade do escritório, a exemplo das soluções apresentadas em Sussuarana, preza-se por uma arquitetura de soluções técnicas simples, “rotineiras”, sem grandes arroubos ou complexidades que dificultem sua execução, e tendo em vista a gestão dos espaços construídos pelos moradores no momento pós-ocupação – algo que também foi visto como relevante na elaboração da tipologia residencial do COPROMO. Destaque-se, por exemplo, que as primeiras soluções apontadas para resolver a tipologia residencial em Sussuarana previam um número reduzido de acessos para um grande número de unidades, mas foram substituídas pela solução discutida com os moradores – fragmentando os acessos e destinando as áreas de encosta ao fundo dos blocos à apropriação e manutenção pelos moradores de cada bloco.

Outro elemento fundamental no projeto visa a resolver um conflito resultante da solução adotada. Desde o início das negociações com o poder público, foi descartada a implantação de unidades de comércio e serviço nos andares térreos dos prédios novos, por mais que se insistisse na importância destes usos para a dinâmica do bairro. Para evitar que os moradores das unidades térreas tivessem a privacidade exposta à rua principal, a cota de acessos dos prédios foi elevada com relação à rua, como se vê na Figura 93.

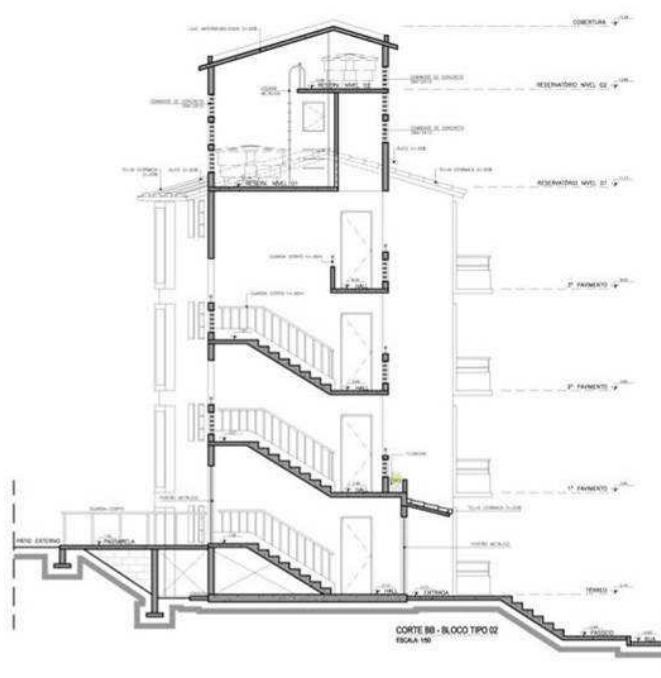


Figura 93: Corte transversal passando pelo Bloco Tipo 1. Fonte: FFA.

Lamentamos o fato de os acessos principais a cada bloco já serem previstos como algo a ser controlado pelos moradores, um dos imperativos do direcionamento dado pela CONDER e pelos próprios moradores, na expectativa que isso garanta mais segurança e melhor manutenção. Ainda com relação ao corte transversal da figura 93, que passa pelo eixo de circulação central do bloco, note-se que o consideramos como uma zona semipública. Apesar de não ter o caráter público sugerido pelas “varandas” do COPROMO, também não pode ser considerado como um espaço meramente “servente”. Os halls de acesso aos apartamentos, apesar de terem uma área

relativamente pequena, permitem a apropriação dos vizinhos de cada andar (sobretudo nos blocos tipo 2, mais amplos). Note-se, ainda, que a cada patamar da escada corresponde uma abertura, o que viabiliza a ventilação cruzada do prédio e permite o ver / ser visto também a partir das fachadas posteriores.

O programa de necessidades da unidade-tipo segue um padrão largamente empregado em habitação de interesse social, com sala, cozinha, área de serviço, dois dormitórios e um sanitário (Figura 94). A área das unidades, fixada a partir de negociação com o poder público, ficou na margem do que é indicado para o PMCMV – o que se adequa a padrões mínimos, mas restringe a criação de novas alternativas, ou a possibilidade de buscar outros financiamentos que possibilitassem sua ampliação. Chega-se a uma solução adequada, mas que compromete, sobretudo, a possibilidade de utilização da cozinha como espaço de permanência. Comparando-a com os outros projetos analisados na pesquisa, fica-se numa situação intermediária: inferior à que se conseguiu com o COPROMO e com o Mutirão Tânia Maria, porém muito mais confortável do que na Vila Nova Esperança (Rocinha).

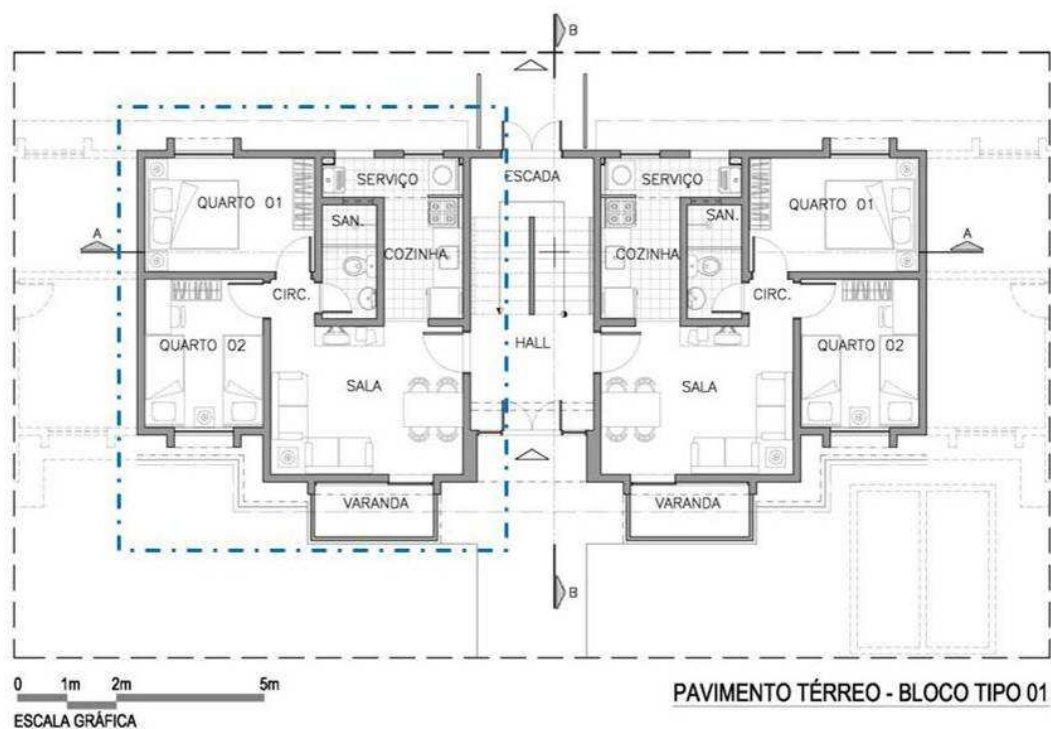


Figura 94: Planta do pavimento térreo do Bloco Tipo 1. Fonte: FFA.

A circulação interna acaba comprometida pela restrição da área construída, que inviabiliza a criação de um eixo de circulação que não interfira no uso da sala de estar/jantar – existente, por exemplo, no COPROMO. Valem as mesmas observações para as unidades residenciais do bloco tipo 2 (Figura 95), cuja única diferença vem do aumento da área de circulação e acesso aos apartamentos.



Figura 95: Planta do pavimento térreo do Bloco Tipo 2. Fonte: FFA.

Os blocos do tipo 3 (Figura 96) são as extremidades das lâminas, e suas unidades se diferenciam pela adaptação de uma das unidades térreas para pessoas com necessidades especiais, o que resulta em maior área, obtida pelo aproveitamento do espaço ganho pela deflexão do bloco e pelo avanço da unidade em direção aos fundos do prédio.

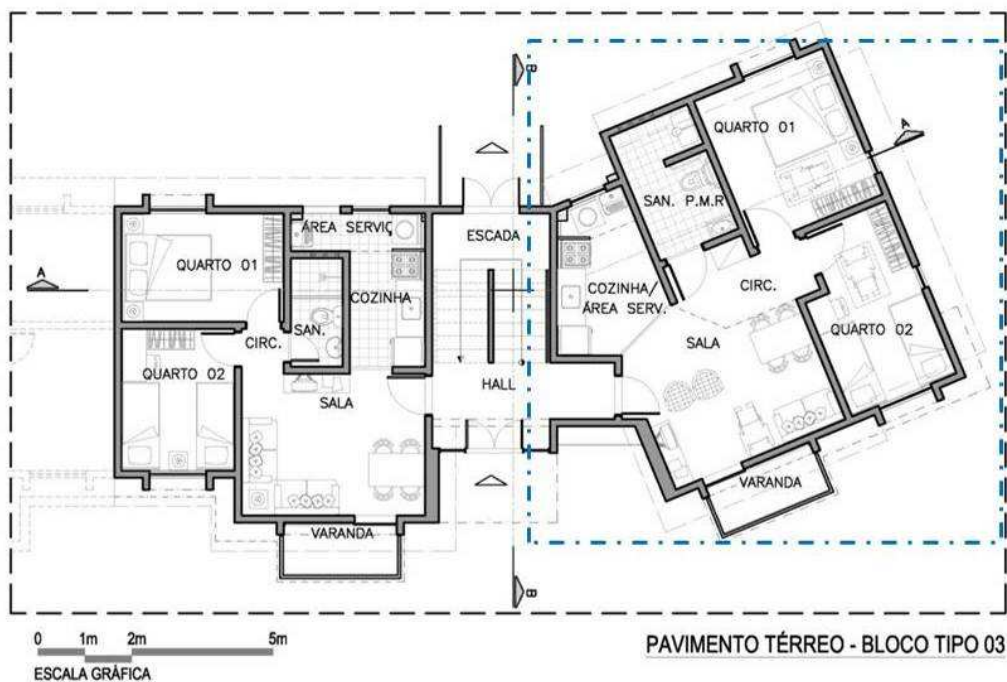


Figura 96: Planta do pavimento térreo do Bloco Tipo 3. Fonte: FFA.

Para além das ressalvas feitas ao longo da análise, as principais dificuldades e limitações do projeto para Sussuarana resultam das obras, ainda em andamento. A solução indicada pelo escritório para a

contenção das encostas, que previa o mínimo de uso de concreto, apoiando-se na possibilidade de mesclar a estrutura da contenção com vegetação, foi substituída pela impermeabilização total, o que compromete irreversivelmente a previsão de sua permanência como áreas verdes.

Além disso, é preciso apontar a atuação questionável da construtora responsável pela obra, que argumentou ter gasto mais do que o previsto com movimentação de terra para a construção da via principal, forçando a eliminação de muitas das pequenas praças propostas, que permitiriam a melhor relação entre intervenção e pré-existência. Segundo depoimentos de membros do escritório e do engenheiro responsável pelo acompanhamento das obras da Vila Nova Esperança (que, antes de ocupar esta função, era o fiscal da obra em Sussuarana) houve muita pressão da construtora para simplificar a obra e diminuir o seu trabalho com a movimentação de terra. O fato é que a substituição deste fiscal nas obras em Sussuarana – que em grande medida foi responsável por manter as prescrições do projeto urbanístico – foi seguida pelo momento em que a construtora usa os gastos com movimentação de terra para reduzir o escopo de obras.

3.4 | Mutirão Tânia Maria / Vila Monte Sion, em Suzano-SP (2010-), ou *Arquitetura e Cidade, Impregnadas*

A cidade de Suzano faz parte da Região Metropolitana de São Paulo, a cerca de 49Km do centro da capital paulista. A área de intervenção onde será realizado o Mutirão Tânia Maria, analisado nesta pesquisa, dista cerca de 35 minutos a pé até o centro de Suzano, tomando a Estação de trem como ponto de referência, e pouco menos de 10 minutos usando transporte coletivo (Figura 97).



Figura 97: Localização do terreno onde será implantado o Mutirão Tânia Maria e sua relação com a cidade de Suzano. Fonte: Google Maps (modificado).

A USINA é responsável pelo desenvolvimento das propostas para o Mutirão Tânia Maria (inicialmente chamado Vila Monte Sion, em referência à sua localização) e para o Mutirão Jardim Edith (Figura 98) – iniciativas associadas, representadas pela CEMOS (Central Pró-Moradia Suzanense) e pela Associação de Moradores do Bairro Jardim Miriam e Adjacências. Escolheu-se trabalhar apenas com uma delas pela necessidade de reduzir o número de projetos analisados – separação possível por se tratar de terrenos diferentes. A escolha considerou que o Mutirão Tânia Maria tem área maior, o que levou a uma complexidade maior de projeto; e que ele atende a mais famílias, permitindo comparações com o COPROMO e com as outras propostas analisadas.

A USINA insiste em trabalhar com mutirões autogeridos, avançando a partir da experiência adquirida ao longo dos seus mais de vinte anos de formação, e refletindo criticamente sobre as experiências anteriores, os reveses que se apresentaram aos mutirões, e como a questão da autogestão está sendo conduzida no Brasil. O escritório reitera que a autogestão implica em não prever o lucro do mercado imobiliário, o que traz vantagens ao processo e ao resultado – começando pelo poder de decisão sobre a aplicação do dinheiro disponível, e culminando em áreas maiores para as unidades, questão central que será retomada adiante.

O escritório tem a UMM (União dos Movimentos de Moradia)¹¹⁴ como parceira de longa data, mas segundo o depoimento de João Marcos Lopes, a opção de não estar vinculado a apenas um movimento ou uma gestão específica, feita pela USINA desde sua formação, garantiu autonomia para criar outros vínculos ao longo do tempo.

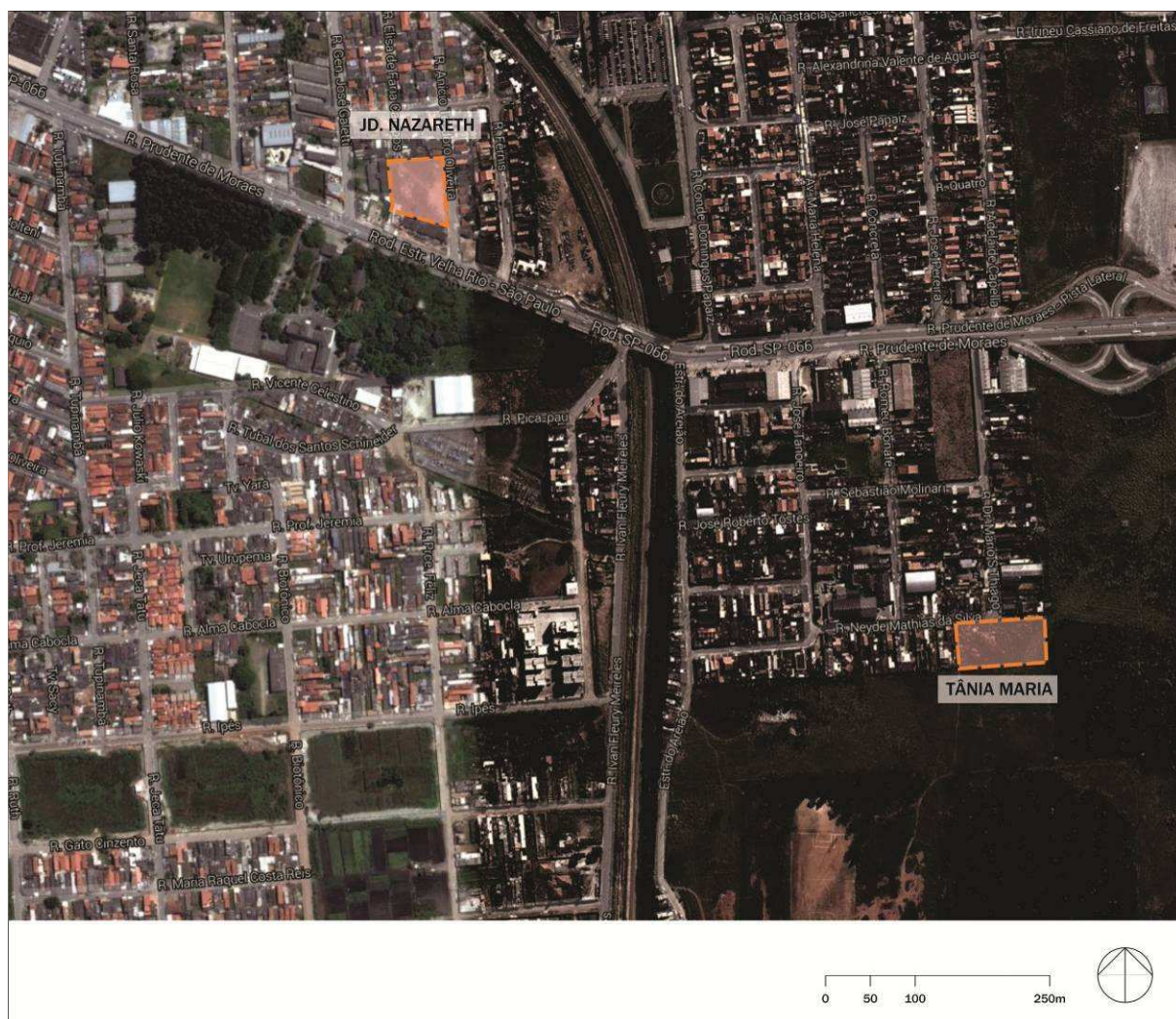


Figura 98: Localização do terreno onde será implantado o Mutirão Tânia Maria e o Jardim Nazareth e a vizinhança imediata. Fonte: Google Maps (modificado).

O contexto de atuação dos mutirões tem mudado, em diversos sentidos. Do ponto de vista das possibilidades apresentadas dentro dos programas habitacionais realizados pelo Estado, é preciso considerar os avanços institucionais adquiridos desde a criação do Estatuto da Cidade, do Ministério das Cidades e do conjunto de instrumentos de ordem jurídica e financeira para o atendimento da demanda habitacional no país¹¹⁵. Do ponto de vista dos movimentos sociais, é preciso entender as

¹¹⁴ A UMM (União dos Movimentos de Moradia) se organizou na mesma época da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo. Nesta época se deu a institucionalização, por assim dizer, dos mutirões, e foi criado o Programa UMM de Mutirões – nome que assinala a importância do movimento naquele momento da luta.

¹¹⁵ A autogestão vem sendo analisada por diversos grupos de pesquisa no Brasil, a exemplo do Observatório das Metrópoles, um conjunto de pesquisas vinculado ao INCT e ao IPPPUR. Luciana Corrêa do Lago coordena um conjunto de pesquisas que analisa os avanços e limitações na questão da produção habitacional a partir da autogestão (LAGO, 2012), não apenas em São Paulo, que interessa a esta pesquisa mais diretamente, mas também no Rio Grande de Sul e no Rio de Janeiro.

mudanças no modo de atuação desde os anos 1990 até o momento atual¹¹⁶.

O PMCMV, em sua segunda edição, visa a incorporar algumas das solicitações antigas dos movimentos de luta por moradia, incluindo a possibilidade da autogestão direta pelas entidades sem fins lucrativos, o que se soma ao conjunto de iniciativas realizadas desde 2004-05 pelo governo federal, a exemplo do Crédito Solidário e do programa Ação de Produção Social de Moradia. No entanto, como destaca Luciana Lago:

[...] [O]s recursos federais alocados para a produção associativa representaram até o momento, não mais do que 2% dos financiamentos para a casa própria, evidenciando a força política das grandes empresas construtoras na disputa pelo fundo público. (LAGO, 2012, p. 7)

Foi sintomático o fato de o programa MCMV ter sido lançado pela Casa Civil ao mesmo tempo em que se estava trabalhando, também, no PLANHAB (Plano Nacional de Habitação), dentro do Ministério das Cidades. É fácil perceber como as duas propostas não se casam. O Programa Moradia, desenvolvido ao longo de três anos, com vistas a uma implantação no longo prazo, foi o mote necessário para alavancar a economia, tendo em vista a crise financeira de 2008-09¹¹⁷.

Houve grandes mudanças também com relação à atuação dos próprios movimentos sociais, em fenômeno já bastante discutido, e que fica mais claro a partir da análise de Ermínia Maricato (2011, p. 89-97). Se por um lado são louváveis as conquistas institucionais de maior abertura para a participação social (embora ainda distantes do esperado), lamenta-se que os movimentos, em sua atuação mais recente, tendam a atuar de forma constrangida, nos limites da jurisdição, e deixem de lado algumas das “urgências permanentes”, como a ação direta em ocupar imóveis ociosos que não cumprem a função social da propriedade.

A redefinição do estatuto dos movimentos sociais também se relaciona às possibilidades de resolver a questão da moradia através dos inúmeros financiamentos e propostas “de gaveta” – o que promove um relevante abrandamento das “energias utópicas” nos movimentos. Os membros da USINA, em depoimento à pesquisa, revelam certo desconforto com relação ao esmaecimento dessas energias, tanto no PT quanto nos movimentos sociais¹¹⁸. Ainda assim, alguns deles, nas entrevistas, apontam o que pode ser entendido como um aspecto positivo neste cenário: a dissolução da figura da liderança única. Se por um lado isso dificulta a atuação junto aos movimentos, porque torna necessário ganhar a adesão da coletividade dos mutirantes, por outro lado diminui a hierarquia dentro dos movimentos.

¹¹⁶ Esta pesquisa não incluiu projetos realizados com autogestão em Salvador, porque pretendia combinar diferentes situações de produção de habitação de interesse social. Deve-se destacar, no entanto, que o caso da Vila Mar Azul merece atenção no desenvolvimento deste modo de atuação em Salvador. Dele participaram duas figuras importantes: Angela Gordilho-Souza, no momento em que ocupava o cargo de Secretária de Habitação do município de Salvador, e que estava dando prosseguimento a um projeto desenvolvido inicialmente junto ao LabHabitar FAUFBA; e Floriano Freaza, que autou como colaborador no desenvolvimento do projeto executivo da proposta. Deve-se mencionar, ainda, o trabalho que o mestrando Olmo Lacerda está conduzindo no PPGAU-FAUFBA, orientado pela profa. Angela Gordilho, com o título “Autogestão e habitação social: Conquistas e desafios nos processos de produção habitacional Crédito Solidário e MCMV-Entidades, em Salvador-BA.”

¹¹⁷ Para uma análise crítica das implicações do PMCMV, ver texto de Pedro Arantes e Mariana Fix (2009), e para uma leitura sobre as mudanças recentes da Política Habitacional no Brasil frente à crise financeira mundial ver Fix (2013). No XV Encontro Nacional da ANPUR, a autora estabeleceu um interessante paralelo, mostrando as diferenças entre as realidades brasileira e americana frente à crise financeira.

¹¹⁸ Ver texto publicado por Flávio Hirao, Kaya Lazrini e Pedro Arantes, membros da USINA, que tratam da metodologia de projeto arquitetônico participativo em casos recentes desenvolvidos pela USINA (HIRAO, LAZARINI e ARANTES, 2010).

Neste contexto se inserem o Mutirão Tânia Maria e o Jardim Edith¹¹⁹: diversamente do que se viu no COPROMO, não há uma grande liderança, que, de forma isolada, conduza o processo¹²⁰. Entre as pessoas que se uniram para lutar por esses conjuntos, tem sido difícil conseguir coesão. A disponibilidade de resolver de outras formas mais pragmáticas a questão da moradia e a insegurança que acompanha quem está em situação de vulnerabilidade fizeram com que alguns dos primeiros interessados abandonassem a proposta. No momento da visita ao terreno, por exemplo, os membros da associação – e também da USINA – estavam ansiosos pelas próximas assembleias, que seriam o momento de se agregação dos novos futuros mutirantes.

Os membros da USINA entendem as limitações do contexto atual, em que o MCMV Entidades permite contratar projeto e construção, sem envolvimento direto na execução. Para alguns setores dos movimentos de luta por moradia, parece mais simples apenas contratar a obra e não trabalhar com a autogestão, que implica em mais responsabilidades (e certamente mais trabalho) sobre os membros do movimento – mas não há dúvida sobre o empoderamento que isto também representa.

Ao longo do processo que resultou no mutirão estudado, Suzano contava com uma administração do PT, com figuras experientes no trabalho com moradia ocupando cargos-chave do governo. O secretário municipal de Política Urbana Miguel Reis Afonso e a diretora geral de Planejamento Urbano e Territorial Rita Canutti foram importantes em criar a movimentação inicial para a realização das propostas, além de terem coordenado a revisão do Plano Diretor de Suzano, ainda em fase de aprovação.

Mesmo com esse quadro institucional, um ponto crítico do desenvolvimento da proposta se deu quando a prefeitura doou o terreno às entidades responsáveis pela gestão da proposta, sem o correto procedimento jurídico, levando à necessidade de refazimento do processo através de edital. Ao final, os terrenos continuaram com sua destinação inicial, mas a insegurança jurídica momentânea enfraqueceu a movimentação em torno do projeto.

A partir de conversas com os membros da USINA, na sede do escritório, em São Paulo, e com três lideranças comunitárias no momento da visita ao terreno, em Suzano, percebe-se que a mudança na gestão municipal, nas últimas eleições municipais, em 2012, pode vir a dificultar a execução da proposta, dado que a gestão anterior estava diretamente envolvida com sua realização. Existe receio de que acordos anteriormente firmados não sejam cumpridos.

Os mutirões foram muito criticados pelo grande número de obras inconclusas, mal executadas e, em uma perspectiva mais geral, por implicar em sobretrabalho para os mutirantes – o que Francisco de Oliveira caracteriza como “Vício de Virtude” (OLIVEIRA, 2006). Contudo, a USINA aposta – e isto é um aspecto importante desde sua criação – em debruçar-se sobre o desenvolvimento e especificações do projeto arquitetônico e na boa execução da obra. Muitos dos mutirantes incorporam significativo aprendizado na área de construção civil, o que pode apontar para mudanças maiores em suas vidas, no longo prazo. Forma-se muito mais do que o próprio conjunto habitacional: gera-se, nos

¹¹⁹ Quando começarmos a fazer a análise do projeto de arquitetônico propriamente dito, trataremos apenas do Tânia Maria.

¹²⁰ Em Osasco, Santo André ou Diadema, a luta sindical caminhou agregada à luta por moradia, enquanto em Suzano os movimentos sindicais não tiveram a mesma força.

mutirantes e nos profissionais, uma cultura de discussão sobre o direito à cidade e sobre a produção de arquitetura, podendo-se esperar, inclusive, a modificação do modo de atuação dos arquitetos. Diz-se isto tendo em mente o conjunto de respostas aos problemas apontados por Chico de Oliveira, mesmo antes de sua provocação sobre o “vício da virtude”¹²¹.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar uma insuspeita aproximação entre os posicionamentos de Sérgio Ferro e Manfredo Tafuri, dois críticos, que assinalam as possibilidades que as cooperativas e empreitadas coletivas de autogestão abrem para a arquitetura – malgrado a interpretação estreita e equivocada feita de suas obras, apontando-os como quem decreta a “morte de arquitetura”.

Discute-se pouco o modo como Tafuri, desde a publicação de “Projeto e utopia”, aponta para a possibilidade da emergência de novos papéis para o “técnico” dentro do desenvolvimento capitalista, numa etapa que somente seria possível em seguida a uma primeira crítica da ideologia “realizada” pela própria arquitetura. Neste âmbito, que se caracterizaria por certa “desideologização” da arquitetura, seria possível, numa dimensão especificamente política, “repropor o tema dos novos papéis do técnico, do organizador da construção, do *planner*, no âmbito das novas formas do desenvolvimento capitalista” (TAFURI, 1985, p. 122, grifo original). Dar a esta atuação um caráter “especificamente político” certamente foi o gerador de tantos mal entendidos. O que se questiona é a falta de leitura numa perspectiva mais ampla do próprio legado tafuriano. Depois da publicação do livro de 1973, em “L’Architecture dans le Boudoir”¹²² Tafuri avança nestas definições. Influenciado pelo texto “O Autor como Produtor”, de Walter Benjamin, entendendo que subsiste, em meio ao contexto generalizado de mistificação gerado pelas vanguardas históricas – e que se reproduz no impasse que ele percebe na produção arquitetônica dos anos 1970 – a tendência a superar as ambiguidades tomando como inspiração o texto de Benjamin.

É conhecido o modo como o próprio Tafuri, pelo menos na fase inicial de sua obra, está preso à busca de uma linguagem para a arquitetura, para viabilizar a capacidade de a arquitetura se comunicar com o “real”. Numa entrevista de 1976, o historiador demonstra ter superado a sua própria crítica da arquitetura “no Boudoir”, ou pelo menos a teria abrandado. Mais importante, ele destaca que algumas intervenções menores, com menos pompa, sem se pretender como arquitetura com “A” maiúsculo, lhe interessam mais – justamente porque buscam “agir” ao invés de “falar”. Considerando que os resultados alcançados, por exemplo, pelos programas italianos de construção em cooperativa, não são mais importantes do que a própria movimentação política que leva à sua realização, ele destaca a sua relevância para a produção habitacional:

[...] O movimento é mais importante do que os resultados alcançados. Isto é algo que aprendi nos últimos anos: que o resultado não é importante. Quando se espera pelo resultado, você pensa que deve resolver alguma coisa. O termo “resolver” em si implica no desejo de

¹²¹ Para acompanhar estes debates, ver a transcrição do debate com Francisco de Oliveira, na edição n. 74 da revista *Novos Estudos-CEBRAP* (OLIVEIRA, 2006), e os artigos de João Marcos Lopes (2006) e Sérgio Ferro (2006b), repercutindo as discussões iniciais.

¹²² No texto original, publicado na edição n.3 da revista *Oppositions*, Tafuri faz menção ao “novo técnico” (“new technician”) (TAFURI, 1974, p. 57); já na versão do capítulo publicado em “A esfera e o labirinto” ele coloca a questão como a da “nova técnica” (“new technique”) (TAFURI, 1987, p. 287). Como não foi possível ler os textos no idioma original, e ademais esta dubiedade não se mostrou como um problema para a interseção indicada entre Tafuri e Ferro, considerou-se trabalhar com “novo técnico”, por conta da influência do texto “O Autor como Produtor”, de Walter Benjamin, sobre Tafuri, e também por esta parecer a acepção mais corrente para o próprio historiador, dado que é assim que o assunto é tratado em “Projeto e Utopia”.

satisfazer, controlar um tema de uma vez por todas. Se sabemos de algo que é importante, este algo é o movimento que *tende a*, e eu diria que este *tende a* contém não a verdade, em termos idealistas, mas a integridade de toda atividade política. Daí você começa a olhar para as coisas de outra maneira.

Outro modo de colocar a questão: sabemos historicamente que os movimentos de cooperativas são intrinsicamente incapazes de resolver o problema do movimento da classe operária. Sabemos muito sobre a indigência das tentativas de resolver a habitação, mas não há dúvidas que o movimento das cooperativas reagrupa e dá forma o movimento da classe operária que, de outra forma, continuaria dividido. Então o importante não vem tanto do que é feito, mas do movimento criado no processo, algo que não pode ser visto nem tocado. (TAFURI e VERY, 1995, p. 43, grifos originais)¹²³

Vale destacar, na defesa de Sérgio Ferro à atuação da USINA, o reconhecimento do crítico pelo interesse do escritório em trabalhar, mesmo à margem do grosso da produção em habitação, com uma proposta que vise a superar certas contradições entre desenho e canteiro, tão acidamente formuladas na tese mais conhecida do próprio Ferro, em “O Canteiro e o Desenho” [1979]:

Em primeiro lugar, há que lembrar que a autoconstrução coletiva (que já por ser coletiva distancia da autoconstrução individual dominante) pode remodelar as relações de produção, como no caso da Usina. Os projetos são debatidos por todos os interessados, há constante interação entre equipes, diluição de hierarquias, participação de profissionais que assim se qualificam, atenuação da divisão entre trabalho intelectual e manual, entre condutores e conduzidos; há submissão do partido técnico, da idéia construtiva de material, às capacidades dos produtores, eliminação de propostas perigosas ao trabalho, de produtos nefastos à saúde, etc. São mudanças aparentemente menores – mas essenciais. *O objetivo determinante não é mais a produtividade cega – mas a realização de um projeto coletivo atento às condições e relações dignas de produção, e isto tem um peso.*

[...]

Mais: a autogestão na construção tem repercussões que saem do canteiro, atingem outros níveis da vida social. A cantina, a creche, o posto de saúde coletivos já avançam outras pistas. A surpreendente e numerosa presença das mulheres na construção estremece o machismo tradicional, a ideologia dos sexos. As negociações para obtenção do terreno, de financiamento, de compra, etc., fortalecem a perspectiva socializante destas iniciativas. E etc., etc., etc.. (FERRO, 2004, grifos originais)

Como parte do modo de projetar da USINA, aposta-se numa arquitetura sem grandes arroubos, mas sem conduzir o projeto apenas atendendo a padrões mínimos. No texto em que comentam sobre o processo participativo, os autores destacam que “a habitação de interesse social deve receber subsídios intensivamente”, o que permite a superação de tais padrões (HIRAO, LAZARINI e ARANTES, 2010, p. 13).

Pensamos que a racionalização não deve vir simplesmente como meio de baratear a qualquer custo, mas de fazer possível a construção do melhor possível. Com isto, retoma-se aqui uma das grandes insistências de uma figura como Giancarlo De Carlo que, no conhecido texto “Il pubblico della architettura”, de 1968-69, ao fazer uma crítica aos debates do CIAM II (realizado em Frankfurt em 1929, dedicado a trabalhar com a questão da habitação mínima), questionava se não seria o caso de fazer habitação social com uma margem de investimento maior, e não em trabalhar constantemente

¹²³ Tradução livre do original: “[...] The movement is more important than the results achieved. This is possibly something we have learned in recent years: that the result is unimportant. When you aim for a result, you think you have to resolve something. The term “resolve” itself implies the desire to appease, to master a theme once and for all. If we know one thing that’s important, it’s the movement that *tends to*, and this *tends to* contains, I wouldn’t say the truth in idealist terms, but the rectitude of all political activity. And then you begin to look at things in a different way./ Another way of putting it is: we know historically that the cooperative movement is intrinsically incapable of resolving the problem of the working class movement. We know so much about the poverty of attempts to resolve the housing, but there is no doubt that the cooperative movement regroups and shapes a working class movement that is otherwise divided. So it’s not so much what’s done that is important, but the movement created in the process, something that cannot be seen or touched.”

tendo em vista o seu barateamento:

Hoje, quarenta anos depois [do CIAM II], consideramos que as propostas que se tornaram casas e bairros e subúrbios e, então, cidades inteiras, são manifestações palpáveis de um abuso perpetrado primeiro sobre os pobres, e então nos não-tão-pobres. As propostas se tornaram álibis culturais para a mais feroz das especulações econômicas e a mais obtusa das ineficiências políticas. [...] Temos o direito de perguntar “por que” a habitação deveria ser o mais barata possível e não a mais cara, por exemplo; “porque”, ao invés de mover todos os esforços para reduzi-la a níveis mínimos de superfície, espessura, de materiais, não deveríamos nos esforçarmos em torná-las mais espaçosas, protegidas, isoladas, confortáveis, bem equipadas, ricas em oportunidades de se ter privacidade, comunicação, troca, criatividade pessoal etc. Ninguém pode estar satisfeito com uma resposta que apela para a escassez de recursos disponíveis quando sabemos o quanto é gasto em guerras, mísseis e sistemas antimísseis [...]. (DE CARLO, 2005 [1968-69], p. 8-9)¹²⁴

Sem desmerecer a contribuição de Tafuri ao valorizar o “tender a” de experiências como as das cooperativas italianas de habitação, entendemos que os bons resultados obtidos com propostas como as que estamos analisando têm um papel importante não apenas a movimentação que leva à sua execução. As obras servem como referência para futuras propostas e – imagina-se – deveria também servir como referência para a produção de habitação em sistemas de gestão mais tradicionais.

O COPROMO é referência fundamental para a elaboração do Tânia Maria – tanto no que se reafirma da proposta, como no que se dela repensa. No caso mais recente, todas as unidades contam com banheiros maiores, que permitirão no futuro a adaptação para pessoas com necessidades especiais. A incorporação de comércio e serviços, nos térreos voltados para a rua que dá acesso ao conjunto, e, sobretudo, a decisão por implantar a principal atividade de recreação no limite do terreno é uma resposta de abertura para a vizinhança, e tende a evitar a criação de muros e enclaves no conjunto (Figura 99)¹²⁵.

As propostas analisadas nesta pesquisa até agora sinalizam para a necessidade de combinar diferentes fontes de investimento, para conseguir a realização mais ampla das aspirações dos arquitetos e futuros moradores. Como geralmente cada uma dessas fontes de investimento têm entraves e limitações, pode-se com isso aumentar o escopo das propostas e as possibilidades de atuação. É imprescindível, também, o acompanhamento e comprometimento dos órgãos municipais com a realização da proposta, porque sempre acabam recaindo sobre eles necessidades básicas como disponibilização de solo e instalação de infraestrutura urbana.

¹²⁴ Tradução livre da versão em inglês: “Today, forty years later, we find that proposals have become houses and neighbourhoods and suburbs and then entire cities, palpable manifestations of an abuse perpetrated first on the poor, and then on the not-so-poor. The proposals became cultural alibis for the most ferocious economic speculation and the most obtuse political inefficiency. [...] But we have a right to ask “why” housing should be as cheap as possible and not, for example, rather expensive; “why” instead of making every effort to reduce it to minimum levels of surface, of thickness, of materials, we should not try to make it spacious, protected, isolated, comfortable, well equipped, rich in opportunities for privacy, communication, exchange, personal creativity, etc. Nobody can be satisfied with an answer that appeals to the scarcity of available resources when we know how much is spent on wars, missiles and anti-missile systems [...]”.

¹²⁵ Espera-se que os futuros moradores não decidam por seu enclausuramento. Em conversa com três lideranças da proposta, no momento em que foi feita a visita ao terreno, isto estava fora de cogitação.



Figura 99: Planta do térreo do Conjunto Mutirão Tânia Maria. Fonte: USINA.

Outro ponto que distingue este caso em relação ao COPROMO é a dimensão e a conformação do terreno. Trabalha-se, aqui com um terreno menor, relativamente plano e sem nenhum grande complicador (Figuras 100-101) – diferentemente da situação comum, em que costuma haver inclinação muito acentuada ou proximidade a córregos e áreas de fragilidade ambiental (como em Sussuarana, no Candeal Pequeno e na Vila Nova Esperança).



Figura 100: Panorâmica do terreno onde será construído o Mutirão Tânia Maria. À direita, a Rua Neyde Mathias, que dá acesso ao terreno (mar. 2013).



Figura 101: Panorâmica a partir do limite nos fundos do terreno (mar. 2013).

O conjunto combina alta densidade com baixo gabarito (térreo mais três ou quatro pavimentos superiores), implicando numa taxa de ocupação também alta (Figura 99). Este arranjo se afasta da maioria das experiências de habitação social realizadas na esteira do movimento moderno (de forma consciente ou por mera repetição), mas não chega a ser novidade. Ele vem sendo continuamente revisitado desde a década de 1970, como alternativa de criação de boas condições de habitabilidade¹²⁶. As experiências conduzidas pela UDC no estado de Nova York são um exemplo disso¹²⁷, assim como outras indicadas no item “O dilema da tipologia” no capítulo 2.

A configuração dos blocos gera uma hierarquia de espaços que garante um sentido de privacidade aos moradores – sem que com isso impedir o acesso público às áreas comuns a própria evidência pública que daí pode decorrer (Figura 102). O uso das coberturas como área de socialização e lazer se agrega a isso, conferindo outra dimensão ao “espaço de evidência pública”, que vimos buscando nesta pesquisa. Parte das vagas para estacionamento ocupa um espaço próximo à quadra esportiva que poderia ser mais bem aproveitado como área pública (Figura 99), contudo essa questão pontual não compromete as possibilidades mais amplas de integração com a cidade.

¹²⁶ Se quisermos maximizar a função social do solo urbano, é preciso considerar também a realização de propostas de habitação de interesse social em prédios com gabaritos altos, que impliquem na construção de elevadores, por mais que este seja um dos maiores tabus da habitação social. Cabe não apenas investir na compra de maquinários mais resistentes, mas, sobretudo, criar um sentido de comunidade e de valorização do patrimônio comum entre os moradores, para se garantir a manutenção do prédio. Por exemplo, a inserção do uso comercial poderia garantir uma receita destinada à manutenção dos equipamentos.

¹²⁷ O trabalho da UDC em parceria com o IAUS resultou na elaboração de duas propostas para Nova York nos anos 1970 – uma delas, sob a coordenação geral de Kenneth Frampton, chegou a ser construída – e na exposição “Another Chance for Housing” (MOMA, IAUS e UDC, 1973). Ver também a exposição “Low Rise High Density Now”, organizada pelo departamento de Nova York do AIA (American Institute of Architects), realizada entre abril e junho deste ano de 2013, onde se deu especial atenção ao caso do *Marcus Gavey Park Village* (o referido projeto coordenado por Frampton) e às obras do grupo suíço Atelier 5 <<http://cfa.aiany.org/index.php?section=PE2013&expid=254>>.



Figura 102: Simulações em maquete virtual da proposta. Note-se o destaque dado às torres metálicas, certa variação de altura nos blocos e a relação entre as áreas públicas (tanto externas como internas ao conjunto).
Fonte: USINA.

O conjunto conta com três tipologias de apartamentos, de forma a tentar atender ao maior número de necessidades apontadas pelos futuros moradores durante as sessões de discussão do projeto (Figuras 103-105) – um dos tipos foi inclusive criado em função de tais discussões.

Duas das três tipologias têm varanda, e a outra tem um terceiro dormitório. A área total maior permite que os cômodos tenham dimensões confortáveis. Conseguiu-se ainda separar a lavanderia da cozinha, atendendo a uma demanda colocada pelos membros da comunidade, que parte do desejo de separar as roupas lavadas dos cheiros indesejados da cozinha. Características como essas demonstram a possibilidade de escapar aos padrões mínimos.

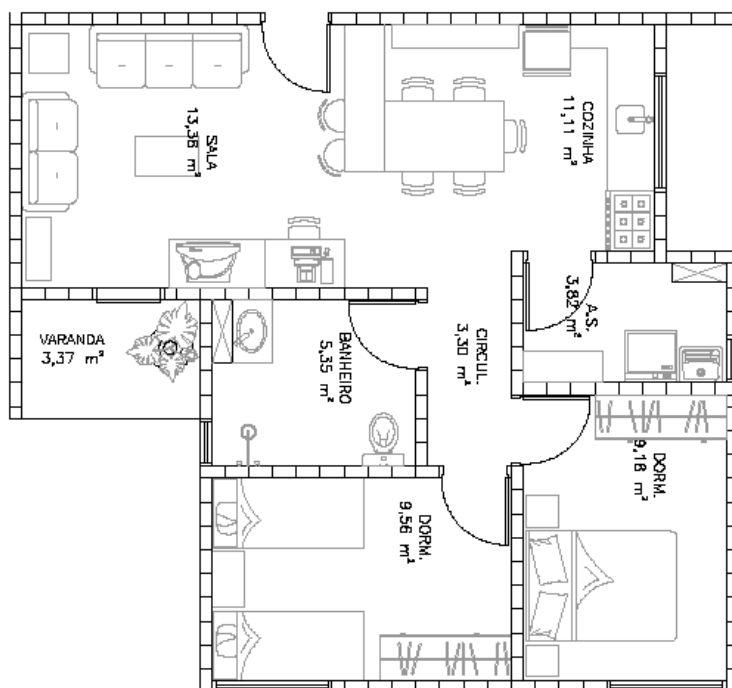


Figura 103: Tipologia A, com sala/cozinha, lavanderia, sanitário, dois dormitórios e varanda. Fonte: USINA.

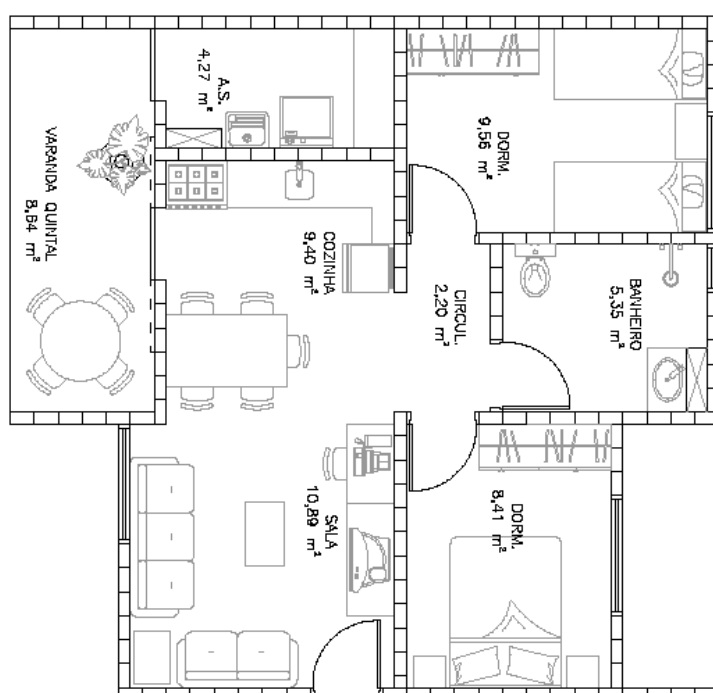


Figura 104: Tipologia B, com sala/cozinha, lavanderia, sanitário, dois dormitórios e varanda. Fonte: USINA.

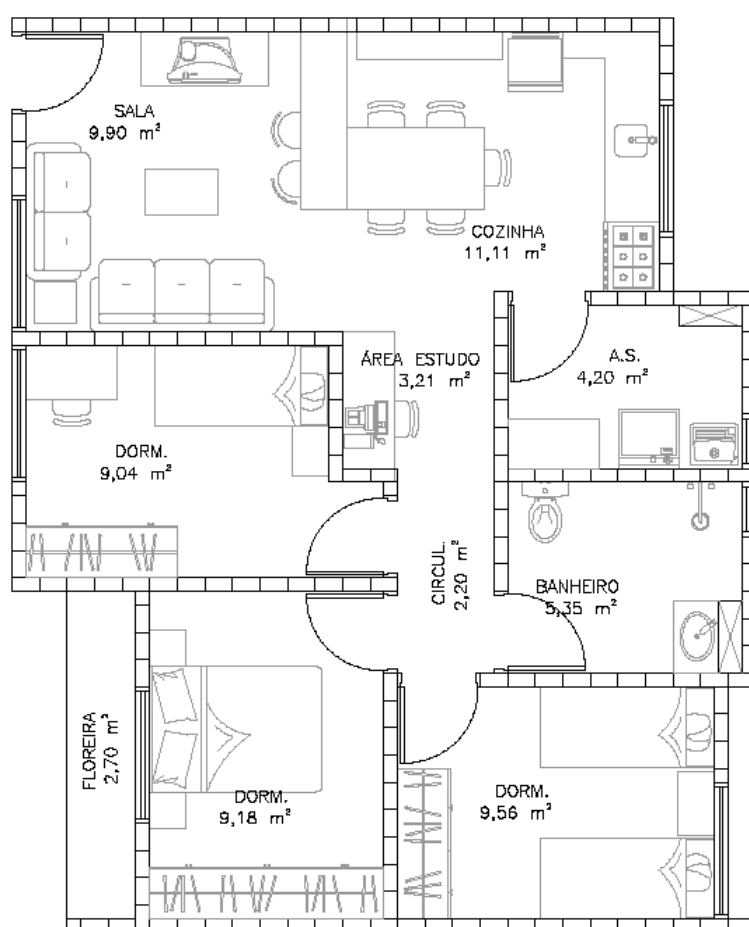


Figura 105: Tipologia 3, com sala/cozinha, lavanderia, sanitário, e três dormitórios. Fonte: USINA.

A solução da escada metálica montada antes da elevação das alvenarias, que facilita a execução da obra, e já vista no caso do COPROMO, é retomada neste projeto¹²⁸. A uniformidade do terreno, dos materiais e do sistema construtivo é tratada de forma engenhosa – as diferentes alturas dos blocos conferem uma movimentação à massa construída do conjunto, evitando que ele seja percebido como repetitivo e amorfo.

Como se viu no caso do COPROMO, somente a execução da obra e os usos que os moradores farão dos espaços darão forma final à arquitetura. Não obstante, esta ligeira análise empreendida sobre o COPROMO e o Mutirão Tânia Maria evidencia as vantagens destas obras quando comparadas à maior parte do que se produz no campo de HIS no Brasil – em termos de relação com a cidade, generosidade e efetiva apropriação dos espaços comuns, área construída privativa e desenvolvimento do processo participativo (tanto no desenvolvimento do projeto quanto em sua construção).

Não apenas porque se trata de uma leitura ligeira, mas também por conta de a obra ainda não ter sido iniciada, o caso do Tânia Maria acaba por nos parecer, dentre o conjunto de propostas analisadas nesta pesquisa, como aquele onde arquitetura e cidade se mostram, ao final, impregnadas uma da outra. Com isso estamos tentando, também, problematizar a famosa sentença de João Villà (VILLÀ et al., 1993), mas tomando o cuidado para não se interpretar que se trata de impregnar a periferia de algo diferente, a que se poderia chamar de “arquitetura”. No caso do Mutirão Tânia Maria, é evidente a necessidade sentida por todos os envolvidos (técnicos e futuros moradores) em trazer também a dimensão urbana para dentro do conjunto que está sendo projetado.

Estamos nos valendo, por certo, do fato de que as aberturas utópicas ainda não foram completamente fechadas – apesar de muitas constrições já terem se colocado de forma incisiva sobre a proposta – para entendê-la como aquela onde a utopia de cidade e arquitetura, impregnadas, se não aparece já como realização efetiva, já se evidencia, ao menos, como promessa.

¹²⁸ A USINA chegou a trabalhar com prédios com estrutura inteiramente metálica, no *Conjunto Paulo Freire*, com boa recepção dos moradores ao conjunto (LAGO, 2012). A equipe do escritório também se mostrou satisfeita com o resultado, mas comentou que não seria o caso de usar novamente uma estrutura metálica na totalidade da obra, porque o custo sairia muito alto.

3.5 | Vila Nova Esperança / Rocinha, em Salvador-BA (2007-), ou “Você Tem de Correr o Mais que Pode para Continuar no Mesmo (?) Lugar”¹²⁹

O terreno onde vai ser implantado o projeto da Vila Nova Esperança está localizado no chamado Centro Histórico de Salvador (CHS), na faixa entre a Rua das Portas do Carmo (Rua Alfredo de Brito, que faz a ligação entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho) e o Taboão, na Cidade Baixa (Figuras 106-107). Uma localização certamente privilegiada, conseguida por meio da contínua resistência de seus moradores frente às constantes ameaças de remoção forçada e do processo que tende à gentrificação no Pelourinho.

A idealização da proposta em questão e os desdobramentos que levaram à sua realização vêm de 2007 (a obra encontra-se em andamento, embora muito atrasada), e já foram realizados outros trabalhos e pesquisas que abordam o caso estudado, como o Trabalho Final de Graduação realizado por Jurema Cavalcanti (2008) na FAUFBA; os relatórios técnicos, produzidos por um comitê da Prefeitura de Salvador e do Governo do estado da Bahia; e artigos publicados em periódicos e seminários¹³⁰. O projeto teve sua repercussão ampliada após ser premiado pelo departamento de São Paulo do IAB na categoria “Produção Pública” de Habitação de Interesse Social, em 2008.

A apresentação da proposta precisa retroceder à ocupação da área, conhecida anteriormente como “Rocinha” ou “Rocinha do Pelourinho”, que resistiu inclusive à realização do Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, realizado no começo dos anos 1990, durante a gestão de Antônio Carlos Magalhães no governo do estado da Bahia.

A resistência dos moradores da Rocinha se soma às lutas por moradia no CHS, como os casos do Prédio dos Alfaiates e da área onde está sendo realizada a 7ª Etapa da Requalificação do CHS, entre outros tantos que permanecem fora dos planos e programas de habitação desenvolvidos pelo governo.

A Vila Nova Esperança se soma às iniciativas de legalizar e melhorar as condições de moradia de famílias pobres no CHS, como as propostas de Demetre Anastassakis e outros escritórios, realizadas por volta de 2005, no âmbito do Programa Monumenta, além das propostas indicadas como

¹²⁹ Estamos, aqui, fazendo menção a uma conhecida passagem de “Através do Espelho” [1871], de Lewis Carroll. Na edição brasileira “Alice: Edição definitiva”, de 2002, lê-se:

“Bem, na *nossa* terra”, disse Alice, ainda arfando um pouco, “geralmente você chegaria em algum outro lugar... se corresse muito rápido por um longo tempo, como fizemos.”

“Que terra mais pavorosa!” comentou a Rainha. “Pois *aqui*, como vê, você tem de correr o mais que pode para continuar no mesmo lugar. Se quiser ir a alguma outra parte, tem de correr no mínimo duas vezes mais rápido!” (CARROLL, 2002, p. 135. Grifos originais).

No texto original, Lewis Carroll usar o termo “country”, que pode ser interpretado para além de “terra”, mas também à noção de “país”, termo muito recorrente na literatura utópica, e aqui, funcionando como uma ardilosa crítica de Carroll à Inglaterra do final do Oitocentos e, por assim dizer, à própria literatura utópica, dado que o “mundo imaginário” onde Alice se refugia apenas põe em evidência, através do exagero, as muitas contradições e loucuras do próprio mundo real. Note-se também a ironia presente em todo o texto – tanto neste quanto no anterior e mais conhecido “Alice no País das Maravilhas” [1865] – com os espelhamentos (e suas distorções da realidade) e repetições. Ver texto original em: Lewis Carroll. *Alice’s adventures in Wonderland & Through the looking-glass – and what Alice found there*. Londres: CRW, 2004.

¹³⁰ A importância do caso do projeto “Vila Nova Esperança”, com relação ao direito à cidade e à possibilidade de trabalhar com Habitação de Interesse Social em centros urbanos, utilizando-se do instrumento de ZEIS, foi analisado com propriedade no artigo de Aparecida Teixeira e Maria Teresa do Espírito Santo (2009) e na tese de Laila Mourad (2011). Ver também como o assunto foi abordado em Teixeira (2012), no diagnóstico elaborado pelo Instituto Pólis sobre moradia em áreas centrais (INSTITUTO PÓLIS, 2012) e no relatório organizado por Peter Ward, da Universidade do Texas, ao analisar boas práticas de reabilitação arquitetônica e urbana na Europa, Estados Unidos, Canadá e América Latina (WARD, 2011).

“incentivo ao uso habitacional” pelo Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador (BAHIA e ERCAS, 2010, p. 295-298). Por suas limitações de escopo, esta pesquisa não pode abranger tais experiências – mas ressalte-se a fragilidade do corpo de estudos sobre seus resultados no momento posterior à ocupação¹³¹.

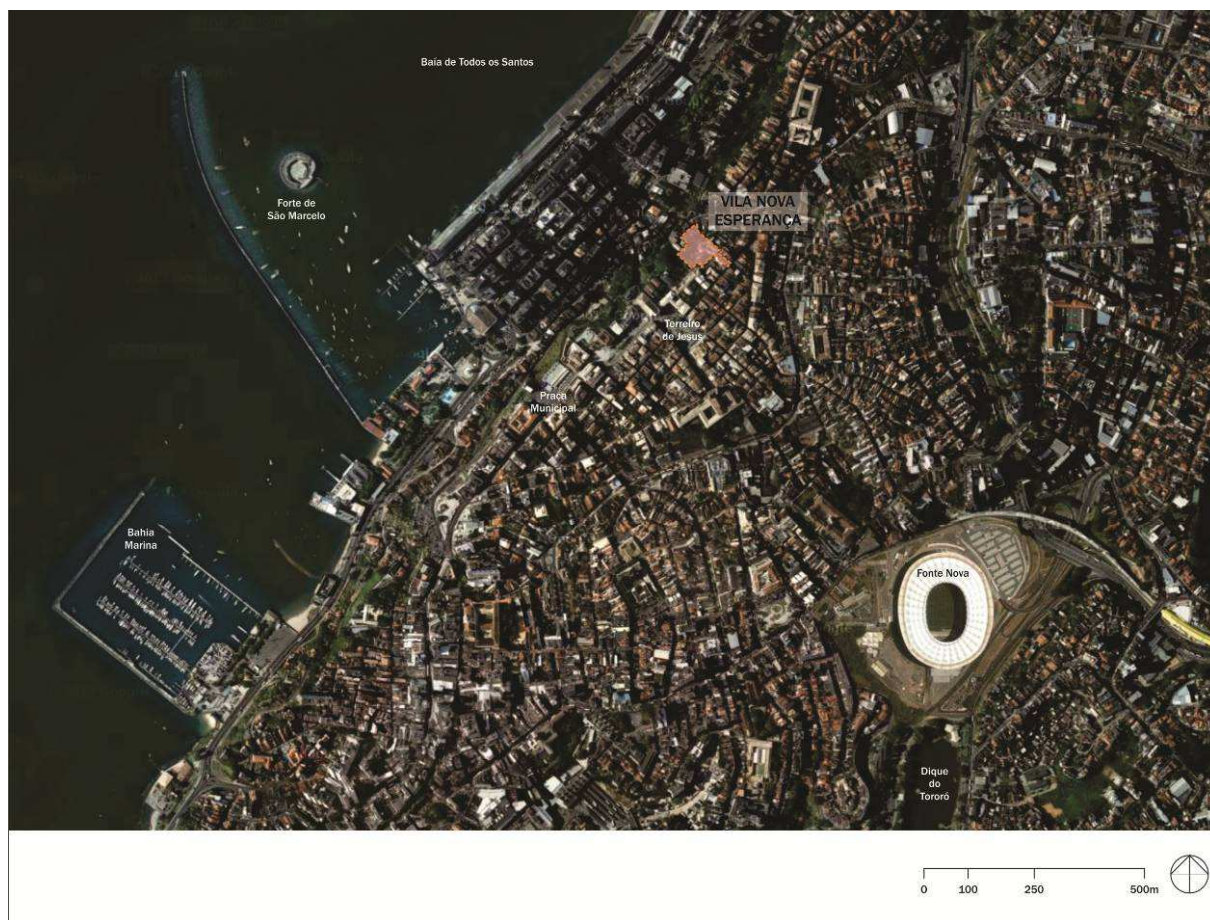


Figura 106: A localização da área onde está sendo construída a Vila Nova Esperança e sua relação com o Centro de Salvador. Fonte: Google Maps (modificado).

Neste caso, apesar da área estar inserida numa ZEIS, prevista no PDDU de Salvador (Figuras 107-108), a realização da proposta foi iniciada sem que o instrumento estivesse de fato regularizado. Em Salvador, apesar de o PDDU ter sido aprovado (com muitas restrições) em 2008, apenas em 2010 foram iniciadas as atividades que visam a regularizar o instrumento, processo que ainda está em fase de elaboração. Na área do CHS, a regularização do caso da ZEIS localizada na área da 7ª Etapa permanece em fase de elaboração¹³².

Assim, a proposta interessa à pesquisa por permitir trazer à tona as lutas pelo direito à moradia em

¹³¹ Em seminário organizado pelo ERCAS em 2001, nem mesmo as propostas concluídas foram analisadas com propriedade. Assim, para uma leitura mais próxima dessas experiências, ver o depoimento de Demetre Anastassakis no relatório da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central, da Câmara Municipal de São Paulo (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2001, p. 21-23); e o relatório do Projeto Reabilita, conduzido pela Escola Politécnica da USP, pela UCSal e pela UFRJ, onde se analisam (sem muito aprofundamento) obras de reabilitação de edificações em centros antigos para implantação de Habitação de Interesse Social, entre as quais algumas no CHS (ZMITROWICZ e BOMFIM, 2007).

¹³² Para mais informações sobre o processo de regularização das ZEIS em Salvador, ver o site do Programa de Regularização <<http://www.zeis.salvador.ba.gov.br/>>, que está sendo realizado numa parceria entre a Fundação Mário Leal Ferreira (órgão de planejamento municipal) e a organização Cities Alliance.

meio a um centro histórico. Possibilita, especificamente, analisar como se tem avançado na aplicação do instrumento das ZEIS nesses contextos.

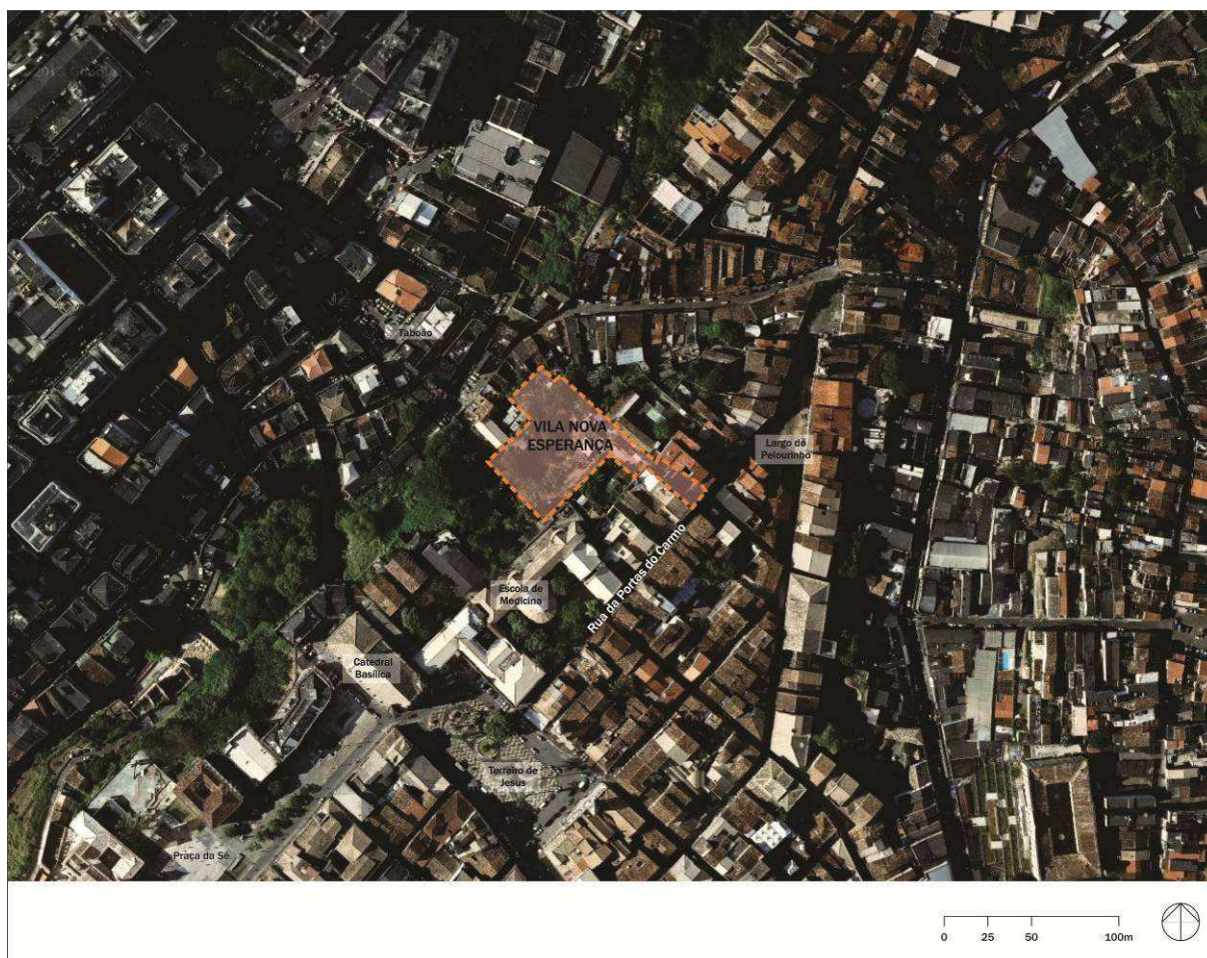


Figura 107: A localização da área onde está sendo construída a Vila Nova Esperança e sua vizinhança imediata. Fonte: Google Maps (modificado).

Interessa também o fato de a habitação ter sido incluída na pauta da Secretaria de Cultura do Governo do Bahia. Em que pese o comprometimento quase pessoal do Secretário de Cultura do Estado, Márcio Meirelles – sua posse no cargo, realizada em 2007, aconteceu justamente na Rocinha – o caso sinaliza para a possibilidade de a arquitetura ser de fato entendida dentro do espectro mais amplo da produção cultural. Espera-se, no entanto, prosseguir avançando, de forma que tal reconhecimento possa prescindir da vinculação a áreas valor cultural reconhecido institucionalmente.

Interessa ainda por estabelecer uma relação adequada entre arquiteturas novas em preexistências consolidadas. Grande trecho da falha geológica de Salvador, como se sabe, está inserido na Poligonal de Proteção Rigorosa do IPHAN, dentro também dos limites da área que é considerada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO desde 1985.

Segundo depoimentos de técnicos da CONDER e dos arquitetos envolvidos com o desenvolvimento da proposta, a decisão pela permanência dos moradores no mesmo local onde viviam foi, desde o começo, um assunto delicado. As diferenças se dão no modo como se entende a questão. A arquiteta Etelvina Rebouças e o engenheiro Luis Pereira, que acompanham o desenvolvimento do projeto e

das obras, mostram reticência com relação à manutenção da ocupação ou, sendo um pouco mais flexíveis, questionam a manutenção de um número muito grande de famílias no mesmo local.

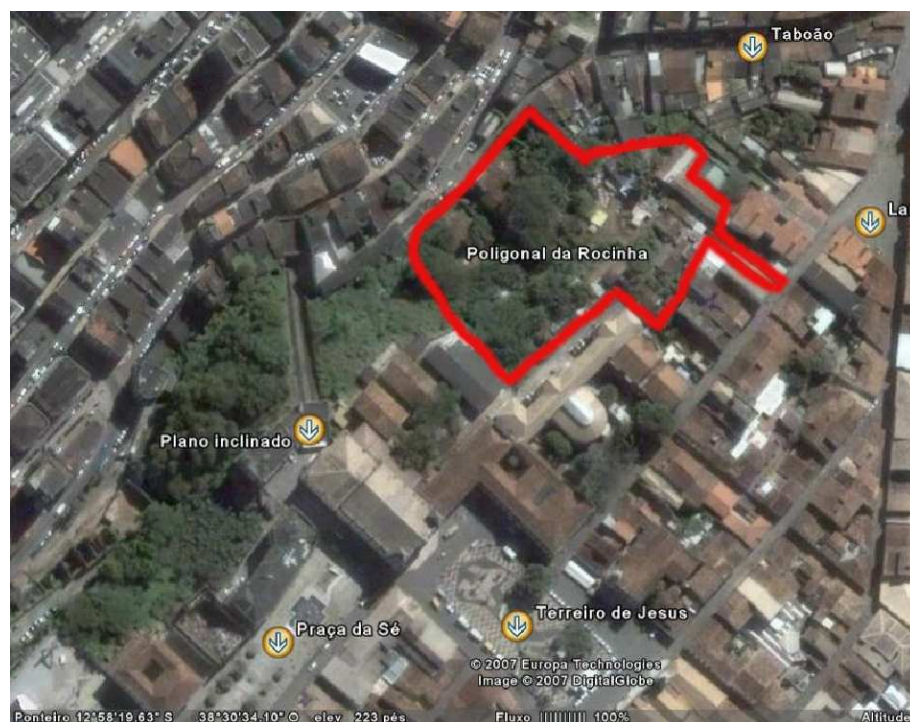


Figura 108: A demarcação da ZEIS Vila Nova Esperança, conforme indicado pela CONDER e pelo Grupo Técnico responsável. Fonte: Teixeira e Espírito Santo, 2009.

Segundo estes depoimentos, assim como ou outras iniciativas de habitação, no caso da Vila Nova Esperança o número de famílias inicialmente cadastradas aumentou depois de anunciada a realização da proposta. Etelvina Rebouças argumenta que poderia ter sido pensada a realocação de parte dessas famílias para alguns dos muitos casarões desocupados no CHS, para evitar uma ocupação muito densa na área da Rocinha.

Concordamos com esse posicionamento, e acrescentamos que, se o número de famílias fosse reduzido, seria possível ter maior área nas unidades habitacionais, evitando o principal elemento que pesa de forma negativa no projeto, conforme abordaremos em seguida.

Os arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci demonstraram desconfiança inicial, sobre a permanência das famílias no mesmo terreno, mas comentaram que foram se convencendo disto à medida que entraram em contato com os moradores, com a decisão compartilhada entre estes e a Secretaria de Cultura do estado, com as primeiras tentativas de elaboração do projeto.

Após a contratação da obra, no momento de preparação do terreno, verificou-se que o primeiro levantamento topográfico tinha sido mal executado a ponto de interferir decididamente no projeto, que precisou passar por uma grande revisão. Damos preferência, a trabalhar com o projeto final, que está sendo executado.

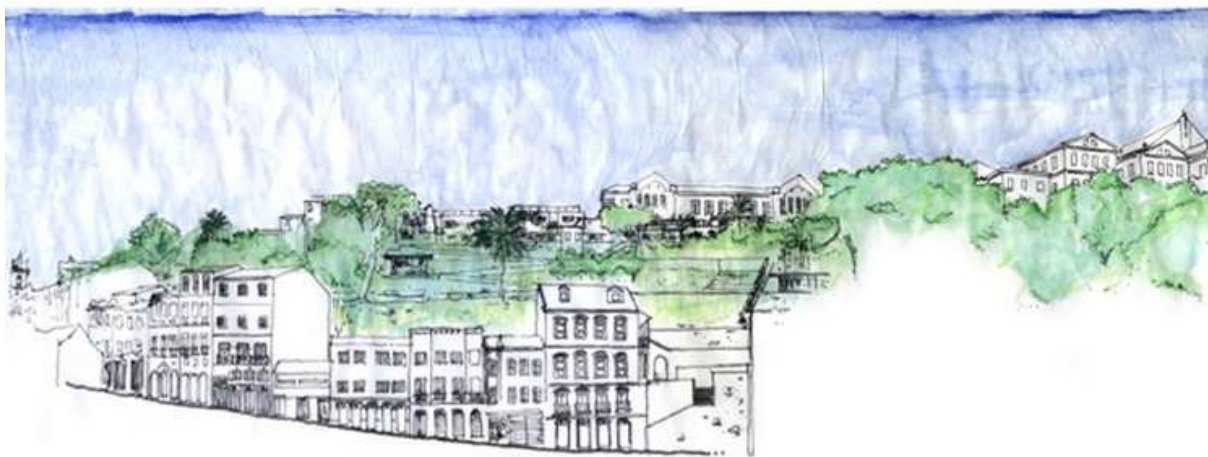


Figura 109: Croquis ilustrando a relação entre a proposta e a Falha Geológica de Salvador (desenho de F. Fanucci, aquarela de M. Ferraz). Fonte: Brasil Arquitetura.

Ainda segundo o depoimento dos arquitetos do escritório Brasil Arquitetura, as modificações acabaram sendo salutares, porque o novo levantamento topográfico permitiu entender melhor o próprio terreno e identificar com mais precisão as antigas fundações e obras de contenção da encosta historicamente incorporadas ao lugar, que serviram como guias do projeto (Figuras 109-111). Sobre o que deve ser preservado na área da Rocinha, o arquiteto comenta:

Logo de cara, você vê que ali tem que continuar sendo verde. Mais do que está hoje. Precisamos repor essa paisagem que foi agredida. As muralhas de contenção que estão ali escondidas, pouca gente sabe, são talvez uma obra de importância histórica maior que a de muitos casarões do centro. É um projeto para revelar isso, para dizer: “Olha, muita gente trabalhou lá atrás; olha a obra feita por engenheiros e escravos, que carregaram pedras e fizeram essas muralhas fantásticas”. (FERRAZ e FERNANDES, 2008, p. 12)

A proposta inicial pretendia atender de forma ampla aos desejos de uma cidade mais integrada e justa, prezando pela abertura da área para a cidade. A Rocinha, estigmatizada como área “periférica” bem no centro da área histórica, associada ao tráfico de drogas, converter-se-ia num lugar onde os moradores tiveram o seu direito à moradia respeitado, ao passo em que serviria eixo de circulação entre as cidades Alta e Baixa, com acessos públicos em um dos sobrados na Rua das Portas do Carmo (por onde sempre se teve acesso à Rocinha) e um dos sobrados no Taboão. Implantar-se-ia também um conjunto de atividades – cozinha-escola, biblioteca, estúdio multimídia e oficina de usos múltiplos – que sinalizam para o atendimento das demandas dos moradores e também de uma comunidade mais ampla.

A dimensão urbana do projeto seria extremamente fértil – na melhoria do fluxo entre dois bairros vizinho, mas isolados, assim como na convivência entre público e privado – sendo mesmo possibilidade de criação do chamado “espaço de evidência pública”. Contudo, os próprios moradores da Vila Nova Esperança, assim como os vizinhos ao terreno, se manifestaram contrários à manutenção deste princípio. Tanto os arquitetos do Brasil Arquitetura como todos os técnicos e consultores entrevistados se mostraram insatisfeitos com o descaminho tomado. Em conversas com os técnicos da CONDER, comentou-se que ao final de contas ficou estabelecido que a decisão seria encarada como exigência da Segurança Pública, mas sabe-se que a decisão partiu dos próprios

moradores e dos vizinhos, a partir do relato e da análise cuidadosa de Teixeira e Espírito Santo (2009), que participaram do Grupo Técnico que elaborou as diretrizes urbanísticas para a proposta.

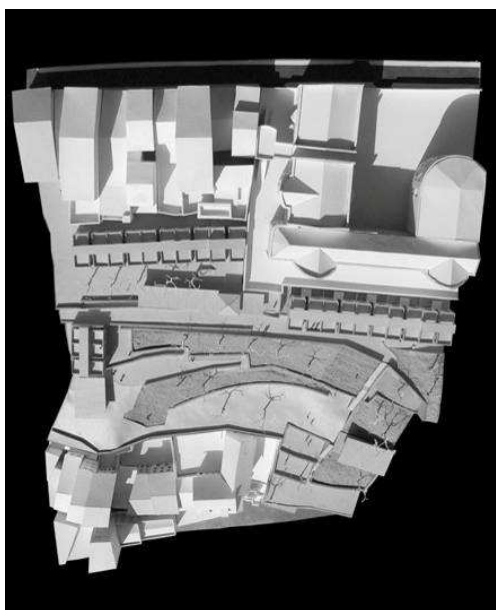


Figura 110: Foto da maquete da proposta. Notem-se os casarões a Escola de Medicina, em primeiro plano, e os diversos patamares criados no terreno, propondo a ligação entre as cidades Alta e Baixa. Fonte: Brasil Arquitetura.

Figura 111: Croquis ilustrando a implantação da proposta (desenho de F. Fanucci, aquarela de M. Ferraz). Fonte: Brasil Arquitetura.



Isto força a retomada do questionamento sobre até quando os problemas de segurança pública serão resolvidos pelo encarceramento dos espaços e não pela sua abertura. A proposta, a princípio, abre todas as prerrogativas para que se instale também um processo de melhorias na região do Taboão, que mantém uma dinâmica importante na cidade, por ser conhecida por suas muitas papelarias, além de restaurantes que atendem ao bairro do Comércio e adjacências. Abre-nos, também a possibilidade de lembrar como não é interessante pensar na realização de obras deste porte como operações isoladas, sem relação com outros projetos e programas vinculados a outras instâncias do governo.

Este “voltar atrás” depois de uma longa trajetória de lutas, estudos e proposições, que culmina com a decisão em manter a área isolada, permite refletir sobre como levar adiante a empreitada da utopia parece ser, mesmo, um eterno “correr duas vezes”, como descreve Lewis Carroll em “Através do espelho”. Só não é possível, aqui, reduzir-se a um corolário que tudo se mantém “no mesmo lugar” –

daí nossa interrogação inserida na frase citada no intertítulo.

Para as unidades habitacionais, adotou-se uma solução relativamente comum, e engenhosa, de sobrado ocupado por duas famílias, onde quem ocupa o térreo tem à sua disposição uma área com quintal (e que, em alguns casos, já se pensa como área para futura ampliação), e quem ocupa o andar superior conta com um terraço. As unidades estão agrupadas em blocos, implantados nas cotas mais altas do terreno, de forma a se inserirem na massa construída da Cidade Alta, mantendo a encosta verde nas cotas inferiores. A tipologia não apresenta grandes problemas e se mostra como uma escolha acertada. A simplicidade com que foram projetadas não contrasta de forma exagerada com as arquiteturas mais antigas, e os terraços, que serão apropriados pelos diferentes moradores, são ligados por uma laje contínua, que reforça a unidade do conjunto (Figuras 112-113).

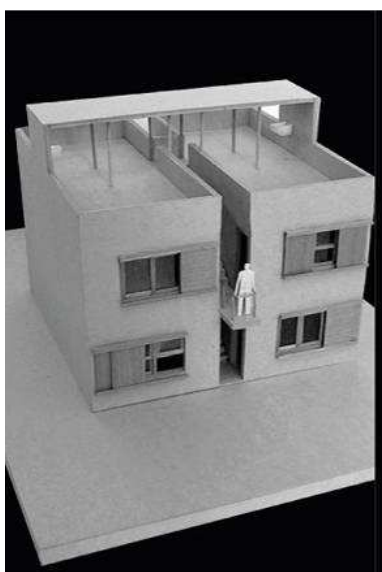


Figura 112: Fotos da maquete, destacando o sobrado proposto para as unidades habitacionais.



Figura 113: Foto da maquete, destacando-se o conjunto de sobrados, alinhados, em relação a sua vizinhança imediata – os fundos dos casarões da Rua das Portas do Carmo e os fundos da Escola de Medicina. Fonte: Brasil Arquitetura.

Preocupa a área extremamente reduzida de cada unidade (módulo básico tem por volta de 36m²). A primeira versão da proposta para as unidades gerou certa polêmica ao ser apresentada (Figura 114), pois contava apenas com um dormitório, e para o sanitário não estava prevista a exaustão natural – ponto que pesou de forma negativa¹³³.

A proposta das unidades passou por uma revisão e chegou-se à solução final com sala / cozinha, dois dormitórios e um sanitário, cuja exaustão se dá pela área comum entre os sobrados (Figura 115). A mudança não consegue gerar grande melhoria para a unidade – acabou-se por dividir um dormitório de casal generoso da primeira proposta em dois dormitórios que provavelmente ficarão aquém das necessidades dos moradores. Numa previsão de leiaute, é notável a dificuldade de se disporem camas e guarda-roupas de forma satisfatória.

¹³³ Comenta-se que, ao ser questionado sobre a solução precária dada aos sanitários, o arquiteto Marcelo Ferraz teria usado o argumento de que a ventilação das casas na Bahia se fazia como descrito nas músicas de Dorival Caymmi, pelas brisas que correm do mar. Não temos registro da suposta fala, estamos no apoiando em depoimentos de técnicos da CONDER e da SEDUR.

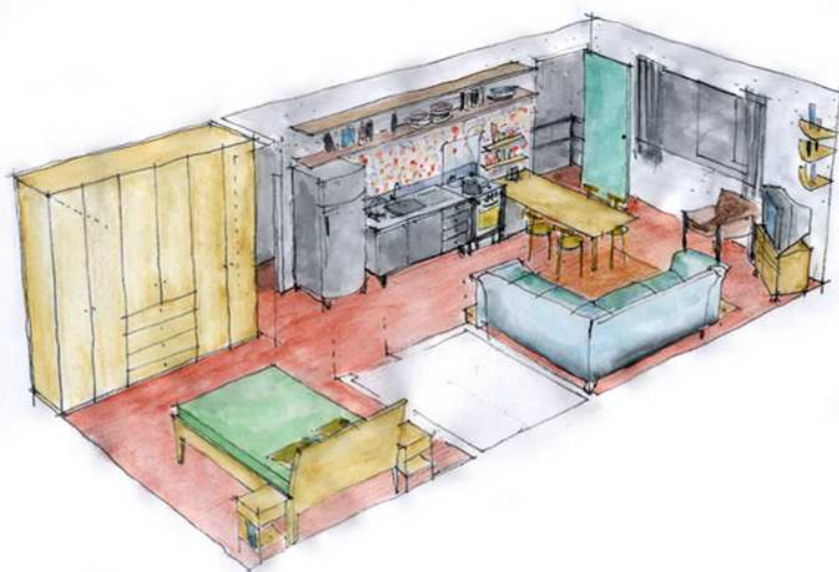


Figura 114: Croquis ilustrando a solução inicial para as unidades habitacionais. Fonte: Brasil Arquitetura

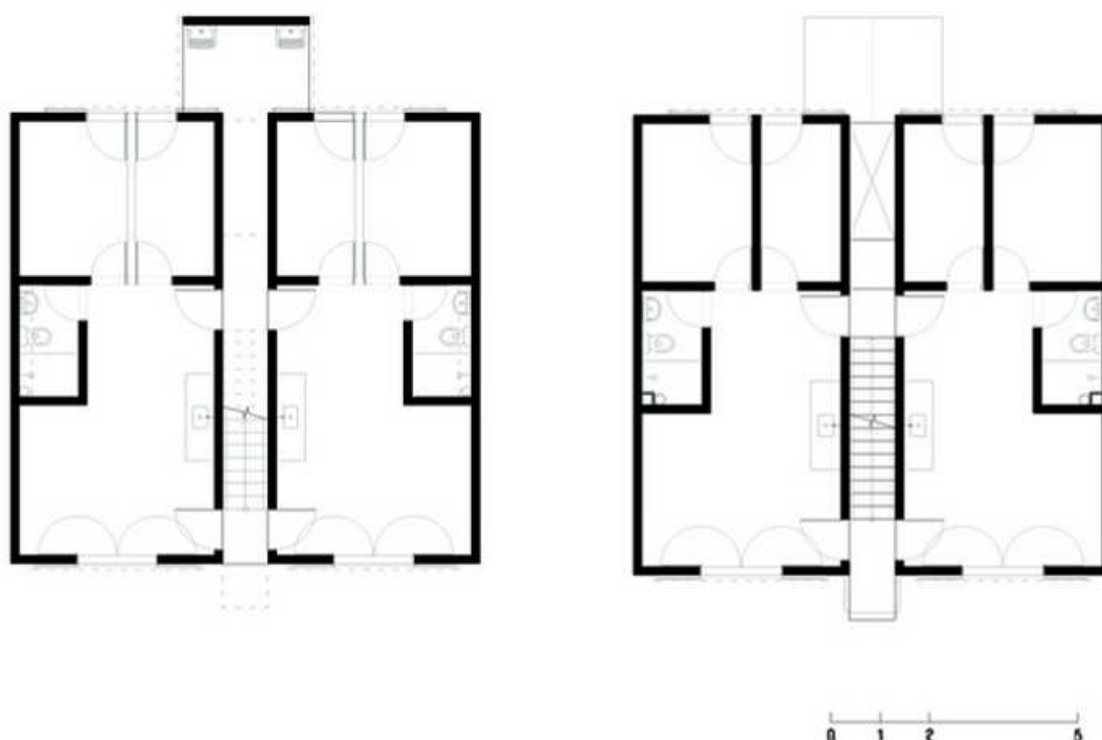


Figura 115: Plantas baixas com a solução dos sobrados geminados. Fonte: Brasil Arquitetura.

Tem havido dificuldades ao longo das obras. Desde o começo da empreitada, já foram realizados dois editais para contratação de construtoras, dado que a primeira contratada abandonou a obra depois de alguns meses. Entre a primeira vista ao terreno, realizada em novembro de 2012, e a

segunda visita, realizada em março de 2013, os avanços foram limitados¹³⁴. Até então, contava-se apenas com a preparação inicial do terreno (Figura 116), as fundações do primeiro grupo de sobrados e as primeiras fiadas de uma das unidades.



Figura 116: Panorâmica no terreno da Vila Nova Esperança, no trecho onde será implantando um dos blocos com unidades residenciais. Notem-se, ao fundo, as torres da Igreja de N. Sra. do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, da Igreja de N. Sra. do Carmo e da Igreja da Ordem Terceira do Carmo (mar. 2012).

O tratamento dado aos patamares criados dentro do terreno parece acertado. A circulação entre eles, já perceptíveis na preparação do terreno, apontam para a criação de percursos agradáveis ao pedestre (Figura 117), e o projeto executivo prevê a construção de rampas de modo a permitir o acesso desimpedido a pessoas com necessidades especiais aos principais equipamentos da proposta.

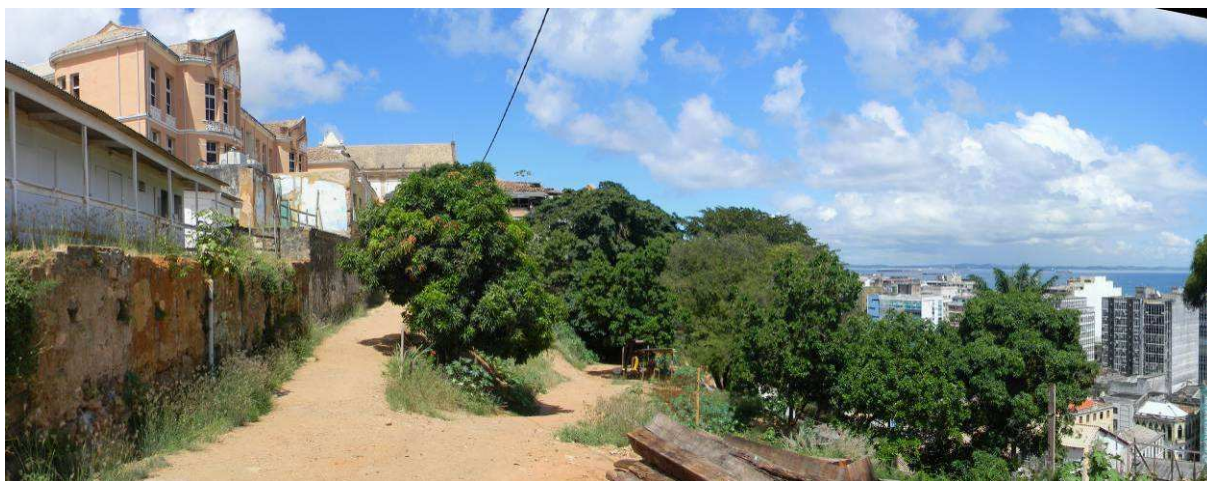


Figura 117: Panorâmica no terreno da Vila Nova Esperança, na interseção entre os níveis do terreno. No canto superior direito, os fundos da Escola de Medicina (mar. 2012).

Assim, persiste o mérito na dimensão urbana do projeto, expressa nos espaços projetados para o convívio, tanto nas pequenas praças e patamares dispostos no terreno, que servirão como

¹³⁴ As visitas realizadas em março de 2013 coincidiram com o momento em que os operários estavam em greve, por conta de atrasos no pagamento, que deveria ser feito pela nova construtora contratada.

belvederes para contemplação da Baía de Todos os Santos e da Cidade Baixa (Fig. 118). Ao mesmo tempo, perdeu-se o eixo de ligação entre o Pelourinho e o Taboão, que seria viabilizado. Lamenta-se que um dos principais elementos da proposta já esteja comprometido antes mesmo de sua realização. É como se a utopia, tanto neste caso como no do COPROMO, variasse para uma espécie degenerada de heterotopia¹³⁵.



Figura 118: Panorâmica no terreno da Vila Nova Esperança, com vista para a Cidade Baixa e a Baía de Todos os Santos (mar. 2012).

Não se afirma aqui que tudo se mantém exatamente como estava. Questiona-se em que medida a moradia projetada será satisfatória, com uma área tão reduzida, e permanecendo relativamente isolada – diz-se “relativamente”, considerando o conjunto de atividades do programa que atenderão à comunidade mais ampla. Apesar destes reveses, a proposta traz contribuições importantes quando inserida no conjunto de propostas para HIS, principalmente por evidenciar a possibilidade de garantir o direito à moradia da população pobre nos centros das cidades. Uma iniciativa que deve ser expandida não apenas dentro dos limites do CHS, mas também a outras regiões centrais da cidade, como na luta para garantir moradia aos ocupantes de edifícios subutilizados no centro da cidade, e nas iniciativas que estão realizadas no Bairro 2 de Julho.

Sem querer ceder a um pessimismo raso nem a uma idealização ingênua, é de se esperar, então, uma “segunda corrida”, na expectativa que a vivência deste espaço ganhe a dimensão mais ampla que ele pode oferecer. A constituição da esfera pública, no seu sentido agônico, por certo não se encerra com o fim das obras, mas segue em permanente disputa.

¹³⁵ Seria o caso de se pensar em que medida o projeto *Exodus* [1972], desenvolvido por Koolhaas, Vriesendorp e o casal Zenghelis, já antecipa a situação destes moradores que poderão acabar vivendo, ao final, como “prisioneiros voluntários” da arquitetura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais empreende-se um esforço de síntese que permita entender melhor o conjunto das obras, sem qualquer pretensão conclusiva. As propostas analisadas carregam, em alguma medida, o conjunto de *pulsões utópicas* em jogo na sua elaboração, lembrando aqui a consideração de que, como indicado na introdução da dissertação, estas pulsões passaram por grandes constrições até chegar ao resultado final (tanto nas obras finalizada como as que ainda estão em andamento).

De antemão, as obras já se mostram como propostas de habitação de interesse social que foram desenvolvidas a partir de uma reflexão bem informada sobre o tema. Em todos os casos, as equipes contavam com profissionais que de alguma forma se mostram comprometidos com a atuação junto à esfera pública, muitos deles já tendo construído uma sólida experiência com a elaboração / gestão de projetos e programas habitacionais.

Num cenário onde a produção de habitação no país volta-se à realização de grandes obras de urbanização e de habitação em áreas afastadas dos grandes centros, reproduzindo de forma acrítica os mesmos modelos – alguns deles, inclusive, em débito com as já muito criticadas experiências do BNH – a crítica empreendia por Comas nos anos 1980 ao “espaço da arbitrariedade” dos conjuntos típicos do BNH se mostra cruelmente atual. E neste sentido, as obras analisadas ajudam a problematizar a questão da “possibilidade” de novas soluções para a habitação de interesse social, fruto de uma reflexão séria e comprometida não apenas com os resultados diretos do projeto de habitação, mas também com um projeto mais amplo, para a cidade como um todo.

Os casos do *COPROMO* e do *Mutirão Tânia Maria*, ambas propostas desenvolvidas pela USINA, podem ser entendidas como resultado do conjunto de experiências pioneiras com o sistema de autogestão/mutirão no Brasil. Assinalam para os principais avanços e enfrentamentos com os quais se lida nestas situações: avança-se muito na reflexão sobre o próprio sistema, o que permite, por exemplo, o aperfeiçoamento do processo participativo e a maneira de estabelecer relações com a esfera pública.

Ainda com relação aos casos estudados na Região Metropolitana de São Paulo, destaca-se em ambas as propostas o domínio, na escala urbanística, das diferentes hierarquias entre espaços públicos e privados, criando zonas intermediárias que permitem a gradação na sua transição e a abertura para a apropriação por parte dos moradores. No caso do *COPROMO*, como foi bem salientado no momento de sua análise, ressurte-se o fato de que o conjunto não se expanda em direção à cidade. No caso do *Tânia Maria*, é difícil prever como será a finalização da obra e sua futura apropriação, mas já estão colocados, no projeto, os elementos que permitirão uma relação de trocas mais consistentes e duradoras entre o conjunto, o bairro e a cidade. Também é o caso de se pensar que na atuação da USINA empreende-se um esforço em lançar novas possibilidades não apenas para o projeto de arquitetura, mas, antes de se repensar o processo de produção da arquitetura como um todo, aproximando-se, assim, do que vimos colocados por Tafuri como a expectativa pela criação

de um “novo técnico”.

Nos casos do *Candeal Pequeno* e de *Sussuarana*, em Salvador, lidamos com projetos de urbanização de favelas. A principal contribuição a ser tirada das propostas é a necessidade de continuar tendo em mente a importância destas empreitadas – ainda mais importantes no contexto de criação de mais e mais “bairros sem cidades” como os que vêm sendo construídos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. É bem verdade que se perde muito do impulso utópico das primeiras experiências de urbanização destas áreas ditas informais e que os processos de participação – tão caros a esse tipo de atuação, do ponto de vista histórico – estão reduzidos a uma atuação engessada e, de certa forma, tirânica (para usar os termos colocados no debate apresentado no capítulo 2), uma vez que esta participação dos moradores é muito restrita e acaba se tornando mais uma *obrigação* do que o *exercício de um direito*.

Ainda com relação a estes casos, quando comparados entre si, assinalam para posturas bastante distintas em pelo menos dois aspectos. Primeiro, na relação do Estado com o desenvolvimento das propostas: no caso do *Candeal Pequeno* tratava-se de uma situação mais experimental, onde houve grande margem de negociação que deu abertura para inclusão de soluções arquitetônicas e urbanísticas e para aquisição de terrenos não previstos no começo da proposta que alteraram significativamente o alcance do projeto, gerando melhorias. No caso de *Sussuarana* a ação do Estado já se mostra muito mais burocratizada, com pouca margem para a crítica ao que foi estabelecido inicialmente e para a criação de arranjos que pudessem gerar melhorias para o projeto.

Do ponto de vista das soluções arquitetônicas e urbanísticas, propriamente ditas, notam-se também posturas distintas. Em ambos os casos, enfrenta-se o problema de dar forma a uma pré-existência já consolidada, mas enquanto no caso do *Candeal* as soluções se pautaram pela interferência mínima do ponto de vista arquitetônico, no caso de *Sussuarana* as tensões entre a forma (nova) e o informe (o bairro, e por extensão, a própria cidade) foram muito mais evidentes, cabendo ainda esperar para a finalização das obras e sua futura ocupação para vislumbrar melhor em que medidas esta tensão gera positivities.

No caso da Vila Nova Esperança, vemos a possibilidade de se atuar com propostas de habitação de interesse social nos centros antigos de cidades grandes o que – se feito de maneira adequada – pode assinalar para a possibilidade de se continuar investindo na recuperação urbanística de centros históricos, sem prejudicar com isso a dinâmica das famílias residentes mais pobres.

De forma geral, assinala-se para a necessidade de construção mais sistematizada de uma cultura de projetos de HIS no Brasil, sobretudo quando estudamos o conjunto de obras contemporâneas às que foram analisadas nesta pesquisa. Fica evidente um despreparo por parte do Estado, sobretudo dentro do que foi visto nos casos em Salvador, em fomentar um debate mais bem informado sobre o problema da habitação social em grandes centros urbanos.

Uma impressão mais geral sobre a produção de habitação social se mantém ao final da pesquisa – a de que não é possível alcançar resultados amplamente satisfatórios quando os projetos de habitação estão completamente desvinculados de um projeto claro para a cidade. Este é o momento de se

pensar, também, na importância de um debate teórico consistente que permita refletir de forma e crítica e propositiva com relação ao que vem sendo realizado no Brasil.

No levantamento dos debates estrangeiros que permitiram criar o panorama do debate teórico entre os anos 1960-200, uma imagem-força perseguiu boa parte da realização da pesquisa, pelo menos depois do primeiro exame de qualificação. Numa palestra realizada em 1998, numa das *ANY Conferences*, intitulada “O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária”, Fredric Jameson procura entender com que forma se expressa a arquitetura do capitalismo financeiro (JAMESON, 1998). Tomando como referência uma passagem de um livro de Charles Jencks onde o crítico e historiador analisa o que chama de “Os novos modernos”, Jameson parte da figura de um “balão” para ilustrar como a arquitetura do capital financeiro é etérea e amorfa (os arranha-céus espelhados, os *blobs*, paramétricos, informes, etc.), contrapondo-se à imagem mais sólida de um “tijolo”, seu contraponto direto e – ao menos o que se subentende em sua leitura uma referência para uma etapa anterior da arquitetura.

Propõe-se – com certa liberdade – ressignificar a sentença: existindo à margem dessa arquitetura do capital financeiro e, por isso mesmo, fazendo parte dele, as propostas de habitação podem sugerir outra leitura dessas figuras, como uma abstração dos conceitos de utopia (o balão) e de pragmatismo (o tijolo). Considera-se que existe uma forte “oposição” entre as imagens e os conceitos, mas elas não são autossuficientes nem autoexcludentes, pois o que se imagina aqui, como ilustração das questões colocadas pela pesquisa, é a figura-síntese onde o balão e o tijolo estão atados um ao outro, sem deixar claro qual deles está exercendo mais força, indicando que sempre se trata sempre de uma tensão entre as duas figuras.

REFERÊNCIAS

- ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. 2007. **Atílio Corrêa Lima**: uma trajetória para a modernidade. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo.
- ALBERNAZ, Leda. Rebocando o Candeal. **A Tarde**, Salvador, 9 set. 1996, Caderno 2, p. 1.
- ANDRADE, Karla Eugênia. 2005. **Candeal Pequeno, Salvador-BA**: estratégias cognitivas de apropriação e avaliação pós-ocupação dos conjuntos habitacionais populares implantados pelo Programa Viver Melhor. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA.
- ARANTES, Pedro Fiori. 2002. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: 34.
- _____. 2008. O lugar da arquitetura num 'Planeta de Favelas'. **Opúsculo**, Porto, v. 11, mar. 2008. Disponível em: <http://www.dafne.com.pt/pdf_upload/opusculo_11.pdf>. Acesso em 18 nov. 2010.
- _____. 2012. **Arquitetura na era digital-financeira**: desenho, canteiro e renda da forma. São Paulo: 34.
- _____.; FIX, Mariana. 2009. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. Disponível em <<http://www.unmp.org.br>>. Acesso em 27 jun. 2011.
- ARENDT, Hannah. 2007. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARGAN, Giulio Carlo. 1993. Architecture and ideology. In: OCKMAN, Joan; EIGEN, Edward (Ed.). **Architecture Culture 1943-1968**: a documentary anthology. Nova York: Columbia Books of Architecture; Rizzoli. p. 254-259.
- _____. 2005. **Walter Gropius e a Bauhaus**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ARTIGAS, Rosa (Org.). 2000. **Paulo Mendes da Rocha**: vol. 1 (Projetos de 1957 a 1999). São Paulo: Cosac Naify.
- AURELI, Pier Vittorio. 2004. Architecture and content: who is afraid of the form-object?. **Log**, Nova York, n. 3.
- _____. 2008. Toward the archipelago: defining the political and the formal in architecture. **Log**, Nova York, n. 11, p. 91-119.
- _____. 2011a. **The possibility of an absolute architecture**. Cambridge: MIT Press.
- _____. 2011b. City as political form: four archetypes of urban transformation. **Architectural Design**, Londres, v. 81, n. 1, p. 32-37, jan. 2011.
- _____. 2013. **Less is enough**: on architecture and asceticism. S.l.: Strelka Press.
- BAHIA; Secretaria de Cultura; ERCAS. 2010. **Centro Antigo de Salvador**: Plano de Reabilitação Participativo. Salvador: Secretaria de Cultura (BA); Fundação Pedro Calmon. Disponível em <<http://www.centroantigo.ba.gov.br/PlanoReabilitaCAS1.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2012.
- BAIRD, George. 1995. **The space of appearance**. Cambridge; Londres: MIT Press.
- _____. 2004. 'Criticality' and its discontents. **Harvard Design Magazine**, Cambridge, n. 21. Disponível em <http://www.gsd.harvard.edu/research/publications/hdm/back/21_baird_.pdf>. Acesso em 15 nov. 2010.
- BAKEMA, Jaap et al. 1993. Doorn Manifesto. In: OCKMAN, Joan; EIGEN, Edward (Ed.). **Architecture**

- culture 1943-1968:** a documentary anthology. Nova York: Columbia Books of Architecture; Rizzoli. p. 83.
- BALLESTEROS, Mario. 2010. Elemental: lessons in pragmatism. **Perspecta**, New Haven, n. 42, "The Real", p. 83-89.
- BARAVELLI, José Eduardo. 2006. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo:** das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. 2002. **Team 10:** arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- BARROS, Mariana Cicuto. 2011. **Autogestão na implantação de políticas habitacionais:** o mutirão autogestionado Brasilândia B23. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira. 2003. **Pós-Brasília:** rumos da arquitetura brasileira. São Paulo: Perspectiva.
- _____.; ZEIN, Ruth Verde. 2010. **Brasil:** arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva.
- BATISTA, Selma Paula Maciel. 2005. **Candeal Pequeno:** um território usado. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia da UFBA.
- BENETTI, Pablo. 2013. **Habitação social e cidade:** desafios para o ensino de projeto. Rio de Janeiro: PROURB; Rio Books.
- BERENSTEIN-JACQUES, Paola. 1998. **Um dispositif architectural vernaculaire:** les favelas à Rio de Janeiro. Tese (Formation Doctorale em Histoire de l'Art) – Université Paris I Panthéon-Sorbonne; UFR Histoire de l'Art e Archéologie, Paris.
- BISHOP, Claire (Ed.). 2006. **Participation.** Londres; Cambridge: Whitechapel; MIT Press. Col. Documents of Contemporary Art.
- BLOCH, Ernst. 1988. **The utopian function of art and literature:** Selected essays. Cambridge: MIT Press.
- _____. 2000. **The spirit of utopia.** Stanford: Stanford University Press.
- _____. 2005. **O princípio esperança.** Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto. 3 vs.
- BLUNDELL JONES, Peter; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (Ed.). 2005. **Architecture and participation.** Londres; Nova York: Spon Press.
- BONDUKI, Nabil. 1992. **Habitação e autogestão:** construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: FASE.
- _____. 1999. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade.
- _____. (Org.). 2000. **Afonso Eduardo Reidy.** São Paulo: Blau; Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.
- _____. 2009. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, n. 82, mai./jun. 2009, p. 8-14.
- _____. 2011. Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.
- BRAGA, Mario Luis Attab. 2001. **Projeto para produção da autoconstrução.** Dissertação (Mestrado Profissional em Habitação) – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo.

- BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). 1978. Edição especial – Habitação e urbanismo. **Revista Planejamento**, Salvador, n. 6, vols. I e II.
- _____. 1980. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) **Habitação em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. 1996. Razão e paixão na política. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). **História e utopias**: textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. S.l.: ANPUH, 1996. Disponível em <<http://anpuh.org/anaais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S17.01.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2013.
- _____. 2002. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV. p. 16-35.
- BRUNA, Paulo. 2010. **Os primeiros arquitetos modernos**: habitação social no Brasil 1930-1950. São Paulo: EDUSP.
- BUENO, Laura Machado Mello. 2000. **Projeto e favela**: metodologia para projetos de urbanização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo.
- CABRAL, Cláudia Piantá Costa. 2001. **Grupo Archigram, 1961-1974**: Uma fábula da técnica. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura) – Universitat Politècnica de Catalunya.
- CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. 2002. Uma arquitetura para a cidade: a obra de Affonso Eduardo Reidy. **Arqtexto**, Porto Alegre, n. 2, p. 58-67, 2002. Disponível em <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_2/2_Eliane.pdf>. Acesso em 17 mar. 2013.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 2001. Relatório final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em <http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CE-habita%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 12 set. 2011.
- CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). 2013. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles.
- CARROLL, Lewis. 2002. **Alice**: edição definitiva – comentada e ilustrada. Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do espelho. Rio de Janeiro: Zahar.
- CASTRO, André Luiz de Souza. 2011. **O Plano Piloto de Brasília de Rino Levi e Associados**: uma análise digital. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, Brasília.
- CAÚLA, Adriana Mattos de. 2008. **Trilogia das utopias urbanas**: urbanismo, HQ's e cinema. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Salvador.
- CAVALCANTI, Jurema Moreira. 2008. **Habitação Social na Rocinha**: arquitetando desejos e necessidades. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da UFBA.
- CHAUÍ, Marilena. 2008. Notas sobre a Utopia. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 60, n. esp., p. 7-12, jul. 2008. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60nspe1/a0360ns1.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2013.
- CHOAY, Françoise. 2005. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva.
- CLAEYS, Gregory. 2013. **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: SESC-SP.
- COHEN, Jean-Louis. 2013. **O futuro da arquitetura desde 1889**. São Paulo: Cosac Naify.

- COMAS, Carlos Eduardo Dias. 1986. O espaço da arbitrariedade: considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da casa brasileira. **Projeto**, São Paulo, n. 91, p. 127-130, set. 1986.
- CONDER. 1997. **Programa de Melhorias para o Candeal**. Tá Rebocado. Salvador: CONDER, mai. 1997.
- COOKE, Bill; KOTHARI, Uma (Ed.). 2001. **Participation: the new tyranny?**. Londres; Nova York: Zed Books.
- COSTA, Lucio. 1987. Brasília revisitada 1985/1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. **Projeto**, São Paulo, n. 100, p. 115-122.
- _____. 1997 [1957]. Relatório do Plano Piloto de Brasília. In: RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF. Disponível em <http://brasiliapoetica.blog.br/site/media/relatorio_plano_piloto_de_brasilia_web2.pdf>. Acesso em 15 dez. 2012.
- _____.; SEGAWA, Hugo. 1993. Explicando as novas quadras [Entrevista]. **Projeto**, São Paulo, n. 162, p. 63-65.
- _____.; ZAPATEL, Juan Antonio. 2009. Lucio Costa. **Entrevista**, São Paulo, ano 10, n. 038.01, Portal Vitruvius, abr. 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/10.038/3280>>. Acesso em 15 dez. 2012.
- DE CARLO, Giancarlo. 2005. Architecture's public. In: JONES, Peter Blundell; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (Ed.). **Architecture and participation**. Abingdon: Routledge. p. 3-22.
- DERRIDA, Jacques; MEYER, Eva. 2008. Uma arquitetura onde o desejo pode morar. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify. p. 166-172.
- DUARTE, Rovenir Bartola. 2012. Radicalizando por diagramas. Por favor, devagar no mar agitado das novidades. **Arquitextos**, São Paulo, n. 12.143, abr 2012, Portal Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4275>>. Acesso em 12 jun. 2013.
- _____. 2013. A Arquitetura Contemporânea e o uso pragmático do tempo. **Arquitextos**, São Paulo, n. 13.152, jan. 2013, Portal Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.152/4649>>. Acesso em 12 jun. 2013.
- EAGLETON, Terry. 2010. **Depois da teoria: Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- EISENMAN, Peter. 1979. Aspects of Modernism: Maison Dom-Ino and the self-referential sign. **Oppositions**, Nova York, n. 15/16, p. 119-128.
- _____. 2003. Terragni and the idea of a critical text. In: EISENMAN, Peter. **Giuseppe Terragni: transformations, decompositions and critiques**. Nova York: The Monacelli Press. p. 295-301.
- _____. 2008. Pós-funcionalismo. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify. p. 97-101.
- ENGELS, Friedrich. 2008. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. 2004. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, abr. 2004. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a15v56n2.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2011.
- _____.; GORDILHO-SOUZA, Angela (Org.). 2004. **Habitação no Brasil: reflexões, avaliações e propostas**. Salvador: EDUFBA.
- FERRAZ, Marcelo. 2011. **Arquitetura conversável**. Rio de Janeiro: Azougue.

- _____.; FERNANDES, Pedro. 2008. Nenhuma arquitetura é sagrada [Entrevista com Marcelo Ferraz]. **A Tarde**, Salvador, Caderno Muito, seção Abra Aspas, 1º jun. 2008, p. 8-13.
- FERREIRA, João Sette Whitaker (Coord.). 2012. **Produzir casas ou construir cidades?:** desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FUPAM; LABHAB-FAUUSP.
- FERRO, Sérgio. 2004. **Nota sobre a Usina**. Salvador: s.e.. Disponível em <<http://www.usinactah.org.br/files/depoimentos/sergioferro.pdf>>. Acesso em 8 dez. 2011.
- _____. 2006a. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify.
- _____. 2006b. Nota sobre o “vício da virtude”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 229-234, nov. 2006.
- FICHER, Sylvia *et al.* 2009. Os blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto de Brasília. In: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. p. 255-269.
- FICHER, Sylvia; TREVISAN, Ricardo. 2010. Brasília Cidade nova. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 119.04, Portal Vitruvius, abr. 2010. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3384>>. Acesso em 23 jul. 2013.
- FISHMAN, Robert. 1977. **Urban utopias in the Twentieth Century**: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright and Le Corbusier. Cambridge: MIT Press.
- FIX, Mariana. 2013. Direito à cidade na mundialização financeira: Transformações recentes na política habitacional e no circuito imobiliário no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., Recife. **Anais...** Recife: ANPUR; MDU-UFPE; PPGeo-UFPE; Fundação Joaquim Nabuco. [1 CD-Rom].
- FÖRSTER, Kim. 2012. The housing prototype of The Institute for Architecture and Urban Studies / Der wohnungsbau-prototyp des Institute for Architecture and Urban Studies. **Candide Journal**, Aachen; Barcelona, n. 5, p. 57-92, jul./dez. 2012.
- FRAMPTON, Kenneth. 1998. The status of man and the status of his objects: a reading of *The Human Condition*. In: HAYS, K. Michael (Ed.). **Architecture theory since 1968**. Nova York; Cambridge; Londres: Columbia Books of Architecture; MIT Press. p. 362-377.
- _____. 2007. **Modern architecture**: a critical history. 4. ed. Londres; Nova York: Thames & Hudson.
- _____. 2008. *Rappel à l'ordre*, argumentos em favor da tectônica. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify. p. 557-572.
- _____. 2010. **Comparative Critical Analysis of Built Form**. Columbia University. Graduate School of Architecture, Planning and Preservation (GSAPP). Disponível em: <<http://www.arch.columbia.edu/workpage/work/courses/history/-theory/comparative-critical-analysis-built-form>>. Acesso em 13 mai. 2010.
- _____. 2012. **O destino de Brasília**. Blog do IMS (Instituto Moreira Salles). 6 dez. 2012. Disponível em <<http://www.blogdoims.com.br/ims/o-destino-de-brasilia-por-kenneth-frampton/>>. Acesso em 10 dez. 2012.
- _____. 2013. Towards an agonistic architecture. **Domus**, Milão, n. 972, set. 2013. Disponível em <http://www.domusweb.it/en/op-ed/2013/10/03/_towards_an_agonistic_architecture.html>. Acesso em 15 out. 2013.
- _____.; BRILLEMBOURG, Carlos. 2009. Kenneth Frampton with Carlos Brillembourg. **The Brooklyn Rail**, Nova York, dez. 2009/jan. 2010. Disponível em <<http://www.brooklynrail.org/2010/12/art/kenneth-frampton-with-carlos-brillembourg>>. Acesso em 27 ago. 2012.

- _____.; LIRA, José Tavares Correia de. 2011. Da forma-lugar à prática reflexiva: entrevista com Kenneth Frampton. **Desígnio**, São Paulo, n. 11-12, p. 127-138, mar. 2011.
- GHIRARDO, Diane. 1996. **Architecture after modernism**. Londres; Nova York: Thames & Hudson.
- GORDILHO-SOUZA, Angela (Org.). 1997. **Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: EDUFBA; MAU/FAUFBA.
- _____. 2008. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2. ed. Salvador: EDUFBA.
- GYGER, Helen Elizabeth. 2013. **The informal as a project: self-help housing in Peru, 1954–1986**. PdD Thesis (Doctorate) – Graduate School of Arts and Sciences; Columbia University, Nova York.
- HABERMAS Jürgen. 1987. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- HALL, Peter. 2009. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. ed. amp. São Paulo: Perspectiva. Col. Estudos, v. 123.
- HARVEY, David. 2003. **Paris, capital of Modernity**. Nova York; Londres: Routledge.
- _____. 2008. The right to the city. **New Left Review**, Londres, n. 53, p. 23-40, set./out. 2008.
- _____. 2012. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Loyola.
- HAYS, Kenneth Michael. 1984. Critical architecture: between culture and form. **Perspecta**, New Haven, v. 21, p. 15-29.
- _____. (Ed.). 1998. **Architecture theory since 1968**. Nova York; Cambridge; Londres: Columbia Books of Architecture; MIT Press.
- _____. 2001. Prolegomenon for a study linking the advanced architecture of the present to that of the 1970s through ideologies of media, the experience of cities in transition, and the ongoing effects of reification. **Perspecta**, New Haven, n. 32, p. 100-107.
- _____. 2003. Inventories of suspicion. **Hunch**, Roterdã, n. 6/7, p. 230-233.
- _____. 2005. Architecture by numbers. **Praxis**, Boston, n. 7, p. 88-98.
- _____. 2008. The desire called architecture. In: INTERNATIONALES BAUHAUS-KOLLOQUIUM, 10., "Die Realität des Imaginären: Architektur und das digitale Bild", 2007, Weimar. **Anais...** Weimar: Bauhaus-Universität Weimar, 2008. p. 117-121. Disponível em <<http://e-pub.uni-weimar.de/opus4/frontdoor/index/index/docId/1292>>. Acesso em 19 ago. 2012.
- _____. 2010. **Architecture's desire: reading the latest avant-garde**. Cambridge; Londres: MIT Press.
- _____.; HAUPTMANN, Deborah. 2007. Critical thought and projective practices: an interview with K. Michael Hays. In: BEKKERING et al (Ed.). **The Architecture Annual 2005-2006**. Delft: Delft University of Technology. p. 56-60.
- HEYNEN, Hilde. 1999. **Architecture and modernity: a critique**. Cambridge; Londres: The MIT Press.
- HIRAO, Flávio Higuchi; LAZARINI, Kaya; ARANTES, Pedro Fiori. 2010. **Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo: a experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST)**. S.l.: s.e., 2010. Disponível em <<http://www.usinactah.org.br/>>. Acesso em 5 mai. 2012.
- HOLSTON, James. 1989. **The modernist city: and anthropological critique of Brasilia**. Chicago: The University of Chicago Press.

- INSTITUTO CIDADANIA. 2002. **Projeto Moradia**. 2. ed. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Djalma Guimarães; BANCOOP.
- INSTITUTO PÓLIS. 2012. **Moradia é central: lutas, desafios e estratégias**. São Paulo: Instituto Pólis. Disponível em <<http://www.polis.org.br/uploads/1512/1512.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2013.
- JAMESON, Fredric. 1985. Architecture and the critique of ideology. In: OCKMAN, Joan (Ed.). **Architecture, criticism, ideology**. Nova York: Princeton Architectural Press. p. 51-87.
- _____. 1998. The brick and the balloon: architecture, idealism, and land speculation. In: DAVIDSON, Cynthia (Ed.). **Anyhow**. Cambridge; Londres: MIT Press. p. 106-121.
- _____. 2004. The politics of Utopia. **New Left Review**, Londres, n. 25, p. 35-54, jan./fev. 2004.
- _____. 2005. **Archaeologies of the future: a desire called Utopia and other science fictions**. Londres: Verso.
- JENCKS, Charles. 1977. **The language of Post-Modern Architecture**. Nova York: Rizzoli.
- JORGE, Pedro António Fonseca. 2012. **A célula mínima na experiência da habitação de custos controlados**. Tese (Doutoramento em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- _____. 2013. A dinâmica do espaço na habitação mínima. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 157.01, Portal Vitruvius, jun. 2013. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.157/4804>>. Acesso em 7 jul. 2013.
- KAPP, Silke. 2009. Síndrome do estojo. **mdc – revista de arquitetura e urbanismo**, S.l., Disponível em <<http://mdc.arq.br/2009/05/09/sindrome-do-estojo/>>. Acesso em 15 dez. 2011.
- _____; BALTAZAR, Ana Paula; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. 2006. Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional. **Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 4, p. 34-42. Disponível em <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>>. Acesso em 23 abr. 2012.
- KENCHIAN, Alexandre. 2011. **Qualidade funcional no programa e projeto da habitação**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo.
- KOOLHAAS, Rem. 1997. Field trip: A(A) memoir (first and last). In: OMA; KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. **S, M, L, XL**. 2. ed. Nova York: The Monacelli Press. p. 214-232.
- _____. 2002. **Conversaciones con estudiantes**. Barcelona: Gustavo Gili.
- _____. 2009. **Nova York delirante**. São Paulo: Cosac Naify.
- KOWARICK, Lúcio. 1979. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Col. Estudos Brasileiros, v. 44.
- KROPOTKIN, Piotr. 2006. A moradia. **risco**, São Carlos, n. 3, p. 105-109. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44661/48281r>>. Acesso em 27 jul. 2013.
- LAGO, Luciana Correa do. 2011. Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. **e-metropolis – Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 6-12, jul. 2011. Disponível em <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/emetropolis_n05.pdf>. Acesso em 17 dez. 2012.
- _____. (Org.). 2012. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles.
- LAMBERT, Léopold (Ed.). 2013. **Foucault**. Nova York: The Funambulist + CTM Documents. Col. The Funambulist Pamphlets. v. 2. Disponível em <<http://thefunambulist.net/2013/06/17/the-funambulist-pamphlets-volume-02-foucault-now-published/>>. Acesso em 27 jan. 2013.

- LANDAU, Royston. 1981. Notes on the concept of architectural position. **AA Files**, Londres, v. 1, n. 1, p. 111-114.
- LEITÃO, Francisco (Org.). 2009. **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Disponível em <http://www.brasilia.patrimoniadahumanidade.df.gov.br/Brasilia_1960_2010/1960_2010.pdf>. Acesso em 15 dez. 2012.
- LOPES, João Marcos de Almeida. 2006. O anão caolho. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 76, p. 219-227, nov. 2006.
- _____. 2011. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política**. Tese (Livre Docência) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Paulo-USP, São Carlos.
- _____; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. 2010. Por partes: O novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: SILACC – SIMPÓSIO IBERO AMERICANO DE CIDADE E CULTURA. 3., 2010, São Carlos. **Anais...** São Carlos: EESC-USP, 2010. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/lopes_kapp_baltazar.pdf>. Acesso em 17 set. 2012.
- _____; RIZEK, Cibele. 2006. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: Uma abordagem crítica. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya. **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC. p. 44-75. Col. Habitare, v. 5.
- LOTUFO, Vitor Amaral; LOPES, João Marcos de Almeida. 1985. **Geodésicas e Cia**. São Paulo: Projeto.
- LUKÁCS, Georg. 2003. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes.
- MACHADO, Marília Pacheco. 2009. Escala residencial: superquadra – pensamento e prática urbanística. In: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. p. 117-135.
- MACHADO, Marise Ferreira. 2007. Células urbanas e promessas do paraíso: um olhar sobre os caminhos e descaminhos da utopia moderna. **Cadernos PROARQ**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 121-130.
- MALDONADO, Tomás. 1971. **Meio ambiente e ideologia**. Lisboa: Sociocultur.
- MALLGRAVE, Harry Francis; GOODMAN, David. 2011. **An introduction to architectural theory: 1968 to the present**. Chichester: Wiley-Blackwell.
- MANNHEIM, Karl. 1960. **Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge**. Londres; Henley: Routledge; Kegan Paul.
- MARICATO, Erminia. 1997. **Habitação e cidade**. 5. ed. São Paulo: Atual.
- _____. 2009. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrôpole**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 33-52, jan./jun. 2009.
- _____. 2011. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- MARIN, Louis. 1984. **Utopics: the semiological play of textual spaces**. Nova York: Humanity.
- MARTIN, Reinhold. 2006. Moment of truth. **Log**, Nova York, n. 7, p. 15-20, dez./jun. 2006.
- _____. 2009. **Public housing: a new conversation**. Nova York: Columbia University; Buell Center.
- _____. 2010. **Utopia's ghost: architecture and Postmodernism, again**. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- _____. 2013. Crítica a quê?: por um realismo utópico. In: SYKES, Krista (Org.). **O campo ampliado da arquitetura**: antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify.
- _____.; MEISTERLIN, Leah; KENOFF, Anna. 2011. **The Buell Hypothesis**: rehousing the American dream. Nova York: Columbia University; GSAPP; Buell Center.
- McGUIRK, Justin. 2012. Unreal Estate. **Domus**, Milão, n. 960, jul./ago. 2012. Disponível em <<http://www.domusweb.it/en/architecture/2012/07/30/unreal-estate.html>>. Acesso em 13 ago. 2012.
- MEDRANO, Leandro. 2007. Habitação, arquitetura e contemporaneidade. **Pós**, São Paulo, n. 21, p. 98-111, jun. 2007.
- _____. 2010. Habitação coletiva e cidade: invenção sem ruptura. **Pós**, São Paulo, v. 17, n. 27, p. 54-71, jun. 2010.
- MIESSEN, Markus. 2007. The violence of participation: spatial practices beyond models of consensus. **Eurozine**, 1º ago. 2007. Disponível em <<http://www.eurozine.com/pdf/2007-08-01-miessen-en.pdf>>. Acesso em 9 ago. 2013.
- _____. 2010. **The nightmare of participation (crossbench praxis as a mode of criticality)**. Berlim: Sternberg Pres.
- MoMA; IAUS; UDC. 1973. **Another chance for housing**: low-rise alternatives. Brownsville, Brooklyn, Fox Hills, Staten Island. Nova York: MoMA.
- MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. 2011. **Arquitectura y política**: Ensayos para mundos alternativos. Barcelona: Gustavo Gili.
- MOUFFE, Chantal. 2000. For an agonistic public sphere. In: OCKMAN, Joan (Ed.). **The pragmatist imagination**: thinking about “things in the making”. Nova York: Princeton Architectural Press. p. 66-75.
- _____. 2006. Which public space for critical artistic practices?. In: STEINER, Shepherd; JOYCE, Trevor (Ed.). **Cork Caucus**: On art, possibility & democracy. Cork: National Sculpture Factory & Revolver Press. p. 149-171.
- _____. 2007. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- MOURAD, Laila Nazem. 2011. **O processo de gentrificação no Centro Antigo de Salvador**. Tese de doutorado (Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA.
- MUMFORD, Lewis. 1922. **The story of utopias**. Nova York: Boni and Liverlight.
- MÜNSTER, Arno. 1994. **Utopia, messianismo e apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch**. São Paulo: UNESP.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. 2012. Historiografia e habitação social: temas e lugares por meio dos manuais de arquitetura brasileira. **risco**, São Carlos, n. 16, p. 6-16, jul./dez. 2012. Disponível em <http://iau.usp.br/revista_risco/Risco16-pdf/02_art01_risco16.pdf>. Acesso em 23 jul. 2013.
- NAVAZINAS, Vladimir. 2007. **Arquitetura possível**: os espaços comuns na habitação de interesse social em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP.
- NAVES, Rodrigo. 2011. **A forma difícil**: ensaios sobre arte brasileira. ed. ver. e amp. São Paulo: Companhia das Letras.
- NEWMAN, Oscar. 1973. **Defensible space**: crime prevention through urban design. 2. ed. Nova York: Collier Books.
- NIEMEYER, Oscar. 2003 [1955]. O problema social da arquitetura. In: XAVIER, Alberto. **Depoimento**

de uma geração: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify. p. 184-188.

- NOBRE, Ana Luiza. 2012. **Niemeyer:** como se fosse fácil. Blog do IMS (Instituto Moreira Salles), 6 dez. 2012. Disponível em <<http://www.blogdoims.com.br/ims/oscar-niemeyer-como-se-fosse-facil-%E2%80%93-por-ana-luiza-nobre/>>. Acesso em 14 dez. 2012.
- NOGUEIRA, Priscilla Silva. 2010. **Práticas de arquitetura para demandas populares:** a experiência dos Arquitetos da Família. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte.
- NUNES, Débora (Org.). 2000. **Salvador:** o arquiteto e a cidade informal. Salvador: PPG-FAUFBA; LabHabitat; CADCT; CONDER.
- OCKMAN, Joan (Ed.). 2000. **The pragmatist imagination:** thinking about “things in the making”. Nova York: Princeton Architectural Press.
- _____. 2001. Pragmatismo y arquitectura / Pragmatism and architecture. **AV Monografías**, Madri, n. 91, p. 4-7, set. 2001.
- _____. 2007. **Joan Ockman about the master class.** 3rd International Architecture Biennale Rotterdam. PowerNotes #04. Disponível em <http://archive.iabr.nl/2007/PowerNotes_04/top/120>. Acesso em 17 fev. 2013.
- _____. 2011. What is democratic architecture?: the public life of buildings. **Dissent**, Nova York, p. 65-72, set./dez. 2011.
- _____.; GRABAR, Nika. 2010. FORuM and formalisms: architectural strategies. Interview with Joan Ockman. May 2008, Buell. **SAB – Serbian Architectural Journal**, Belgrado, n. 2010.2, p. 255-268, 2010. Disponível em <<http://saj.rs/uploads/2010/3%20broj/ngrabar.pdf>>. Acesso em 7 fev. 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de. 2006. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 67- 85, mar. 2006.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Édison Martiniano de Oliveira; ABIKO, Alex Kenya. 2004. **COPROMO:** Associação por Moradia de Osasco; um projeto de mutirão habitacional. São Paulo: Departamento de Engenharia e Construção Civil, Escola Politécnica da USP. Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP.
- OLIVIERI, Silvana. 2011. **Quando o cinema vira urbanismo:** o documentário como ferramenta de abordagem da cidade. Salvador: EDUFBA; PPG-AU.
- PASSARO, Andre. 2008. A forma ausente. **Revista NOZ**, Rio de Janeiro, n. 2, jan./jun. 2008. p. 92-99. Disponível em <<http://revistanoz.com/>>. Acesso em 22 jun. 2013.
- PEDRO, João António. 2000. **Definição e avaliação da qualidade arquitectónica habitacional.** Dissertação (Doutoramento em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- PEIXOTO, Elane Ribeiro. 2010. Urbanistas e fronteiras: Attílio Corrêa Lima. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 11., Vitória. **Anais...** Vitória: UFES; UENF. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1386/1359>>. Acesso em 24 jul. 2013.
- PEREIRA, Renata Baesso. 2012. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana: Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Portal Vitruvius, jul. 2012. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em 17 ago. 2013.
- PEREIRA, Margareth; FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 2002. Margareth da Silva Pereira [Entrevista]. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Capítulos da memória do**

- urbanismo carioca:** depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca; Fundação Getúlio Vargas. p. 26-39.
- PULHEZ, Magaly. 2007. **Espaços de favela, fronteiras do ofício:** história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escolha de Engenharia de São Carlos, São Carlos.
- _____. 2008. Fronteiras da desordem: saber e ofício nas experiências de Hélio Oiticica no Morro da Mangueira e de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 47, p. 93-101. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34617/37355>>. Acesso em 7 jun 2011.
- _____. 2012. Tipo, indústria e produção habitacional. **Risco**, São Carlos, n. 15, p. 58-66, jan./jun. 2012. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/48988/53067>>. Acesso em 22 ago. 2013.
- RAJCHMAN, John. 2000. General introduction. In: OCKMAN, Joan (Ed.). **The pragmatist imagination:** Thiking about “tinhg in the makin”. Nova York: Buell Center; Columbia University; Princeton Architectural Press. p. 6-15.
- _____. 2013. Um novo pragmatismo?. In: SYKES, Krista (Org.). **O campo ampliado da arquitetura:** antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify. p. 74-83.
- RANCIÈRE, Jacques. 2012. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- REIS, Maria Angela Braga. 1998. **Qualidade do projeto e qualidade da habitação:** métodos de avaliação. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo.
- RENDELL, Jane et al. (Ed.). 2007. **Critical architecture**. Londres; Nova York: Routledge.
- RISSELADA, MAX; HEUVEL, Dirk van den (Ed.). 2005. **Team 10, 1953 – 1981:** in search of a utopia of the present. Roterdã: NAI Publisierhs.
- RIZEK, Cibele; LOPES, João Marcos. 2006. Sobre a moradia: em tempo. **risco**, São Carlos, n. 3, p. 104. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44660/48280>>. Acesso em 27 jul. 2013.
- RODRIGUES, Arlete Moyses. 2009. **Na procura do lugar o encontro da identidade:** um estudo do processo de ocupação de terras. Osasco: FFCLH. Disponível em <http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/livro_arlete_procuralugar.pdf>. Acesso em 13 ago. 2011.
- ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. 2010. Lucio Costa e a Plataforma Rodoviária de Brasília. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 119.03, Portal Vitruvius, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3371>>. Acesso em 21 jul. 2013.
- ROWE, Colin; KOETTER, Fred. 1978. **Collage City**. Cambridge; Londres: MIT Press.
- ROWE, Peter. 1995. **Modernity and housing**. Cambridge; Londres: MIT Press.
- RUBANO, Lizete Maria. 2001. **Cultura de projeto:** um estudo das idéias e propostas para habitação coletiva. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP.
- _____. 2008. Habitação social: temas da produção contemporânea. **Arquitextos**, São Paulo, n. 08.095, abr. 2008. Portal Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/153>>. Acesso em 18 nov. 2010.
- SABBAG, Hayfa. 1988. Parceiros no fazer. **AU**, São Paulo, n. 19, p. 90-94.
- SAMORA, Patrícia. 2010. **Projeto de habitação em favelas:** especificidades e parâmetros de

- qualidade. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo.
- SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. 1996. Cidade ideal, imaginação e realidade. **RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, n. 6, p. 54-65, jul./dez. 1996.
- SANTOS, Luciana de Moura Carvalho. 2004. **Novas concepções de projeto para habitação popular**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- SAUNDERS, William S. (Ed.). 2007. **The new architectural pragmatism**. Minneapolis: The University of Minnesota Press. Harvard Design Magazine Reader. v. 5.
- SEGAWA, Hugo. 2002. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: EDUSP.
- SILVA, Caliane Christie Oliveira de Almeida. 2012. **Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP São Carlos, São Carlos.
- SOMOL, Robert; WHITING, Sarah. 2002. Notes around the Doppler Effect and other moods of Modernism. **Perspecta**, New Haven, n. 33, p. 72-77, mai. 2002.
- SOUZA, Diego Beja Inglez. 2010. **Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964)**. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- SPADONI, Francisco. 2007. Dependência e resistência: Transição da arquitetura brasileira nos anos 1970 a 1980. In: GITAHY, Maria Lúcia Caira; LIRA, José Tavares Correia de (Org.). **Tempo, cidade e arquitetura**. São Paulo: Annablume; FAU-USP, FUPAM. p. 241-266. Col. Arquiteses.
- SPEAKS, Michael. 2002. Design intelligence and the new economy. **Architectural Record**, Nova York, v. 190, n. 1, p. 72-76, jan. 2002.
- _____. 2005. After theory. **Architectural Record**, Nova York, v. 193, n. 6, p. 72-75, jun. 2005.
- _____. 2013. Inteligência de projeto. Parte 1: Introdução. In: SYKES, Krista. **O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009**. São Paulo: Cosac Naify. p. 157-164.
- SYKES, Krista (Org.). 2013. **O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009**. São Paulo: Cosac Naify.
- TAFURI, Manfredo. 1974. L'architecture dans le boudoir: The language of criticism and the criticism of language. **Oppositions**, Nova York, n. 3, p. 37-62, mai. 1974.
- _____. 1985. **Projecto e utopia: Arquitetura e desenvolvimento do capitalismo**. Lisboa: Presença.
- _____. 1987. **The sphere and the labyrinth: Avant-gardes and architecture from Piranesi to the 1970s**. Cambridge; Londres: MIT Press.
- _____; VERY, Françoise. 1995. The culture markets [Entrevista com M. Tafuri]. **Casabella**, Milão, n. 619-620, "Il progetto storico di Manfredo Tafuri / The historical project of Manfredo Tafuri", jan./fev. 1995.
- TATTARA, Martino. 2011. Brasilia's prototypical design: Superquadra and the project of the city. **Architectural Design**, Londres, v. 81, n. 1, p. 46-55, jan./fev. 2011.
- TEIXEIRA, Carlos Moreira. 2003. Terminal de Balsas de Yokohama: menos teoria e mais arquitetura. **Arquitextos**, São Paulo, n. 04.037, jun. 2003. Portal Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.037/677>>. Acesso em 18 nov. 2010.
- TEIXEIRA, Aparecida Netto. 2012. ZEIS em áreas centrais: o caso do Centro Histórico de Salvador (CHS). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS. 3., Salvador. **Anais...** Salvador: PPGAU-UFBA. Disponível em <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST260.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2013.

- _____.; ESPÍRITO SANTO, Maria Teresa. 2009. A ZEIS de Vila Nova Esperança: habitação de interesse social no Centro Histórico de Salvador (Pelourinho/BA). **VeraCidade**, Salvador, ano IV, n. 4, mar. 2009. Disponível em <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo2.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2012.
- THOREAU, Henry David. 1910. **Walden**. Nova York: Longmans, Green and Co.
- ULMER, Gregory. 1983. The object of post-criticism. In: FOSTER, Hal (Ed.). **The anti-aesthetic: essays on Postmodern culture**. Seattle: Bay Press. p. 83-110.
- VENTURI, Robert; SCOTT BROWN, Denise; IZENOUR, Steven. 2003. **Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica**. São Paulo: Cosac Naify.
- VIDLER, Anthony. 1971. The new industrial world: the reconstruction of Urban Utopia in late Nineteenth Century France. **Perspecta**, New Haven, v. 13/14, p. 243-256.
- _____. 1978. The scenes of the street: transformations in ideal and reality, 1750-1871. In: ANDERSON, Stanford (Ed.). **On streets**. Cambridge: MIT Press, 1978. p. 28-111.
- _____. 1996. **The writing of the walls: architectural theory in the late Enlightenment**. Nova York: Princeton Architectural Press.
- _____. 2000. Diagrams of diagrams: architectural abstraction and modern representation. **Representations**, Berkeley, n. 72, p. 1-20.
- _____. 2004. Redefinindo a esfera pública. **Arquitextos**, São Paulo, n. 05.054, nov. 2004. Portal Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05054/523>>. Acesso em 4 set. 2012.
- VILLÀ, Joan et al. 1993. A periferia impregnada de arquitetura [Entrevista com Joan Villà a Denise Yamashiro, Guilherme Mazza Dourado e Hugo Segawa]. **Projeto**, São Paulo, n. 162, p. 50-57.
- WARD, Peter (Org.). 2011. **Thinking about (best) practices for housing rehabilitation and community regeneration: case studies from Europe, the USA and Canada, and Latin America**. Austin: University of Texas at Austin; Lyndon B. Johnson School of Public Affairs. Disponível em <<http://www.lahn.utexas.org/Austin%20Conference%20Materials/SSRegionalDocFinal.pdf>>. Acesso em 6 dez. 2012.
- XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio Roberto (Org.). 2012. **Brasília: antologia crítica**. São Paulo: Cosac Naify.
- ZAERA-POLO, Alejandro. 2008. The politics of envelope: a political critique of materialism. **Volume**, Amsterdã, n. 17, "Content Management", p. 76-105. Disponível em <<http://c-lab.columbia.edu/images/0128.pdf>>. Acesso em 4 set. 2012.
- ZAPATEL, Juan Antonio. 2013. **Visões urbanas e habitação no século XX**. Florianópolis: Editora UFSC.
- ŽIŽEK, Slavoj. 2004. The ongoing "Soft Revolution". **Critical Inquiry**, Chicago, n. 30, p. 292-323.
- ZMITROWICZ, Witold; BOMFIM, Valéria Cusinato (Org.). 2007. **Diretrizes para reabilitação de edifícios para HIS: as experiências em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro**. São Paulo: Escola Politécnica da USP; UCSal; UFRJ. Disponível em <http://reabilita.pcc.usp.br/RELATORIO_FINAL-REABILITA.pdf>. Acesso em 21 jan. 2013.

Vídeos / Áudio

- DEMOCRATIC politics and agonistic public sphere. 2010. Palestra de Chantall Mouffe, realizada na Harvard University Graduate School of Design. Cambridge, 4 out. 2010. (1h57min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4Wpwwc25JRU>>. Acesso em 18 dez. 2012.

A DESIRE called architecture: interpreting the Neo-Avant-Garde. 2007. Palestra de Michael Hays na Cornell University, coordenada por Mohsen Mostafavi. Ithaca, 2 out. 2007. (1h26min). Disponível em <<http://aap.cornell.edu/multimedia/>>. Acesso em 5 jun. 2012.

EL MILAGRO de Candeal. 2004. Documentário dirigido por Fernando Trueba. (2h04). O video com o documentário completo não se encontra mais disponível na Internet.

TECTONIC form and the space of public appearance. Palestra de Kenneth Frampton na TU-Delft. Delft, 28 mai. 2009. (1h41min). Disponível em <<http://repository.tudelft.nl/view/MMP/uuid%3A42aeaaf4-3ca5-4f4f-8274-22a22f544385/>>. Acesso em 22 out. 2012.

Outros documentos:

HABITAÇÃO com autogestão no município de Suzano. Apresentação do estudo preliminar: princípios, métodos, atividades e propostas. Versão 2b – agosto de 2010. Material fornecido pela equipe da USINA.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronologias (1953-2013)

Levantamento dos debates teóricos em arquitetura e urbanismo.

Debates e produção material no campo da habitação social.

APÊNDICE B – Entrevistas realizadas

COPROMO

- Wagner Germano.
- João Marcos de Almeida Lopes.

CANDEAL PEQUENO

- Angela Godilho-Souza.
- Karla Andrade.
- Lucinei Caroso.

SUSSUARANA III / BAIXA DA PAZ

- Floriano Freaza.
- Rodolfo Madureira.
- Flávio Rocha.

ROCINHA / VILA NOVA ESPERANÇA

- Marcelo Ferraz.
- Francisco Fanucci.

VILA MONTE SION / MUTIRÃO TÂNIA MARIA

- Flávio Higuchi.
- Kaya Lazarini.
- Leonardo Nakarandara.

APÊNDICE C – Periódicos

Edições e conjuntos de edições de periódicos relevantes. Editoriais especiais e/ou discussão sobre:
Utopia; Pragmatismo; Crítica em arquitetura / Renovação do debate crítico; Habitação Coletiva / Habitação Social; Produção de arquitetura e cidade na América Latina.



32BNY #7

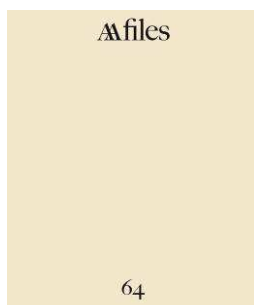
32 Beijing-New York (Estados Unidos / China)

<<http://www.32bny.com/>>

Revista coordenada por Steven Holl, Li Hu e Michael Bell, criada como plataforma de reflexão dos arquitetos e críticos que estavam atuando no circuito Estados Unidos-China desde meados dos anos 2000. Contou apenas com 7 edições impressas (entre 2003-05), o n. 8 não foi publicado e desde o n. 9 vem sendo publicada na internet, no site da revista, onde as edições anteriores estão disponíveis para visualização.

Destaques:

- n. 5/6 (2005) – “Russia/China”
- n. 7 (2005) – “Commitment”



AA files #64

AA files (Inglaterra)

<<http://www.aaschool.ac.uk/PUBLIC/AAPUBLICATIONS/AAFiles.php>>

Revista da Architectural Association School of Architecture (AA). Os números publicados desde 2012 trazem contribuições de uma nova geração de críticos de arquitetura e dos novos professores da AA.

O acervo completo da revista já foi incorporado ao Portal JSTOR, mas ainda não está disponível no Portal Periódicos da CAPES.

Destaques:

- edições entre a n. 57 (2012) e a mais recente, n. 66 (2013);
- n. 64 (2012) – Texto de Marcelo Ferraz sobre a obra de Lina Bo Bardi, por ocasião da publicação em inglês do livro “Lina Por Escrito”, traduzido como “Stone Against Diamonds”.



AN ARCHITEKTUR #23

AN ARCHITEKTUR (Alemanha)

<<http://www.anarchitektur.com/>>

A revista “An Architektur: Produktion und Gebrauch gebauter Umwelt” (algo como “AnArquitetura: Produção e Uso do Ambiente Construído”) é uma publicação alemã (embora todos os textos sejam publicados em inglês) de caráter experimental e crítico, organizada por Oliver Clemens, Sabine Horlitz e outros colaboradores, que visa a introduzir os debates em arquitetura e a produção do espaço por um viés político, assim como para a criação de uma “arquitetura democrática radical e social”.

Publicada desde 2002, chegou ao número 23 em julho de 2010. O site da revista encontra-se indisponível para acesso.

Entre as atividades do grupo editorial, foram organizados eventos, entre 2004-09 sob o título geral de “Camp for Oppositional Architecture”, realizados na Alemanha, Holanda e nos Estados Unidos. Na edição do seminário em Nova York, com o título “Ten Days for Oppositional Architecture: Towards Post-Capitalist Spaces”, contou-se com a participação dos colaboradores da revista e uma palestra com D. Harvey.

Destaques:

- n. 1-3 (jul. 2002) – “Lefèbvre/Sitex/Sangatte”
 - n. 11-13 (mai. 2004) – “Theory and Practice of Cartography”
 - n. 14 (mar. 2005) – “Camp for Oppositional Architecture”
 - n. 16-17 (out. 2006) – “Material on David Harvey / Material on Manuel Castells”
 - n. 23 (jul. 2010) – “On the Commons”.
-



ANY #1

ANY (Estados Unidos)

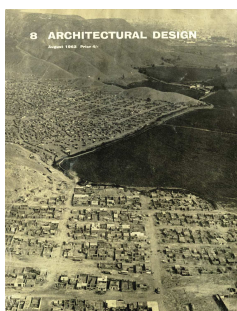
<<http://www.anycorp.com/any>>

Revista da ANY Corporation, coordenada por Cynthia Davidson, impressa entre 1993 e 2007.

Antes mesmo do encerramento de suas atividades, foi seguida pela revista *Log*, publicada também pela ANY Corporation, em outro formato, mas tendo ainda Cynthia Davidson como editora chefe e com boa parte dos colaboradores da antiga ANY.

Destaques:

- n. 0 (mai./jun. 1993) – “Writing in Architecture”
 - n. 7-8 (set. 1994) – “Form Wok: Colin Rowe”
 - n. 9 (nov./dez. 1994) – “Urbanism vs Architecture: The Bigness of Rem Koolhaas”
 - n. 14 (mai. 1996) – “Tectonics Unbound: Kernform and Kunstform Revisited!”
 - n. 23 (jun. 1998) – “Diagram Work: Data Mechanics for a Topological Age”
 - n. 25-26 (fev. 2000) – “Being Manfredo Tafuri”
 - n. 27 (set. 2007) – “Being and Nothingness”
-



AD v. 33, n. 8

Architectural Design (Inglaterra)

<<http://www.architectural-design-magazine.com>>

A revista *Architectural Design* passou por diversas fases. Entre os anos 1960-70, foi marcada pela chefia editorial de Monica Pidgeon, além da colaboração de críticos como Reyner Banham e Kenneth Frampton, momento em que serviu como plataforma de discussão crítica sobre o tema da habitação e do planejamento em países pobres, assim como para a publicação de obras e textos de membros do Team 10 e dos debates sobre o Brutalismo. Em seguida passou pela coordenação geral de Andreas Papadakis e com a colaboração de Charles Jencks, quando passou a servir como plataforma de divulgação do pós-modernismo e do deconstrutivismo em arquitetura.

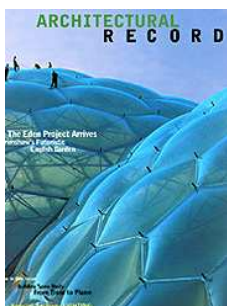
Desde meados dos anos 2000 conta com editoria chefe de Helen Castle e vem dando ênfase especial às questões sobre parametricismo, arquitetura e biomorfismo, novos *softwares* e processos projetuais, entre outros temas, mas também houve edições recentes dedicadas ao debate teórico-crítico e à produção de arquitetura e cidade na América Latina.

Parte do acervo está disponível no Portal Periódicos da CAPES.

Destaques:

- v. 33, n. 8 (ago. 1963) – dossiê elaborado por John Turner, com o título “Dwelling Resources in South America”;
- v. 34, n. 8 (ago. 1964) – “The Work of Team 10”
- v. 35, n. 11 (nov. 1965) – “Housing”;
- v. 38, n. 8 (ago. 1968) – dossiê elaborado por John Turner, dentre outros, com o título “Architecture of Democracy”;
- v. 40, n. 4 (abr. 1970) – Dossiê sobre o PREVI (Lima);
- v. 42, n. 9 (set. 1972) – “Housing. A + P Smithson” – com ensaio crítico de Peter Eisenman sobre o *Robin Hood Gardens*;

- v. 75, n. 4 (jul./ago. 2005) – “Design Through Making”;
- v. 76, n. 7 (jul./ago. 2006) – “Collective Intelligence in Design”;
- v. 79, n. 1 (jan./fev. 2008) – “Theoretical Meltdown”;
- v. 79, n.5 (set./out. 2009) – “Architectures of the Near Future”;
- v. 81, n. 1 (jan./fev. 2011) – “Typological Urbanism: Projective Cities”;
- v. 81, n. 3 (mai./jun. 2011) – “Latin America at the Crossroads”;
- v. 82, n. 5 (jul./ago. 2012) – “Scarcity: Architecture in an Age of Depleting Resources Architectural Design”.



AR 01.2002

Architectural Record (Estados Unidos)

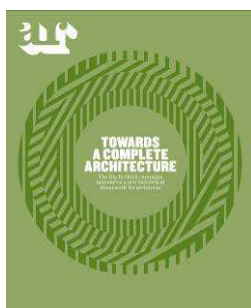
<<http://archrecord.construction.com/>>

Revista de caráter comercial. Até 2010 era a revista oficial do AIA (American Institute of Architects). Destacam-se, aqui, apenas algumas edições, onde foram publicados os artigos-polêmica de Michael Speaks e a edição onde se refletia sobre o futuro da profissão no contexto americano.

Conteúdo parcialmente disponível no Portal Periódicos da CAPES.

Destaques:

- dez. 2000 – Artigo de M. Speaks “How the New Economy is Transforming Theory and Practice”
- jan. 2002 – Artigo de M. Speaks: “Design Intelligence and the New Economy”
- jun. 2005 – Artigo de M. Speaks “After Theory”
- jan. 2011 – inclui dossiê “What Now? Architecture at the Crossroads”, traçando um panorama da primeira década do novo milênio e apontando para perspectivas para a profissão no contexto americano (na seção “Theory / Criticism”, consta uma entrevista com o crítico canadense George Baird, comentando sobre a polêmica em torno do pós-crítico).



ar #1.381

The Architectural Review (Inglaterra)

<<http://www.architectural-review.com/>>

Revista inglesa com caráter mais comercial, se comparada com a *Architectural Design*, que de forma geral buscava montar linhas editoriais com um projeto crítico e político mais claro.

Desde 2011 lançou uma campanha editorial com o título “Critical thinking for critical times”, visando a estabelecer um posicionamento mais crítico para a revista. Desde então vem contando com a contribuição de críticos de arquitetura que elaboraram artigos especiais, como no caso de Anthony Vidler, na série de artigos “Troubles in Theory”, e Peter Buchanan, dentro da série “The Big Rethink”. Associado à publicação da revista, os editores vêm promovendo seminários públicos para discutir teoria, crítica, produção recente de arquitetura e ensino.

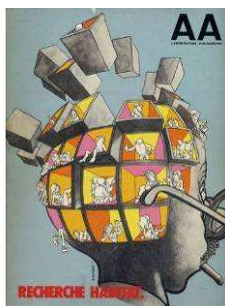
Alguns dos artigos escritos para a campanha editorial iniciada em 2011 estão disponíveis para visualização no *site* da revista.

Destaques:

- n. 1. 233 (nov. 1999) – “Housing”, com dossiê temático sobre Habitação. Ver editorial “Can Architects Produce Decent Housing?” e ensaio teórico de K. Frampton com o título “Seven Points for the Millennium: An Untimely Manifesto”;
- n. 1.376 (out. 2011) – Artigo de A. Vidler “Troubles in Theory Part 1. The State of the Art (1945-2000)”;
- n. 1.379 (jan. 2012) – Lançamento da campanha “The Big Rethink” e artigo de A. Vidler “Troubles in Theory Part 2. Picturesque to Postmodernism”;
- n. 1.381 (mar. 2012) – artigo de Peter Buchanan na série “The Big Rethink” com o título “Towards a Complete Architecture”;
- n. 1.386 (ago. 2012) – Artigo de A. Vidler “Troubles in Theory Part 3. The Great Divide: Technology vs. Tradition”;
- n. 1.388 (out. 2012) – “The Education Issue”; ver seção “Experiments in

Architectural Education”;

- n. 1.394 (abr. 2013) – Artigo de A. Vidler “Troubles in Theory Part 4. The Social Side”.



‘A’A’ #174

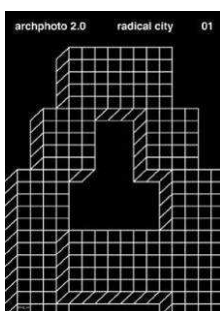
L’Architecture d’Aujourd’hui (França)

<<http://www.larchitecturedaujourdhui.fr/en>>

A revista foi criada em 1930 (mesmo ano da inglesa *Architectural Design*), pelo arquiteto e crítico André Bloc, e também passou por diversas fases ao longo de sua duração. Destaquem-se os diversos números dedicados a comentar a produção da arquitetura no Brasil e o período em que contou com a chefia editorial de Bernard Huet, ao longo dos anos 1970, quando promoveu o encontro de diversos críticos de arquitetura influentes do período e lançou um editorial dedicado especialmente à questão do *habitat*. Em 2007 a publicação foi interrompida e só foi retomada em 2009, muito em parte devido à mobilização do arquiteto Jean Nouvel em recuperar o projeto editorial da revista. Em 2011 foi lançado um novo projeto editorial, mas sem uma agenda política e crítica muito específica.

Destaques:

- n. 104 (1962) – “Habitat”
- n. 174 (jul./ago. 1974) – “Recherche Habitat”
- n. 186 (ago./set. 1976) – dossiê “New York in White and Gray”, com artigos e apresentação de projetos de K. Frampton, D. Agrest, M. Gandelsonas, R. Machado, R. Koolhaas, R. Stern e M. Tafuri;
- n. 225 (fev. 1983) – “Le Logement”, ver trecho: “Comment allier le quantitatif au qualitatif? Exemples de groupes d’habitations collectives.”
- n. 239 (1985) – “Logement?”, ver trecho “Quel est le rôle d’un architecte dans la conception d’un logement vraiment contemporain? Hondelatte, Kroll, Fuksas, Coop Himmelblau, Ibos, Deslaugiers, Alsop.”
- (1987) – “Special Brésil: Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília”
- n. 266 (dez. 1989) – “Logement en Europe”
- n. 344 (2003) – “Alison et Peter Smithson”
- n. 358 (mai./jun. 2005) – “Habitat Collectif: Questions de Densité”;
- n. 359 (set. 2005) – “Brésil”
- n. 368 (2007) – “Participer”
- n. 396 (jul./ago. 2013) – “Special Brasil”



archphoto 2.0 #1

archphoto 2.0 (Itália)

<<http://www.archphoto.it/>>

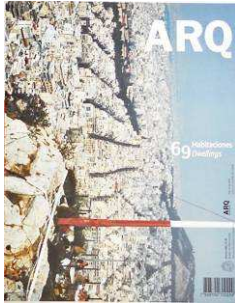
<<http://www.plugin-lab.it/?cat=4>>

<<http://archivio.archphoto.it/articoli>>

Revista italiana de arquitetura, fotografia e cinema, dirigida por Luca Mori, Emanuele Piccardo e Luisa Siotto. Criada em 2002 como uma revista digital, começou a lançar números impressos em 2012. Destina-se a discutir criticamente as relações entre arquitetura e projeto, vinculadas ao campo mais amplo das artes visuais e das ciências sociais.

Destaques:

- n. 1 (2012) – “Radical City”, onde são analisadas as contribuições das vanguardas italianas no campo das utopia urbanas.



ARQ #69

ARQ (Chile)

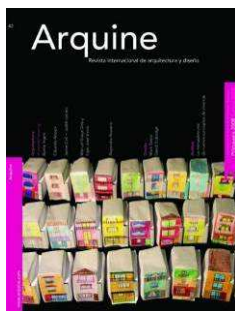
<<http://www.edicionesarq.cl/>>

Revista da Escola de Arquitetura da PUC-Chile, criada em 1980 como um periódico mensal dedicado a publicar as questões mais relevantes dentro da própria Escola, mas seu alcance foi crescendo e hoje trata de questões mais gerais, tanto no plano latino-americano quanto internacional. Desde 1995 vem mantendo a periodicidade de publicar três números por ano. Seu conteúdo se destina a apresentação de projetos e também conta com ensaios críticos. Desde 1998, vem mantendo a prática de trabalhar com edições temáticas.

Todas as edições se encontram disponíveis para visualização no site da revista e seu acervo desde o número 41 (jul. 2001) está disponível para visualização e download no portal Scielo <<http://www.scielo.cl/>>.

Destaques:

- n. 40 (ago. 1998) – “Grandes urbanizaciones”, com debates sobre grandes projetos de urbanização. Ver também artigo de R. Arce sobre a herança do Team X;
- n. 42 (jun. 1998) – “Habitación en altura”;
- n. 46 (out. 2000) – “El habitante”;
- n. 69 (ago. 2008) – “Habitaciones”. Ver artigo de R. Zein “La casa alta: temas e variaciones”;



Arquine #43

Arquine (México)

<<http://www.arquine.com/>>

A *Arquine – Revista Internacional de Arquitectura y Diseño* foi criada em 1997. Busca apresentar tanto uma perspectiva mais geral para a arquitetura, a partir da produção internacional, assim como dar ênfase à produção latinoamericana. Desde o n. 63 (mar. 2013) vem lançando editoriais preocupados em discutir questões centrais para a arquitetura, a partir de temas mais gerais, como “espaço” e “habitação”, algo semelhante ao que a *Harvard Design Magazine* vem se propondo.

Destaques:

- n. 3 (mar. 1998) – “Arquitectos y obras. Brasil”;
- n. 7 (mar. 1999) – “El Zoom de la Arquitectura”, debate sobre autonomia, arquitetura e diferentes escalas urbanas;
- n. 21 (out. 2002) – “Habitar el futuro”;
- n. 27 (mar. 2004) – “Arquitectura y Diseño”;
- n. 29 (nov. 2004) – “De la Casa a la Frontera”;
- n. 34 (fev. 2006) – “Hacia la Metropolis Vertical”;
- n. 39 (mai. 2007) – “La Ciudad”;
- n. 43 (mai. 2008) – “Vivienda”;
- n. 49 (out. 2009) – “São Paulo. Nueva Generación”;
- n. 51 (abr. 2010) – “Re-pensar la Arquitectura”;
- n. 56 (jun. 2011) – “Fricción Periférica”, debates sobre a relação entre centro e periferia;
- n. 61 (ago. 2012) – “Espacio Público, Espacio Activado”;
- n. 63 (mar. 2013) – “Espacio”;
- n. 64 (mai. 2013) – “Vivienda Colectiva”.



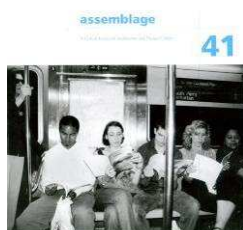
Arquitectura Viva (Espanha)

<http://www.arquitecturaviva.com/>

Revista espanhola coordenada por Luiz Fernández-Galiano, criada em 1988, com publicação regular desde então. É uma das revistas que conseguem fazer o acompanhamento dos debates da produção internacional com um posicionamento que ora tende para uma vertente mais crítica sobre o *status quo*, ora tende a justificá-lo.

Destques:

- n. 1 (jun./jul. 1988) – “Deconstrucción: Nueva York consagra la nueva sensibilidad: la arquitectura de Gehry y la filosofía de Derrida”. Logo no primeiro editorial da revista, Galiano faz uma apresentação da exposição “Deconstructivist Architecture”, no MoMA e tece críticas sobre a suposta teoria que alimentava os debates;
- n. 18 (mai./jun. 1991) – “Tanta Teoría. Venturi-Rossi, 25 Años”;
- n. 23 (mar./abr. 1992) – “El Cuerpo Doméstico. Cárceles y Casas, Anatomías Habitables”;
- n. 36 (mai./jun. 1994) – “Vivienda Varia. Ando, Hadid, Herzog/De Meuron, Kollhoff, Mecanoo, Nouvel”;
- n. 50 (set./out. 1996) – “Lo Informe. De Eisenman a Gehry, bajo el Signo de Bataille”;
- n. 54 (mai./jun. 1997) – “Holanda de Nuevo. Arets, Claus y Kaan, Coenen, MVRDV, V. Berkel, V. Belsen”, edição com destaque à produção holandesa nos anos 1990, incluindo obras de habitação;
- n. 64 (jan./fev. 1999) – “Continente Residencial. Del Conjunto al Intersticio: Nueva Vivienda Europea”;
- n. 66 (mai./jun. 1999) – “Paradigmas. Entre la fragmentación y la compacidad”, discussões sobre a forma arquitetônica, considerando-a ausente do debate disciplinar; ver artigo de Rafael Moneo sobre os paradigmas para o final do século XX: a fragmentação, o informal e a compacidade;
- n. 70 (jan./fev. 2000) – “Historias del Siglo. Foch: Cincuenta Personajes, de la A a la Z”;
- n. 79-80 (jul./out. 2001) – “11 de Septiembre. El Primer Día del Siglo XXI”, com textos dos principais críticos de arquitetura, incluindo comentários de Roberto Segre;
- n. 81 (Nov/dez. 2001) – “Cohabitación Europea. H&M en París, Nouvel en Viena, Siza en Maastricht”;
- n. 93 (nov./dez. 2003) – “Masa Crítica. Future Systems, Cook, Gehry, Holl, Koolhaas, MVRDV”, debates sobre as perspectivas para o debate teórico e crítico em arquitetura.
- n. 97 (jul./ago. 2004) – “Piezas Residenciales. Burkhalter/Sumi, e2a, Chipperfield. MVRDV, Bosch, S333”, ver editorial de Fernández-Galiano, com o título “Vivienda sin Ciudad”;
- n. 114 (mai./jun. 2007) – “Vivienda Normal. Tipo, Técnica y Tamaño: Experiencias Españolas”;
- n. 133 (2010) – “Más por Menos. La Otra Globalización: Una Estética de lo Necesario”, edição publicada como resultado dos debates conduzidos no seminário com o mesmo título, realizado em Pamplona e Nova York, apontando para perspectivas para a arquitetura a partir da crise financeira mundial de 2008-09. Inclui debate com o crítico catalão Llätzer Moix;
- n. 138 (2011) – “Mosaico Colombia. De Bogotá a Medellín, un País que Renace”;
- n. 144 (2012) – “Brasil Construye. De Río a São Paulo, Geometrías Geográficas”;
- n. 145 (2012) – “Colectivos Españoles. Nuevas Formas de Trabajo: Redes y Plataformas”;
- n. 147 (2012) – “Lo Común. De la Austeridad a la Solidaridad”;



Assemblage #41

Assemblage (Estados Unidos)

<<http://www.jstor.org/journals/08893012.html>>

<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

A revista *Assemblage – A Critical Journal of Architecture and Design Culture* foi criada e dirigida por Michael Hays, contou com 41 números impressos entre out. 1986 e abr. 2000. Pode ser considerada como uma seguidora da revista *Oppositions*. Embora a revista tenha forte caráter teórico e crítico, não se dispensava também a apresentação de projetos de arquitetura. Consolidou as figuras de alguns críticos de arquitetura, a exemplo do próprio Michael Hays, Stanford Anderson, Anthony Vidler, Beatriz Colomina, Hilde Heynen e Mary McLeod. Serviu, de forma geral, para consolidar a influência da crítica de arquitetura vinculada ao marxismo e ao pensamento pós-estruturalista no contexto americano. Contou também com a colaboração de S. Whiting como editora associada.

O conteúdo completo de todas as edições está disponível no Portal JSTOR e no Portal Periódicos da CAPES.

Destaques:

- n. 1 (out. 1986) – Edição inaugural da revista, com ensaios que discutem o papel da crítica de arquitetura;
- n. 2 (fev. 1987) – ver texto “The fiction of function”, de S. Anderson;
- n. 8 (fev. 1989) – ver textos de J. Kipnis “The Translation of Architecture, the Production of Babel” e de M. McLeod “Architecture and Politics in the Reagan Era: From Postmodernism to Deconstructivism”;
- n. 17 (abr. 1992) – ver texto de H. Heynen “Architecture between Modernity and Dwelling: Reflections on Adorno’s ‘Aesthetic Theory’”;
- n. 24 (ago. 1994) – edição temática “On the House”;
- n. 28 (dez. 1995) – ver texto de M. Tafuri “A Search for Paradigms: Project, Truth, Artifice”. Trata-se, na verdade do prefácio e primeiro capítulo do livro “Ricerca del Rinascimento: Principi, città, architetti” (1992), publicados nesta edição da *Assemblage* antes mesmo do livro ter ganhado uma edição americana, como homenagem a M. Tafuri, que tinha falecido no ano anterior;
- n. 41 (abr. 2000) – edição de encerramento da revista, onde se reflete sobre sua contribuição no campo da teoria e da crítica de arquitetura, assim como dá um “estado da arte” sobre a produção arquitetônica do período em que a revista esteve em circulação.



AU #71

aU (Brasil)

<<http://www.revistaau.com.br/>>

A revista *aU – Arquitetura e Urbanismo* foi criada em 1985, com periodicidade bimestral, contando com o apoio editorial do IAB (tanto da diretoria nacional quanto do Departamento de São Paulo). Destina-se principalmente à publicação de projetos (tanto no âmbito nacional e latino-americano, como internacional), acompanhados também de ensaios críticos, dossiês técnicos e questões ligadas à prática profissional.

A revista contou durante longo tempo com a editoria chefe da jornalista Haifa Sabbag, mesma autora que manteve entre 2000-07, em colaboração com a crítica Ana Luiza Nobre, a seção “ac – arquitetura.critica” no Portal Vitruvius, com editoria independente ao restante do periódico virtual.

Entre 1998 e 2000 foi publicada uma série de textos de João Marcos Lopes, Marta Bogéa e Yopanan Rebello, a convite do jornalista e um dos editores da revista, Marcos de Souza (que já tinha sido o responsável pela edição especial n. 71, sobre Habitação, onde se apresentou o projeto para o COPROMO). O conjunto de artigos foi republicado como livro em 2006, com o título “Arquiteturas da engenharia ou engenharias da arquitetura”.

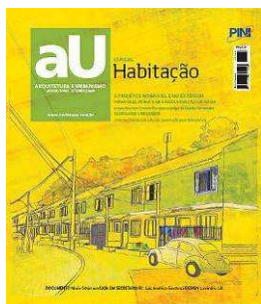
Em 2003 passou por uma reformulação do projeto editorial e desde então mantém periodicidade mensal.

Destaques:



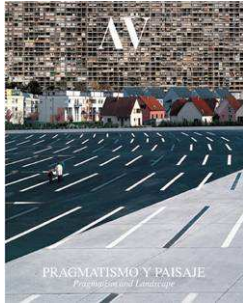
AU #82

- n. 3 (nov. 1985) – edição temática “Habitar é preciso”;
- n. 9 (dez. 1986/jan. 1987) – ver depoimentos sobre as cooperativas habitacionais no Uruguai; entrevista com Carlos Eduardo Comas sobre conjuntos habitacionais; e entrevista com Milton Santos;
- n. 19 (ago./set. 1988) – ver texto “Fases da utopia”, de L. Cavalcante; “Parceiros no fazer”, onde se apresenta a obra do escritório Oficina de Arquitetura, de Vitor Lotufo, João Marcos Lopes e Wagner Germano (Lopes e Germano viriam a criar a USINA, no ano seguinte, junto a Mário Braga);
- n. 22 (fev./mar. 1989) – ver matéria de capa “Projetar, na Fronteira da Realidade”, sobre a obra de J. Villà junto ao Laboratório de Habitação da Unicamp; o texto “A ética da estética”, de T. Coelho; e entrevista com E. Maricato logo após ela ter assumido o cargo de Secretária de Habitação e Desenvolvimento urbano do Município de São Paulo, durante a gestão Luiza Erundina;
- n. 59 (abr./mai. 1995) – ver texto de J. Glusberg “Arquitetura e utopia: Sant’Elia e Chernikhov”;
- n. 63 (dez. 1996/jan. 1996) – ver matéria de capa “Habitação popular: São Paulo, Rio de Janeiro e Santiago do Chile”;
- n. 65 (abr./mai. 1996) – dossiê sobre arquitetura em Berlim, incluindo projetos de Habitação;
- n. 71 (abr./mai. 1997) – edição especial sobre habitação. Ver fórum com o tema “Habitação: Quais as condições mínimas para uma moradia digna?”; o dossiê “Casa cheia: A moradia volta ao coração dos problemas urbanos” onde são apresentados projetos de habitação no Brasil, incluindo o COPROMO, em Osasco; o texto de Angelo Serpa com o título “Por uma nova paisagem habitacional” e entrevista com Milton Santos discutindo os limites da globalização;
- n. 76 (fev./mar. 1998) – destaque à produção de arquitetura na Holanda ao longo dos anos 1990;
- n. 80 (out./nov. 1998) – ver matéria de capa, com o projeto para o Bairro Amarelo, em Berlim, de Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci; e a matéria “Dois edifícios residenciais: No limite do mercado”;
- n. 82 (fev./mar. 1999) – dossiê “Habitação: Reinventando a casa, o bairro, a vida”, com destaque para o projeto da *União da Juta*, realizado pela USINA; e entrevista com Lelé;
- n. 99 (out./nov. 2001) – ver texto de R. Segre “Megalópoles e utopias do bem-estar”;
- n. 104 (out./nov. 2002) – ver matérias: “Aposta Urbana”, apresentando o projeto “Aprendendo com a cidade”, vencedor do Prêmio Caixa/IAB 2001 na categoria habitação profissional. O projeto foi realizado por estudantes numa atividade de extensão do LabHabitar (FAUFBA) para o bairro São Tomé de Paripe, em Salvador, coordenado pelas professoras A. Gordilho Souza e T. Scofield; “Por uma imagem melhor”, sobre a mostra brasileira na Bienal de Veneza naquele ano, onde foram apresentadas obras de urbanização de favelas no Brasil (a mostra brasileira teve como título “Favelas Upgrading”, com curadoria de E. França e G. Bayeux); “Soluções estruturais e habitação social”; e texto de S. Ferro sobre o fetiche em arquitetura;
- n. 107 (fev. 2003) – entrevista com E. Maricato “Por uma nova matriz urbana”, no momento em que ela tinha assumido a secretaria executiva do recém-criado Ministério das Cidades;
- n. 115 (out. 2003) – ver texto de P. F. Arantes “O retorno de Sérgio Ferro”, comentando o retorno de S. Ferro à FAU-USP, a convite dos estudantes do GFAU, para uma conversa pública;
- n. 118 (jan. 2004) – “São Paulo 450 anos: A trajetória e os rumos da megalópole brasileira”;
- n. 119 (fev. 2004) – ver matéria “Arquiteturas Non-Standard”, comentando a exposição realizada no Centro Georges Pompidou;
- n. 123 (jun. 2004) – matéria de capa sobre o conjunto *BedZed*, em Londres, apoiado na energia renovável; entrevista com S. Ferro; e texto “Arquitetura Livre”, de S. Kapp e A. P. Baltazar, comentando a questão da democratização do processo de produção em arquitetura;
- n. 126 (set. 2004) – dossiê sobre Habitação, apontando caminhos para a política habitacional; exposição de projetos de habitação social no Brasil, selecionados por R. V. Zein para a Bienal Ibero-Americana; e texto de J. M. Jáuregui “Política habitacional e tensão social: Os porquês de nossos



aU #186

- problemas habitacionais e os caminhos para a solução”;
- n. 130 (jan. 2005) – entrevista com M. Ferraz;
 - n. 135 (jun. 2005) – Fórum “Privatização de espaços públicos: solução ou segregação?”;
 - n. 137 (ago. 2005) – edição comemorativa de 20 anos da revista. Ver matéria “Arquitetura brasileira: práticas de resistência nas fissuras da sociedade mercantilista”; texto de R. Segre “O eterno vazio e realidade na arquitetura brasileira”;
 - n. 145 (abr. 2006) – “Edifícios residenciais”;
 - n. 152 (nov. 2006) – entrevista com M. Bogéa, Y. Rebello e J. M. Lopes sobre a publicação do livro “Arquiteturas da engenharia, engenharias da arquitetura”;
 - n. 155 (fev. 2007) – texto de L. Shieh e L. Gimenes: “Pode a academia transformar a cidade? A experiência do ateliê de projetos entre o MIT, FAU-mackenzie e FAUUSP”;
 - n. 156 (mar. 2007) – texto de E. Maricato “O Ministério das Cidades e a Política Urbana no Brasil: Quais as ações do Ministério desde sua criação, os problemas e desafios enfrentados”;
 - n. 157 (abr. 2007) – entrevista com F. Diez, editor da revista argentina Summa+, sobre crítica de arquitetura na América Latina;
 - n. 170 (mai. 2008) – entrevista com Raquel Rolnik, quando ela estava prestes a assumir o cargo de relatora especial da ONU sobre moradia;
 - n. 172 (jul. 2008) – dossiê especial “Jovens arquitetos latino-americanos”;
 - n. 175 (out. 2008) – edição especial “João Filgueiras Lima – Lelé”;
 - n. 181 (abr. 2009) – edição especial “Arquitetura digital”, discutindo parametricismo; entrevista com o crítico Luis Fernández-Galiano; e texto de S. Colin “Para entender o desconstrutivismo Estruturalismo, pós-estruturalismo e arquitetura”;
 - n. 182 (mai. 2009) – entrevista com Solano Benítez, discutindo a questão da habitação, entre outros assuntos;
 - n. 186 (set. 2009) – edição especial sobre Habitação; ver entrevista com E. Maricato “É preciso repensar o modelo”, comentando sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida; e texto de E. Fernandes sobre regularização fundiária de assentamentos informais consolidados;
 - n. 200 (nov. 2010) – edição especial “Intervenção em favelas”;
 - n. 207 (jun. 2011) – edição especial “Edifícios residenciais”;
 - n. 208 (jul. 2011) – entrevista com Lelé e apresentação de suas propostas para o Programa Minha Casa Minha Vida em Salvador;
 - n. 211 (out. 2011) – texto de P. Samora, analisando os resultados do concurso Renova-SP, com projetos de reurbanização de zonas periféricas em São Paulo;
 - n. 217 (abr. 2012) – ver matérias sobre renovação em edifícios residenciais: o caso da SQN 302, em Brasília, e do edifício Boir-le-Petre, em Paris;
 - n. 220 (jul. 2012) – texto de F. Querino e D. Silva “Pensamento e obra do arquiteto holandês Aldo van Eyck”;
 - n. 223 (out. 2012) – edição especial “Espaços Públicos”;
 - n. 224 (nov. 2012) – edição especial “Nordeste”. Ver matéria sobre projeto do escritório *Jirau Arquitetura* para projeto de HIS dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida;
 - n. 225 (dez. 2012) – edição especial “Habitação + Espaço Público”;
 - n. 228 (mar. 2013) – ver matéria de capa, com destaque para projetos de Habitação Social;
 - n. 229 (abr. 2013) – matéria sobre *Parque da Infância* em Santiago, Chile, projeto do escritório Elemental;
 - n. 231 (jun. 2013) – matéria sobre projeto de conjunto habitacional em São Paulo, na área onde havia o Jardim Edite, projeto dos escritórios MMBB e H+F;
-



AV Monografías #91

AV Monografías (Espanha)

<<http://www.arquitecturaviva.com>>

Revista espanhola de caráter monográfico criada em 1985 – é anterior, portanto, à *Arquitectura Viva*, também coordenada por Luis Fernández-Galiano. Busca cobrir em edições temáticas o conjunto da obra de arquitetos e grandes temas, a exemplo de habitação. Iniciou-se como uma publicação trimestral, mas a partir de 1990 passou a ser bimestral. Mantém a publicação de forma regular, embora em algumas situações sejam publicados números duplos.

Destaques:

- n. 1 (jan./mar. 1985) – “Berlín IBA '87: La Exposición Internacional de Arquitectura (1)”;
- n. 2 (abr./jun. 1985) – “Berlín IBA '87: La Exposición Internacional de Arquitectura (2)”;
- n. 3 (jul./set. 1985) – “Regionalismo”;
- n. 13 (jan./mar. 1988) – “America Sur”;
- n. 19 (jul./set. 1989) – “Holanda Doméstica”;
- n. 48 (jul./ago. 1994) – “America Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México, Venezuela”;
- n. 56 (nov./dez. 1995) – “Vivienda Europea”;
- n. 67 (set./out. 1997) – “Vivienda Mejor”. Ver editorial de L. F.-Galiano, com o título “El arquitecto o la vida”, fazendo menção à famosa frase de G. De Carlo, de que “a arquitetura é por demais importante para ser deixada nas mãos do arquiteto”;
- n. 73 (set./out. 1998) – “NL 2000”, sobre a arquitetura holandesa. Ver editorial de L. F.-Galiano “Elogio de la locura”, ensaios de K. Frampton, R. Koolhaas (comentando sobre o legado de I. Leonidov na obra do OMA) e M. Speaks (fazendo o elogio da arquitetura holandesa, pelo seu caráter pragmático);
- n. 86 (nov./dez. 2000) – “Vivienda en Detalle”;
- n. 91 (2001) – “Pragmatismo y Paisaje”, com ensaios críticos que abordam o tema do pragmatismo em arquitetura e transcrição dos debates realizados no seminário do MoMA, no ano anterior, com coordenação de J. Ockman, J. Rajchman e T. Riley;
- n. 97 (set. out. 2002) – “Vivienda Urbana”;
- n. 104 (nov./dez. 2003) – “Casa, Cuerpo, Crisis”, ver trecho “Utopia y Ficción, Entre Babel e Disney”;
- n. 116 (nov./dez. 2005) – “Vivienda Formal”;
- n. 125 (2007) – “Oscar Niemeyer: One Hundred Years”;
- n. 126 (2007) – “Vivienda en Común”, com seleção de obras de habitação coletiva na Europa. Ver editorial de L. F.-Galiano “¡Esto Es No America!”;
- n. 138 (jul./ago. 2009) – “Latin America 2010: México, Colombia, Brasil, Argentina”, ver artigo de R. Segre “Brasil, las ideas en labirinto”;
- n. 156 (2012) – “Vivir Juntos”, com obras de habitação coletiva (incluindo projetos de habitação social) na Europa;
- n. 161 (2013) – “Paulo Mendes da Rocha, 1958-2013”.



bloco #7

bloco (Brasil)

<<http://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/bloco>>

Revista do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade FEEVALE, criada em 2005 e organizada por Ana Carolina Pellegrini e Juliano Caldas de Vasconcellos. Desde o n. 4 vem mantendo a prática de lançar edições temáticas e desde o n. 8 passou a ser organizada por Juliano Vasconcellos, Rinaldo Ferreira Barbosa e Tiago Balem.

Destina-se a publicação tanto da produção docente e discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da FEEVALE, como também conta com a participação de colaboradores externos. Costuma trazer artigos sobre Assessoria Técnica em projetos para famílias de baixa renda, sobretudo por conta das atividades do Projeto de Extensão “Mãos à Obra”, vinculado ao curso, destinado à formação de mão-de-obra na área da construção civil.

Todas as edições estão disponíveis para download no site da revista.

Destaques:

- n. 1 (2005) – ver artigos de Clovis Silva “Direito à arquitetura” e de Tiago Silva “Qualificar a cidade, democratizar a arquitetura”;
- n. 2 (2006) – ver texto de apresentação do Projeto de Extensão “Mãos à Obra” e texto de A. C. Pellegrini “TOPOS: Topografias Operativas. Pré-Fabricação. Orientação Social”;
- n. 3 (2007) – ver texto de A. Brito “A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é possível: Mãos à Obra”; e texto de Alexandra Baldauf “Coordenação modular da construção: conceitos, objetivos e módulo”;
- n. 4 (2008) – edição temática “O Arquiteto e a Sociedade”; ver textos de Alessandra Brito e Vinicius Netto “Vila Palmeira: proposta de reurbanização e habitação social – Experiência do curso de Arquitetura e Urbanismo da Feevale”; relatos do projeto de extensão “Mãos à obra”; texto de J. Montaner: “O arquiteto como sociólogo: Le Corbusier, Louis Kahn, Robert Venturi, Denise Scott Brown e Rem Koolhaas”; texto de R. V. Zein “De 1968 a 2008, ou Nove Fora Nada”; e texto de E. Mahfuz “Projeto de habitação coletiva apresentado ao Prêmio Caixa-IAB 2006”;
- n. 7 (2011) – “Arquiteturas de morar”, ver texto “O esqueleto phenix... À espera de um corpo e de uma alma”, de A. Brito e C. Kehl, apresentando um projeto de requalificação de um prédio no centro do Porto Alegre para uso de HIS.



Candide #5

Candide (Alemanha)

<<http://www.candidejournal.net/>>

O periódico *Candide – Journal for Architectural Knowledge* é uma publicação bilíngue (alemão e inglês) criada em 2009, ligada ao Departamento de Teoria da Arquitetura da RWTH Aachen University. Conta com a editoria-chefe de Axel Sowa, Adres Lepik e Susanne Schindler – Sowa foi editor-chefe da *L'Architecture d'Aujourd'hui* entre 2000-07, e os demais são pesquisadores ligados às questões da habitação e desenvolvimento.

As edições são semestrais e dedicam-se, numa apresentação geral, a “explorar a cultura de conhecimento específica à arquitetura”, mas não o fazem apenas pelo viés teórico, explorando também a apresentação e análise de projetos. Cada edição é dividida em cinco partes (Ensaio / Análise / Projeto / Encontros / Ficção).

A impressão e distribuição são feitas pela editora alemã Hatje Cantz e todos os artigos ficam disponíveis para download, no site da revista, um ano depois de sua publicação, como política de acesso livre da revista.

Destaques:

- n. 4 (jul. 2011) – ver artigos de M. Guggenheim “Formless Discourse: The Impossible Knowledge of Change of Use”;
- n. 5 (mar. 2012) – ver artigo de Kim Förster “The Housing Prototype of The Institute for Architecture and Urban Studies”, analisando o projeto de habitação coordenado por K. Frampton em Nova York, numa parceria entre o IAUS, o MoMA e a UDC; e a ficção “A Fable of Form and Function”, do crítico de arquitetura português Pedro Gadano, atual curador de arquitetura contemporânea do MoMA.



caramelo #8

Caramelo (Brasil)

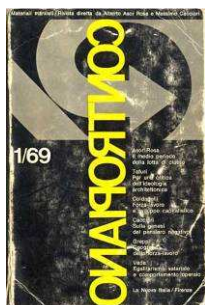
Revista do Grêmio de estudantes da FAU-USP (GFAU), criada em 1990 por estudantes da graduação – entre eles, Fernando Viégas, Fábio Valentim, Cristiane Muniz e Fernanda Barbara (que viriam a criar em 1996 o escritório UNA Arquitetos). As edições da revistas foram encerradas no n. 10 (1999), mas contou também com uma edição EXTRA (1999), discutindo o projeto para a *Maharishi SP Tower* em São Paulo.

Destinava-se a publicar a produção da FAU-USP, assim como trazia, também, contribuições de colaboradores externos.

Neste ano de 2013, foi criada a revista *Contraste*, também organizada por estudantes da FAU-USP, inspirada em grande medida na revista *Caramelo*.

Destaques:

- n. 2 – ver artigo de Tales Ab'Saber “Um debate: arquitetura e história, arte e política”;
- n. 3 – ver texto de Fábio Duarte e Adauto Gonçalves “Dois olhares sobre a crítica”;
- n. 4 – ver caderno especial “Lina Bo Bardi”;
- n. 5 – ver texto de José Tavares Lira “Sobre o conceito de casa”; tradução do texto de M. Wigley “Arquitetura deconstrutivista”;
- n. 6 – caderno especial “Fórum: Percurso do ensino da FAU”, com texto sobre a publicação das revistas “Desenho” e “Ou...”, que pautaram os debates entre os grupos ideologicamente contrários dentro da FAU nos anos 1960-70, resumidos nas figuras de V. Artigas e S. Ferro; entrevista com O. Arantes; entrevista com S. Ferro; texto do grupo GAMHA (Grupo de Assessoria a Movimentos por Habitação) “Perspectiva da atuação do arquiteto na construção da habitação popular”;
- n. 8 – ver editorial “Atualizando a crise: Uma tentativa de auto-definição à luz de um ensaio de Sérgio Ferro”; e o sumário das edições anteriores da revista;



CONTROPIANO 1/69

Contropiano (Itália)

A revista *Contropiano* – *Materiali Marxisti* foi criada em 1968, tendo à frente do projeto Alberto Asor Rosa, Massimo Cacciari e Antonio Negri, muito embora Negri tenha abandonado o projeto após a primeira edição, por discordâncias entre ele e o restante do grupo.

Soma-se a um conjunto de outras publicações de intelectuais de esquerda na Itália daquela época, ligados – de alguma forma – ao movimento conhecido como “Operaismo” ou “Post-Operaist”, a exemplo das revistas *Classe Operaia*, *Quaderni Rossi*, *Angelus Novus* e as edições da revista *Casabella* do período em que foi dirigida por E. N. Rogers, quando teve o título modificado para *Casabella-Continuità*.

No grupo de colaboradores constavam vários dos membros do Departamento de História da Arquitetura do IUAV, criado também em 1968 por M. Tafuri. A revista foi publicada entre 1968 e 1971.

Destaques:

- n. 1/68 (1968) – ver artigo de Francesco Dal Co “Critica all’ideologia dell’architettura moderna”;
- n. 1/69 (1969) – ver artigos de M. Tafuri “Per una critica dell’ideologia architettonica”, que deu origem ao livro “Progetto e utopia”, publicado em 1973; e de M. Cacciari “Sulla genesi Del pensiero negativo”;
- n. 3/69 (1969) – ver artigo de F. Dal Co “Architettura sovietica e stalinismo”.



criticat #4

criticat (França)

<<http://www.criticat.fr>>

A revista *criticat – revue semestrielle de critique d'architecture* foi criada em 2008, destinada especificamente à crítica de arquitetura. Propõe-se como uma revista independente, com vistas a gerar um debate crítico sobre a produção contemporânea. Costuma-se incluir nas edições da revista algumas reproduções de textos clássicos e a criação de cronologias temáticas.

As edições do número 1 (jan. 2008) ao 8 (set. 2011) estão disponíveis para visualização completa no site da revista.

Destaques:

- n. 1 (jan. 2008) – ver texto “Un florilège de petites phrases prononcées par divers protagonistes du récent débat parisien”; e pequena antologia com textos críticos relevantes entre os anos 1960-90; na seção “documento” consta a tradução para o francês do ensaio “Bigness” (1994), de R. Koolhaas;
- n. 2 (set. 2008) – ver debate “Les architectes et l’engagement”;
- n. 3 (mar. 2009) – ver texto de B. Marrey “Les architectes sont-ils coupables?” e cronologia “Deux décennies critiques (1988–2008)”;
- n. 4 (set. 2009) – edição que discute vários temas relacionados a habitação;
- n. 7 (mar. 2011) – ver debate “Les architectes ont-ils encore quelque chose à dire?”; e entrevista com Albena Yaneva (considerada discípula de do filósofo Bruno Latour) “L’architecture en action”;
- n. 8 (set. 2011) – ver debate “Urbanisme, fin de siècle”; antologia de textos sobre urbanismo; na seção documento, consta a tradução para o francês do texto “Whatever happened to urbanism?” (1994), de R. Koolhaas; e texto de P. Chabard “L’inhabitable rase”, discutindo habitabilidade e insalubridade;
- n. 10 (2012) – discute a questão do gênero em arquitetura; na seção documento consta a tradução para o francês do artigo “Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture” (1975), de D. Scott Brown; antologia de textos escrito por arquitetas, incluindo texto de Lina Bo Bardi;



dAP (Suíça)

<<http://www.architecturalpapers.ch/>>

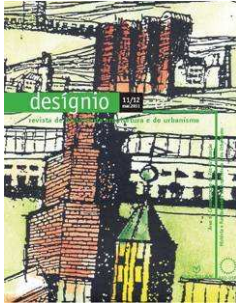
O periódico *dAP – Digital Architectural Papers* é uma publicação do Departamento de Arquitetura da ETH-Zürich, dirigido pelo prof. Josep Lluís Mateo.

Origina-se da série de livros “Architectural Papers”, organizada por J. L. Mateo desde 2003, que desde 2011 passou a publicar também no formato de periódico eletrônico.

As edições são temáticas e cobrem grandes temas do debate contemporâneo em arquitetura e urbanismo, com pequenos artigos e vídeos, com acesso livre pelo site.

Destaques:

- n. 1 (fev. 2011) – “After Crisis: Contemporary Architectural Conditions”, reflexões sobre a prática arquitetônica após a crise financeira dos anos 2008-09; na verdade, é uma complementação do livro “After Crisis”, publicado em versão impressa, organizado por J. L. Mateo;
- n. 2 (mai. 2011) – “After After: Open discussion about After Crisis”, continuação do debate da primeira edição – vídeos com entrevistas realizadas com críticos de arquitetura;
- n. 9 (jun. 2012) – “PREVI Revisited: A Contemporary Approach to the Proyecto Experimental de Vivienda en Lima”.



desígnio #11-12

desígnio (Brasil)

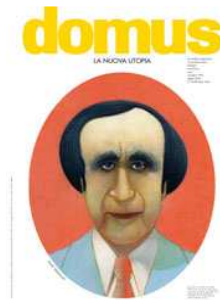
A revista *desígnio* – revista de história da arquitetura e do urbanismo é um periódico acadêmico da FAU-USP, dirigido por Maria Irene Szmrecsányi e vem sendo publicada regularmente desde 2004.

Debruça-se especificamente sobre questões ligadas à história da arquitetura e do urbanismo. Costuma ser publicada com dossiês temáticos, organizados por membros do corpo editorial ou por editores convidados.

A impressão e distribuição são feitas pela editora Annablume.

Destaques:

- n. 1 (mar. 2004) – ver texto de Olgária Matos “Historicismo na arquitetura”; de Regina Meyer “Cidade, história e projeto”; artigo de Stéphane Huchet “Paradigmas arquiteturais e seus devires: Durand, Duchamp e Eisenman”; e ensaio crítico de Ana Elena Salvi “Tafuri e a construção da historiografia da arquitetura”;
- n. 11-12 (mar. 2011) – dossiê temático “História, Historiografia, Historiadores”, elaborado por J. T. Lira, com diversos textos e entrevistas relevantes sobre teoria, crítica e historiografia em arquitetura e urbanismo.



domus #935

domus (Itália)

<<http://www.domusweb.it>>

A revista *domus* foi criada em 1928 pelo crítico Gio Ponti. Revista de caráter mais comercial, se comparada à *Casabella* do período em que foi dirigida por E. N. Rogers. Trata de questões ligadas a arquitetura, artes visuais, *design* e interiores.

Nos anos 1960-70 foram publicadas algumas edições que ficaram conhecidas por terem dado visibilidade às propostas dos grupos conhecidos como “Os Radicais” – a exemplo dos italianos do *Archizoom*, *Superstudio*, *9999* e *U.F.O.*, os franceses do grupo *Utopie*, os ingleses do *Archigram* e os americanos do grupo *Ant Farm*.

Desta forma, acompanhou a tendência editorial da também italiana *Casabella*, no período que se seguiu à saída de E. N. Rogers como editor-chefe da revista por implicações políticas, quando a revista passou também a dar visibilidade – e legitimidade – às obras dos grupos de vanguarda dos anos 1960-70.

Em 2010 passou a contar com a editoria-chefe de Alessandro Mendini (que já tinha sido editor da revista anteriormente), quando foi lançada a campanha “La Nuova Utopia”, pondo em questão o lugar da utopia na arquitetura contemporânea no momento de crise. Cada edição deste período (entre abr. 2010 e mar. 2011) tinha uma figura em destaque, a exemplo de Tomás Maldonado, o entrevistado especial da primeira edição da campanha.

Destaques:

- n. 457 (dez. 1967) – destaque à obra do grupo *Utopie*;
- n. 469 (dez. 1968) – destaque à obra do grupo *Ant Farm*;
- n. 477 (ago. 1969) – destaque à obra do grupo *Archigram*;
- n. 509 (abr. 1972) – destaque às obras dos grupos *9999* e *Superstudio*;
- n. 528 (nov. 1973) – destaque à obra do grupo *U.F.O.*;
- n. 935 (abr. 2010) a 945 (mar. 2011) – campanha editorial “La Nuova Utopia”.



field: v. 2

field: (Inglaterra)

<<http://www.field-journal.org>>

O periódico *field: a free journal for architecture* foi criado em 2007, vinculado à Escola de Arquitetura da Universidade de Sheffield.

A publicação tem periodicidade anual (embora o último número tenha sido publicado em 2010), com edições temáticas e pretende-se como uma ampla plataforma de discussão em arquitetura, do ponto vista teórico e crítico.

Todos os números estão disponíveis para visualização e download no site da revista.

Destaques:

- v. 1 (out. 2007) – “Architecture and Indeterminacy”, a edição como um todo apresenta artigos relevantes; ver mais especificamente os artigos de Ole Fischer “Atmospheres – Architectural Spaces between Critical Reading and Immersive Presence” e de Jeremy Till “Architecture and Contingency”;
- v. 2 (out. 2008) – “Alternate Currents”, com artigos sobre participação e apropriação do espaço; ver mais especificamente os artigos de Silke Kapp, Ana Paula Baltazer e Denise Morado (do grupo MOM – Morar de Outras Maneiras, da UFMG) “Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices”;
- v. 3 (dez. 2009) – “Agency and the Practice of Activism”;
- v. 4 (dez. 2010) – “Ecology”, destaca-se apenas o artigo de Steve Parnell “Ethics VS Aesthetics: Architectural Design 1965-1972”, comentando sobre a atuação dos editores da inglesa revista *Architectural Design*;



FOOTPRINT #4

Footprint (Holanda)

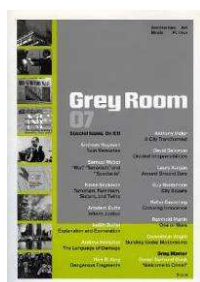
<<http://www.footprintjournal.org>>

O periódico acadêmico *Footprint – Delft Architecture Theory Journal* foi criado em 2007. Está vinculado ao curso de arquitetura da TU-Delft traz contribuição de pesquisadores na arquitetura e dos estudos urbanos, tanto da própria universidade quanto de colaboradores externos.

Cada edição trata de um tema específico, e todos os números estão disponíveis para download no site da revista. Não se apresenta um posicionamento crítico ou político muito claro, mas pretende-se enquanto uma plataforma de criação, desenvolvimento ou revisão de estruturas conceituais e métodos de pesquisa na área.

Destaques:

- n. 1 (2007) – “Trans-disciplinary”, ver artigos de M. Hays “Notes on Narrative Method in Historical Interpretation”; e de Ákos Moravánszky “Architectural Theory: A Construction Site”;
- n. 4 (2009) – “Agency in Architecture: Reframing Criticality in Theory and Practice”;
- n. 8 (2011) – “Defying the Avant-Garde Logic: Architecture, Populism, and Mass Culture”;
- n. 9 (2011) – “The European Welfare State Project: Ideals, Politics, Cities and Buildings”.



Grey Room #7

Grey Room (Estados Unidos)

<<http://www.mitpressjournals.org/loi/grey>>

<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

O periódico acadêmico *Grey Room* foi criado em 2000 pelos críticos Branden Joseph, Reinhold Martin e Felicity Scott, responsáveis pela editoria-chefe até este ano de 2013, quando novos colaboradores se agregaram ao grupo. Trata de questões ligadas a arquitetura, artes, mídias e política. Apresenta-se como um periódico dedicado a tratar “das práticas estéticas politicamente vinculadas a formas de oposição” e a teorizações rigorosas “sobre suas possibilidades de continuação e transformação contemporâneas”. Pode ser entendida como uma

seguidora do perfil editorial das revistas *October*, *Oppositions* e *Assemblage*.

Entre os colaboradores mais frequentes no campo da arquitetura estão os principais historiadores e críticos em atuação nos Estados Unidos, vinculados às grandes universidades (tanto pesquisadores já consolidados como uma nova geração). Destaque-se, por exemplo, que alguns capítulos dos livros lançados por Reinhold Martin (*"Utopia's Ghost"*, de 2010) e por Felicity Scott (*"Architecture or Techno-Utopia"*, de 2007), foram publicados originalmente como artigos nas edições da *Grey Room*.

No conjunto de suas edições, conta com publicação de textos e entrevistas com intelectuais do campo da filosofia e da teoria política, a exemplo de Chantal Mouffe, Antonio Negri, Jacques Derrida e Paolo Virno.

Apenas em algumas situações são elaboradas edições temáticas. A impressão e distribuição são feitas pela MIT Press. Boa parte das edições está disponível no Portal JSTOR e no Portal Periódicos da CAPES.

Destaques:

- n. 2 (2001) – entrevista com Chantall Mouffe "Every Form of Art Has a Political Dimension";
- n. 3 (2001) – ver artigo de F. Scott "Architecture or Techno-Utopia";
- n. 6 (2002) – ver artigo de F. Scott "On Architecture under Capitalism";
- n. 7 (2002) – ver editorial "On 9/11" e artigo de A. Vidler "A City Transformed: Designing 'Defensible Space'";
- n. 14 (2004) – ver artigo de R. Martin "Environment, c. 1973";
- n. 22 (2006) – ver artigo de R. Martin "Architecture's Image Problem: Have We Ever Been Postmodern?";
- n. 30 (2008) – ver artigo de Yates McKee "Haunted Housing: Eco-Vanguardism, Eviction, and the Biopolitics of Sustainability in New Orleans";
- n. 33 (2008) – ver artigo de Tom McDonough "Metastructure: Experimental Utopia and Traumatic Memory in Constant's New Babylon";
- n. 38 (2009) – ver artigo de Monica Amor "From Work to Frame, In Between, and Beyond: Lygia Clark and Hélio Oiticica, 1959–1964";
- n. 39 (2010) – edição temática sobre a obra de Walter Benjamin;
- n. 42 (2011) – ver artigo de R. Martin "Financial Imaginaries: Toward a Philosophy of the City".

HABITAT (Brasil)

Destaques:

- n. 1 (out./dez. 1950) – texto "Amazonas: o povo arquiteto"
- n. 3 (abr./jun. 1952) – textos de Roberto Cirell Czerna "Carta aberta [ao Governador]", "Porque o povo é arquiteto?" e "Casa de 7 mil cruzeiros";
- n. 4 (jul./set. 1951) – edição especial dedica ao tema da arquitetura escolar; texto de Anísio Teixeira "Um presságio de progresso"; texto de Adolf Loos sobre a obra do escultor Augusto Zamoysky; relato sobre a exposição de obras de Le Corbusier;
- n. 5 (out./dez. 1951) – texto de Eduardo Corona "Da necessidade de crítica sobre arquitetura"; texto de Giusta Nicco Fasola "A arte menos estudada", sobre a necessidade de considerar a arquitetura como arte;
- n. 7 (1952) – texto de Emilio Villa "Construir é Viver", relato da construção de uma casa popular no estado do Amazonas, realizada pelo próprio morador; texto de L. Bardi "Necessidade da Crítica na Arquitetura";
- n. 8 (jul./set. 1952) – editorial [Lina Bardi?] "Arranha-céus e espírito"
- n. 9 (1952) – texto sem autoria [L. Bardi ?] "Construir com Simplicidade";
- n. 10 () – texto de F. Motta "O povo é arquiteto"
- n. 11 (jun. 1953) – projeto de R. Levi para a Cidade Universitária de São Paulo "Setor residencial do Estudante";
- n. 12 (set. 1953) – texto sem autoria [F. Motta?] "Querido Sr. Urbanista", comentando os problemas urbanos de São Paulo;
- n. 13 (dez. 1953) – projeto de W. O. Prochnik "Projeto para favelas", projeto do Wit-Olaf Prochnik, estudante da última série da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil; estudo para a Favela D. Marta no Rio de Janeiro, usando pré-fabricação e prevendo-se a construção em sistema de mutirão;

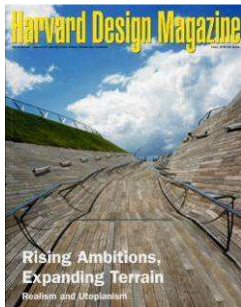
- n. 14 (jan./fev. 1954) – projeto de L. B. Bardi e P. L. Nervi para o edifício de usos mistos “Taba Guaianases, São Paulo”; na seção Denúncia consta o texto “Casa, eles também precisam”, sem autoria, comentando o problema da urgência em se resolver o problema da habitação;
- n. 15 (mar./abr. 1954) – crônica de P. M. Bardi “Habitat – O Mundo. O Homem Anti-Natureza?”;
- n. 16 (mai./jun. 1954) – texto de Abelardo de Souza “Crítica de Arquitetura”; texto de J. Villanova Artigas de Abelardo Souza “Dez milhões de brasileiros moram em favelas e choupanas”, apresentando levantamentos de alunos da Faculdade de Arquitetura de São Paulo, com vistas à elaboração de soluções para o problema, estudos da Favela da Lapa, Favela do Piqueri e Alto da Moóca;
- n. 18 (set./out. 1954) – ver projeto de Luis Sáia “Plano de urbanização da cidade de Lins, Est. de São Paulo”; projeto de estudantes do 3º ano da FAU-USP, tendo como professores Hélio Durat e e Ernest R. C. Mange, intitulado “Habitação coletiva”, como modelo dos IAPs;
- n. 21 (mar./abr. 1955) – texto de E. Michael Salzer (Estocolmo) “Amanhã iremos morar em pirâmides”, com proposta para resolver o déficit habitacional na Suécia com uma habitação prototípica piramidal.
- n. 24 (out. 1955) – tradução e comentários de Geraldo Ferraz “Conclusões comentadas do IV Congresso da União Internacional dos Arquitetos”; o mesmo para o documento “A posição social do Arquiteto”; texto de Roberto Aran sobre Le Corbusier “Cidade Radiosa”; de Aluizio da Rocha Leão “Por uma arquitetura psicossomática”, onde se discute aspectos da habitação vernacular; de Oswaldo Corrêa Gonçalves “Quatro principais funções de uma cidade”; projeto de Affonso Eduardo Reidy “Conjuto residencial Gávea, Rio. Departamento de Habitação Popular – Prefeitura do Distrito Federal”;
- n. 25 (dez. 1955) – editorial “6º ANO. Novo programa de trabalho. Arquitetura, Urbanismo e Artes, componentes da revista Habitat”; texto na seção Urbanismo “Habitação para o homem de nosso tempo”, relacionando a questão da habitação no Brasil e na América Latina com os debates do CIAM; texto de L. Saia “A Casa Bandeirista”; textos de Geraldo Ferraz “Meditação de Fim de Ano. Uma palavra a arquitetos, engenheiros, urbanistas, sociólogos” e e relato do temário sobre planejamento e habitação realizado no “IX Congresso Panamericano de Arquitetos”; projeto de van de Broek e Bakema “Uma ‘rua’ comercial sem tráfego. A ‘Linjbaan’ de Rotterdam, Holanda”; texto “Grandes estruturas arquitetônicas na França”, mostrando projetos de conjuntos habitacionais: Conjunto residencial “La Benange”, Burdeos (Gironde); Grupo residencial no Quais Blériot, Paris; edifícios de apartamentos em Marselha (Le Corbusier); apartamentos no Quartier de La Joliette, Marselha;
- n. 26 (jan. 1956) – ver editorial “Por uma participação ativa nestas págnas” ; relato da exposição “Latin American Architecture since 1945”, realizada no MoMA; texto “Habitação para o Homem de nosso Tempo”; projeto de Francisco Bolonha “Conjunto residencial ‘Vila Isabel’, Rio de Janeiro”, realizado no âmbito do Departamento de Habitação Popular, sob direção de Carmem Portinho; projeto da Construtora Zarzur & Kogan Ltda. “Edifício de apartamentos ‘São Vito’, em São Paulo”;
- n. 27 (fev. 1956) – textos na seção Urbanismo “Comissão de estudos da casa popular – um órgão que faltava em São Paulo” e “Seminário Italo-Americano sobre planejamento urbano e regional”;
- n. 28 (mar. 1956) – ver editorial “Arquitetura e economia”, discutindo a produção de habitação popular; texto de Milton Carlos Ghiraldini “A ‘Cidade humana’”; texto de Bruno Zevi sobre o programa da revista italiana “L’Architettura”; texto de F. E. “Desmoronamentos e urbanismo, em Santos”; relato de Geraldo Ferraz sobre palestra de Marcelo Roberto “Marcelo Roberto aos universitários: Interdependência da arquitetura e do urbanismo”, onde discutiu-se sobre especulação imobiliária, a necessidade do planejamento urbanístico; texto de J. A. Fontes Ferreira “Organização social das Cidades”, discutindo a questão da habitação popular e sua legislação e a importância do urbanismo;
- n. 30 (mai. 1956) – na capa, reprodução do “Modulor”, de Le Corbusier; editorial “Mentalidade de planejamento”; texto “Uma divergência na solução do problema da Casa Popular no Estado de São Paulo”, discutindo a criação do CECAP; texto da Redação na seção Urbanismo “Rumo à planificação em escala estadual”;
- n. 31 (jun. 1956) – texto de Milton Carlos Ghiraldini “Problemas de

arquitetura urbana”

- n. 32 (jul. 1956) – texto na seção Urbanismo “Legilação sôbre densidade demográfica”;
- n. 33 (ago. 1956) – texto de Maurizio Mazzochi “Idéias e programas em favor da habitação econômica: Considerações sôbre um relatório de técnicos argentinos”;
- n. 34 (set. 1956) – editorial “Novas diretorias dos IAB”;
- n. 35 (out. 1956) – editorial “Construção da nova cidade: Brasília”;
- n. 36 (nov. 1956) – editorial “Dentro de um mês – três milhões de habitantes”; projeto de Jacques Pilon e Gian Carlo Gasperini “Mecânica Pesada S.A., Taubaté, (S. Paulo)”, incluindo projetos de habitações para os técnicos e casas operárias;
- n. 37 (dez. 1956) – texto de Wolfgang Pfeiffer “Novas observações sôbre a Bahia”, comentando, entre outros aspectos, “As habitações do povo ao redor da Cidade”; tradução do artigo de William Alex “A história do arranha-céu”, realizado por ocasião de uma exposição no MoMA;
- n. 38 (jan. 1957) – ver editorial “Fenômenos urbanísticos”, comentários sobre a urbanização no Brasil e a atuação do IBAM; texto de Luiz de Anhaia Melo “Planejamento, arquitetura, engenharia: Contrastes e confrontos”;
- n. 40-41 (mar./abr. 1957) – ver textos e projetos apresentados para o Plano Piloto de Brasília, já tendo em vista a polêmica em torno a da escolha do projeto de L. Costa. Projetos apresentados nesta edição: Rino Levi, Milton Ghiraldini e Jorge Wilhelm;
- n. 42 (mai./jun. 1957) – ver editorial “Ética profissional”; e projeto de M.M.M. Roberto e equipe “Plano Pilôto da nova Capital do Brasil”;
- n. 43 (jul./ago. 1957) – ver matéria sobre a Interbau Berlim 57;
- n. 46 (jan./fev. 1958) – ver projeto de Affonso Eduardo Reidy “Montepio dos Empregados Municipais do Rio de Janeiro”; texto de Robert Miocque “A habitação, o móvel e a vida”;
- n. 48 (mai./jun. 1958) – projeto do TCA;
- n. 58 (jan./fev. 1960) – ver editorial “Nova Capital”; relatos e transcrições do Congresso Internacional Extraordinário da Associação de Críticos de Arte, A cidade nova – Síntese das artes”;
- n. 59 (mar./abr. 1960) – ver editorial “Aspectos humanos da favela carioca”, comentando a publicação homônima elaborada pelo SAGMACS;
- n. 60 (mai./jun. 1960) – ver projeto de Goerge Nelson com colaboração de Gordon Chadwik “Uma casa experimental de nossa era”, proposta de residência pré-fabricada (muito parecida com o Orfanato em Amsterdã); texto de Frei Otto “O significado da ‘construção leve’ em nossos dias”;
- n. 61 (jul./ago. 1960) – ver editorial “Habitação e planejamento”;
- n. 63 (mar. 1961) – ver editorial [Geraldo Serra?] “Revisão de Brasília” e texto “Construir com cubos”;
- n. 64 (1961) – ver editorial [Geraldo Serra?] “Habitação e Tugúrio”
- n. 66 (1961) – ver projeto de Pedro Paulo Guimarães “Núcleo residencial em Vigário Geral, Estado da Guanabara, para população vinda de favela”; projeto de José Henrique Rudge Rodrigues, “Urbanização da Praia do Pinto”, como uma proposta de recuperação de favela, ambos realizados no âmbito do Departamento de Hâbitação Popular do Estado da Guanabara, dirigido à época por Stevo Roxo; projeto de Van de Brock e Bakema “Paço Municipal, marl, Alemanha”; projeto de Van den Broeck e Bakema, com colaboração de J. M. Stokla, “Edifício de apartamentos em Berlim, Alemanha”, apresenta o projeto como uma tentativa de incorporar o sentido de comunidade no edifício, para que não se assemelhe a uma “enorme prisão coletiva”;
- n. 68 (jun. 1962) – ver editorial de Geraldo Serra “Habitação no Brasil”; texto de Aldo Rossi sobre a Convento de La Tourette, de Le Corbusier.
- n. 69 (set. 1962) – ver apresentação do projeto para a CUASO (Cidade Universitária de São Paulo), texto de Geraldo Ferraz, incluindo a descrição do projeto para o setor de habitação, que ficou a cargo de Eduardo Kneese de Melo e Joel Ramalho Jr.;
- n. 70 (dez. 1962) – ver editorial “Ainda e sempre o problema habitacional”, apresentando o manifesto elaborado pelos membros do Departamento da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil; texto de Hélio Oiticica “A transição da côr do quadro para o espaço e o sentido de construtividade”;
- n. 72 (jun. 1963) – ver editorial “O jovem ocotgenário Gropius”, por ocasião do 80º aniversário de Walter Gropius, onde são relatadas as obras e

projetos em andamento de Gropius e seus comentários sobre arquitetura, inclusive sobre a questão das favelas;

- n. 73 (set. 1963) – ver editorial de Geraldo Ferraz “Habitação sempre habitação”;
- n. 74 (dez. 1963) – ver editorial [Geraldo Serra?] “Condicionantes dos desenvolvimentos”, ver seção Urbanismo e habitação popular”, que inclui os textos “Projeto para execução da reforma urbana”, “A habitação popular no Rio de Janeiro”, “O drama da habitação popular” e “Planificação do aterro da Glória, no Rio de Janeiro”; ver texto “Tendência do urbanismo britânico”, discutindo as New Town inglesas;
- n. 75 (jan./fev. 1964) – ver editorial “Habitações populares / Habitação para todos”;
- n. 76 (mar./abr. 1964) – ver editorial “Ainda o Plano Nacional de Habitação”;
- n. 78 (jul./ago. 1964) – projeto de Decio Tozzi e Luiz Carlos Ramos “CHERP: núcleo residencial de Ibatinga”;
- n. 81 (jan./fev. 1965) – ver editorial “Declaração dos arquitetos reunidos em Delos, Grécia”;
- n. 84 (jul./dez. 1965) – ver editorial “De luto a arquitetura mundial: desaparecem Rino Levi e Le Corbusier”;



HDM #21

Harvard Design Magazine (Estados Unidos)

<<http://www.gsd.harvard.edu>>

Periódico da *Harvard Graduate School of Architecture*, que reflete bem as diferentes posições dentro da própria escola, contando também com a participação de colaboradores externos. Trata de questões ligadas a arquitetura, urbanismo, planejamento e paisagem. Numa mesma edição podem ser confrontadas leituras mais críticas àquelas mais abertas ao *status quo*.

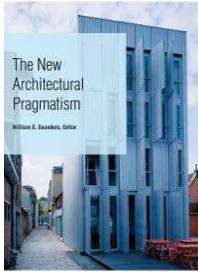
Desde o primeiro número da revista, trabalha-se com edições temáticas.

No site da revista constam as edições a partir do n. 25 (2006-07), com alguns artigos disponíveis para download.

Destaques:

- n. 8 (1999) – “Housing and Community”;
- n. 20 (2004) – “Stocktaking”, literalmente, um inventário sobre a produção contemporânea em arquitetura e urbanismo;
- n. 21 (2003-04) – “Rising Ambition, Expanding Terrain: Realism and Utopianism”, discutindo muitas das questões do debate crítico vs. pós-crítico;
- n. 22 (2005) – “Urban Planning Now: What Works, What Doesn’t?”;
- n. 25 (2006-07) – “Urban Design Now”, ver textos de Michael Sorkin “The End(s) of Urban Design”; Edward Soja “Designing the Postmetropolis”; e Dave Hickey “On Not Being Governed”;
- n. 28 (2008) – “Can Designers Improve Life in Non-Formal Cities?”, edição temática sobre a atuação em países pobres, com destaque a textos e projetos comentando a produção no Brasil;
- n. 29 (2008-09) – “What About the Inside?”, ver texto de A. Picon “The Digital and the Utopian: Reassessing Buckminster Fuller”;
- n. 30 (2009) – “(Sustainability) + Pleasure, Vol. I: Culture and Architecture”, ver textos de Peter Sloterdijk “Talking to Myself about the Poetics of Space” e de Bruno Latour “Spheres and Networks: Two Ways to Reinterpret Globalization”;
- n. 31 (2009-10) – “(Sustainability) + Pleasure, Vol. II: Landscapes, Urbanism, and Products”, ver texto de Michael Sorkin “Eutopia Now!”, e de Timothy Hyde “Proximate Utopia, or the Semblance of the Future”;
- n. 32 (2010) – “Design Practices Now, Vol. 1: Architecture”;
- n. 34 (2011) – “Architectures of Latin America”, edição relevante como um todo; ver em detalhe texto de Jorge Francisco Liernur “For a Latin American Architectural Criticism”; Iñaki Ábalos “Latin American Architecture Today”; Carlos Teixeira “Enclaves and Counter-Enclaves (in Brazilian Housing, Film, and Art)” e Ruth Verde Zein “O Averso Do Averso: Recent Brazilian Architecture”;

- n. 35 (2012) – “Architecture's Core”, ver textos de Mohsen Mostafavi “Matters of Discipline”; P. Scott Cohen “The Hidden Core of Architecture”; e de P. V. Aureli “Redefining the Autonomy of Architecture: The Architectural Project and the Production of Subjectivity”.



HDM Reader #5

Harvard Design Magazine Reader (Estados Unidos)

<<http://www.upress.umn.edu/book-division/series/harvard-design-magazine-reader>>

Série de livros coordenada por William Saunders. Visa reunir os principais artigos da revista *Harvard Design Magazine* e reintroduzir os debates de forma mais aprofundada, com novos textos de autores convidados e textos publicados em outras revistas.

As edições são impressas e distribuídas pela The University of Minnesota Press.

Destaques:

- n. 1 (2005) – “Commodification and Spectacle in Architecture”;
- n. 3 (2006) – “Urban Planning Today”;
- n. 4 (2007) – “Judging Architectural Value”;
- n. 5 (2007) – “The New Architectural Pragmatism”, onde foram reimpressos os principais artigos formadores do chamado debate pós-crítico e alguns textos comentando o debate;



Hunch #6-7

Hunch (Holanda)

<<http://www.theberlage.nl/galleries/publications/hunch>>

A revista *Hunch – The Berlage Institute Report on Architecture, Urbanism, and Landscape* é o periódico do Berlage Institute, na Holanda (embora todas as edições sejam impressas em inglês). Serve como plataforma de divulgação da produção ligada ao instituto e para tratar de temas mais gerais no debate internacional em arquitetura.

A revista foi criada em 1999, nove anos depois de ter sido criado o Berlage Institute. Desde a edição dupla n. 6-7 (2003), vem trabalhando com foco em edições temáticas. Embora costume contar com editores convidados, durante bom tempo teve Jennifer Sigler como editora chefe, a mesma responsável por livros-catálogos como “S,M,L,XL” (1995), de Rem Koolhaas, e “Metacity-Datatown”, do MvRdV.

Algumas das edições mais antigas estão disponíveis para visualização parcial no Google Books.

Destaques:

- n. 6-7 (2003) – “109 Provisional Attempts to Address Six Simple and Hard Questions about What Architects Do Today and Where Their Profession Might Go Tomorrow”, edição que marca a passagem da direção do Instituto para Alejandro Zaera-Polo; espécie de inventário sobre a produção arquitetônica contemporânea, tratando de questões de teoria, crítica, projeto, prática profissional e ensino;
- n. 11 (2006) – “Rethinking Representation”, editada por Penelope Dean; ver textos de Peter Eisenman “The Post-Indexical: A Critical Opinion”; de Robert Somol “Green Dots 101”; de Charles Jencks “The Iconic Building Is Here to Stay”; de Roemer van Toon “Aesthetics as a Form of Politics”; e de Sylvia Lavin “Practice Makes Perfect”;
- edição especial (2006) – “Beyond Mapping: Projecting the City”, organizada por Roemer van Toon.



J.A #239

J.A – Jornal Arquitectos (Portugal)

<<http://www.jornalarquitectos.pt>>

Revista oficial da *Ordem dos Arquitectos* de Portugal, criada em 1981, com periodicidade trimestral. Desde jul. 2010 passou a contar também com uma versão online, disponibilizando alguns dos textos da revista na internet. Desde 2009 passou a ser publicada em edição bilingue (português e inglês), quando contou com a editoria dos críticos Manuel Graça Dias e Ana Vaz Milheiro.

Promove debates críticos sobre a produção arquitetônica contemporânea, questões disciplinares e da prática profissional.

A edição n. 246 (jan./abr. 2013) marca a chegada da nova equipe editorial, que deixa de trabalhar com edições temáticas e se mostra comprometida com a manutenção do debate crítico da revista, com a capacidade de que “a arquitetura e as suas múltiplas formas de conhecimento são úteis na transformação da sociedade”, destacando também sua independência com relação à *Ordem dos Arquitectos*, apesar de estar vinculada à instituição.

As edições correspondentes aos números 220 a 233 estão disponíveis para download no site da revista.

Destaques:

- n. 224 (jul./set. 2006) – “Morada”;
- n. 228 (jul./set. 2007) – “Público”;
- n. 232 (jul./set. 2008) – “Política”;
- n. 239 (abr./jun. 2011) – “Ser Crítico”;
- n. 246 (jan./mar. 2013) – ver editorial “Aqui e Agora” da nova equipe; texto de I. Barbas e D. Lopes “A Arquitectura Ainda Pode Ser Pública?”; e de N. Mota “É de Génios que Precisamos Agora?”;
- n. 247 (abr./jun. 2013) – ver editorial “Combate e tática”; e texto de M. Caldeira “As Outras Práticas da Arquitectura”, crítica muito bem formulada sobre a adesão das universidades americanas ao campo da teoria arquitetônica e às práticas críticas;



Log #11

Log (Estados Unidos)

<<http://www.anycorp.com/log>>

A revista *Log – Observations on architecture and the contemporary city* é um periódico independente de arquitetura criado em 2003, com periodicidade quadrimestral. Está vinculada à ANY Corporation, mesma responsável pela publicação da revista *ANY*, entre 1993-2007. Conta com editora-chefe a figura de Cynthia Davidson, também responsável pela *ANY*.

Apresenta-se como uma plataforma de discussão crítica sobre arquitetura. É impressa num formato simples (diferente da revista *ANY*, cujo projeto gráfico era mais elaborado) como uma forma de resistir “ao poder sedutor da imagem na mídia”, muito embora os textos dos seus colaboradores não correspondam a essa prerrogativa.

Entre os principais colaboradores encontram-se muitos dos críticos que fazem parte do circuito americano e europeu, vinculado a grandes centros de pesquisa e universidades. Os discursos variam entre propostas mais críticas àquelas menos críticas, alguns particularmente vinculados aos debates sobre o pós-crítico e a arquitetura projetiva.

Entre 2008-10 circularam algumas edições dentro da série conhecida como “Black Series”, correspondendo aos números 11 (2008) a 16 (2009) e 18 (2010) a 20 (2010), buscando mapear a retomada do pensamento crítico.

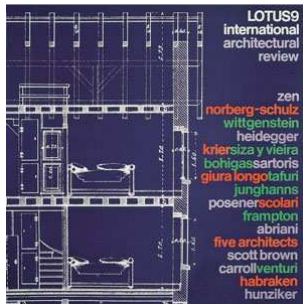
O acervo completo com as edições da revista já foram incorporado ao Portal JSTOR, mas ainda não faz parte do Portal Periódicos da CAPES.

Destaques:

- n. 5 (2005) – edição organizada por Robert Somol e Sarah Whiting, como editores convidados. Os mesmos autores já tinham sido responsáveis por criar certa polêmica, em 2002, ao publicar o ensaio “Doppler Effect”, e retomam as prerrogativas sobre a “arquitetura projetiva” nesta edição da

Log;

- n. 11 (2008) ao n. 16 (2009) – “Black Series”;
- n. 18 (2010) ao n. 20 (2010) – “Black Series”;
- n. 28 (2013) – “Stocktaking”, edição organizada por Peter Eisenman e Anthony Vidler, como editores convidados; é como um inventário sobre o “estado da arquitetura hoje”, tomando como referência a edição “Stocktaking” criada por Reyner Banham para a revista *Architectural Design* em 1960.



Lotus #9

Lotus International (Itália)

<<http://www.editorialelotus.it>>

A revista italiana Lotus foi criada em 1963, pelo editor Bruno Alfieri, como um anuário internacional de arquitetura. Permaneceu neste formato até a edição n. 7 (1970), quando se deu início às edições temáticas, prática que se mantém até hoje, e desde a edição n. 8 (final de 1974) mantém periodicidade trimestral.

Visa a apresentar não apenas os debates e a produção italiana, mas também as principais questões no plano internacional. É reconhecida por contar com os principais críticos de arquitetura na equipe editorial, assim como os arquitetos com grande projeção internacional. Busca sempre trazer os principais debates, aprofundando-os por um viés crítico rigoroso.

O tema da habitação costuma ser abordado com frequência, não apenas com edições temáticas, como também em interlocução com outros temas da revista. Destaquem-se, por exemplo, as edições entre os números 8 a 10 (1974-75), onde se faz uma espécie de inventário sobre o tema da habitação em diversos países, sob as mais diferentes abordagens – apresentação de projetos, ensaios críticos, textos teóricos do campo da filosofia (a exemplo da tradução de textos de Heidegger e Wittgenstein) e pesquisas no campo da história da habitação.

Durante certo tempo disponibilizou alguns trechos das novas edições no site da revista.

Destaques:

- n. 8 (1974) – “Luogo e abitazione”; ver tradução do texto de John Turner “The Fits and Misfits of People’s Housing” (publicado naquele ano mesmo ano na revista do RIBA), onde Turner apresenta, entre outras coisas, suas impressões sobre o caso dos Alagados, em Salvador; e texto de Pierluigi Crosta sobre autoconstrução;
- n. 9 (1975) – “La Casa”; ver textos de C. N-Schulz “La Casa e il Movimento Moderno”; de L. Wittgenstein “Dai Ricordi di Famiglia”; de M. Heidegger “Construire Abitare Pensare”; de M. Tafuri “Verso la ‘Città Socialista’: Ricerche e Realizzazioni nell’Unione Sovietica, fra la NEP e il Primo Piano Quinquennale”; de M. Scolari “Tipi e Trattati delle Case Operaie: Le Origini”; de N. J. Habraken “Tre Principi Fondamentali per l’Abitazione” (também conhecido como o texto “Three R’s for Housing”); além dos projetos de habitação apresentados;
- n. 10 (1975) – “Aspetti e Realizzazioni di una Politica della Casa nei Paesi Europei”; ver texto de K. Frampton “L’Evoluzione del Concetto di Abitazione 1870-1970” (elaborado por ocasião da exposição “Another Chance for Housing”, realizada em 1973 no MoMA); de Daniele Vitale “Le Cooperative Emiliane”, onde o autor discute as cooperativas habitacionais em Bolonha e Ferrara; além dos projetos e políticas de habitação discutidos na edição;
- n. 32 (1981) – “L’Architettura e le sue Convenzioni”;
- n. 41 (1984) – “Abitare in Città”;
- n. 44 (1984) – “L’Inquieto Spazio Domestico”;
- n. 72 (1992) – “Architettura della Critica”;
- n. 94 (1997) – “La Ricerca Contemporanea nell’Abitazione”;
- n. 104 (2000) – “Informale e Nuove Strutture”;
- n. 120 (2004) – “Urban Housing”;
- n. 132 (2007) – “Housing Differentiation”;
- n. 143 (2010) – “Favelas, Learning From”; ver projetos para Caracas, Rio de Janeiro e Lima; ver textos de C. Teixeira e L. Ganz “Amnésias Topográficas I-II, Belo Horizonte, Brazil, 2001, 2004”;
- n. 145 (2011) – “Activism in Architecture”; ver projetos para a Colômbia; ver

texto de A. Aravena "L'Architettura È per i Cittadini";

- n. 147 (2011) – "New Urban Housing I";
- n. 148 (2011) – "New Urban Housing II".



loud paper v. 4, n. 2

loud paper (Estados Unidos)

<<http://www.loudpapermag.com/>>

Revista independente criada em 1997 por Mimi Zeiger, na época em que ainda era estudante vinculada ao SCI-Arc (Southern California Institute of Architecture).

Revista de caráter experimental, não necessariamente com um ponto de vista crítico e político bem definido. Dedicar-se a discutir a arquitetura do ponto de vista discursivo, sem ênfase nas questões projetuais.

Todos os artigos das edições estão disponíveis para visualização no site da revista.

Destaques:

- v. 4, n. 2 – "The House, Public".



Manifold #1

Manifold (Estados Unidos)

<<http://www.manifoldmagazine.com/>>

A revista *Manifold* era um periódico vinculado à Rice University, publicado entre 2007-2010, contando apenas com quatro números. A proposta da revista veio como uma oposição direta à emergência do debate pós-crítico em arquitetura.

Buscava dar ênfase às dimensões teóricas e sociais no debate arquitetônico, investigando novas construções para o pensamento crítico. Após o fechamento das atividades da revista, foi criado outro periódico, *Apeira*, dedicado a discutir arquitetura do ponto de vista da teoria cultural.

Todas as edições estão disponíveis para download no site da revista.

Destaques:

- n. 1 (2009) – "Theory"; a edição como um todo é relevante; ver mais especificamente o texto de I. Gass "After Theory"; de M. Hardy "Is Pragmatism an Ideology? Reflections on Theory and Politics in Postmodernity"; e entrevista com M. Hays discutindo a questão da pós-criticalidade;
- n. 4 (2010) – "Urban Politics and Polemics".



mdc (Brasil)

<<http://mdc.arq.br/>>

A *mdc – mínimo denominador comum* é uma revista independente, criada em 2006, tendo à frente arquitetos egressos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Contou apenas com quatro números impressos (entre 2006 e 2007), e desde então se mantém como um periódico virtual, mantendo as mesmas seções da revista impressa.

O nome da revista vem como referência ao depoimento dado por Affonso Eduardo Reidy no I Inquérito Nacional de Arquitetura, onde o arquiteto discutia sobre a existência de um "denominador comum" à produção arquitetônica moderna brasileira. A *mdc* se propõe, portanto, a identificar "denominadores comuns", a partir tanto das convergências quanto das divergências na produção arquitetônica brasileira.

Trata de questões de arquitetura num sentido amplo, cobrindo apresentação de projetos, teoria e crítica, entrevistas com arquitetos e pesquisadores da área. De forma geral, valoriza os aspectos formais e construtivos da arquitetura, considerando como excessivo o desvinculamento gerado por aportes teóricos mais recentes.

As publicações estão relacionadas também às atividades dos editores junto à UFMG e à UnB, o que resulta na divulgação de vídeos registrando palestras e encontros realizados nestas universidades. Todas as publicações (incluindo as edições impressas) estão disponíveis para visualização e download no site da revista.

Destaques:

- n. 1 (2006) – ver editorial, com a apresentação da proposta da revista; e textos de B. Cecília "Tectônica Moderna e Construção Nacional"; de J. Ferolla "A Pertinência da Forma e a Poética da Construção";
 - n. 2 (2006) – ver editorial "Desdobramentos Recentes da Arquitetura Moderna: Estamos Condenados à Modernidade?";
 - n. 3 (2006) – ver texto de C. Brandão "Monumentalidade e Cotidiano: A Função Pública da Arquitetura"; de D. Macedo "Algumas Funções Públicas da Arquitetura"; de Joaquim Guedes "Monumentalidade X Cotidiano: A Função Pública da Arquitetura";
 - n. 4 (2007) – ver entrevista com S. Ficher "Reflexões sobre o Pós-Modernismo";
 - ver série "Panoramas da Arquitetura Brasileira", coordenada por R. V. Zein e D. Macedo.
-

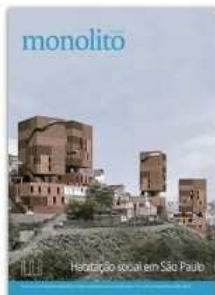
MÓDULO (Brasil)

Destaques:

- ano 2, n. 5 (set. 1956) – texto de Joaquim Cardozo "Arquitetura popular no Brasil";
- ano 2, n. 6 (dez. 1956) – nas primeiras páginas, apresentação do projeto de Cidade Marina";
- ano 3, n. 7 (fev. 1957) – texto de J. O. de Meira Penna "O Brasil constrói uma nova capital", tradução de artigo publicado originalmente na revista americana Landscape; projeto de Antonio Bonet "Projeto de urbanização da Zona Sul de Buenos Aires";
- ano 3, n. 8 (jul. 1957) – edição especial "Brasília, a nova capital do Brasil";
- v. 2, n. 11 (dez. 1958) – texto de Oscar Niemeyer "A cidade contemporânea";
- v. 2, n. 12 (fev. 1959) – texto de Lucio Costa "Habitação Coletiva em Brasília"; projeto de Helio Uchoa "IAPÍ em Brasília"; e de Oscar Niemeyer "IAPB em Brasília";
- v. 3, n. 15 (out. 1959) – noticiário sobre o Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte;
- v. 3, n. 16 (dez. 1959) – projeto de Paulo Magalhães "Edifício de apartamentos" para funcionários do Banco do Brasil em Brasília;
- v. 3, n. 17 (abr. 1960) – projeto de Marcello Campello e Sergio Rocha "Apartamentos para funcionários do Banco do Brasil"; projeto de Ney Fontes Gonçalves e João Henrique Rocha "Habitações para funcionários do Banco do Brasil";
- v. 3, n. 18 (jun. 1960) – número dedicado à apresentação de Brasília: texto de Roland Corbisier "Brasília e o desenvolvimento nacional"; de Oscar Niemeyer "Minha experiência de Brasília"; de Raul de Sá Barbosa "Brasília, evolução histórica de uma idéia"; de Lucio Costa "Relatório do Plano Piloto de Brasília"; nas primeiras páginas, apresentação de projeto de Oscar Niemeyer "Plano Diretor da cidade Marina", proposta como parte de um cinturão verde que ligaria os grandes centros de consumo do país (Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro);
- v. 4, n. 21 (dez. 1960) – projeto de Jean Prouvé "Habitação em clima tórrido";
- v. 5, n. 23 (jun. 1961) – projeto de Sérgio Rodrigues "Casa pré-fabricada e individual";
- ano 8, n. 27 (mar. 1962) – projeto de Oscar Niemeyer "Habitação pré-fabricada em Brasília";
- ano 8, n. 32 (mar. 1963) – texto de Darcy Ribeiro "Papel e função da Universidade de Brasília na luta pelo desenvolvimento"; projeto de João Filgueiras Lima "Apartamentos para professores"; projeto de Glauco Campello "Apartamentos para a embaixada da França".

- ano 8, n. 33 (jun. 1963) – projeto de José F. R. de Araújo “Projeto de um sistema de montagem de casa”;
- ano 9, n. 37 (ago. 1964) – texto de Maurício Vinhas de Queiroz “Arquitetura e desenvolvimento”;
- ano 10, n. 41 (dez. 1975/jan. 1976) – projeto de Glaucio Campello “Quadra de Habitação – Milão”;
- ano 10, n. 42 (mar./mai. 1976) – projeto de Paulo Mendes da Rocha “Parque da Grôta. Reurbanização da sub-região da grôta do bairro da Bela Vista”; projeto de Benedito de Lima Toledo, Cláudio Tozzi e Décio Tozzi “Vila Itororó: Projeto de Recuperação Urbana”;
- ano 10, n. 42 (jun./ago. 1976) – texto de Ivan Alves “Habitação: Um velho drama brasileiro”;
- n. 47 (out./dez. 1977) – dossiê de Martine Rossar “Moçambique, 1977”, com comentários sobre as Aldeias Comuns e sobre Autoconstrução Assistida; texto de Ferreira Gullar “O que diz a obra de arte”; projeto de M. Roberto Arquitetos “Alagados – Plano urbanístico”;
- n. 48 (abr./mai. 1978) – texto/diálogo de Sérgio Bernardes “Laboratório de Investigações Conceituais – LIC”;
- n. 50 (ago./set. 1978) – entrevista com Jean Maur Lyonnet “Sem a libertação do solo, o urbanismo não existe!”; projeto de Ruy Ohtake “Parque Ecológico do Tietê”;
- n. 51 (out./nov. 1978) – texto de Araújo Netto “Proposta de Bolonha para uma cidade moderna. Conservar = Revolucionar”; texto de Pedrosa Filho “Centro Brasil Democrático”; transcrição de um debate “Discussão em torno dos problemas urbanos”, com Alfredo Britto, Édson Musa, Jorge Moreira, Joca Serran e Roberto Buirle-Marx”;
- n. 53 (mar./abr. 1979) – texto de Oscar Niemeyer “Problemas da Arquitetura: O pré-fabricado”;
- n. 55 (set. 1979) – seção ‘A’A’ projeto de Jean Pierre Watel “Três exemplos de conjuntos habitacionais”;
- n. 56 (nov./dez. 1979) – texto/projeto de O. Niemeyer “Uma cidade para o Amanhã”;
- n. 57 (fev. 1980) – dossiê coordenado por Ivan Alves “Favelas, Rio: a Terceira Cidade do Brasil”;
- n. 60 (set. 1980) – texto de Erminia Maricato “Loteamentos Clandestinos” e plantas e perspectiva de Walter Ono para a “Igreja em Loteamento Clandestino”;
- n. 61 (nov. 1980) – dossiê coordenado por Liane Mühlemberg “Arte e Política”;
- n. 62 (jan./fev. 1981) – entrevista com Fabrício Pedroza “Auto-Construção em Angola”; texto de Carlos Alonso “O Repertório do Usuário”;
- n. 63 (mar. 1981) – especial “Arquitetura – 1”; projetos de Décio Tozzi “Grota da Ressaca”; e projeto de Décio Tozzi, Benedito Lima de Toledo e Cláudio Tozzi “Vila Itororó – Projeto de Recuperação Urbana”;
- n. 64 (mai./jun. 1981) – texto de Hugo Segawa “Anos 10: Um concurso de habitação operária”; documentação fotográfica de João Luiz Musa “Vila Renato / Jardim Elba, São Paulo, SP”; texto de Erminia Maricato “Alguns compromissos do projeto de arquitetura”, dando destaque a projetos de Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Erminia Maricato, Walter Ono e Acácio Gil Borsóí;
- n. 65 (jul./ago. 1981) – debate “O Solo Urbano” com Jorge Wilhelm, Luiz Carlos Bresser Pereira, Nabil Bonduki, Erminia Maricato, Padre Dário Bevilacqua e Lúcio Kovarick (coord.);
- n. 66 (set. 1981) – projeto coordenado por João da Gama Filgueiras Lima “Saneamento básico de Salvador”; texto de Rodrigo Lefèvre [sic] “O arquiteto assalariado”;
- n. 68 (1981/1982) – texto de Jorge Tinoco “Olinda: um projeto de restauração e reutilização residencial”; seção dedicada ao Prêmio Brasilit de Arquitetura/1981 “Habitação Popular: um novo diálogo entre os arquitetos e o BNH?”;
- n. 69 (1982) – texto de Roberto Pontual “Arquitetura de terra: 10 mil anos de História e um novo futuro se anunciando”, com menção à obra de Hassan Fathy;
- n. 70 (mai. 1982) – edição especial “Casa”; texto de Maria José Pedrosa “A Casa: um direito de vida”; de Erminia Maricato “Equipamentos da casa popular”;

- n. 71 (ano?) – texto de Maria José Pedroso “O Pró-Morar”; na seção “A nova geração de arquitetos”, ver projeto de Wilhelm Rosa, Issac Popoutchi e Rafael Perrone com o título “A arquitetura do possível e o possível da arquitetura”; e projetos de Antonio Carlos Sant’anna com o título “O abandono da perspectiva elitista”, fazendo menção ao trabalho de de Rodrigo Léfrèvre [sic]; ver relato do evento “Cidade Novas e Cidades existentes”, incluindo comentários de Joaquim Guedes sobre as obras na cidade Caraíba;
 - n. 72 (ano?) – texto de Giovanna Rosso Del Brenna “Tomás Maldonado: o futuro do ‘projeto moderno’”, com relato de conferências realizadas por Maldonado no Rio de Janeiro;
 - n. 73 (ano?) – dossiê em homenagem a Mário Pedrosa com o título “A Contemporaneidade”; relatos do XI Congresso de Arquiteturas, Salvador, Bahia, 1982 com o tema “A gestão Democrática da Cidade”, incluindo texto/síntese de apresentação do Laboratório de Habitação da Faculdade Belas Artes de São Paulo;
 - n. 74 (ano?) – dossiê coordenado por Haifa Sabbag “O distanciamento da moradia popular: Recuperação de áreas deterioradas da malha urbana da cidade de São Paulo”, com Paul Singer, Eduardo Yázig, Gabriel Bolaffi, William Munford, Paulo Sérgio de Souza e Silva, Maria Ruth Amaral de Sampaio, Eduardo Salles de Novaes, Maria Adélia Aparecida de Souza e Almir Pazzianoto Pinto”;
 - n. 76 (ano?) – texto de José Simões de Belmont Pessoa e Maria Silvia Muylaert de Araújo “Vila Operária da Gamboa, Rio de Janeiro, 1933/83”; texto de Haifa Y. Sabbag “As perspectivas atuais dos arquitetos nos dias atuais”; caderno especial “Arte & Arquitetura”;
 - n. especial (out. 1983) – Especial “Sérgio Bernardes”;
 - n. 78 (dez. 1983) – texto de Edmundo de Werna Magalhães “Arquitetura: patrimônio do Cotidiano – 1ª Parte. Habitar as cidades”; relato da exposição “Urbology – Six Urban Projects” com o título “A tecnologia na arquitetura do amanhã”;
 - n. 79 (mar. 1984) – texto de Edmundo de Werna Magalhães “Arquitetura: patrimônio do Cotidiano – 2ª Parte. Construtores do Habitar”;
 - n. 80 (mai. 1984) – texto de Jean Massa “Brasil: Um mito europeu”, discutindo projetos de cidades ideais;
 - n. 81 (jul. 1984) – texto de Ralfo Edmundo Matos “Habitação popular na região de Belo Horizonte”; de Hartmut Thimel “Habitação para população de baixa renda”;
 - n. 82 (set. 1984) – texto de Adalberto Xavier “Pós-Brasília, Pós-Milagre, Pós-Moderno” – ver seções “Banco + Habitação: Binômio Impossível” e “Democracia, Cidade e Arquitetura”;
 - n. 83 (nov. 1984) – texto de Maurício Andrés “Assentamentos humanos no Japão”;
 - n. 87 (set. 1985) – texto de Vicente Del Rio e Ricardo Ferreira, “São Paulo 85: Congresso ‘Cidades do Futuro e Futuro das Cidades’”, com relato do evento, do qual participaram, entre os convidados internacionais, Kenzo Tange, Charles Moore, Yona Friedman e Jorge Glusberg; entrevista concedida por Charles Moore a Vincente Del Rio onde se discute, entre outros temas, a produção de habitação social nos Estados Unidos;
 - n. especial ([1985]) – “XII Congresso Brasileiro de Arquitetos Vilanova Artigas”, documentação do seminário, cujo tema foi “A Produção do Espaço Habitado no Brasil Contemporâneo: Avaliação e Perspectivas”, com a apresentação das comunicações de trabalhos;
 - n. 89/90 (jan./abr. 1986) – edição especial “Brasília, 26 anos”; projeto de Lucio Costa “Quadrantes econômicos”;
 - n. 92 (ago./out. 1986) – texto de Alberto Cruz, Godofredo Iommi e Gerardo Mello Mourão “A cidade aberta: da utopia à miragem”;
 - n. 94 (jan./jun. 1987) – texto de Vicente Del Rio “Conjuntos habitacionais em trabalhos de estudantes”;
-



monolito #7

monolito (Brasil)

<<http://www.editoramonolito.com.br/revista-monolito/>>

Revista bimensal, de caráter monográfico, criada em 2011. Tem à frente do projeto editorial o crítico de arquitetura Fernando Serapião, antigo colaborador da revista Projeto Design.

Trata geralmente de cobrir a obra de arquitetos brasileiros e de grandes temas, muito embora, ao longo destas primeiras edições, esteja muito restrita à produção de escritório da região Sudeste.

Destaca-se, aqui, apenas a edição que cobre a produção de Habitação social em São Paulo durante a gestão de Elisabete França como Secretária de HIS do município.

Destaques:

- n. 7 (fev./mar. 2012) – “Habitação Social em São Paulo”; note-se no editorial e na entrevista de Serapião com Elisabete França a tendência a definir o período da gestão Luiza Erundina como sendo desvinculado de questões projetuais.



Noz #4

Noz (Brasil)

<<http://revistanoz.com/>>

<<http://issuu.com/revistanoz>>

A Noz – revista de arquitetura foi criada em 2007, por estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio junto a professores do curso e colaboradores externos.

Propõe-se como plataforma de discussão crítica sobre arquitetura, questões urbanas e prática profissional. Semelhante a outras revistas, as edições se relacionam também com a realização de eventos

Todas as edições estão disponíveis para visualização no site da revista e para download no perfil da revista no Portal issuu.

Destaques:

- n. 1 (ago. 2007) – ver seção “Anarquitectura”, com texto discutindo os resultados da produção controlada pelo mercado imobiliário; e texto comentando a produção dos irmãos Roberto no campo da habitação coletiva;
- n. 2 (2008) – ver texto de Andre Passaro “A Forma Ausente”, comentando sobre a relação entre teoria e prática arquitetônica recente; e a entrevista da equipe editorial com Milton Braga e Paola Berenstein Jacques “Contraponto: Espaço Público”;
- n. 3 (2009) – ver texto de Ana Luiza Nobre “Casas a Domicílio: Arquitetura sem Lugar”, comentando o renovado interesse no tema da habitação seriada;
- n. 4 (2010) – ver tradução de texto de Adolf Loos “Von einem armen, reichen Manne” (1900) como “História de um Pobre Homem Rico”; e texto de Silke Kapp “Síndrome de estorjo”.



OASE #67

OASE (Holanda)

<<http://www.oasejournal.nl>>

O periódico OASE – Journal for Architecture é um periódico holandês independente, criado em 1981. Desde a edição dupla 45-46 (1997) passou a ser bilíngue (holandês e inglês).

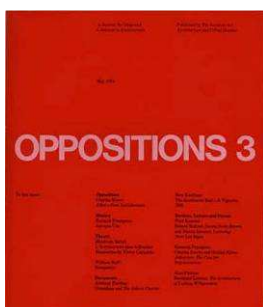
Trabalha com edições temáticas, publicadas a cada três meses. Destaca-se como uma plataforma de reflexão sobre arquitetura, urbanismo e planejamento, sobretudo do ponto de vista da teoria e crítica de arquitetura, sem grande foco em questões como habitação, por exemplo. A revista é reconhecida, entretanto, pelo caráter crítico das análises apresentadas – inclusive no período em que a

produção holandesa ganhou grande destaque internacional, nos anos 1990.

As edições completas do número 1 ao 86 estão disponíveis para visualização e *download* no site da revista.

Destaques:

- n. 45-46 (1997) – “Essential Architecture”;
- n. 48 (1998) – “Diagrams”;
- n. 49-50 (1998) – “Convention”;
- n. 51 (1999) – “Rearrangements, A Smithsonian's Celebration”, ver em destaque o artigo de Henk Engel “The Collective in Housing”;
- n. 54 (2001) – “Generic City”, questionando em que medida as proposições de R. Koolhaas são válidas para entender a cidade contemporânea;
- n. 57 (2001) – “1970s Revisited”, ver artigo sobre o CCSP, em São Paulo;
- n. 62 (2003) – “Autonomous Architecture and the Project of the City”;
- n. 67 (2005) – “After the Party. Dutch Architecture 2005”, crítica à supervalorização do pragmatismo da arquitetura holandesa nos anos 1990 e faz um levantamento da produção atual, após a recessão no crescimento econômico holandês;
- n. 69 (2006) – “Positions. Shared Territories in Historiography & Practice”;
- n. 71 (2006) – “Urban Formation and Collective Spaces”, ver artigo de Paul Mers “Sampa's Solids”, sobre o COPAN e o Conjunto Nacional, em São Paulo;
- n. 81 (2010) – “Constructing Criticism”;
- n. 85 (2011) – “Productive Uncertainty. Indeterminacy in Spatial Design, Planning and Management”, ver entrevista com John Habraken “Define and Let Go”;
- n. 90 (2013) – “What Is Good Architecture”.



Oppositions #3

Oppositions (Estados Unidos)

Periódico independente, criado em 1973 por Peter Eisenman, como o periódico oficial do IAUS (o Instituto também publicou, a partir de 1978, o periódico *Skyline*, além de ter lançado uma série de livros, com o título “Oppositions Books”). Teve como colaboradores frequentes um grupo de que viriam a se consolidar, ao longo das publicações, como alguns dos mais influentes teóricos e críticos de arquitetura contemporânea, não apenas nos Estados Unidos, a exemplo dos editores-chefes da revista: o próprio Peter Eisenman, Kenneth Frampton, Anthony Vidler, Maria Gandelsonas, Diana Agrest e Kurt Forster.

Atribui-se à *Oppositions* a criação de uma consistente base teórica para o debate contemporâneo e a sua tendência a ser trabalhada a partir do ponto de vista historiográfico. Marcou também a forte aproximação entre a crítica americana e alguns expoentes da crítica europeia, a exemplo de Colin Rowe, Manfredo Tafuri e Alan Colquhoun.

Contou com 25 edições publicadas, entre 1973 e 1982. Em 1984 foi lançada a edição n. 26, apesar de suas atividades já terem sido dadas como encerradas – o que gerou certa polêmica por parte de P. Eisenman, por exemplo, que achava importante ficar apenas com os 25 primeiros números.

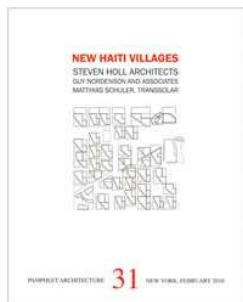
Em 1998 foi lançada uma coletânea, “*Oppositions Reader*”, editada por K. Michael Hays, àquela época já finalizando também as atividades da revista *Assemblage*, onde estão reunidos os principais textos publicados ao longo da revista, e onde consta também um índice histórico de todas as edições da *Oppositions*.

Destaques:

- n. 1 (1973) – ver texto de K. Frampton “Industrialization and the Crisis of Architecture”;
- n. 3 (1974) – ver texto de M. Tafuri “L'Architecture dans le Boudoir: The Language of Criticism and the Criticism of Language”;
- n. 5 (1976) – ver editorial de M. Gandelsonas “Neo-Functionalism”;
- n. 6 (1976) – ver editorial de P. Eisenman, “Post-Functionalism”, como resposta ao texto de Gandelsonas;
- n. 8 (1977) – edição especial comentando os debates em torno da tipologia

em arquitetura;

- n. 15-16 (1979) – edição especial, coordenada por K. Frampton, sobre a obra de Le Corbusier; ver texto de P. Eisenman “Aspects of Modernism: Maison Dom-ino and the Self-Referential Sign”;
- n. 17 (1979) – ver seção “documentos”, com tradução de textos de T. Adorno e E. Bloch, entre outros; e texto de M. Tafuri “The ‘Historical’ Project”, uma prévia da introdução de “La Sfera e Il Labirinto”, publicado em 1980.



Pamphlet Architecture #31

Pamphlet Architecture (Estados Unidos)

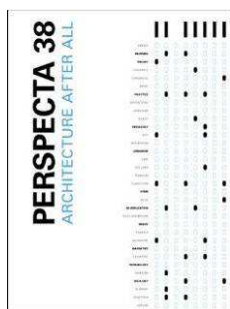
<<http://www.papress.com/other/pamphletarchitecture/>>

Periódico independente, criado por Steven Holl, William Stout e William Zimmerman, por volta de 1975. Pretende-se como uma plataforma de publicação experimental para jovens arquitetos, e de certa forma se contrapõe ao fato da revista *Oppositions* já ter alcançado, àquela época um formato muito direcionado por parte dos editores-chefes.

Cada edição corresponde à apresentação de projetos ou ensaios teóricos de arquitetos ou pesquisadores da área, formato que se mantém ainda hoje. As seleções dos futuros “panfletos” a serem publicados são feitas através de concursos, tendo como membros do júri os autores das edições anteriores. Pelo caráter experimental, não se pretende como um projeto editorial com viés crítico ou político muito determinado, valorizando o caráter de ineditismo e especulativo das propostas. O tema da habitação não é particularmente caro às edições, embora alguns dos panfletos publicados por Steven Holl dentro da revista sejam exatamente a partir de projetos especulativos realizados pelo arquiteto.

Destaques:

- n. 7 (1981) – “Bridge of Houses”, apresentando projetos de S. Holl realizados em concursos públicos;
- n. 9 (1983) – “Rural and Urban House Types”, de S. Holl;
- n. 31 (2010) – “New Haiti Villages”, projetos realizados pelo escritório de S. Holl e colaboradores, com vistas a angariar fundos para a reconstrução do Haiti após o terremoto de 2010.



Perspecta v. 38

Perspecta (Estados Unidos)

<<http://www.architecture.yale.edu/drupal/publications/perspecta>>

<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

Revista editada por estudantes da Yale University, publicada desde 1952. É um dos principais periódicos acadêmicos nos Estados Unidos, ainda hoje, e tem grande relevância no debate internacional em arquitetura e urbanismo. Desacam-se, aqui, apenas algumas das edições mais relevantes para esta pesquisa.

Boa parte do acervo está disponível no Portal Periódicos da CAPES.

Destaques:

- v. 21 (1984) – ver textos de M. Hays “Critical Architecture: Between Culture and Form”; de D. Ghirardo “The Architecture of Deceit”; de H. Foster “(Post)Modern Polemics”; e de P. Eisenman “The End of the Classical: The End of the Beginning, the End of the End”;
- v. 22 (1986) – “Paradigms of Architecture”;
- v. 32 (2001) – “Resurfacing Modernism”;
- v. 33 (2002) – “Mining Autonomy”, refletindo sobre a questão da autonomia em arquitetura; ver textos de D. Ghirardo “Manfredo Tafuri and Architecture Theory in the U.S., 1970-2000”; de C. Wood “Why Autonomy”; de M. Hays, L. Kogod e editores da revista “Twenty Projects at the Boundaries of the Architectural Discipline Examined in Relation to the Historical and Contemporary Debates over Autonomy”; texto-polêmica de R. Somol e S. Whiting “Notes around the Doppler Effect and Other Moods of Modernism”, que pautou grande parte do debate sobre a arquitetura dita “pós-crítica” ou

- “projetiva”;
- v. 34 (2003) – ver artigo de S. Lavin “The Temporary Contemporary”;
- v. 37 (2005) – “Famous”; discutindo a questão da prática arquitetônica no cenário dos chamados “*star-architects*”;
- v. 38 (2006) – “Architecture After All”, espécie de inventário sobre a produção arquitetônica contemporânea”, a partir de grandes temas;
- v. 42 (2010) – “The Real”; ver entrevista com A. Aravena e matéria sobre o conjunto Quinta Monroy, no Chile; ver entrevista com H. Foster, comentando o livro “The Return of the Real”, de 1996, e a questão da monumentalidade em arquitetura e os espaços públicos;
- v. 45 (2010) – “Agency”, discutindo a questão do “poder” em arquitetura.



Praxis #5

Praxis Journal (Estados Unidos)

<<http://www.praxisjournal.net>>

Periódico americano de crítica de arquitetura, criado em 1999, dedicado tanto ao ponto de vista teórico como também se interessa pela análise de projetos.

Trabalha com edições temáticas, dando enfoque crítico rigoroso aos temas abordados, servido como plataforma de grandes debates, promovendo a confrontação de interlocutores com pontos de vista, às vezes, bastante contrários.

Destaques:

- n. 3 (2002) – “Housing Tactics” – ver texto de Nabil Bonduki “Modern Architecture and the production of social housing in Brazil (1930-1964)”;
- n. 5 (2005) – “Architecture After Capitalism”; ver em especial o fórum coordenado por Ana Miljački, com os principais interlocutores do debate sobre o “pós-crítico” em arquitetura.



Projeto #165

Projeto Design (Brasil)

<<http://www.arcoweb.com.br/>>

Revista criada em 1977, vinculada inicialmente ao IAB. Com formato muito próximo da revista AU, destina-se principalmente à publicação de projetos (tanto no âmbito nacional como internacional), acompanhados de ensaios críticos, suplementos técnicos e questões ligadas à prática profissional.

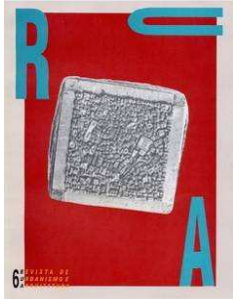
Dentro do projeto editorial, como um todo, destaque-se também a publicação de grande número de livros, alguns deles que pautaram boa parte dos debates teóricos no Brasil, a exemplo da publicação de “O Canteiro e o Desenho” (1979), de Sérgio Ferro; “O Arquiteto: A Máscara e a Face” (1984), de Paulo Bicca; “Quando a Rua Vira Casa” (1985) e “A Cidade como um Jogo de Cartas” (1988), de Carlos Nelson F. dos Santos, o livro “Projeto Arquitetônico: Disciplina em Crise, Disciplina em Transformação”, (1986), organizado por Carlos Eduardo Comas. Destaque-se, também, a publicação de “Geodésicas e Cia.” (1985), de Victor Lotufo e João Marcos Lopes.

Destaques:

- n. 86 (abr. 1986) – ver entrevista de S. Ferro “Reflexões sobre o Brutalismo Caboclo”;
- n. 91 (set. 1986) – ver texto de C. E. Comas “O Espaço da Arbitrariedade”, crítica à produção habitacional do BNH;
- n. 129 (jan./fev. 1990) – ver seção “Em Debate: A Crise dos Anos 80 e Tendências da Nova Década”; e texto de R. V. Zein “No Século XXI, Fim das Utopias ou sua Realização”;
- n. 162 (1993) – ver dossiê “Habitação Popular”; texto de Hugo Segawa “Resíduo de utopia: O desenho e a tecnologia minimalistas de Joan Villà”; entrevista com Joan Villà “A periferia impregnada de arquitetura”; e texto de Guilherme Dourado sobre o projeto de Lucio Costa para as quadras econômicas em Brasília;
- n. 165 (1993) – ver seção “Mesa Redonda”, com o fórum “Habitação popular: Os mutirões buscam apoio técnico dos arquitetos”, com a

participação de João Marcos Lopes, Luís Fernando Almeida, Joel Felipe e Nabil Bonduki;

- n. 361 (mar. 2010) – ver entrevista com Joan Villà;
- n. 391 (set. 2012) – ver entrevista com Pedro Fiori Arantes.



RUA v. 6

RUA (Brasil)

<<http://www.ppgau.ufba.br/node/38>>

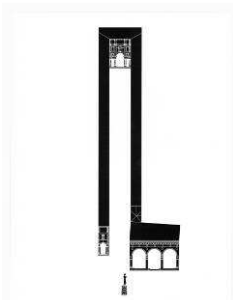
Periódico acadêmico do PPG-AU/FAUFBA, criado em 1988. Dedicar-se à publicação dos principais temas discutidos no Programa ao qual está vinculado, criado em 1983, com contribuição de membros do Programa e também de convidados externos.

Em 1996 passou por uma reformulação do projeto editorial, quando passou a trabalhar com edições temáticas, desde o v. 6, que vem se mantendo desde então.

Todas as edições estão disponíveis para download no site da revista.

Destaques:

- v. 1 (1988) – ver texto de E. Carvalho “A Questão da População no Centro Histórico de Salvador”;
- v. 2 (1988) - ver texto de P. Ormino “A Recuperação do Patrimônio Habitacional”;
- v. 3 (1989) – diversos textos sobre a questão da habitação em Salvador;
- v. 5 (1990) – ver texto de Mário Santos “Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940)”;
- v. 6 (1996) – “Cidades: Desenhos, Desejos e Destinos”; ver textos de Françoise Choay “Destinos da Cidade Européia: Séculos XIX e XX”; de Heliodório Sampaio “Cidade Ideal, Imaginação e Realidade”; e de Philippe Panerai “A Prática do Urbanismo”.



SAN ROCCO #4

San Rocco (Itália)

<<http://www.sanrocco.info>>

A revista *San Rocco* foi criada em 2010 como um projeto a ser realizado ao longo de cinco anos, com vinte edições, cujos temas já foram estabelecidos, embora se presumam algumas modificações no plano inicial.

Pretende-se como uma plataforma de investigação sobre as possibilidades de radicalização em arquitetura, e dialoga com os principais debates em curso. Destaca-se como um projeto editorial que visa a criar um renovado debate crítico em arquitetura.

O nome da revista vem como uma referência ao projeto não realizado para o bairro San Rocco, na Itália, inscrito num concurso, por Aldo Rossi e Giorgio Grassi.

Destaques:

- v. 4 (2011) – “Fuck Concepts! Context!”, como uma inversão – e uma declarada provocação – da famosa frase de Rem Koolhaas no ensaio “Bigness” (1994);



Scapegoat #01

Scapegoat (Canadá)

<<http://www.scapegoatjournal.org/>>

O periódico independente *Scapegoat Journal – Architecture / Landscape / Political Economy* foi criado em 2010, com periodicidade semestral, como uma plataforma de reflexão crítica sobre arquitetura, do ponto de vista teórico e da prática profissional, decididamente à parte da “realidade do capital global”.

Com exceção do último número publicado, todas as edições estão disponíveis para download no site da revista.

Destaques:

- n. 00 (2010) – “Property”; ver textos de A. Herscher “The Unreal Estate Guide to Detroit: Properties in/of/for Crisis”; de A. Blackwell e J. Hutton “H.O.P.E. Housing Opportunities for People Everywhere”; do grupo ICONOCLASTIAS “Thirty Points to Challenge the Hegemonic Order in the City of Buenos Aires”;
- n. 01 (2011) – “Service”; ver texto da USINA “A Worker’s Collective in Collaboration with Popular Movements”, apresentando o trabalho da USINA ;
- n. 03 (2012) – “Realism”; ver textos de Krzysztof Wodiczko “Realism as a Course of Life”; de Mary Lou Lobsinger “The Antinomies of Realism: Postwar Italian Housing Projects”;
- n. 04 (2013) – “Currency”; ver entrevista com Robert Fishman “Foreclosure and the American City”.



summa+ #120

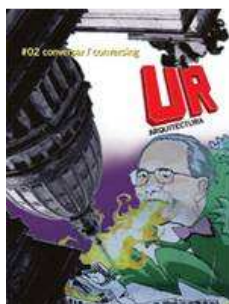
Summa+ (Argentina)

<<http://www.summamas.com/>>

Principal revista de arquitetura argentina, criada em 1993. Dedicada à apresentação de projetos (tanto dentro do cenário nacional, como internacional), também conta com debates críticos e reflexão sobre a prática profissional.

Destaques (apenas das edições mais recentes):

- n. 120 – edição temática “Vivienda Colectiva. Densidad: Aglomeración y Convivencia”, com projetos de habitação social;
- n. 122 (jul. 2012) – “Arquitectura e poder”
- n. 125 – ver texto “¿Qué tan público es nuestro espacio?”;
- n. 127 – “Enfrentando la Ciudad Real”; com textos e apresentação de projetos de urbanização e habitação.



UR #2

UR (Argentina)

<<http://www.ur-arquitectura.com.ar/>>

Revista argentina de caráter experimental, criada em 2006, com equipe editorial baseada em Buenos Aires. Busca trazer novas leituras para o discurso e a prática arquitetônica. Conta apenas com dois números publicados, e o terceiro está sendo produzido, mas ainda não tem data prevista de lançamento.

Destaques:

- n. 2 (2007) – “Conversar”; ver texto de G. Diéguez “Las escenas temidas de la participación”;
- n. 3 (*sem data*) – ver texto da USINA “Arquitectura, Política y Autogestión: Un comentario acerca de los mutirões habitacionales”.

V!RUS

V!RUS (Brasil)

<http://www.nomads.usp.br/virus/apresentacao_presentation.php>

Periódico acadêmico vinculado ao grupo de pesquisa Nomads, da EESC-São Carlos, coordenado por Marcelo Tramontano.

Foi criada em 2006, com uma edição experimental, e desde 2009 passou a ser

um periódico virtual. Boa parte do acervo lida com questões de habitação e do *habitat* contemporâneo, geralmente discutindo questões de novas mídias e tecnologias, mas também traz contribuições sobre o tema da habitação de interesse social.

Todas as edições estão disponíveis para visualização e download no site da revista.

Destaques:

- v. 3 (2010) – “Sistemas”; ver textos de R. Canuto e L. Amorim “Urbanismo paramétrico”; e de F. Queiroz e M. Tramontano “Uma visão sistêmica do processo de design de edifícios”;
- v. 4 (2010) – “Desenhando coexistência”; ver edição como um todo, e especialmente textos de L. Milagres, S. Kapp e A. P. Baltazar “A produção do espaço cotidiano de uso público”; e de J. M. Lopes “De volta a Babel”;
- v. 5 (2011) – “Lugares do Habitar: Revisited”;
- v. 8 (2012) – “RE: PRE:SENTAR”.



Volume v. 36

Volume (Holanda)

<<http://volumeproject.org/>>

Revista holandesa independente, embora esteja muito vinculada à figura de Rem Koolhaas, através dos escritórios/"think tanks" AMO/OMA, e também ao C-Lab (Columbia Laboratory for Architectural Broadcasting), da Columbia University.

Foi criada em 2005, como a substituta da revista *Archis*, publicada na Holanda por mais de 70 anos.

Os textos dos principais colaboradores tendem a uma forma de crítica muito próxima do próprio Rem Koolhaas, sendo crítica e ao mesmo tempo cínica com relação à produção contemporânea em arquitetura.

Destaques:

- v. 1 (mai. 2005) – “Beyond”; espécie de inventário sobre as novas possibilidades para a arquitetura, com o característico otimismo dos editores (Ole Bouman, Rem Koolhaas e Mark Wigley);
- v. 3 (set. 2005) – “Broadcasting Architecture”; ver texto de Alejandro Zaera-Polo “Hokusai Wave”;
- v. 9 (dez. 2006) – “Crisis! What Crisis? Suburbia After the Crash”;
- v. 17 (nov. 2008) – “Content Management”; ver texto de A. Z.-Polo “The Politics of Envelope”;
- v. 36 (jul. 2013) – “Ways to Be Critical”.